



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

WÂNIA CHAGAS FARIA CUNHA

**INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS:
DISPERSÃO E CONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA
EM ANÁPOLIS, GOIÁS**

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Wânia Chagas Faria Cunha

3. Título do trabalho

Industrialização e políticas governamentais: dispersão e concentração da indústria em Anápolis, Goiás.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 19/02/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WÂNIA CHAGAS FARIA CUNHA, Discente**, em 19/02/2024, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4388324** e o código CRC **BEF57A92**.

WÂNIA CHAGAS FARIA CUNHA

**INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS:
DISPERSÃO E CONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA
EM ANÁPOLIS, GOIÁS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

CUNHA, WÂNIA CHAGAS FARIA
INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS
[manuscrito] : DISPERSÃO E CONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA EM
ANÁPOLIS, GOIÁS / WÂNIA CHAGAS FARIA CUNHA. - 2023.
240 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA; co
orientadora Dra. TATHIANA RODRIGUES SALGADO.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos.

1. Anápolis. 2. Industrialização. 3. Políticas Governamentais. 4.
Dispersão e Concentração Industrial. I. OLIVEIRA, ADRIANO
RODRIGUES DE , orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **49/2023** da sessão de Defesa de Tese de **Wânia Chagas Faria Cunha** que confere o título de Doutora em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos **vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três**, a partir das **14 horas**, no Auditório Maria Geralda de Almeida, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“Industrialização e Políticas Governamentais: concentração e dispersão do setor industrial em Anápolis, Goiás”**. Os trabalhos foram instalados pela Coorientadora, Professora Doutora **Tathiana Rodrigues Salgado (IESA/UFG e PPGeo/UEG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Marcos Fernando Arriel (Secretaria-Geral de Governo)**, membro titular externo; Professor Doutor **Leandro Oliveira de Lima (IESA/UFG)**, membro titular externo; Professor Doutor **Tadeu Pereira Alencar Arrais (IESA/UFG)**, membro titular externo; Professor Doutor **Denis Castilho (IESA/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Tathiana Rodrigues Salgado**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora aos **vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Industrialização e políticas governamentais: dispersão e concentração da indústria em Anápolis, Goiás.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Oliveira De Lima, Professor do Magistério Superior**, em 23/08/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tathiana Rodrigues Salgado, Usuário Externo**, em 23/08/2023, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denis Castilho, Professor do Magistério Superior**, em 23/08/2023, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Pereira Alencar Arrais, Professor do Magistério Superior**, em 24/08/2023, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Fernando Arriel, Usuário Externo**, em 24/08/2023, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3980056** e o código CRC **5C02F2F8**.

WÂNIA CHAGAS FARIA CUNHA

**INDUSTRIALIZAÇÃO E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS:
DISPERSÃO E CONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA
EM ANÁPOLIS, GOIÁS.**

Defesa de tese no curso doutorado em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA - da Universidade Federal de Goiás (UFG), aprovada em 23 de agosto de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra Tathiana Rodrigues Salgado - IESA/UFG e PPGeo/UEG
Presidente da Banca

Prof. Dr. Denis Castilho - IESA/UFG
(Membro titular interno)

Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais – IESA/UFG
(Membro titular externo)

Prof. Dr. Leandro Oliveira de Lima - IESA/UFG
(Membro titular externo)

Prof. Dr. Marcos Fernando Arriel - Secretaria-Geral de Governo
(Membro titular externo)

À mamãe, in memoriam, que me ensinou que luto é verbo.
Ao meu amor Celiomar, companheiro de todas as lutas.
Aos meus amores Mariana, Gabriel e Ana Beatriz,
que fazem cada luta valer a pena.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor de todas as coisas.

Ao Programa de Pós-Graduação pelo corpo docente e demais servidores, em especial, aos coordenadores e professores Dr. Luiz Cherem e Dr. Denis Richter por terem sensibilidade de ver na figura do pós graduando, um sujeito, um ser humano.

Ao professor Dr. Marcelo Mendonça agradeço por ter acreditado nessa proposta de pesquisa e por ter contribuído com esta na fase inicial. Ao professor Dr. Tadeu Arrais, registro meu agradecimento e um protesto. Agradeço o direcionamento preciso e orientações profícuas para esta pesquisa. E protesto a ausência do Tadeu “brabo” do mestrado, fez falta. Ao professor Dr. Adriano Oliveira, agradeço o acolhimento da orientação oficial dessa pesquisa junto ao PPGEQ, dado o descredenciamento do prof. Tadeu do Programa de Pós-Graduação às vésperas da qualificação e em meio a Pandemia do Covid-19. E, de modo muito especial, manifesto minha gratidão à professora Dra. Tathiana Salgado que equalizou a contribuição de todos os professores supracitados e conduziu a conclusão desse estudo. A cada um de vocês, muito obrigada!

A Universidade Estadual de Goiás – UEG – agradeço a concessão do afastamento integral para qualificação. Agradeço aos colegas da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas - Nelson Abreu Junior, aqui não vou citar nomes por temer esquecer alguém. Agradeço também aos colegas do curso de Geografia por terem me apoiado e assumido meu trabalho no curso enquanto estive afastada. Em especial, agradeço às professoras Dra. Loçandra Moraes e Dra. Flávia Assis.

Às instituições agradeço primeiramente à FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás pela concessão da bolsa de estudos que permitiu custear a pesquisa. Agradeço também as instituições que disponibilizaram importantes dados e informações, dentre as quais destacamos a GOIASINDUSTRIAL, a administração do DAIA na pessoa de Franciele Menezes, a Secretaria de Indústria e Comércio, IMB - Instituto Mauro Borges. E também ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Prefeitura Municipal de Anápolis; ACIA – Associação Comercial e Industrial de Anápolis, entre outras.

Minha infinita gratidão à minha colega de trabalho e amiga pessoal, professora Dra. Kesia Rodrigues dos Santos por ter sido a responsável direta por eu ter começado essa pós-graduação e, mais ainda, por ter me ajudado a finalizar esse ciclo. A ela agradeço desde me “obrigar” a participar da seleção para o doutorado, pelas leituras e correções iniciais do projeto

que originou essa pesquisa e, principalmente, pelas leituras finais e pelo pragmatismo (que lhe é próprio) na sistematização final dos resultados desse estudo. Kesinha, muito obrigada!

Minha gratidão também é imensa ao professor Dr. Mário César Gomes de Castro e a professora Dra. Joana D'Arc Bardella de Castro, pelos quais, além de muito respeito pelos profissionais/pesquisadores que são, tenho um grande amor filial. Ao prof. Mário, agradeço a ajuda desde a elaboração do projeto, indicação de bibliografias, coleta e interpretação de dados, construção de gráficos, puxões de orelha, entre outros! Mário, muito obrigada!

Ao meu queridíssimo Ícaro Felipe a quem tenho muito estima pela pessoa e profissional que é. Agradeço imensamente sua disponibilidade, carinho e competência no levantamento de dados e, sobretudo, na elaboração dos mapas. Além das boas discussões teóricas e conversas aleatórias sobre a temática deste estudo. Ícaro, muito obrigada.

A Mágnia Glaid, que se tornou uma grande amiga e por ter cuidado do meu lar e, mais ainda, por ter dedicado atenção e cuidados à Mariana, Gabriel e Ana Beatriz que muitas vezes eu não pude dedicar.

Ao Handerson Steckelberg agradeço a presteza, leveza e competência na formatação deste trabalho. Agradeço também às demais pessoas que me deram suporte técnico no decorrer do desenvolvimento desse estudo, como por exemplo, a Maria Amanda que digitou os primeiros textos e Amanda Fernandes que elaborou as primeiras versões dos mapas. Agradeço ainda aqueles que colaboraram no afogadilho das horas da reta final desse trabalho a citar: o Pedro Augusto por colaborar com a organização dos elementos pré-textuais e a Mariana Chagas com as fotos finais deste.

A minha amiga, afilhada, madrinha e irmã black, Lucélia Neves, que fez das idas e vindas às aulas em Goiânia momentos terapêuticos únicos. Da participação nos eventos científicos momentos alegres e marcantes. Estendo meu obrigado também ao Anderson Silva e a Lorena Cavalcante que dada a afinidade que tivemos tornaram-se companhia agradáveis, as simples conversas e discussões facilitaram o trabalho e tornou o percurso estimável.

Poderia ainda listar aqui inúmeras pessoas que contribuíram para a efetivação desse estudo. Foram muitas, muitas mesmo que estiveram ao meu lado e colaboraram para a realização e conclusão deste, mas, para não incorrer no perigo de esquecer alguém encerro por aqui. Encerro com um imenso sentimento de GRATIDÃO por todas as pessoas que mesmo não citadas de alguma forma contribuíram para a conclusão desta e, principalmente, por deixar claro o quanto acredito em mim.

Digo:
o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

Guimarães Rosa.

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema central o processo de industrialização desenvolvido em Goiás sob a égide do Estado e como este reverberou na indústria anapolina. Anápolis, graças ao potencial logístico que ocupa no espaço regional goiano e nacional, gozou de significativo crescimento econômico ao longo de sua história. Ao analisar esse processo, sobretudo, a evolução industrial do município percebe-se que este apresentou e apresenta estreita convergência com o processo de industrialização ocorrido no estado e no país. Anápolis, no decorrer do tempo, se adaptou às demandas e mudanças que se deram na economia estadual e nacional, dada a articulação dos espaços na divisão regional do trabalho. Isso provocou mudanças nas funções desempenhadas por Anápolis no cenário goiano ao longo do tempo. O que pode ser observado ao se analisar o processo de industrialização ocorrido nesta cidade, onde se observou a constituição de duas categorias de indústrias: a dispersa e a concentrada. Denominações diretamente ligadas à localização espacial e ao apoio ou não do Estado. A revisão bibliográfica permitiu observar dois processos de industrialização. Um que se desencadeou desde os primórdios do surgimento desse município, pautada na transformação dos produtos locais e das regiões vizinhas, ora para atender as necessidades da população, ora para processar a matéria-prima a ser exportada pela ferrovia. Essa surgiu tímida, financiada pelo capital local e foi ganhando importância no cenário regional chegando a fazer do município o mais industrializado de Goiás, ainda na década de 1960. O outro, começou a se delinear a partir de 1970, apoiando-se na condição econômica que Anápolis alcançou no cenário regional mas, sobretudo, em correspondência ao momento nacional, marcado pela desconcentração industrial e em convergência com a política de industrialização que começava a ser desencadeada pelo Estado. Neste processo, Anápolis, valendo-se do seu potencial logístico e econômico no cenário regional foi escolhida para sediar o primeiro distrito industrial do estado, o Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA – inaugurado em 1976. Contudo, ao analisar o processo de industrialização de Anápolis, percebeu-se um certo descompasso. A indústria dispersa não evoluiu em diversidade e em importância econômica e a concentrada assumiu a importância desse segmento na cidade, em função dos inúmeros benefícios recebidos, mas não se articula com as demais atividades do município e com o perfil do estado. Para alcançar os resultados, procedemos ao retrospecto da história econômica, especialmente, no que tange a industrialização da cidade, do estado e do país desde o pretérito aos dias atuais. Esse contexto levou ao seguinte objetivo geral: compreender como a industrialização de Anápolis ocorreu, no contexto das políticas nacionais e estaduais de promoção da industrialização, bem como sua configuração atual. Para alcançar tal objetivo, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre a evolução do processo de industrialização anapolino; revisão teórica a respeito da industrialização brasileira e goiana; levantamento de dados socioeconômicos secundários; levantamento documental das indústrias anapolinaesquisa de campo e produção de mapas temáticos. Os resultados permitiram identificar e caracterizar as indústrias dispersas e concentradas em Anápolis bem como a importância destas para a economia do município. Por fim, vê-se que os incentivos fiscais das políticas de industrialização aplicados no município têm alcance limitado em promover a diversificação e fortalecimento da indústria Anapolina, privilegiando indústrias de capital externo e localizadas no DAIA, em detrimento das indústrias de capital local, sediadas em outras regiões do município, essas menos intensivas em capitais e com maior capacidade de geração de emprego e consequentemente renda para a população.

Palavras-chave: Anápolis; Industrialização; Políticas Governamentais; Concentração e Dispersão Industrial.

ABSTRACT

This research has as its central theme the industrialization process developed in Goiás under the aegis of the State and how this reverberated in the Anápolis industry. Anápolis, thanks to the logistical potential it occupies in the regional and national space of Goiás, has enjoyed significant economic growth throughout its history. When analyzing this process, above all, the industrial evolution of the municipality, it is clear that it presented and still presents close convergence with the industrialization process that occurred in the state and in the country. Anápolis, over time, adapted to the demands and changes that occurred in the state and national economy, given the articulation of spaces in the regional division of labor. This led to changes in the roles played by Anápolis in the Goiás scene over time. What can be observed when analyzing the industrialization process that took place in this city, where two categories of industries were established: dispersed and concentrated. Denominations directly linked to spatial location and whether or not the State supports it. The literature review allowed us to observe two industrialization processes. One that began from the beginning of the emergence of this municipality, based on the transformation of local products and those from neighboring regions, sometimes to meet the needs of the population, sometimes to process the raw material to be exported by railway. This emerged timidly, financed by local capital and gained importance in the regional scenario, making the municipality the most industrialized in Goiás, still in the 1960s. The other began to take shape in 1970, based on the economic condition that Anápolis achieved in the regional scenario but, above all, in correspondence with the national moment, marked by industrial deconcentration and in convergence with the industrialization policy that was beginning to be unleashed by the State. In this process, Anápolis, taking advantage of its logistical and economic potential in the regional scenario, was chosen to host the first industrial district in the state, the Anápolis Agroindustrial District – DAIA – opened in 1976. However, when analyzing the industrialization process of Anápolis, a certain discrepancy was noticed. The dispersed industry did not evolve in diversity and economic importance and the concentrated one assumed the importance of this segment in the city, due to the numerous benefits received, but it is not articulated with the other activities in the municipality and with the profile of the state. To achieve the results, we looked back at economic history, especially regarding the industrialization of the city, state and country from the past to the present day. This context led to the following general objective: to understand how the industrialization of Anápolis occurred, in the context of national and state policies to promote industrialization, as well as its current configuration. To achieve this objective, the following methodological procedures were adopted: bibliographical survey on the evolution of the Anápolis industrialization process; theoretical review regarding Brazilian and Goiás industrialization; collection of secondary socioeconomic data; documentary survey of Anápolis industries, field research and production of thematic maps. The results made it possible to identify and characterize the dispersed and concentrated industries in Anápolis, as well as their importance for the municipality's economy. Finally, it can be seen that the fiscal incentives of industrialization policies applied in the municipality have limited scope in promoting the diversification and strengthening of the Anápolis industry, favoring industries with external capital and located in DAIA, to the detriment of industries with local capital, based in other regions of the municipality, these less capital intensive and with greater capacity to generate employment and consequently income for the population.

Keywords: Anápolis; Industrialization; Government Policies; Industrial Concentration and Dispersion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição das indústrias no Brasil em 1920.....	31
Figura 2 – Distribuição das indústrias no Brasil em 1940.....	39
Figura 3 – Distribuição das indústrias no Brasil em 1960.....	45
Figura 4 – Distribuição das indústrias no Brasil em 1980.....	49
Figura 5 – Distribuição das indústrias no Brasil em 2000.....	59
Figura 6 – Distribuição das indústrias no Brasil em 2020.....	78
Figura 7 – Distribuição das indústrias em Goiás em 1920	91
Figura 8 – Distribuição das indústrias em Goiás em 1940	97
Figura 9 – Distribuição das indústrias em Goiás em 1960	101
Figura 10 – Distribuição das indústrias em Goiás em 1980	116
Figura 11 – Distribuição dos investimentos do Fomentar até 2016	126
Figura 12 – Distribuição das indústrias em Goiás em 2000	128
Figura 13 – Distribuição dos investimentos do Produzir de 2000 a 2022.....	131
Figura 14 – Distribuição das indústrias em Goiás em 2020	133
Figura 15 – Anápolis no Cenário Regional	138
Figura 16 - Antiga fábrica da Companhia Goiana de Tecelagem e Fiação de Algodão, em duas perspectivas, no princípio do processo histórico de efetivação da indústria têxtil no município (1951)	153
Figura 17 - Linha de produção da fábrica de tecidos em 1965, na Vila Jaiara.....	155
Figura 18a - Cerâmica Induspina, sem data	155
Figura 18b - Trabalhadores em uma cerâmica, sem data	155
Figura 19a - Vista aérea da Vila Fabril com frigorífico no centro da imagem, sem data	156
Figura 19b - Instalações do frigorífico na Vila Fabril.....	156
Figura 20 - Anápolis: transportes, principais núcleos urbanos e densidade demográfica.....	160
Figura 21 - Ernesto Geisel descerrando a placa de inauguração do DAIA	162
Figura 22a - BrainFarma.....	172
Figura 22b - Teuto	172
Figura 22c - Geolab	172
Figura 22d - Vitamedic.....	172
Figura 23a – Qualicaps	173
Figura 23b – YPÊ	173
Figura 24a - Café Rancheiro.....	173
Figura 24b - Porto e Pereira.....	173
Figura 24c - Linea.....	174
Figura 24d - Roan Alimentos	174
Figura 24e - CAO A	174
Figura 25 – Estabelecimentos industriais beneficiados pelo produzir em Anápolis, por bairros	176
Figura 26 - Expansão do DAIA, 2005-2023.....	177
Figura 27 - Distribuição das indústrias por bairro de Anápolis em 2019.....	179

Figura 28a – Vista panorâmica da Ambev. A indústria se localiza fora da área urbana, na BR-060 saída para Brasília.....	180
Figura 28b – Ambev e rua lateral de Branápolis, bairro distante do núcleo urbano que surgiu a partir da instalação da indústria	180
Figura 29a – Cerâmica desativada na Vila Fabril	180
Figura 29b - Cerâmica ativa na Vila Fabril	180
Figura 30a - Agroindústria localizada no Jundiaí Industrial	181
Figura 30b - Placa do PRODUZIR colocada na entrada da Agroindústria – Bairro Jundiaí Industrial.....	181
Figura 30c - Indústria têxtil localizada no Jundiaí Industrial	181
Figura 30d - Teares da indústria têxtil - Jundiaí Industrial.....	181
Figura 30e - Uma das ruas do Jundiaí Industrial, aqui se localizam algumas transportadoras.....	181
Figura 30f - Pequenas empresas próximas às indústrias no bairro Jundiaí Industrial.....	181
Figura 31 – Distribuição espacial das indústrias por bairros e tipologias	183

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Goiás: Valor das exportações totais 1928-1939 (índices).....	94
Gráfico 2 - Anápolis, participação dos setores no total da arrecadação municipal	139
Gráfico 3 - Anápolis, número de indústrias de 1920 a 1970	151
Gráfico 4 - Anápolis, pessoal ocupado na Indústria de 1920 a 1970	151
Gráfico 5 - Evolução Industrial do DAIA de 1980 a 2008.....	167
Gráfico 6 - Localização das indústrias beneficiadas pelo PRODUZIR.....	175
Gráfico 7 - Participação do setor industrial no PIB de Anápolis.....	188
Gráfico 8 - Projeção de empregos no município de Anápolis até 2025	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Brasil: indicadores médios do B+P	76
Quadro 2 - Síntese dos Planos de Governo do Estado de Goiás*	117
Quadro 3 - Ramos industriais no DAIA nos anos indicados.....	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimentos industriais fundados no Brasil entre 1889 a 1919	29
Tabela 2 - Produção e consumo de energia e extensão da rede rodoviária pavimentadas e não pavimentada.....	40
Tabela 3 - Migração para Goiás segundo o estado de origem em 1940 e 1950	96
Tabela 4 - Estrutura do Produto Interno Bruto. Goiás: 1950 - 2000	125
Tabela 5 - Crescimento da população de Anápolis: 1900 - 1935.....	141
Tabela 6- Crescimento da população rural, urbana e total de Anápolis entre 1910 a 1970 ...	142
Tabela 7 - Anápolis, pessoal ocupado segundo o ramo de atividade - 1950.....	148
Tabela 8- Anápolis, unidades comerciais e de indústrias de beneficiamento de 1935-1948 .	149
Tabela 9 - Municípios goianos com mais de vinte estabelecimentos industriais em 1950	152
Tabela 10 – Estabelecimentos por classe e gênero de indústria - 1960.....	154
Tabela 11 - GOIÁS: participação dos setores da economia na composição da renda interna em 1960	157
Tabela 12 – Distrito Agroindustrial de Anápolis: projetos aprovados em 1980	165
Tabela 13 - DAIA: tipologia industrial, 2023.....	171
Tabela 14 - Tipologia das indústrias ativa em Anápolis - 2019	182
Tabela 15 - Tipologia das indústrias ativa em Anápolis - 2019	189
Tabela 16 - PRODUIR - Custo do emprego dos projetos aprovados em Anápolis	192

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ACA	Associação Comercial de Anápolis
ACIA	Associação Comercial e Industrial de Anápolis.
AIA	Associação Industrial de Anápolis
APEX-BRASIL	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
B+P	Brasil Mais Produtivo
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C.F/88	Constituição Federal
CANG	Colônia Agrícola Nacional
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado de Nível Superior
CDI	Comissão de Desenvolvimento Industrial
CENTROPRODUZIR	Apoio à Instalação de Central Única de Distribuição e de Industrialização de Produtos no Estado de Goiás
CELG	Centrais Elétricas de Goiás
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CMBEU	Comissão Mista Brasil-EUA
CNA	Companhia Nacional de Álcalis
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CNSA	Companhia Nacional de Seguros Agrícolas
COFAP	Comissão Federal de Abastecimento e Preços
COMEXPRODUZIR	Apoio ao Comércio Exterior no Estado de Goiás
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRISA	Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DAIA	Distrito Agro-Industrial de Anápolis
DERGO	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás
DGSAG	Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
FBC	Fundação Brasil Central
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial

FEINCOM	Fundo de Expansão da Indústria e do Comércio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FUNPRODUIR	Fundo de Atividades Industriais
GOIASINDUSTRIAL	Companhia dos Distritos Industriais de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Investimento Direto do Exterior
IG	Informação Goiana
I-PND	I – Plano Nacional de Desenvolvimento
II- PND	II – Plano Nacional de Desenvolvimento
IMB	Instituto Nacional de Colonização
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
JBS	José Batista Sobrinho (nome da multinacional em homenagem ao fundador)
JK	Juscelino Kubitschek
LOGPRODUIR	Logística de Distribuição de Produtos no Estado de Goiás
MB	Mauro Borges
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF	Ministério da Fazenda
MICROPRODUIR	Programa de Apoio a Micro e Pequena Empresa do Estado de Goiás
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAG	Plano de Ação do Governo Otávio Lage
PBM	Plano Brasil Maior
PDEG	Plano de desenvolvimento de Goiás
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PEA	População Economicamente Ativa
PI	Política de Industrialização
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Política Industrial de Comércio Exterior
PITCE	Política Industrial, Tecnológica de Comércio Exterior
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNI	Plano de Integração Nacional (PIN)
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPA	Planos Plurianuais

PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento industrial de Goiás
PROGREDIR	Incentivo a Instalação de Empresas Industriais Montadoras no Estado de Goiás
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
SANEAGO	Saneamento de Goiás S/A
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN	Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNDCT	Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	20
CAPÍTULO I - INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISE EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESPACIAL	23
1.1 Industrialização Brasileira em Tempos Pretéritos – 1530 a 1930	24
1.2 Condições político-econômicas do Brasil e o processo de industrialização de 1930 a 1980	33
1.3 Mudanças político-econômicas no Brasil e o processo de industrialização de 1980 a 2018	47
CAPÍTULO II - CONVERGÊNCIAS ENTRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E GOIANA: REFLEXOS ECONÔMICO-ESPACIAIS	80
2.1 Conjuntura Econômica Goiana antes da Atuação do Estado no Processo de Industrialização entre 1720 e 1930	81
2.2 Economia Goiana e a Convergência entre a Política Industrial de Goiás e a Política Industrial Brasileira entre 1930 e 1980	92
2.3 A Industrialização Goiana a partir de 1980: o governo estadual assume o papel de promotor da industrialização	112
CAPÍTULO III - PLATAFORMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE ANÁPOLIS: CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO	135
3.1 A industrialização pretérita em Anápolis (1920 a 1970)	140
3.2 A industrialização recente em Anápolis de 1970 aos dias atuais	157
3.2.1 Concentração e plataforma industrial do DAIA	159
3.2.2 A dispersão industrial no município: localização e caracterização	178
3.3 O crescimento industrial anapolino em síntese	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	199
ANEXOS	208

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A indústria é considerada um dos setores fundamentais, conforme apontado por Cano (2012), Kaldor (1961), Hirschman (1961), Bresser-Pereira (1975), Marshall (1996), para alcançar o desenvolvimento de um país, região, estado ou mesmo de um município. Contudo, a industrialização guarda particularidades específicas dependendo do período, do lugar, bem como, das condições histórico-política-econômicas de onde se desenvolve.

No âmbito do aparelho produtivo de espaços capitalistas, o setor industrial tem papel de destaque na promoção do desenvolvimento econômico. De acordo com Cano (2012) o setor industrial compreende a modificação ou transformação de bens por meio de processos físicos ou químicos. Esse setor, porém, não é homogêneo, englobando desde estabelecimentos de baixa produtividade e intensivos em mão de obras, há estabelecimentos com alta capacidade de absorção de inovações tecnológicas e emprego maciço de capitais. Portanto, é um setor de natureza diversa, e que precisa ser interpretado à luz de exercícios de periodização e de análise do contexto espacial em que se desenvolve. Aqui se propõe realizar esse exercício para entender a natureza da industrialização do município de Anápolis, Goiás.

Anápolis é um município localizado na porção central do estado de Goiás. Na atual divisão regional brasileira, proposta pelo IBGE (2017), o município está inserido na região intermediária de Goiânia e imediata de Anápolis. É cortado pelas seguintes rodovias federais: BR-153, BR-060 e BR-414; já as rodovias estaduais são as seguintes: GO-222, GO-437 e GO-330. Há, também, um ramal da Ferrovia Centro-Atlântica e um da Ferrovia Norte-Sul, além de um aeroporto civil, e uma obra em andamento de um aeroporto de cargas. Essa organização do território será melhor delineada no capítulo 3.

Os resultados preliminares do Censo de 2022 dão conta de um crescimento populacional de 19,18% de 2010 para 2022, tendo o número de habitantes passado de 334.623 para 398.817 (IBGE, 2023). A respeito dos dados gerais da economia Anapolina é possível observar que em 2019, o PIB de Anápolis estava em segundo lugar no estado de Goiás, com 14.370.794 (R\$ milhões) (Instituto Mauro Borges / Segplan-GO, 2019).

De acordo com o Instituto Mauro Borges, Anápolis possui essa posição devido a localização estratégica e a implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), com mais de 115 empresas que geram cerca de 20 mil empregos. O município possui o segundo maior Valor Adicionado da Indústria e o terceiro nos serviços, sendo mais de um terço deste representado pelo comércio. Ainda, representa quase 20% de toda a Indústria de transformação do estado de Goiás. Como exemplo dessa importância econômica, destaca-se o polo

farmoquímico, localizado no DAIA, que transformou a cidade num polo nacional de fabricação de medicamentos genéricos, considerado o 3º maior em produção do Brasil. Tudo isso contribuiu para que Anápolis figurasse como um dos municípios mais competitivo do estado, bem como entre os 50 maiores da indústria nacional, além de ser bem servido por agências bancárias e ter grande atuação do sistema “S”, Senai, Sesc, Sesi e Senac (IMB, 2016).

A partir desse contexto, esta pesquisa surge buscando compreender a natureza da industrialização do município de Anápolis, sua relação com as políticas nacionais e estaduais de promoção da industrialização e qual é a dimensão do DAIA no contexto da industrialização de Anápolis. Esses questionamentos buscam essa compreensão por meio da análise da concentração e dispersão industrial em Anápolis. Essa propositura levou ao seguinte objetivo geral: compreender como a industrialização de Anápolis ocorreu, no contexto das políticas nacionais e estaduais de promoção da industrialização, bem como sua configuração atual.

Para alcançar o objetivo proposto e responder a questão norteadora a pesquisa que fundamenta esse estudo organizou-se nos seguintes passos metodológicos:

Pesquisa e Revisão Bibliográfica - sobre temas inerentes a este trabalho, tendo como as principais referências norteadoras: Cano (1998, 2010, 2012, 2014, 2015), Coronel (2010, 2011, 2014), Suzigan (1996, 2000), Prado Jr. (2004, 2011), Estevam (2004), Luz (2001), Palacín (1994), Polonial (1995), Freitas (1995), Waibel (1947), Faissol (1952). A pesquisa e revisão bibliográfica subsidia toda a análise desse trabalho, em especial os capítulos 1 e 2.

Análise documental e levantamento de dados – os dados sobre a industrialização em Anápolis, em Goiás e no Brasil foram obtidos a partir de sites de institutos, tais como IBGE (Censos, Censos Industriais, Classificação Nacional das Indústrias e outros), IMB (Painéis Municipais), dentre outros. Também foram utilizados dados da Goiás Industrial e do Censo Industrial. Planos, programas e projetos municipais, estaduais e federais de intervenção no território também foram analisados.

Mapeamento da distribuição das indústrias - a interpretação dos dados obtidos, possibilitaram o mapeamento das atividades industriais em diferentes escalas.

Trabalho de campo - Os trabalhos de campo ocorreram para a coleta de dados e observações de características e da paisagem resultante da instalação das indústrias, tanto no DAIA, quanto em outras regiões de Anápolis. Foi importante, também, para a confirmação de informações obtidas de outras fontes.

Diante da caracterização inicial do setor industrial em Anápolis propôs-se comprovar a tese de que os incentivos fiscais das políticas de industrialização aplicados no município têm alcance limitado em promover a diversificação e fortalecimento da indústria

anapolina, privilegiando indústrias de capital externo e localizadas no DAIA, em detrimento das indústrias de capital local, sediadas em outras regiões do município, essas menos intensivas em capitais e com maior capacidade de geração de emprego e consequentemente renda para a população.

Esse trabalho se organiza em três capítulos, assim estruturados: no capítulo 1, intitulado – Industrialização Brasileira: Análise em Perspectiva Histórico-Espacial – com o objetivo de compreender o processo de industrialização ocorrido de modo geral Goiás e, de modo particular, em Anápolis, propôs-se realizar uma breve análise histórica-política-espacial da industrialização ocorrida no Brasil frente a sua condição na economia-mundo. Isto porque, parte-se da compreensão de que os processos, sejam eles nacionais, regionais e mesmo locais, não se desenvolvem de modo isolado e desconectado do todo articulado pelo amálgama da Divisão Territorial do Trabalho.

No capítulo 2, com o título – Convergências entre a Industrialização Brasileira e Goiana: Reflexos Econômico-Espaciais – examinou-se a adoção das políticas industriais em Goiás, bem como, suas convergências com a política industrial brasileira, mostrando como essas políticas impulsionaram a industrialização em Goiás. É demonstrado como a adoção da política industrial teve impacto considerável na economia goiana como, por exemplo, a alteração da participação dos setores econômicos na composição do PIB goiano, como no crescimento econômico do estado. O capítulo ressalta ainda que os governos estaduais assumem o protagonismo na busca de alternativas para suprir a lacuna deixada pela ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional a partir da década de 1980.

No capítulo 3 denominado – Plataforma de Industrialização de Anápolis: Concentração e Dispersão – se propôs analisar o processo de industrialização ocorrido em Anápolis. Investigar a existência, ou não, de convergências entre a industrialização nacional, goiana e a ocorrida neste município. Mas, precipuamente, cotejar como estas impactaram na plataforma, dispersão e concentração industrial de Anápolis. Neste capítulo, é apresentada uma caracterização das indústrias do DAIA e das indústrias fora do distrito, mostrando que existia uma indústria pretérita em Anápolis, desencadeada por fatores econômicos locais, mesmo antes da implantação do DAIA. Bem como é nesse capítulo, que é apresentada a distribuição dos recursos de programas e projetos nacionais e estaduais no território anapolino, a tipologia industrial e a espacialização delas em Anápolis

CAPÍTULO I

INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISE EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESPACIAL

No presente capítulo, buscou-se realizar uma sucinta análise histórico-político-espacial da industrialização ocorrida no Brasil frente a sua condição na economia-mundo. Isto porque, parte-se da compreensão de que os processos, sejam eles nacionais, regionais e mesmo locais, não se desenvolvem de modo isolado e desconectado do todo articulado pelo amálgama da Divisão Territorial do Trabalho.

A opção por essa metodologia se fundamenta na proposição de Becker (2003), quando destaca que só por meio da compreensão da função do Brasil na economia mundial é que se torna possível compreender os determinantes do processo de industrialização adotado no país. Ademais, tal proposta se assenta também no pressuposto de que há convergências intrínsecas entre o processo de industrialização desenvolvido no Brasil e em Goiás com fortes rebatimentos em Anápolis.

Optou-se por realizar periodizações, uma vez que se concorda com Santos (2004, p.254) que afirma que “as relações entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas; elas nos revelarão uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no decorrer da história”. Dessa forma, o que dá sentido a uma variável é o sistema no qual ela está inserida, foi sob esse prisma que se buscou olhar para a industrialização no Brasil, em Goiás e em Anápolis.

1.1 Industrialização Brasileira em Tempos Pretéritos – 1530 a 1930

É razoável admitir que nenhum país pode se tornar industrializado a partir do nada.
Wilson Suzigan, 2000, p. 10.

A industrialização é um processo que necessita de condições acumuladas para que aconteça. Concorde-se com o Suzigan (2000) que nenhum país se industrializa a partir do nada. Para que esta se desenvolva é preciso que se crie e encadeie diversos elementos materiais e políticos. Nesse sentido, concordamos com o autor quando este aponta o que é preciso para desencadear o processo de industrialização, para ele:

Sempre há um conjunto de fatores condicionantes que abrangem desde o espaço geográfico até aspectos culturais, passando por fatores políticos, econômicos e de política econômica, sociais, institucionais, científicos e tecnológicos, e pela forma de inserção na economia mundial. Em conjunto, esses fatores condicionam o processo de industrialização, ampliando ou limitando as possibilidades de expansão e de aprofundamento desse processo (SUZIGAN, 2000, p. 10):

No caso brasileiro, entende-se que um dos fatores relevantes que precisa ser considerado foi e é a condição assumida pelo país na economia mundial desde os primórdios de sua história, isto é, desde o período colonial (1530-1822), visto que, essa condição foi um,

senão o principal, fator que caracterizou (e ainda caracteriza) a industrialização e o desenvolvimento do país¹.

Assim, partilha-se do entendimento de Prado Júnior (2011), Cano (2015), Suzigan (1996; 2000) entre outros, que a situação industrial, bem como, a realidade político-econômica do país atualmente é consequência do processo histórico da formação do Brasil. A condição de colônia de exploração imprimiu trocas comerciais desfavoráveis, estabelecidas pela exportação de bens primários e importação de bens manufaturados. Soma-se a essa questão as vistas de pouco largas, parafraseando Prado Jr. (2011), da metrópole portuguesa para com a promoção da industrialização na então colônia.

Desse modo, o comércio desigual não gerou a formação e acumulação de capital nacional que, por sua vez, dificultou a estruturação da economia interna desde os primórdios da sua história. As atividades econômicas existentes foram organizadas de fora para dentro, isto é, se estruturam muito mais para atender os interesses externos aos internos. Foram nestas circunstâncias que foi gestado o embrião da industrialização e a condição econômica atual do Brasil.

Os colonizadores estavam muito mais preocupados em manter seus privilégios e, mais ainda, a colônia sob seu domínio e dependência. Para garantir tal intento, destaca que em janeiro de 1785 o vice-rei, por meio de um alvará, mandou extinguir as manufaturas têxteis as quais, na época, era um setor de destaque e esboçava certa organização e autonomia comercial. Tal alvará resultou do relatório e advertência feito pelo marquês de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, o qual

[...] adverte contra o perigo de tais atividades, que não só faziam concorrência ao comércio do reino, como tornavam os povos da colônia por demais independentes. Enumera também os casos em que teve de intervir, suprimindo fábricas que iam tornando por demais notórias [...] (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 237).

O exposto nos permite inferir que o fato de ser colônia de exploração da metrópole portuguesa foi a condição primeira do atraso no desencadeamento do processo industrial no Brasil. Embora a indústria brasileira já desse os primeiros e modestos passos em meados do século XIX, esta foi mantida sem relevância num período em que outros países deram passos gigantes nesse sentido. Primeiro, porque a colônia teve sua situação político-administrativa dominada por “uma metrópole ciosa de seus privilégios e de vistas pouco largas” (PRADO

¹ O período colonial inicia-se em 1530 quando o rei de Portugal decide realizar a ocupação efetiva das terras brasileiras por meio do povoamento e colonização como forma de defendê-las. Encerra-se em 1822 quando D. Pedro I proclama a independência levando a então colônia emancipar-se da tutela política e econômica de metrópole portuguesa, constituindo assim o Brasil Império.

JÚNIOR, 2011, p. 239) para o desenvolvimento industrial o que, em segundo, estruturou seu regime econômico que constituiu o estreito horizonte da colônia.

Entretanto, é preciso destacar que ainda na fase colonial ocorreu a transferência da Família Real portuguesa, em janeiro de 1808, para a América. A vinda da corte portuguesa para o Brasil instaurou o período conhecido como Reinado que se estendeu de 1808 a 1822. Este fato ressoou positivamente para a indústria, uma vez que, por meio do alvará de 1º de abril de 1808 revogou-se o decreto de 1785 que proibia a existência da manufatura na colônia. Tal medida permitiu o desenvolvimento industrial na fase seguinte do regime político do Brasil, isto é, o Império.

No Império (1822-1889), embora tenha mantido muitos traços do período anterior, se observou consideráveis transformações econômicas². Observou-se importante remodelamento da vida material do Brasil, especialmente após 1850. Um fato que merece destaque foi a abolição do tráfico e posteriormente da escravidão, visto que, de imediato intensificou as forças ativadoras da vida econômica imperial e do incipiente capitalismo que dava os primeiros passos de estruturação. Contudo, Prado Jr. (2004), ressalta que somente depois desse período essas transformações amadureceram e produziram frutos de modificações profundas no país.

O Brasil nascia para a vida moderna das atividades financeiras. Ocorreu o aparecimento, bem como, o crescimento do número de bancos, empresas financeiras, seguradoras e também negócio de bolsa de valores que representaram importantes fontes de acumulação capitalista, a qual serviu de motor para a expansão das forças produtivas. Merece destaque também a melhoria do aparelhamento técnico representado pela construção de infraestrutura como as estradas de ferro, a instalação de empresas de navegação a vapor, a navegação fluvial, a rede telegráfica e, com menor destaque, a rede rodoviária.

O reflorescimento industrial iniciado com a revogação do decreto de 1785, resultou no aparecimento de vários e diferentes empreendimentos industriais e se observou relativo progresso industrial em especial das manufaturas têxteis. Ao fim do Império contava com cerca de cem estabelecimentos industriais de certo vulto. Todavia, mesmo com incipiente crescimento no número de indústrias, estas não saíam “tão cedo da mediocridade” (PRADO JÚNIOR, 2004).

² O período imperial iniciou-se com a Proclamação da Independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822. A então colônia tornou-se, oficialmente, “Império do Brasil”, estabelecendo como forma de governo a **monarquia constitucional parlamentarista**. D. Pedro I tornou-se o primeiro imperador do Brasil. Encerrou-se em 1889 com a Proclamação da República no Brasil.

A nascente indústria nacional padecia com os mais diversos obstáculos que iam desde a concorrência externa, falta de condições, recursos e habilidades técnicas, mão de obra apropriada e mesmo a inexistência de mercado consumidor, dadas as condições sociais e econômicas da maioria da população nesse período. A base econômica do Brasil imperial se mostrava precária apesar da relativa evolução. Ademais, a ordem financeira necessária à consolidação econômica não foi estabelecida.

Prado Júnior (2004, p. 200) destaca que “o crédito brasileiro era sólido”, o que favoreceu constantes empréstimos públicos, em especial durante a guerra com o Paraguai. Tais empréstimos foram contraídos a fim de estabelecer o equilíbrio das finanças e para financiar o relativo progresso alcançado pelo país, o que, parafraseando o referido autor, “representasse um saque ilimitado sobre o futuro”. O então Estado atuou muito mais como um empresário, ora contraindo empréstimos no exterior para realizar empreendimentos e equilibrar as contas públicas, ora estimulando o investimento estrangeiro com a garantia de pagamentos de juros altos e assim comprometendo a autonomia financeira/econômica do futuro, assim:

Não gozou o Brasil sob o Império, apesar de todos os progressos realizados, em nenhum momento, pode-se dizer, de estabilidade e segurança financeira. O que isto representou como obstáculo ao seu desenvolvimento normal é difícil de avaliar; mas não há dúvida de que tal instabilidade é o principal responsável pela falta de consolidação da vida econômica e social brasileira e pela feição caótica que toma a evolução da nossa economia (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 201).

Desse modo a proclamação da independência e a instauração do Império no Brasil em 1822, não representou a emancipação econômica e nem mesmo a propalada independência política, a instituição da República em 1889, também não trouxe transformações econômicas expressivas para o Brasil³. Não houve mudanças significativas na estrutura econômica do país neste período que durou aproximadamente 40 anos (1889-1930). O Brasil continuou a desempenhar função complementar no mercado internacional e a não promover a organização do mercado e da economia interna.

Durante todo o período republicano o país se manteve comprometido com a economia agroexportadora de produtos primários. Não se observou nesse período a existência de um projeto econômico que previsse a diversificação da economia interna e muito menos a

³ Período republicano, também conhecido como Primeira República, resultou de um levante político-militar que culminou com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Iniciava-se assim a República Federativa Presidencialista no Brasil que teve Deodoro da Fonseca como primeiro Presidente da República em um governo provisório (1889-1891). Este período encerrou-se com a deflagração da Revolução de 30, movimento político-militar, que se originou da união entre políticos e tenentes derrotados nas eleições de 1930 decididos a pôr fim no sistema oligárquico vigente no Brasil. A vitória dos revolucionários deu início a um novo período na história política do país. Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório. Iniciava-se a Era Vargas. Consultar: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/Revolucao30>

estruturação da atividade industrial. Brum (1998) destaca que durante a República ocorreu a descentralização política, contudo, manteve-se no poder a classe dominante constituída por grandes propriedades rurais.

Nesse contexto houve, segundo Prado Júnior (2004), significativo incremento nas forças produtivas ao mesmo tempo que reforçava o comprometimento do sistema econômico da recém República, isto porque, o capital internacional passava a participar ativamente das atividades econômicas. A partir do período republicano os interesses econômicos estrangeiros passaram a ser mais incisivos e, pode-se dizer, mais sistemáticos.

O capital estrangeiro presente no país desde antes da independência, em decorrência dos recorrentes empréstimos públicos, passou a atuar financiando alguns setores de infraestrutura (estradas de ferro, empresas de mineração e de navegação) bem como, atividades econômicas, em especial, o comércio e a indústria. Soma-se a isto, o estabelecimento de filiais de grandes bancos estrangeiros no país, os quais vislumbravam boas oportunidades de negócio, os quais não tardaram a experimentá-las.

A República galgou importantes estímulos à vida econômica apoiados, sobretudo, nos capitais e créditos externos. A própria atividade agrícola beneficiou-se largamente destes créditos, reforçando-a como potencial econômico do Brasil, isto é, grande produtor de matéria-prima e gêneros tropicais. Vale salientar, que nesse período chegou a faltar gêneros alimentícios para o consumo interno o que Prado Júnior (2004, p. 210) chamou de “[...] situação paradoxal e inteiramente anômala [...]” para um país exclusivamente agrário como o Brasil.

No período republicano o Brasil enfrentou uma série de dificuldades dentre as quais, destacam-se: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre; o baixo nível cultural da massa trabalhadora; a instabilidade da mão de obra imigrante; a remessa de fundos pelos migrantes a seus países de origem; o déficit de gêneros para o consumo interno e mesmo a profunda dependência do capital estrangeiro. Mas, mesmo diante desse cenário Prado Júnior (2004) destaca que o Brasil viveu grande surto de crescimento econômico, mas alerta que:

[...] ao mesmo tempo que se ampliavam as forças produtivas do país e se reforçava o seu sistema econômico, acentuavam-se os fatores que lhe comprometiam a estabilidade. A concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis, e a estruturação de toda a vida do país sobre base tão precária e dependente das reações longínquas de mercados internacionais fora do seu alcance, tornavam aquele sistema essencialmente frágil e vulnerável. E paradoxalmente, cada passo no sentido de ampliá-lo mais o comprometia porque o tornava mais dependente (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 211).

A indústria, no período republicano, enfrentou as consequências da quase ausência de uma evolução gradual nos períodos históricos anteriores, que se caracterizavam

respectivamente pela proibição de sua existência, por seu aniquilamento dada a abertura dos portos e pelo comprometimento que se teve com a economia agroexportadora. Contudo, durante a república, nas palavras de Prado Júnior (2004, p. 257) “a indústria brasileira se reestabelece” conforme ilustram os dados abaixo (tabela 1):

Tabela 1 - Estabelecimentos industriais fundados no Brasil entre 1889 a 1919

INDÚSTRIAS	1889	1894	1899	1904	1909	1914	1919	Total
Têxteis	33	64	43	85	153	332	447	1 157
Couros e pele	7	13	18	42	52	94	183	409
Madeira	13	25	35	115	139	298	531	1 156
Metalúrgica	13	33	23	53	60	128	146	456
Cerâmica	25	44	45	145	160	426	683	1 528
Produtos químicos	22	34	39	75	87	229	400	886
Alimentação	80	131	142	320	403	813	1 892	3 781
Vestuário/toucador	20	43	60	124	158	468	1 047	1 920
Mobiliário	9	13	28	37	37	262	247	663
Edificação	11	29	13	27	24	60	122	286
Ap. de transporte	8	20	23	51	61	140	206	509
Gelo	3	1	1	-	1	9	14	29
Ciências, letras e art. de luxo	4	2	2	6	6	8	18	46
Brasil	248	452	472	1 080	1 358	3 135	5 936	12 681

Fonte: Censo industrial de 1920.

No início do período republicano, 1889, havia apenas 248 indústrias no Brasil. Em 1920, conforme apontou o censo realizado em setembro deste ano, o total de indústrias fundadas já ultrapassava a casa de 12 mil. Um crescimento consideravelmente significativo para um período de 30 anos, especialmente, quando se compara com a quantidade de indústrias fundadas até 1889⁴. Os dados da tabela também nos permitem inferir que até 1920 as indústrias existentes estavam diretamente atreladas aos setor agrícola, consolidando-se principalmente às indústrias de bens de consumo não duráveis voltados para o abastecimento do mercado interno. Os dados

O restabelecimento da indústria durante a República se deu a partir quase do nada, visto que, até então não havia construído tradição manufatureira, bem como, as condições materiais (acúmulo de capitais e tecnologias) e, sobretudo, o elemento humano qualificado para a atividade industrial. A esses obstáculos, soma-se a deficiência de energia, a ausência de mercado consumidor e também a ausência da preocupação de proteger a indústria nascente do país por meio de tarifas alfandegárias.

Não obstante, no período republicano a indústria brasileira contou com algumas situações favoráveis à sua trajetória. Internamente a indústria foi favorecida pela dificuldade de

⁴ Em 1930 não houve a realização do censo por motivos de ordem política, como a Revolução de 1930, que impediram a realização do Censo nesta década.

pagar as importações de manufaturas necessárias ao consumo. Também pesou o desequilíbrio das contas externas, a abundância de matérias-primas locais para as indústrias de maior vulto (algodão e rebanhos de gado). Foi nesse período que a indústria, em especial a alimentícia e a têxtil se despontaram. Como se pode observar na tabela 1, tais ramos industriais que já se destacavam em 1889, gradualmente, passaram a ocupar lugar de destaque na economia do país e se tornaram indispensáveis para o funcionamento da economia brasileira.

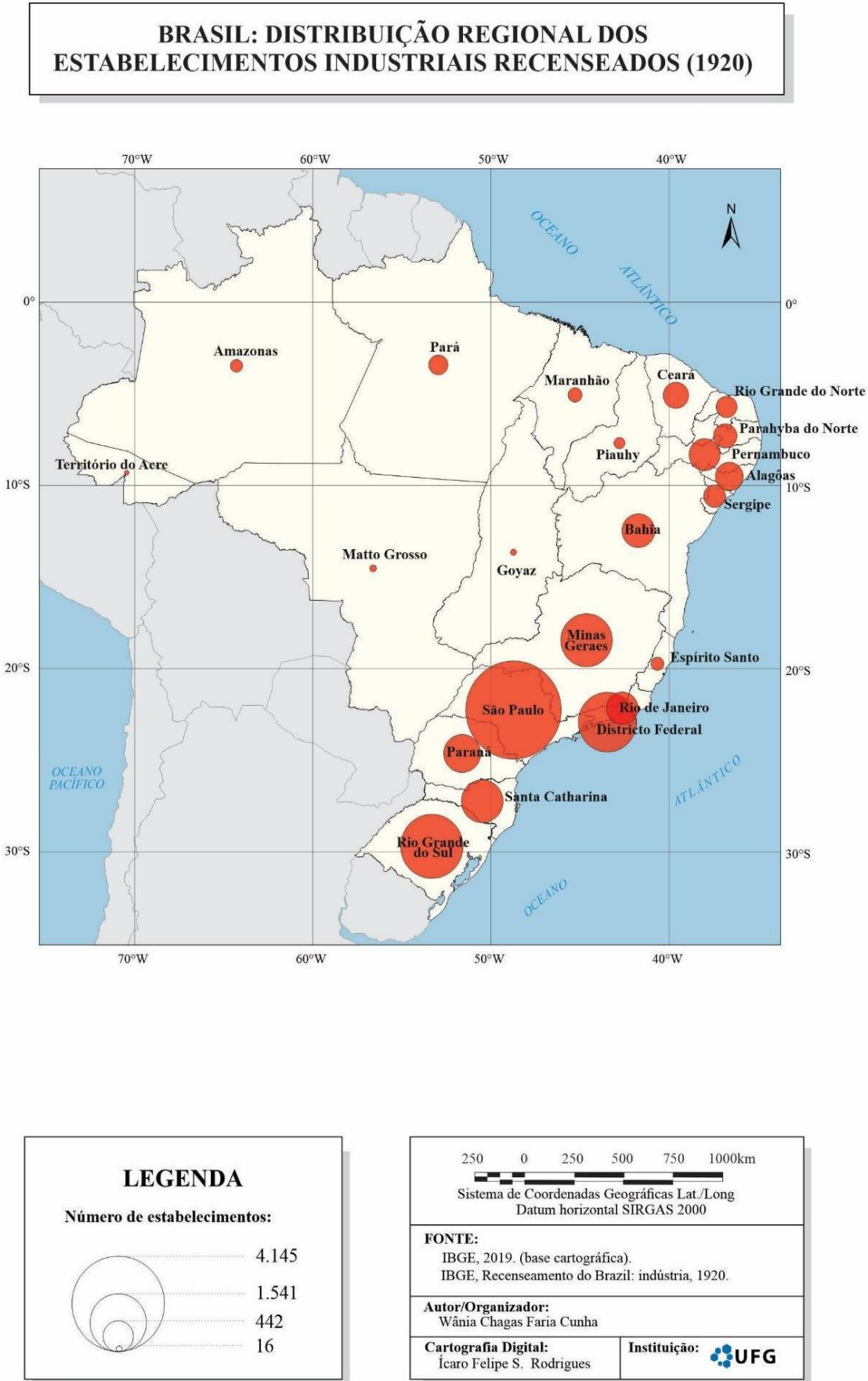
Durante a República a indústria brasileira também foi favorecida pela ampla disponibilidade de mão de obra a preço baixo que, de certa forma, compensou a falta de experiência e disciplina para o trabalho. Ademais, é preciso acrescentar o impulso externo causado pela Primeira Guerra (1914-1918) à indústria nacional, visto que, em primeiro plano reduziu as importações de manufaturas e, em segundo, a forte queda do câmbio nesse momento enfraqueceu a concorrência estrangeira.

Contudo, as indústrias que mais se desenvolveram neste período foram as filiais de empresas estrangeiras que se instalaram no Brasil a fim de “[...] contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, aproveitarem-se de mão-de-obra barata, ou por uma questão de facilidade de transporte” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 266). Segundo o censo de 1920 os industriais estrangeiros dispunham de maior volume de capital que os brasileiros (respectivamente 126.858;497\$000 contra 123.385;437\$00). Dentre os fabricantes estrangeiros os italianos eram os que possuíam capitais mais avultados, vindo em segundo lugar os industriais portugueses, sucessivamente os alemães, os espanhóis, os sírios seguidos de outras nacionalidades com capitais mais modestos (CENSO INDUSTRIAL, 1920, p. LXI).

A influência externa também se fez presente no controle das principais jazidas minerais brasileiras. Tal situação refletiu negativamente na indústria nacional de bens de consumo duráveis causando-lhe baixo nível qualitativo. À indústria de base, em especial a indústria siderúrgica, provocou considerável atraso o que fez desta, por muito tempo, incipiente e rudimentar dada a exploração e exportação dos minérios brasileiros por estrangeiros.

Ainda é preciso considerar que mesmo diante dos avanços alcançados pela indústria nacional no período republicano esta, guardadas as devidas particularidades, manteve as mesmas características dos períodos anteriores. Embora tenha apresentado relativo progresso, este não se deu de forma planejada e, muito menos, foram como fruto de ações coordenadas, contínuas e voltadas para o desenvolvimento industrial. Tanto a promoção quanto à proteção da indústria no país, nos primeiros períodos da história do Brasil foi inexistente e quando se deu estava em plano secundário.

Figura 1 – Distribuição das indústrias no Brasil em 1920.



Fonte: IBGE (1920, 2019).

Assim, durante a República: “a maior parte da indústria brasileira continuou como dantes: largamente dispersa em unidades insignificantes, de rendimento reduzido e produzindo exclusivamente para estreitos mercados locais” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 263). Essa condição aliada a ausência de uma mínima orientação político-econômica de industrialização exigiu que a indústria nascesse de suas próprias forças apoiando-se nas condições tais como, a existência de matéria-prima, mão de obra e mercado consumidor. Tal situação, por sua vez, deu origem a um dos principais desafios da industrialização atual, a concentração, conforme se pode verificar na figura 1.

Em síntese, ao buscar caracterizar a origem e os percursos da industrialização brasileira ao longo dos períodos históricos da formação econômica do país se percebe a ausência da preocupação com o desenvolvimento desse segmento da economia desde os primórdios. Este posicionamento repercutiu na estruturação econômica do país que se assentou quase que unicamente na atividade agroexportadora até praticamente 1930. Constituiu-se assim, uma economia francamente apoiada na exportação de poucos gêneros primários de interesse do comércio internacional.

Durante os períodos colônia, império e república viu-se germinar elementos importantes da estrutura política e econômica do Brasil dos quais o Brasil não se libertou totalmente até hoje. Elementos esses, suficientemente fortes para delinear a condição dependente do Brasil na economia mundial. Nesses períodos foi gestada a ausência de autonomia para se decidir os rumos das atividades internas do país, ora por proibição da metrópole, ora pelos interesses do mercado internacional que implicou decisivamente na não estruturação da economia interna.

O significativo salto para trás dos períodos históricos mencionados anteriormente deveu-se aos recorrentes empréstimos aos fundos internacionais, o que, por sua vez, reforçou as amarras da não autonomia interna. Soma-se a estes a grande quantidade de capital estrangeiro investido no país e a instalação de considerável número de filiais de empresas estrangeiras, bem como, o controle exercido por estas sobre principais jazidas de minérios em solo brasileiro.

Todavia, há que se reconhecer a contribuição decisiva que tanto os empréstimos quanto os investimentos externos e a presença das empresas estrangeiras tiveram para o crescimento e mesmo para a estruturação das atividades econômicas no Brasil. Isto porque, o país enfrentava a debilidade de capital e de indústria nacional, esta última dependendo unicamente de recursos próprios de seus iniciadores. Como vimos, inexistia uma política que se ocupasse, exclusivamente, em promover a indústria, uma vez que, se privilegiava o modelo agroexportador defendido pela classe política que comandava a economia do país.

Contudo, o percurso da evolução política e, sobretudo, da econômica seguido pelo Brasil constituiu um “saque” para o desenvolvimento futuro do país que se estruturou (e se estrutura) pautado nos interesses das “finanças” internacionais. Sem poder voltar-se para os interesses e organização da economia interna “[...] todo esse progresso não ‘representou’ um efetivo e real passo para diante [...]” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 224), mas sim a construção da dependência política e econômica que travou o desenvolvimento da indústria e do Brasil como um todo. Como se observou, até 1930 não existia uma política econômica no país e muito menos para a indústria. Mas, a crise de 1929 introduziu um novo contexto que promoveu algumas mudanças importantes na política e na economia do país.

1.2 Condições político-econômicas do Brasil e o processo de industrialização de 1930 a 1980

Entre 1930 e 1980, o país industrializou-se [...] sob o comando de uma coalizão política que teve, como principais atores, os empresários industriais e a burocracia pública, e, como estratégia de desenvolvimento econômico, o Nacional desenvolvimentismo [...] e a forte presença do Estado na economia.

Bresser-Pereira e Diniz, 2009, p.83

A partir da década de 30 (até 1980) o país experimentou um expressivo crescimento industrial devido, especialmente, a forte atuação do Estado, conforme salientou Bresser-Pereira e Diniz (2009). Antes dessa data, como se viu, a promoção da industrialização não fazia parte das preocupações dos governos e nem, portanto, da pauta das políticas econômicas. O que, conforme destaca Suzigan (1996), não significa dizer que inexistiam iniciativas que visassem proteger e promover a indústria interna. As iniciativas existiam embora fracas e inconsistentes. A ausência dessa preocupação se deu, sobretudo, por duas razões. Uma de cunho estrutural/local e a outra ligada à questão econômica conjuntural.

Do ponto de vista local, a razão para não promover a industrialização deveu-se ao modelo econômico vigente até então. Modelo, dominado pela oligarquia rural que detinha a hegemonia econômica e política do país. Esta dominou, por muito tempo, o ambiente político em prol da manutenção de seus interesses econômicos. Assim, a economia agroexportadora pautada na monocultura do café, somada à ausência de uma tradição industrial historicamente construída, prevaleceu como a principal atividade econômica do país até meados de 1930.

Do ponto de vista econômico conjuntural, tinha-se que os princípios do liberalismo e do livre comércio seriam suficientes para regular o mercado, o que dificultava ou impedia a intervenção do Estado na economia, sobretudo, dos países atrasados economicamente.

Contudo, a partir de 1930 um novo cenário econômico se delineou e ganhou força, colocando em xeque os princípios do liberalismo, tanto para países ricos como para países pobres, como evidenciou a crise de 1929.

Assim, a partir dos anos de 1930, começou-se a delinear um novo contexto político-econômico no Brasil, o qual influenciou positiva e decisivamente a industrialização nacional. Souza-Santos (2014, p. 248-249) destaca tanto o “desmoronamento da sociedade do século XIX” quanto os “questionamentos a respeito dos dogmas do liberalismo”, isto é, respectivamente a crise da oligarquia rural e de sua influência na economia e as mudanças na orientação político-econômica que passou a pregar maior intervenção do Estado e defesa de interesses nacionais.

Nesse sentido, Suzigan (2000) ressalta que se desenhou um novo cenário para a industrialização brasileira após 1930. O autor entende que este cenário pode ser dividido em dois períodos, um deles de 1930 até 1980 e outro a partir de 1980 aos dias atuais. Tal divisão se baseia, sobretudo, na relação entre o Estado e o processo de industrialização, bem como, das políticas econômicas voltadas para esse processo. O período de 1930 a 1980 caracterizou-se como o período de ações persistentes e articuladas, por parte do Estado, voltadas para a industrialização. E, a partir de 1980 ocorreu a minimização e até mesmo a ausência dessas ações, o que será abordado no tópico 1.3.

A crise de 1929 e as mudanças político-econômicas iniciadas por esta crise no Brasil colocou em xeque o modelo primário agroexportador e atenuou o modelo de Estado Nacional pautado nas perspectivas liberais. Assim, a prática e a respectiva organização institucional do Estado, de modo geral e particularmente voltada para a indústria, começou a se transformar a partir da década de 1930. Mas, conforme ressaltou Suzigan (1996), só alcançou consistência, do ponto de vista de política industrial, com políticas auxiliares, instituições, agentes e instrumentos econômicos voltados para a industrialização no decênio de 1950.

Nos anos trinta e quarenta, dada a ausência da preocupação com a promoção da industrialização em tempos pretéritos, as primeiras e principais medidas adotadas foram de cunho mais teórico que prático. Nesse período, a principal medida foi a inclusão do tema industrialização nos planos econômicos nacionais e daí a criação de órgãos institucionais de planejamento. Os órgãos criados se constituíam muito mais em centros de estudos, debate e de diagnóstico que de ações concretas que promovessem a indústria no país. Mesmo que nos anos de 1930 e 1940 não se tenha observado significativos resultados práticos, Suzigan (1996, p. 9) destaca que:

[...] desde os anos 30 alguns setores ou indústrias foram objetos de ações específicas visando seu desenvolvimento. Em linhas gerais, as metas nos anos 30 e 40 eram indústrias produtoras de insumos básicos (siderurgia, papel e celulose, minério de ferro, álcalis) [...]

Nos anos de 1930, uma das medidas de maior repercussão foi a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) pelo decreto nº 24.429, de 20 de junho de 1934, o qual se constituiu numa das ações mais importantes no amplo quadro de reformas políticas do governo de Getúlio Vargas no período de 1930 a 1945. A criação deste conselho figurou num dos mais importantes conselhos técnicos criados nesse período, visto que, se ocupava de participar “ativamente da discussão e delineamento das soluções para algumas das questões econômicas prioritárias da época, tais como a instalação da grande siderúrgica no país e o abastecimento do mercado nacional de petróleo e seus derivados” (DINIZ, 2010)

A criação do CFCE representava também a mudança na orientação política que se iniciava no país, pautada na maior intervenção do Estado. Isto porque, este órgão além de ensaiar os primeiros passos de planejamento econômico, representava o esforço de promover a centralização político-administrativa do país e, sobretudo, fortalecer o poder de intervenção do Estado, visto que, conforme está no decreto de criação deste, o objetivo do CFCE era “[...] fundamentalmente a centralização da política de comércio exterior do país, visando a racionalização e a expansão do intercâmbio externo” (DINIZ, 2010).

Parafraseando Suzigan (2000), a partir de 1930 o Brasil “mudou a natureza” do desenvolvimento industrial, tanto no que diz respeito aos termos estruturais, quanto na orientação política e econômica adotada. Estruturalmente avançou em quantidade de indústrias, bem como, tecnologicamente. Na questão político-econômica, esta se tornou “francamente industrializante sob a égide do Estado”. Suzigan (2000, p. 10) ressalta que:

O crescimento da produção industrial adquiriu dinamismo próprio, impulsionado primeiro pela substituição de importações (SI) e depois, cada vez mais intensamente, pela expansão do mercado interno (consumo mais investimento) e, por fim, pelas exportações de produtos manufaturados sob forte esquema de promoção, inclusive com subsídios.

No período em tela, a produção industrial desvinculou-se substancialmente da dinâmica da produção agropecuária. O que, sobretudo, deveu-se ao que se pode chamar de um ‘novo consenso político’ que resultou em importantes arranjos institucionais, mudança na estrutura econômica e produtiva, criação de infraestrutura, desenvolvimento científico/tecnológico e mesmo nas relações internacionais e nacionais pró industrialização (SUZIGAN, 2000).

Pochmann (2016) reitera dizendo que a partir da década de 1930 surgiu outra fase do desenvolvimento nacional pautada na dinâmica industrial, embora esta tenha se iniciado tardiamente, tomando como parâmetro os vários países europeus e mesmo os Estados Unidos. Para o autor, o processo de industrialização iniciado nos anos de 1930 teve duas fases distintas, uma restringida (1930-1950) e outra pesada (1950-1980).

A fase de industrialização restringida se deu com o abandono do Estado Mínimo e da política econômica de livre cambismo. Esse movimento que levou a constituição de políticas nacionais, decorreu, conforme destacou Pochmann (2016), da vontade de uma maioria política nacional de romper com o liberalismo dos governos cafeicultores. Essa maioria política articulou-se junto a Getúlio Vargas, constituindo uma nova política antiliberal.

Pela primeira vez no Brasil, os interesses internos do desenvolvimento da economia do país prevaleceram, esvaziando-se as determinações externas. Para isso, foi necessário que o Estado Nacional se reorganizasse e passasse a controlar o câmbio, os juros, os tributos e o mercado de trabalho, sem tais mudanças, afirma Pochmann (2016), a industrialização continuaria patinando. O autor reitera que:

[...] coube ao Estado mobilizar recursos em prol do avanço da estrutura produtiva, sobretudo nas indústrias de base. Isso ocorreu na siderúrgica (Cia. Siderúrgica Nacional – CSN), na mineração (Cia. Vale do Rio Doce – CVRD), na química (Cia. Nacional de Álcalis – CNA), na energia (Cia. Hidroelétrica do São Francisco – CHESF), na aviação e automobilística (Fábrica Nacional de Motores – FNM) nos transportes com a nacionalização das empresas de navegação e ferroviária, entre outros (POCHMANN, 2016, p. 86).

Além das questões político-econômicas arroladas anteriormente, muito contribuiu para impedir a efetiva industrialização na fase dominada restringida a ausência de bens de capital. Foi, inclusive, a necessidade de importar máquinas e equipamentos industriais para promover a industrialização que se fez necessário “salvar” a economia cafeeira para garantir a exportação de bens primários para financiar a importação dos bens necessários à indústria nacional. Ianni (1986) destaca que na década de 1920 (e na década de 30) as exportações do café correspondiam a mais de 80% do valor exportado pelo Brasil, o que, segundo o autor, denota a importância da cafeicultura para a capacidade de importar do país à época. Ademais, um brusco rompimento com a economia cafeeira poderia comprometer ainda mais o frágil capitalismo brasileiro.

Assim, emergiu um novo Estado com a implantação da Segunda República (1930-1937) com as atenções voltadas mais para o interesse interno, mas que precisou conciliar os interesses dos capitalistas da economia agroexportadora e dos emergentes capitalistas industriais. O que, por sua vez, impossibilitou reformas mais profundas na estrutura do poder

político-econômico do país. Como exemplo dessa não ruptura na estrutura de poder, concordamos com Pochmann (2016, p. 84), quando destaca que “por força disto, a sequência da condição de antiga província de São Paulo, herdeira da economia capitalista primário-exportadora, transformou-se no centro dinâmico territorial da industrialização”. Contudo, não se pode negligenciar os efeitos estruturais e econômicos da economia cafeeira em São Paulo que, a partir da constituição do que Cano (1998) denominou de complexo cafeeiro, permitiu que em São Paulo se criasse

[...] as mais avançadas e dinâmicas relações capitalistas de produção desse complexo, possibilitaram acelerado e diversificado crescimento da economia paulista. Ao longo desse processo de crescimento, foi-se afirmando sua predominância em relação às demais regiões do país, que não contaram com igual dinamicidade, e nem com o mesmo avanço de suas relações capitalistas de produção (CANO, 1998, p. 54).

O referido autor ressalta que, à medida que a “atividade nuclear”, a cafeicultura, crescia, fazia surgir uma série de outras atividades urbanas secundárias de apoio a esta. Forçava também o aparelhamento do Estado para lidar com as demandas emergentes e necessárias para a sustentação da industrialização que emergiria com maior força a partir de 1930. Cano (1998) afirma, usando as palavras de Hirschman (1985), que o café em São Paulo proporcionou tanto “efeitos para a frente” quanto “efeitos para trás”. Isto porque, em São Paulo se desenvolveu atividades secundárias para dar sustentação a atividade nuclear, como por exemplo a agricultura de subsistência (mais tarde transferida para outras regiões do país) e as ferrovias, bem como, atividades bancária, escritórios, armazéns, oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, de exportação e importação e posteriormente mercado de consumo para bens industriais formando assim a infraestrutura, material e imaterial, básica para a instalação industrial.

Como se vê o café proporcionou a criação de externalidades favoráveis à indústria em particular e a São Paulo no geral. Os efeitos dessa atividade não se limitaram a “efeitos para frente” entendidos pela constituição futura do mercado de consumo, mas seus “efeitos para trás” foram significativos tanto para a formação industrial de São Paulo quanto para seu papel de centro da economia nacional. Cano (1998, p. 98) concluiu:

[...] quero enfatizar que efetivamente foi a reprodução do capital cafeeiro a essência do processo de acumulação da economia brasileira até 1930, isto é, ele foi dominante durante o transcorrer desse processo. Acredito ainda que a forma pela qual a intermediação financeira se apropriou de grande parte do capital cafeeiro, mascarou a sua origem, não se dando conta de que os capitais industrial, financeiro e comercial são eles próprios, fundamentalmente, faces do capital cafeeiro.

Todavia, Ianni (1986, p. 28) destaca que antes de 1930 o sistema político e econômico do país “[...] já se defrontava com problemas estruturais e conjunturais típicos de

uma economia dependente [...]”. O próprio Estado oligárquico tomava consciência das limitações do modelo econômico-financeiro adotado no Brasil. Paralelamente à clareza quanto aos problemas brasileiros na década de 1920 a incipiente industrialização que vinha ocorrendo (a “própria sorte”), o crescimento do setor terciário, o aumento da mão de obra ociosa (dada as recorrentes crises do café e mesmo da abolição da escravidão), e a urbanização crescente fez surgir novos grupos sociais em especial os proletários e os primeiros burgueses industriais, assim,

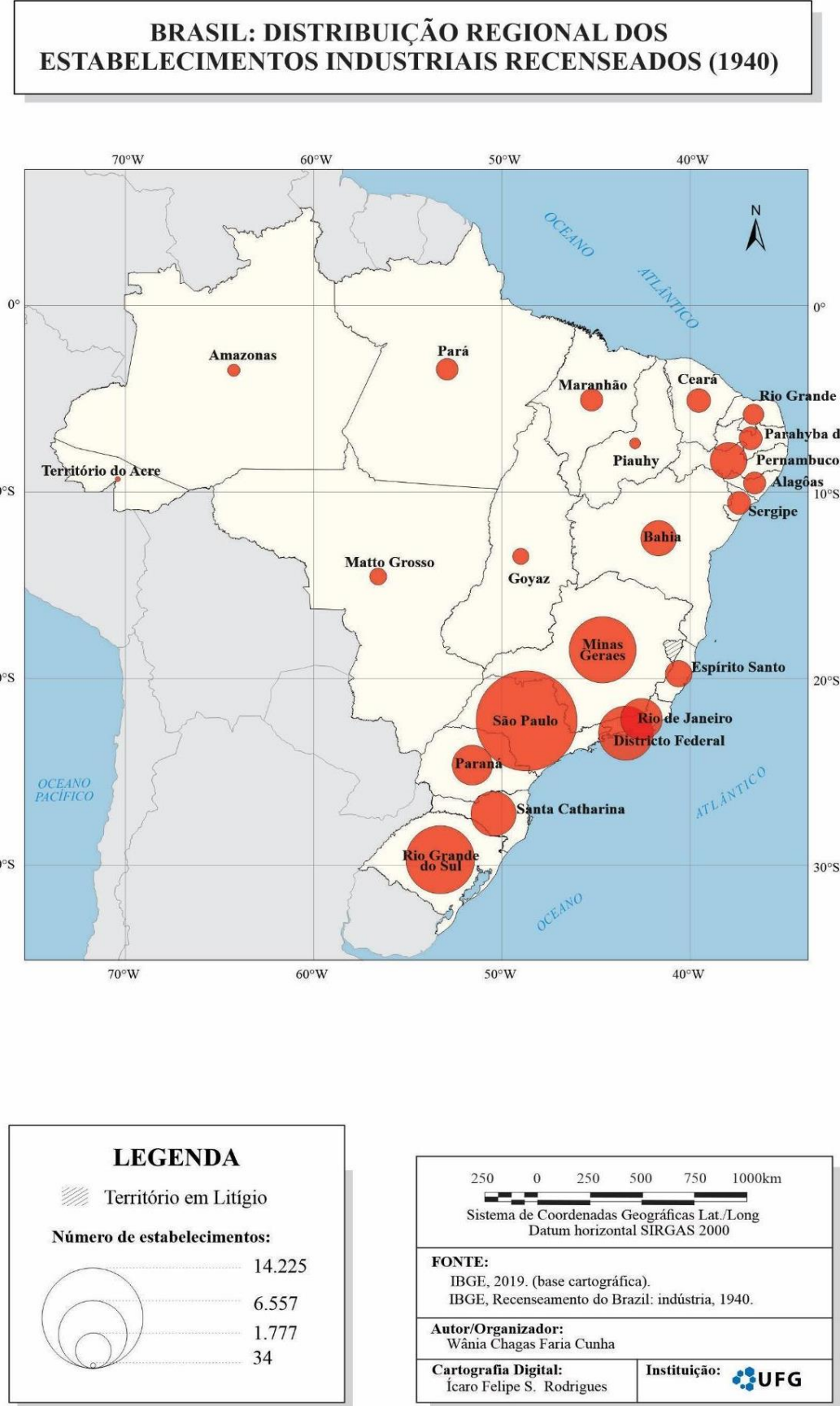
Ao mesmo tempo, cresce o mercado interno e abrem-se novas perspectivas para o incipiente setor manufatureiro. A abolição da escravidão e a intensa imigração de europeus (braços para a lavoura, colonos, artesãos e operários) eram, a uma só vez, agentes de manifestações das mudanças econômico-sociais e culturais que então ocorriam. Em especial, expande-se o sistema econômico, inclusive qualitativamente (IANNI, 1986, p. 29).

Em síntese, o que se observa dos idos anos do Brasil Colônia (1533-1808), Reinado (1808-1822), Império (1822-1889) e mesmo durante o Brasil “República Velha” (1889-1930) é que não houve preocupação sistemática com a promoção da industrialização no Brasil. Não se percebia a mais simplista política econômica oficial que visasse promovê-la, ao contrário. E, o que se deixou de fazer durante esse longo passado, ajuda a compreender os poucos avanços do processo de industrialização ocorrido durante as décadas de 1930 e 1940, o que pode ser observado na figura 2. Nesse período o Estado se deteve na (re)organização da estrutura político-econômico-financeira do país. Isso refletiu na continuidade da concentração industrial no Sudeste e Sul do Brasil.

Foi preciso começar do básico para promover uma política de industrialização, tanto no sentido de adotar as primeiras medidas sistemáticas da política econômica voltada para a indústria, quanto promover a criação de infraestrutura para operacionalizá-la. Somando-se a essas medidas foi necessário a reformulação das condições de funcionamento do mercado e das forças produtivas, pois, como destaca Ianni (1986), foi a partir dos anos de 1930 que se estabeleceram as responsabilidades do Estado com funcionamento da força de trabalho, bem como, das relações entre a economia brasileira e a internacional.

Se, foi a partir dos anos 1930 que a industrialização ganhou alento, foi somente no pós-guerra que esta ganhou importância no quesito produção e participação na economia do país. Desse momento em diante se iniciou a produção de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital.

Figura 2 – Distribuição das indústrias no Brasil em 1940



Fonte: IBGE (1940, 2019)

Pochmann (2016) denominou de fase de industrialização pesada o período entre as décadas de 1955 e 1980, segundo o autor duas ações foram fundamentais para isso, sendo elas: o Plano de Metas (1956-1960) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)⁵. Pochmann (2016, p. 88) ressalta que

[...] com o Plano de Metas durante o Governo Juscelino Kubitschek, o grande salto a um só golpe teve êxito, proporcionado, em grande medida, pelos consideráveis Investimentos Diretos Externos que acompanharam o ingresso inicial da empresas multinacionais europeias e, posteriormente, as estadunidenses em vários ramos industriais.

Por meio do Plano de Metas (1956-1960) também se promoveu a expansão da base de infraestrutura (energia e transportes) necessária ao desenvolvimento industrial como se pode observar na tabela 2. Como resultado das ações do Plano de Metas houve a implantação e crescimento do setor de bens de produção. Essa fase do desenvolvimento industrial se deu a partir de uma articulação “trilateral capitalista”, visto que combinou capital estatal, privado nacional e estrangeiro” (POCHMANN, p.89, 2016).

Tabela 2 - Produção e consumo de energia e extensão da rede rodoviária pavimentadas e não pavimentada

Ano	Produção de energia			Consumo de energia			Estradas	
	Total (MW)	Hidráulica (MW)	Térmica (MW)	Total (MW)	Industrial (MW)	Não industrial (MW)	Pavimentada (KM)	Não pavimentada (KM)
1952	10 029	6 659	3 370	8 513	-	-	-	-
1956	15 447	12 497	2 950	12 634	-	-	4 262	463 186
1960	22 865	18 384	4 481	18 346	9 174	9 172	13 357	463 581
1964	29 094	22 097	6 997	23 521	11 958	11 563	18 730	529 780
1968	38 181	30 550	7 631	31 399	16 116	15 283	43 144	898 204
1972	56 295	50 777	5 518	47 374	25 024	22 350	60 175	1 175 863
1976	88 016	82 809	5 207	75 267	41 748	33 519	69 519	1 376 598
1981	136 258	129 225	7 033	119 710	64 303	55 407	89 449	1 293 441

Fonte: Organizado pela autora a partir de Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

⁵ O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), 1972-1974, conservava os princípios traçados no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo apresentado em 1970. Este Programa previa essencialmente quatro grandes prioridades: a revolução na educação; aceleração do programa de saúde e saneamento; a revolução na agricultura, no abastecimento, na aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico e o fortalecimento da competição da indústria nacional. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), 1975-1979, tinha como objetivo central dar grande ênfase às indústrias básicas, sobretudo aos setores de bens de capital e da eletrônica pesada. Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coord.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Plano Nacional de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 15/01/2018.

Os dados demonstram a significativa evolução da produção de energia especialmente a partir de 1956, saindo de uma produção de 10.029 watts para 136.258 watts em 1981, isto é, um aumento expressivo de 1258,64% em quase trinta anos. O mesmo ocorreu com o aumento de estradas pavimentadas e não pavimentadas as quais tiveram, respectivamente, um aumento de 85 187 km e 890 255 km no período analisado. A ampliação da produção de energia e de construção de estradas e pavimentação das estradas existentes era condição fundamental para o deslanchar da indústria nacional.

O Plano Nacional de Desenvolvimento, em especial o II PND (1975-1980), veio consolidar o processo de industrialização brasileira potencializado no segundo quartel do século XX. Isto porque, aproveitou-se do maior volume de capital disponível no mercado internacional. Tal situação, representou a saída para o crescimento econômico, mesmo que, em contrapartida, tenha gerado o endividamento do Brasil no exterior. Contudo, o fato é que a dependência da importação decresceu, houve aumento considerável na produção de manufaturados e maior presença relativa destes na pauta de exportações.

Cano (2015) reitera o exposto acima ao dizer que a partir de 1950 ocorreu tanto a consolidação da indústria leve, quanto o avanço da indústria pesada, embora esta última fosse de difícil implantação nos países subdesenvolvidos como o Brasil. Isto porque exigem maiores investimentos que, por sua vez, exigiam maior planejamento. Ademais, dada a maior complexidade tecnológica, exigiam maior conhecimento técnico e mão de obra mais qualificada. Assim, dadas as diversas questões que precisavam ser enfrentadas para implantar os setores modernos e tecnológicos da indústria nacional e a

[...] a debilidade do capital nacional e o pouco interesse do capital estrangeiro em nosso desenvolvimento, o Estado teve que assumir também a função primordial de *produtor* de bens e serviços fundamentais a esse processo: energia, transportes, comunicações, educação, siderurgia, petróleo, mineração, etc. (CANO, 2015, p. 452, grifo do autor).

A partir de 1950, mesmo com todas as reformas e estruturações iniciadas na década de 1930, muitas outras se fizeram necessárias. O Estado, sob a liderança de Vargas, promoveu o aparelhamento do Estado adotando reformas administrativas e de planejamento.

Vale salientar que, no período do Governo de Dutra (1946-1951), houve uma aproximação aos ideais liberais e com os Estados Unidos. Esse governo chegou a negociar uma cooperação técnica com este país, resultando na criação da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU). Ianni (1986) destaca que Dutra participou da elaboração da Carta da Organização dos Estados Americanos objetivando estreitar os laços entre o Brasil e os EUA. A Comissão

Mista chegou a realizar estudos, formular projetos e custear a execução destes com o apoio técnico e financeiro dos EUA o que, por sua vez, fez recuar as tendências nacionalistas no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, fez ressoar a “mobilização política das tendências nacionalistas que existiam no Brasil” (IANNI, 1986).

O fato é que nos anos anteriores ao segundo governo de Vargas (1951-1954), já havia ficado claro os pontos frágeis da economia brasileira e também a necessidade de atuação do Estado na economia. De modo geral, o “Vargas II” teria que enfrentar importantes questões econômico-financeiras, como:

[...] inflação, o desequilíbrio na balança de pagamentos, a necessidade de importar máquinas e equipamentos, a insuficiência de energia e transportes, a insuficiência de oferta de gêneros alimentícios para as populações dos centros urbanos em rápida expansão, etc. (IANNI, 1986, p. 121)

O autor sintetiza dizendo que:

[...] essa foi a situação na qual se iniciou uma nova fase nas relações entre o Estado e a Economia. Diante da situação econômico-social com a qual se defrontava o governo, o poder público foi levado a engajar-se de novo e mais amplamente no sistema econômico. Em consequência, criaram-se novas condições (não só institucionais, mas também econômicas e políticas) para a aceleração do desenvolvimento industrial do Brasil (IANNI, 1986, p. 122).

Cano (2015) reitera dizendo que o Segundo Governo de Vargas ensaiou profunda reforma administrativa e um planejamento acentuadamente centralizado, o qual, contudo, foi rejeitado pelo congresso que, por sua vez, não impediu a criação de diversos órgãos, conforme destaca o referido autor, a citar: Comissão Nacional de Política Agrária (1951), junto ao Ministério da Agricultura, sob a qual foram criados o Instituto Nacional de Colonização (INIC), o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e a Cia. Nacional de Seguros Agrícolas; Comissão de Desenvolvimento Industrial-CDI (1951); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes; Comissão Nacional para o Bem Estar e a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP); Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado de Nível Superior-CAPES, (1951); Comissão de Revisão Tarifária (1954); criação da Petrobras e da Eletrobrás (CANO, 2015).

Como resultado da forte intervenção do Estado na economia e no processo de industrialização, no período em questão, e concordando com Cano (2015) e Suzigan (2000), pode-se afirmar que a indústria superou a agricultura na participação do PIB. Ademais, acrescenta-se que a indústria de bens de consumo foi a que menos cresceu, destacando-se o crescimento da indústria de bens duráveis e de bens de capital, como a química, metalúrgica,

minerais, não metálicos e borracha. Todas essas mudanças e, sobretudo, resultados alcançados pelo projeto industrializante foi fruto de:

[...] uma contínua construção institucional ao longo de todo o período. O Estado aparelhou-se em termos organizacionais para a coordenação econômica (planos, programas de desenvolvimento industrial e tecnológico, instituições de fomento, financiamento e regulação); criaram-se normas, legislações e regulamentações econômicas; foram institucionalizadas políticas setoriais, regionais, de comércio exterior e outras; e passou-se a exercer forte regulação em algumas atividades (investimentos setoriais, investimentos de capital estrangeiro) assim como nas relações de trabalho, em mercados concentrados, nos preços e salários, nas tarifas públicas e no acesso a tecnologias (SUZIGAN, 2000, p. 16).

Além da forte participação do Estado, direta e indiretamente, investindo pesadamente em infraestrutura, o período de 1930 a 1980, notadamente a partir de 1950, o processo industrial brasileiro contou com considerável aumento nos investimentos diretos por parte do capital financeiro os quais fomentaram o desenvolvimento industrial e tecnológico do país. Suzigan (2000) destaca ainda que, foi nesse período que se deu a formação do sistema de desenvolvimento científico/tecnológico nacional de caráter público que resultou na criação de instituições de apoio à pesquisa, Centros de P & D, institutos de pesquisa, entre outros.

Ainda nesse período, mesmo nos momentos em que houve tentativas de retorno aos ideais liberais, o projeto de industrialização iniciado na década de 1930 prevaleceu com caráter nacional-desenvolvimentista e com forte intervenção estatal. Atesta esse caráter a participação do presidente Dutra em 1947 na “elaboração da Carta da Organização dos Estados Americanos com o propósito de intensificar a solidariedade e cooperação das Américas”. Em 1948, a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU) inicia seus trabalhos realizando estudos, elaborando projetos e ajudando técnica e financeiramente nestes (IANNI, 1986).

O mesmo caráter é reiterado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) o qual aproveitou-se dos estudos, pesquisas e diagnósticos realizados pela CMBEU para elaborar o Plano de Metas que se constituiu, nas palavras de Suzigan (1996, p. 8), na “primeira experiência efetiva de planejamento do desenvolvimento industrial como elemento central de uma estratégia abrangente de desenvolvimento econômico”.

Ianni (1986) ressalta que as relações entre economia e Estado se aprofundaram consideravelmente no governo de JK. Este governo lançou mão de “todos os recursos disponíveis” para alavancar o desenvolvimento econômico e sobremaneira a industrialização, o que, nas palavras do autor, “acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente”. Visto que, enquanto Vargas tinha firme vontade e ousadia política, parafraseando Cano (2015) de “utilizar o que tínhamos de soberania nacional”, para construir uma política e sistema

capitalista nacional, Kubistchek, para tornar o Plano de Metas exequível conduziu sua política “para o desenvolvimento econômico dependente ou associado”.

Em consequência, desenvolveu-se novo estágio no processo de internacionalização da economia brasileira. Isto é, a estrutura do setor industrial tornou-se amplamente integrada à estrutura econômica mundial, por intermédio das empresas multinacionais. Isto significa que as decisões sobre a política de produção, comercialização, novos investimentos etc. de muitas empresas deveriam ser tomadas no exterior; ou em combinação com as decisões tomadas pelas matrizes. No mesmo sentido, certas inovações de *Know-how* e de moda (estilos etc.) passaram a ser função direta e indireta das decisões tomadas pelas matrizes. *Portanto, a industrialização ocorrida no Brasil implicou na reformulação das relações de dependência.* Nos termos em que ocorreu ela implicou e aprofundou a internacionalização da economia brasileira (IANNI, 1986, p. 173-174, grifo nosso).

O fato é que os anos 1950 foram marcados, conforme destacou Souza-Santos (2014), por um “aprofundamento das políticas” de cunho estatal voltadas para o processo de industrialização do país que geraram a aceleração deste processo. Contudo, o modelo de industrialização adotado, também considerado como modelo de desenvolvimento do país, começaria na década de 1960 a dar sinais negativos das relações de dependência da economia externa. Suzigan (2000, p. 17) ressalta que o modelo adotado nos anos anteriores “sacava contra o futuro”, isto porque, se pautou predominantemente na contratação de empréstimos e financiamentos externos e na política cambial, potencializados pelo Plano de Metas JK.

Assim, nos anos de 1960 se desenhou no país um contexto complexo que culminou numa grave crise político-financeira conjugada. IANNI (1986, p. 196) aponta que a crise econômica se apresentou da seguinte forma “[...] reduziu-se o índice de investimento, diminuiu a entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e agravou-se a inflação”. O resultado disso se mostra no mapa apresentado na figura 3 que retrata a distribuição industrial no Brasil em 1960, mantendo o padrão das décadas anteriores. Apesar do padrão permanecer, há um sensível crescimento em Goiás e um decréscimo perceptível no Nordeste do Brasil.

O autor salienta ainda que a etapa da industrialização por substituição das importações havia terminado e que era preciso propor “novos programas de desenvolvimento” e que os governos que sucederam a Juscelino Kubistchek, em especial Jânio Quadros e João Goulart, não tinham “condições de resolver as contradições herdadas” do governo anterior. Desse modo, os governos tanto de Jânio Quadros quanto de João Goulart não chegaram a apresentar uma política econômica com um sistema de diretrizes coerentes, configurando-se muito mais como um conjunto de ações improvisadas. Com isso, o planejamento do desenvolvimento industrial foi abandonado.

Nos anos de 1970, particularmente entre os anos de 1968 e 1973, conhecidos como os “anos do milagre brasileiro” ocorreu retomada da preocupação com o planejamento do desenvolvimento econômico no geral, resultando inclusive em planos formais (Suzigan, 1996). Dentre os planos desse período se destacaram o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), Metas e Bases para a Ação Governamental (1970-1972) e os I, II e III Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1985) (IANNI, 1986).

Para a indústria, destaca-se o II PND que voltou a estabelecer metas setoriais que ampliou o leque de setores para incluir outras indústrias produtoras de insumos básicos a serem beneficiadas pelos planos governamentais. Para Suzigan (1996) o II PND pode ser considerado como “experiência de política industrial lato sensu”.

É inegável que as ações desenvolvidas desde a época de 1930, especialmente a partir de 1950, fizeram com que a atividade industrial ocupasse o lugar central tanto nas agendas do Governo, quanto na economia do país. Todas as experiências desenvolvidas propiciaram a estruturação da atividade industrial, resultando no crescimento e diversificação da produção e mesmo do PIB. Contudo, especialmente a partir dos anos de 1964, IANNI (1986, p. 289) assinala que:

A análise da política econômica governamental desde 1964 revela o predomínio da tendência internacionalista. Ou seja, revela um conjunto de alvos, diretrizes, técnicas e decisões orientado no sentido de impulsionar e consolidar um subsistema econômico associado (ou melhor dependente).

Segundo o autor, as relações de complementaridade/interdependência e mesmo dependência do exterior foram características marcantes no processo de industrialização brasileira e à medida que essas relações se aprofundaram, ocorria a internacionalização dos capitais e decisões, aprofundando por sua vez o capitalismo dependente no país.

Assim, o processo de industrialização promovido no Brasil, constituiu-se contraditório, visto que, ao passo que promoveu relativo desenvolvimento econômico do país, ampliou as relações de dependência dos países desenvolvidos, implicando no que Ianni (1986) chamou de “reformulação das relações de dependência”. Tal condição gerou problemas e dificuldades, especialmente a partir dos anos de 1980, que exigiram mudanças na organização e atuação do Estado para enfrentar os problemas que emergiram. Suzigan (1996) destaca os principais problemas que precisavam ser enfrentados:

[...] (i) protecionismo excessivo, não seletivo, sem metas nem prazos de *phasing out*, e nem quaisquer contrapartidas em termos de desempenho [...]; (ii) tardia e insuficiente ênfase no fomento à exportação; (iii) quase desleixo em relação à

capacitação tecnológica para inovar, em complementação ao fomento à capacitação para produzir; (iv) ampla concessão de subsídios (fiscais e financeiros) à formação de capital industrial e à exportação de produtos manufaturados; (v) forte intervenção reguladora, particularmente sobre investimentos, preços e salários [...]; (vi) *não o sequencialidade dos planos e políticas, com apenas dois períodos em que o desenvolvimento industrial foi objeto de planejamento indicativo, estabelecimento de metas setoriais e coordenação de instrumentos e políticas auxiliares* (SUZIGAN, 1996, p. 14-15, grifo nosso).

Embora o processo de industrialização ocorrido no Brasil entre 1930 a 1980 tenha deixado como legado uma considerável e diversificada base produtiva seria preciso ainda que a industrialização continuasse avançando para outros setores, em especial transportes e comunicação e, sobretudo, para setores e produtos que agregassem maior tecnologia para assim continuar o percurso industrial. Contudo, algumas mudanças na conjuntura internacional se sobrepuseram ao projeto industrializante do país e as políticas, medidas, planos, entre outros, adotados outrora foram sendo gradativamente descartadas.

Nos anos de 1980, se delineou um cenário sombrio para a industrialização brasileira, visto que, o Estado se viu diante de questões econômicas complexas tanto do ponto de vista estrutural (enfraquecimento do modelo de substituição das importações), quanto do ponto de vista conjuntural (problemas macroeconômicos, agravamento da dívida externa, entre outros). Tal cenário, fez com que o Estado e, por consequência, as políticas econômicas concentrassem suas forças no projeto de estabilização macroeconômica. Essa mudança de prioridade promoveu o afastamento e mesmo o abandono da agenda dos governos e mesmo das políticas voltadas para a industrialização. A partir dos anos de 1980 “deixou de existir um projeto nacional de industrialização” (SUZIGAN, 2000, p. 18). O resultado foi a estagnação e retrocesso da indústria no Brasil.

Mas, o que fica explícito no período histórico compreendido de 1930 até 1980, é que a política de desenvolvimento industrial, sob a égide do Estado, foi de fundamental importância para se atingir o patamar de industrialização alcançado pelo país. Ianni (1986) salienta que o desenvolvimento econômico e, sobretudo, a industrialização ocorrida no Brasil não foi fruto do “jogo espontâneo e automático das forças produtivas de mercado [...], mas resultaram da ação direta ou indireta do Estado”, o que nos leva a concordar com Cano (2015) quando diz que é preciso repensar a questão nacional, bem como, reconstruir o Estado, sobretudo nos países dependentes como o Brasil a partir de 1980.

1.3 Mudanças político-econômicas no Brasil e o processo de industrialização de 1980 a 2018

Chegada a *Grande Crise* (o período pós-1980), o que assistiríamos seria o gradativo abandono das políticas (nacional e regional) de desenvolvimento [...].

Cano, 2008, p. 15.

O processo de industrialização, bem como, os avanços industriais ocorridos no Brasil no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1980 se deram devido à forte e direta condução do Estado. Nesse período, a questão industrial passou a fazer parte da agenda do governo e, mais do que isso, passou a ser prioridade nos planos de governo, tal como dos planos de desenvolvimento do país, como resultado desse cenário

No início da década de 80, o parque industrial brasileiro apresentava uma considerável situação de maturidade, demonstrada pelo elevado grau de interação intersetorial e de complexidade, representado por segmentos produtores de bens de consumo intermediário e final e de bens de capital. A matriz industrial abrangia desde os segmentos mais modernos ligados às indústrias metal-mecânicas e química (cujo peso no valor da produção industrial aumentou de 37% para 51%, entre 1959 e 1980) aos mais tradicionais (KON, 1994, p. 196).

A configuração dessa situação pode ser observada na figura 4, nesse mapa é possível observar que, embora prevaleça a concentração no Sudeste, outros estados começam a se destacar industrialmente.

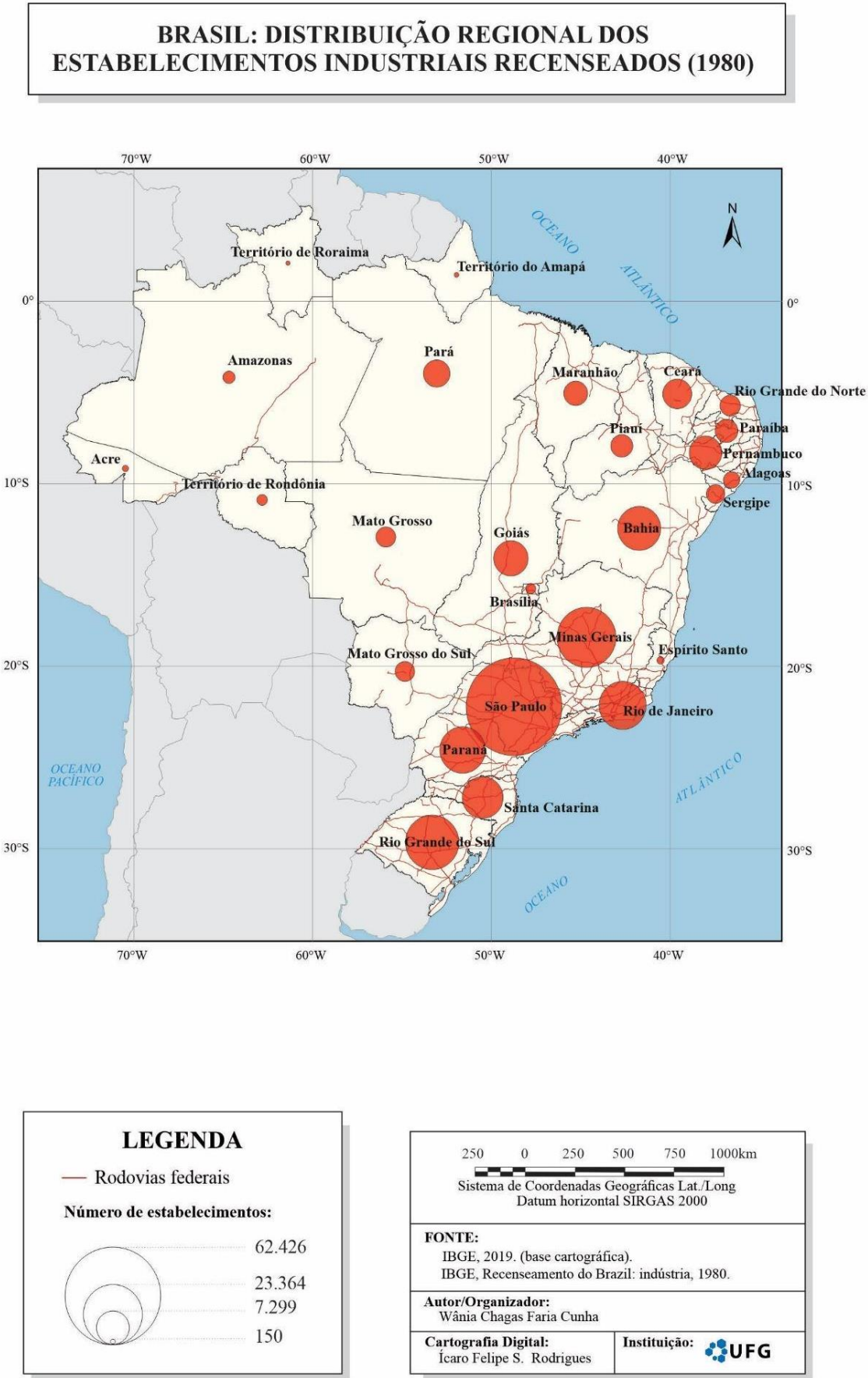
Contudo, a partir de 1980, um novo cenário começou a se desenhar para a indústria brasileira em função da crise da dívida que debilitou o Estado que, sintomaticamente, encolheu os investimentos e o crescimento da economia. Esse quando ainda foi agravado pela instituição de políticas neoliberais (CANO, 2008).

Além do mais, o modelo de industrialização pautado no processo de substituição de importação, desde o final dos anos 70, vinha dando sinais de esgotamento. Ademais, conforme destacou Kon (1994), a conjuntura macroeconômica havia criado um panorama econômico comprometedor para os progressos necessários que a industrialização brasileira precisava alcançar, como por exemplo, investir em setores que exigem mais tecnologia.

Cano (2008) destaca que a crise econômica internacional iniciada com a crise do petróleo (1973) tomou proporções inesperadas com a elevação desmedida das taxas de juros pelos Estados Unidos. Os resultados desta foram nefastos, especialmente para os países subdesenvolvidos.

No Brasil os impactos desta foram consideravelmente sentidos em todos os setores, mas, sobretudo, no setor industrial que precisava continuar seu processo de evolução.

Figura 4 – Distribuição das indústrias no Brasil em 1980



Fonte: IBGE (1980, 2019)

Cano (2008) sintetiza os efeitos da crise para o Brasil dizendo que:

O efeito imediato para os países subdesenvolvidos e fortemente endividados, como o Brasil, foi o corte substancial do financiamento externo, desdobrando-se em outros efeitos perniciosos: alta inflação, queda do investimento, baixo crescimento, crise crônica de balanço de pagamentos, corte do crédito interno, elevação acentuada das dívidas públicas externa e interna, o que aprofundaria as crises fiscais e financeiras do Estado nacional, debilitando ainda mais o gasto e o investimento público (CANO, 2008, P.23).

Na prática, a crise representou a diminuição da atuação do Estado no plano econômico nacional e principalmente na promoção da dinâmica industrial. Pode-se, assim dizer, que se iniciava a fase de estagnação e regressão da estrutura industrial. Suzigan (2000) ressalta que a crise econômica estrutural (esgotamento do modelo de substituição das importações) e conjuntural (aumentos de juros em consequência da crise da dívida) se sobrepôs à política de industrialização. Desse modo, ainda no último governo militar (João Figueiredo 1979-1985) esgotou-se o “projeto nacional” de industrialização iniciado em 1930.

As ações praticadas então, como os planos, programas de investimento e desenvolvimento, foram abandonados. O Estado foi gradativamente saindo de cena. Primeiro devido à redução na capacidade de investimento e financiamento. Segundo porque o nacional-desenvolvimentismo e intervencionismo vinham gradativamente perdendo espaço para os ideais neoliberais.

Assim sendo, a partir dos anos 1990, o país mergulhado na crise macroeconômica assistiu à desconstrução dos fatores condicionantes do desenvolvimento industrial. Suzigan (2000) destaca que a crise fiscal-financeira do Estado e principalmente a “falta de decisão política” em dar continuidade ao projeto de industrialização do país resultou no processo de estagnação e regressão da estrutura produtiva a partir da década de 1980. Esta regressão teve implicações diretas na participação do Brasil no comércio internacional. Suzigan (2000) destaca que os avanços alcançados até 1985 com relação à exportação de bens manufaturados regrediu.

A partir dos anos 1990, observou-se a elaboração de um novo arcabouço de poder, no qual se alicerçaria a política econômica brasileira e, sobretudo, a política industrial ou, a quase ausência desta (como veremos adiante). O Estado passa a adotar diretrizes claramente liberais e a “abertura da economia ao capital estrangeiro, juntamente com a abertura do mercado interno ao comércio internacional” passa a ser realidade no Brasil (SUZIGAN, 2000, p.19).

Cano (2008) assinala que a expansão dos ideais liberais se deve ao grande excedente financeiro acumulado desde a década de 1950. Essa situação fez com que o Sistema Financeiro Internacional ressuscitasse o liberalismo, por meio do enaltecimento das políticas neoliberais pautadas, sobretudo, em medidas de desregulamentação para os fluxos internacionais de capital

e de redução da participação de Estado na economia. Cano (2008) sintetiza as consequências da adoção de ideias neoliberais para os países subdesenvolvidos dizendo o seguinte:

[...] na década de 1990, o receituário neoliberal implicou a submissão consentida dos países subdesenvolvidos à Nova Ordem, representada pelos preceitos contidos no chamado Consenso de Washington, com o que abdicamos de nossa soberania nacional, no desenho, na implementação e no manejo da política econômica (CANO, 2008, p. 27).

Desse modo, ocorre, de maneira deliberada, a quebra (do que se tinha) de soberania nacional nos países subdesenvolvidos e a imposição de um conjunto de medidas institucionais de cunho liberal. No Brasil, um conjunto de medidas foram tomadas, sobretudo, em busca da estabilização econômica. Dentre as medidas adotadas, destaca-se a abertura econômica que produziu impactos altamente negativos na balança comercial, gerando suntuosos déficits comerciais e de serviços. É preciso destacar ainda que a abertura econômica e a política de valorização da moeda tiveram resultados positivos por um curto período, especialmente no que tange a contenção da inflação, mas isto se deu às custas de um agudo crescimento da dívida externa (CANO, 2008). A partir de 1990, o setor industrial foi, sem dúvida, o mais atingido tanto os setores de produtos mais leves quanto os setores mais complexos, destaca Cano (2008). A indústria de transformação perdeu duplamente. Primeiro, pelo arrefecimento do mercado interno. Segundo, pelas quedas nos investimentos no setor por parte do Estado.

Alguns autores como Cano (2008), Suzigan (2000) entre outros, ressaltaram que grande parte dos impactos sofridos pelo setor industrial a partir da década de 1990 deveu-se ao que Kon (1994, p.199) chamou de “ausência de medidas complementares para o desenvolvimento de tecnologia e de recursos humanos” ao longo da política industrial desenvolvida até então, o que, por sua vez, acabou por levar ao esgotamento do modelo.

Contudo, Kon (1994) destaca que, apesar das falhas do modelo adotado, em meados da década de 1980 o Brasil possuía um parque industrial com considerável grau de integração entre os diversos setores de bens de consumo intermediário e final, bem como, de bens de capital. O modelo industrial implantado visando substituir as importações havia alcançado êxito, visto que, tanto os insumos básicos quanto os insumos de produção (das indústrias de base) eram atendidos pela indústria nacional. No entanto a autora ressalta que:

[...] o elevado protecionismo no decorrer do desenvolvimento do parque industrial acarretou uma situação, no início dos anos 80, em que eram marcantes as ineficiências estruturais, o atraso tecnológico e níveis de produtividade inferiores aos padrões mundiais em alguns segmentos, além de uma heterogeneidade técnica acentuada, visualizada em uma coexistência de tecnologias tradicionais e avançadas em um mesmo ramo industrial (KON, 1994, p. 196).

Assim, no momento de abertura comercial e valorização cambial, as indústrias nacionais não conseguiram competir com as indústrias estrangeiras. Tal situação contribuiu para deflagrar a deficiência ou falta de continuidade no processo industrial brasileiro, isto é, a ausência de investimento no setor tecnológico, contribuindo para a estagnação do setor industrial no país. Na década de 1990, a festa cambial, parafraseando Cano (2008), fez com que a produção industrial nacional fosse quase suplantada pelas importações, o que repercutiu na queda da participação da indústria na geração do PIB.

A industrialização nacional, a partir da década de 1990, ficou à mercê da própria sorte com a emergência do Estado mínimo e principalmente pela inexistência de uma política industrial. A partir de então, além dos desafios anteriormente mencionados, a indústria nacional passou a enfrentar a entrada de capital externo, cortes nos recursos voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico, mudança na atuação das instituições públicas, sobretudo do BNDES e Banco do Brasil, e ainda o desencadeamento da Guerra fiscal.

As políticas liberalizantes resultaram na abertura econômica tanto para a entrada de capital estrangeiro quanto para a saída de capital do mercado interno. A maior parte do capital externo que entrou no país se deu na forma de Investimento Direto do Exterior (IDE). A maior parte destes se destinou à compra de empresas, intensificando as privatizações, o que favoreceu, segundo Souza-Santos (2014), a primarização da estrutura econômica e a desnacionalização da produção. Cano (2008) chamou esse processo de desindustrialização. Os dados abaixo ilustram o que os autores apontam.

A despeito da entrada de capital estrangeiro, por meio de IDE, ao desencadear as privatizações, especialmente dos meios de transporte, comunicação, energia e serviços, promoveu a evasão de divisas por meio da remessa de lucros para o exterior. Cano (2008) destaca ainda, como consequência da liberalização, o aumento dos gastos (com serviços) no exterior, bem como, investimentos dos parques capitais nacionais no exterior, superando inclusive o volume de capital investido no país. Outra medida que trouxe significativo impacto ao processo industrial brasileiro foi o crescente corte de recursos orçamentários voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico. A partir de 1990, as medidas liberalizantes adotadas resultaram na:

[...] redução ou fechamento de centros P & D (principalmente nas empresas estatais), perda de pessoal técnico, redução dos orçamentos de fundos específicos de financiamento a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, e cortes de bolsas de pesquisa e de pós-graduação (SUZIGAN, 2000, p. 20).

Sobre os poucos recursos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico da industrialização brasileira, os quais se tornaram mais escassos a partir de 1990, é preciso considerar que uma das causas foi a opção pelo modelo de industrialização pautado na substituição das importações que se ocupou em construir setores tradicionais “[...] procurando fazer com que a estrutura industrial convergisse para o padrão estrutural das economias industrializadas [...]” (SUZIGAN; FURTADO, 2006). Mesmo assim, nesse momento já se tentava avançar para a criação de um sistema de inovação. Contudo, pouca ênfase foi dada à construção do sistema de inovação que permitisse que o país se tornasse um ativo participante no desenvolvimento tecnológico, conforme destacou Souza-Santos (2014).

Nesse sentido, Suzigan e Furtado (2006) chegaram a dizer que o momento de mudar o modelo de industrialização, pautado na substituição de importação, foi na passagem dos anos de 1970 para 1980, visto que este modelo já vinha dando sinais de esgotamento e que o próximo passo deveria ter sido investir no desenvolvimento tecnológico. Segundo os autores:

Cabia reduzir o foco na construção de setores, reconhecendo o fim da substituição de importações como processo de industrialização, e passar a estabelecer metas mais qualitativas, voltadas para inovação, desenvolvimento tecnológico, qualidade e produtividade (SUZIGAN; FURTADO, 2006, p.171).

Os autores destacam que essa mudança chegou a ser cogitada a partir de um ensaio de reforma da política de comércio exterior e de incentivos fiscais. Chegou-se a criar a Secretaria Especial de Informática (que deu origem à Lei de Informática). Mas, as mudanças foram abortadas dada a crise macroeconômica que fez dos anos 1980 a “década perdida” para o Brasil e, principalmente para a industrialização brasileira.

É preciso destacar ainda o impacto das mudanças ocorridas em função das instituições públicas, em especial do BNDES, decorrentes da adoção do modelo econômico pautado no Estado mínimo e na crescente entrada do mercado na economia para a industrialização brasileira. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi criado em 1952 (pela lei nº1.628, de junho de 1952), com o objetivo de ser o principal financiador do desenvolvimento industrial⁶. Suas ações concentraram-se inicialmente na promoção da indústria de base e infraestrutura, reaparelhando e fomentando tais atividades, visando o desenvolvimento da economia nacional.

No entanto, nos finais dos anos 1980, mais precisamente a partir dos anos de 1990, começa a passar por reestruturação. Primeiro, pelo caráter que assumiu, desde sua criação, na política industrial e financeira do país e segundo pelos severos cortes orçamentários que sofreu

⁶ Para mais detalhes consultar: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>

devido à crise macroeconômica e a adoção das políticas liberais. Souza-Santos (2014) destaca que o BNDES se voltou para organizar e financiar as privatizações. Suzigan (2000, p.20) chega a dizer que o BNDES se especializou em “agência de privatização e hospital de empresas”. Kon (1994), por sua vez, sintetiza da seguinte forma o papel assumido pelo BNDES a partir da década de 1990:

[...] O BNDES definiu um novo modelo de desenvolvimento para o país, desligado de políticas setoriais e centrado na busca de competitividade e produtividade. Trata-se do modelo de “integração competitiva” em que as novas linhas de financiamentos destinam-se a indústrias que apresentam fatores de competitividade, como qualidade total, tecnologia e aprimoramento da mão-de-obra (KON, 1994, p. 203).

A partir da década de 1990, fica claro que deixou de existir o projeto nacional de industrialização. Desde então, as ações de coordenação da industrialização foram abandonadas e pior do que isso “deixou de haver no governo federal uma atitude pró PI” (SUZIGAN; FURTADO, 2006, p.172). Como resultado dessa situação Suzigan e Furtado (2006, p. 20) destacam que a partir dos anos oitenta até o final dos anos noventa as principais instituições de política industrial passaram por um “processo de esvaziamento, com perda de recursos e de pessoal técnico e desvirtuamento de funções”.

Desse modo, frente à inexistência de diretrizes nacionais e mesmo de política de industrialização, começa a surgir, por parte dos governos estaduais, diversas ações visando atrair “investimento produtivo” promovendo o desencadeamento de uma guerra fiscal entre os entes públicos subnacionais” (CANO, 2008, p.33). O referido autor sintetiza os resultados da Guerra fiscal entre os estados da federação expondo que:

Muitos governos locais (estaduais e municipais), como medida de defesa – mas também por acreditarem na ideologia do Poder Local –, lançaram-se à infeliz empreitada da “guerra fiscal”, submetendo-se a verdadeiros leilões de localização industrial promovidos por empresas de grande porte (em geral transnacionais), transferindo dinheiro de pobres para milionários e fomentando a localização pelo subsídio e pelo trabalho periférico, ainda mais precarizado e barato (CANO, 2008, p. 34).

A essa crise do federalismo brasileiro no que tange a ausência de política industrial e mesmo de diretrizes para o setor, observa-se um certo retrocesso na marcha de integração do mercado nacional. Isto porque, a busca desenfreada por investimentos produtivos atrai, na maioria das vezes, grandes corporações internacionais que além de não gerarem o encadeamento e fortalecimento da economia local-regional, promovem a remessa de lucros, isto é, a exportação líquida de divisas para o exterior. Desse modo, os ideais liberalizantes, ao exigir o Estado mínimo, inviabilizou a política industrial, o que, por sua vez, promoveu o abandono do:

[...] fomento à indústria e iniciando um amplo processo de privatizações de indústrias e de infraestrutura. Isto mudou radicalmente o ambiente econômico, submetendo a indústria, enfraquecida por muitos anos de estagnação, à concorrência predatória de importações e investimentos estrangeiros, resultando em fortes processos de desnacionalização, conflitos entre Estado e entidades representativas das empresas, fortes pressões setoriais por proteção (e. g. automobilística), crise do federalismo devido às políticas estaduais de atração de investimentos que ocupavam o espaço vazio da PI, baixo dinamismo da indústria que lutava para se ajustar ao novo quadro, desemprego crescente e enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas (SUZIGAN; FURTADO, 2006, p. 172-173).

De modo geral, a década de 1990 representou o divisor de águas no que se refere à política econômica brasileira, o que, por sua vez, refletiu substancialmente no modelo de política industrial adotado a partir de então. O Estado, sob a condução de Fernando Collor de Mello (1990-1992), rompe drasticamente com o nacional desenvolvimentismo. Chegava ao fim o modelo de substituição de importações e de proteção ao setor industrial e inaugurou-se a abertura unilateral da economia nacional.

Collor assume a governança do país com um Estado extremamente fragilizado interna e externamente, afirma Sallum Jr. (2011). O plano interno apresentava uma dívida pública considerável, agravada pela hiperinflação de 80% ao mês, dificuldades fiscais e também a ineficiência do setor público empresarial.

No plano externo a situação não se encontrava menos complicada. O Brasil enfrentava um clima inflamado com os principais centros capitalistas, em função da moratória da dívida externa. Mantinha o mercado interno relativamente fechado pelas medidas protecionistas. Além de estar à margem dos principais fluxos de investimentos do capital externo. O que resultou na impossibilidade de impulsionar o desenvolvimento.

Assim sendo, se justificou que era preciso rever o modelo de desenvolvimento adotado até então. Guerra (1997, p.40) afirma que “era necessário mudar não apenas para corrigir tais problemas, mas também por que havia se esgotado um processo histórico de desenvolvimento”. Desse modo, Collor, ao vencer as eleições de 1989 (a partir de uma campanha pautada no discurso de modernidade, de reforma do Estado, do setor industrial e de medidas de abertura econômica ao capital externo), estabelece seu plano de governo, o Plano de Estabilização Brasil Novo.

O Plano Collor, como ficou conhecido, apoiou-se em três pilares: reforma monetária, ajuste fiscal e liberalização do setor externo. Com isso, Collor promove profundas reformas econômicas com dupla inspiração que, conforme aponta Sallum Jr. (2011, p. 263), se pautaram no “receituário neoliberal e no projeto de integração competitiva”. Quanto ao

receituário liberalizante, o referido autor adverte que é uma visão simplista atribuir a Collor o “marco zero” deste receituário no Brasil.

De acordo com Sallum Jr (2011) os governantes no fim da década de 1970, mas, sobretudo, a partir de 1980, já haviam percebido a necessidade de reverem a atuação do Estado tanto na política econômica, quanto na industrial. A crise econômica dos anos oitenta evidenciou a fragilidade do Estado brasileiro e a incapacidade de continuar com a política econômica adotada até então. Ademais, em 1980 tornou-se necessário rever a política industrial frente à evidência de descompasso da indústria brasileira em relação à produtividade, à qualidade e, especialmente, no aspecto tecnológico quando comparada às indústrias dos países centrais.

Assim, ao longo dos anos de 1980 a preocupação com o setor industrial voltou-se para a necessidade de modernização, competitividade e avanço tecnológico, mas prevaleceu a necessidade de estabilizar a economia. Apesar da prioridade ser com a estabilização econômica, em 1981 foi criada a Comissão Especial de Desestatização que visava promover o setor privado e limitar a criação de novas estatais. Além disso, a partir desse momento formalizou-se o processo de privatização no Brasil, ainda no governo de Figueiredo (1979-1984). Mas, foi no governo de Sarney (1985-1989) que se reforçou a necessidade das privatizações e da redefinição do papel das estatais no que se referia à modernização tecnológica e à competitividade⁷.

Sallum Jr. (2011) reitera que, embora as políticas econômicas e também a política industrial do governo Collor tenham seguido o receituário neoliberal, não se pode confundi-las com a implantação do neoliberalismo mesmo tendo conexões importantes com este. Para o autor, o que se pode dizer em relação ao governo Collor é que este adotou medidas reformistas de cunho liberal, mas que “não se confundia com o neoliberalismo”.

Um dos argumentos usados para diferenciar as medidas liberais do neoliberalismo propriamente dito é que tais medidas adotadas por Collor faziam parte do seu plano de governo, o Plano Collor, o que, por sua vez, se contrapõem ao ideário neoliberal (SALLUM, 2011). As diferenças não param por aí, elas também estão presentes no “projeto de integração competitiva”, que compunha o Plano Collor. Sallum Jr. (2011) destaca que esse projeto nasceu em resposta à crise do Estado nacional-desenvolvimentista que havia perdido a capacidade de fomentar o desenvolvimento em função da crise (com a dívida externa e desequilíbrios fiscais) em que se encontrava. O autor sintetiza dizendo que:

⁷ Para mais detalhes sobre as privatizações nos governos de Figueiredo e Sarney, consultar Pinheiro (1991).

A ideia central contida no projeto de “integração competitiva” era de transferir para a iniciativa privada o centro motor do desenvolvimento brasileiro, reduzindo as funções empresariais do Estado e “abrindo” a economia brasileira para o Exterior. Não se propugnava, porém, um “ajuste” passivo aos dinamismos do capitalismo mundial; propunha-se, ao contrário, uma reestruturação do sistema produtivo brasileiro em vista de tornar a indústria brasileira competitiva no plano internacional (SALLUM JR., 2011, p. 264).

Para tanto, o projeto de integração competitiva precisava de um Estado forte capaz de comandar as atividades econômicas do país, especialmente no que se referia à política industrial que se pretendia implantar, pautada no estímulo ao empresariado privado. De resto, Sallum Jr. (2011, p. 265) reitera: “O ideário da integração competitiva diferenciava-se do neoliberalismo também por ser, ao contrário dele, uma forma de nacionalismo não defensivo, mas de afirmação nacional no plano internacional”.

Como resultado do projeto de integração competitiva, criou-se a PICE (Política Industrial e de Comércio Exterior) em 26 de junho de 1990 como uma política industrial lato sensu. Suzigan (1996), Guerra (1997) entre outros salientam que a PICE se constituiu na ação de desmontar o sistema de proteção e incentivos adotados até então e compreendia duas linhas de ações: política de competitividade e política de concorrência.

Por sua vez, Guimarães (1995) explica que a primeira visava apoiar as indústrias para aumentar a eficiência, para competir no mercado externo, por meio de modernização da estrutura produtiva. A segunda pretendia reprimir ações monopolistas e estimular a competitividade no mercado interno.

À vista disso, pode-se observar que a PICE se distancia dos ideais neoliberais, por se constituir uma política de governo para promover o desenvolvimento industrial. Contudo, se constituiu numa importante medida liberalizante ao transferir para o setor privado a tarefa de aumentar a eficiência tecnológica e produtiva. De resto, Guimarães (1995, p.05) sintetiza, com base nas diretrizes gerais da PICE, que esta política tinha como objetivo:

[...] o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, mediante a modernização e reestruturação da indústria. Afirma que a política a ser implementada exige “formas de atuação governamental e de regulação de atividade econômica substancialmente diferentes daquelas vigentes ao longo do processo de substituição de importações” (p.6). Em particular, indica que, nessa nova fase, “é necessário utilizar de forma mais eficaz as forças de mercado para induzir a modernização tecnológica do parque industrial e para aperfeiçoar as formas de organização da produção e da gestão do trabalho” (GUIMARÃES, 1995, p. 05).

Contudo, a PICE, bem como, outras medidas propostas no Plano Collor, foi duramente afetada pelas dificuldades macroeconômicas. O governo de Collor herdou condições bastante negativas dos anos oitenta. Assumiu a liderança de um Estado fragilizado politicamente (forte movimento em prol da democratização nos anos 1980) e economicamente

em função da recessão causada pela hiperinflação, pelo endividamento externo que, por sua vez, gerou a crise da dívida (o Brasil, pois, estava em moratória). Desse modo, diversas políticas propostas não saíram do papel. Outras, embora iniciadas, foram abandonadas.

No que se refere diretamente à política industrial, Guimarães (1995, p. 24) destaca que os avanços foram modestos devido à “dificuldade enfrentada no âmbito do Estado para redefinir e implementar uma nova agenda de política industrial”. O autor salienta que a mencionada dificuldade se deveu também a:

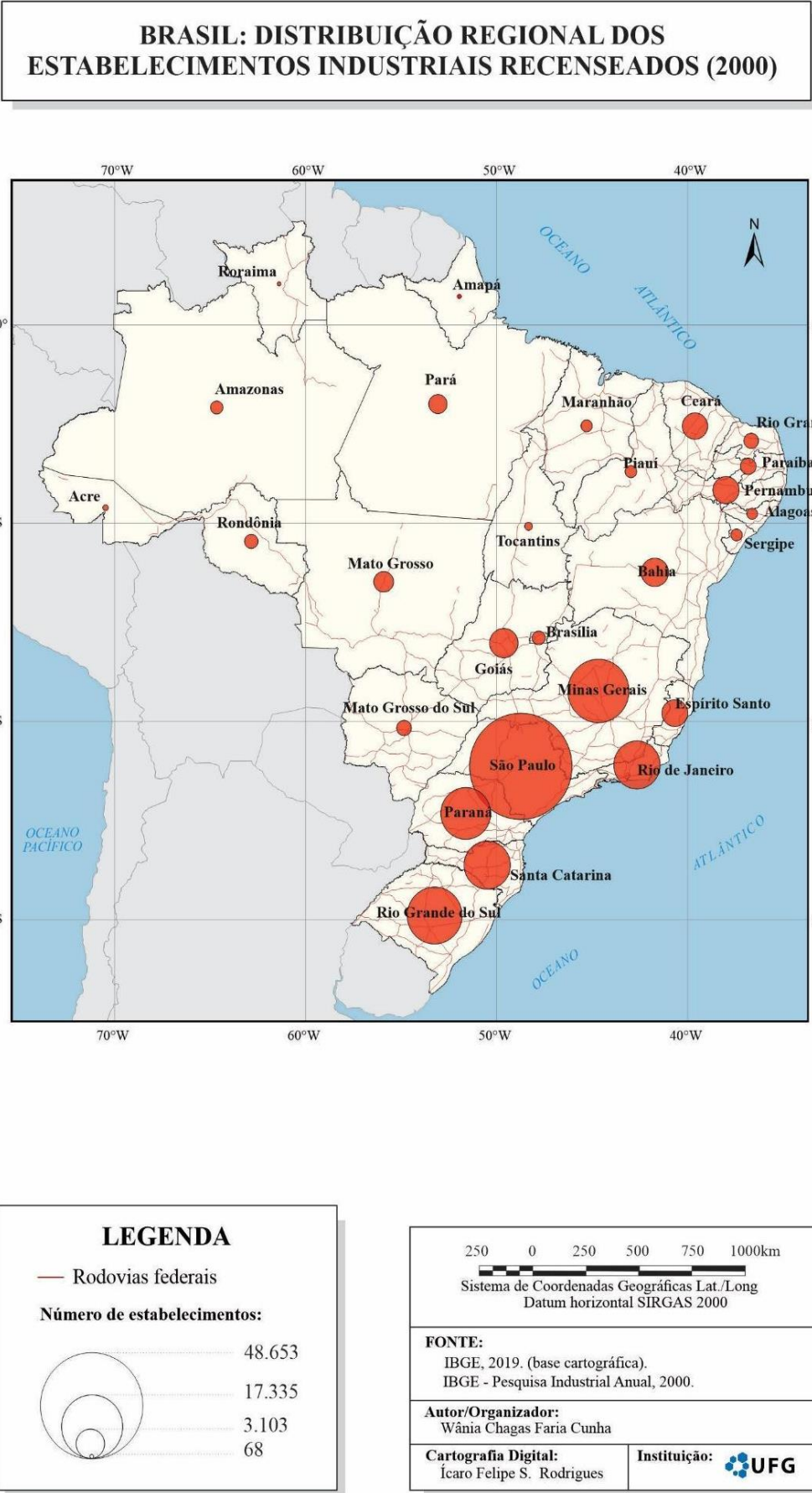
- (i) a dificuldade de identificar novos instrumentos de política, que sejam adequados a um novo padrão de crescimento industrial e, mesmo, de libertar-se dos mecanismos e instrumentos em torno dos quais se estruturou a política industrial no passado;
- (ii) a carência de instrumentos legais e de quadro institucional adequados às novas exigências e características da política industrial, ou mesmo a existência de dispositivos legais e de marco institucional inadequados à nova política, bem como a baixa capacidade de implementar a legislação existente;
- (iii) o despreparo das agências governamentais envolvidas para definir e implementar a nova política seja pela falta de capacitação ou in experiência dos seus quadros técnicos para gerir os novos instrumentos, seja pela carência material que têm enfrentado a quase totalidade dessas agências (GUIMARÃES, 1995, p. 24).

Guerra (1997) reitera que dadas as precárias condições políticas e financeiras do Estado os avanços do governo Collor foram poucos. Contudo, o autor aponta como mérito desse governo o estímulo à busca da competitividade pelas empresas fazendo com que muitas respondessem por conta própria, isto é, sem incentivos ou benefícios públicos, a abertura econômica. Mas isto, segundo o autor, acabou por gerar uma espécie de “tiro pela culatra”, visto que a política de competitividade necessitava de ações articuladas e continuadas do governo, o que não ocorreu.

Isso refletiu na espacialização mostrada na figura 5, as indústrias buscaram incentivos dos governos estaduais. O que precedeu a desconcentração sutil da industrialização experimentada nos anos posteriores.

Ainda sobre a década de 1990 é possível afirmar que as empresas ao buscar saídas por conta própria, por seu turno, fez com que a estrutura produtiva regredisse, que a participação da indústria no PIB reduzisse, que cadeias produtivas fossem desarticuladas, que indústrias de alta tecnologia em implantação fossem desativadas e muitas indústrias levadas à falência. Tudo isso em virtude de que as relações entre agentes econômicos (públicos e privados), estruturas de mercado e padrões de concorrência não se ajustaram de imediato (SUZIGAN, 2000).

Figura 5 – Distribuição das indústrias no Brasil em 2000



Fonte: IBGE (2000, 2019)

Ademais, é preciso salientar que Collor não chegou ao fim do seu governo, foi, portanto, a Itamar Franco creditado o fracasso da política de informática e como aponta Guerra (1997, p. 45)⁸:

[...] tudo indica que o fato de algumas empresas terem “espontaneamente” respondido à abertura, tornando-se mais competitivas, induziu a uma avaliação errônea: o país poderia prescindir de uma política de reestruturação industrial. Negava-se a política industrial vertical e delegava-se ao mercado a tarefa de livremente estimular o ajuste (GUERRA, 1997, p. 45).

E nessa perspectiva de negação de uma política industrial vertical e, sobretudo, de transferir para o mercado a responsabilidade de promover competitividade e modernização da indústria nacional, estruturou-se a política industrial do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Nesse, ainda prevaleciam os desafios da conjuntura macroeconômica marcada, desde o final dos anos 1990, pelo baixo crescimento da economia, déficits na balança comercial, juros elevados, entre outros. Coronel et al (2014, p. 112) assim sintetiza a situação da política industrial:

No governo Fernando Henrique Cardoso, a política industrial ficou subordinada à estabilidade econômica, ou seja, existia a convicção de que uma economia com sólidos fundamentos macroeconômicos era a condição necessária para alavancagem do setor industrial (CORONEL ET AL, 2014, p. 112).

Segundo Guerra (1997, p. 46), “O Governo FHC manteve-se, inicialmente, efetivamente imobilizado”. Suzigan e Furtado (2006) reitera dizendo que desde o final dos anos 1990 até meados de 2000 o Brasil continuava sem política industrial e esta, caso houvesse uma decisão de implantá-la, deveria enfrentar uma série de desafios, a citar: a) superar o viés ideológico anti-PI; b) vencer a política macroeconômica insensível ao desenvolvimento industrial; c) transpor a organização institucional pública pouco funcional; d) ampliar os parques investimentos e financiamentos industriais; e) fortalecer o SNDCT (Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); f) articular os instrumentos de política de comércio exterior, incentivos fiscais de competição e regulação; g) revitalizar a infraestrutura econômica e, por fim, enfrentar os severos problemas sociais, especialmente o desemprego (SUZIGAN e FURTADO, 2006).

Diante de tantos desafios a enfrentar numa conjuntura macroeconômica complexa foi se definindo profundas mudanças produtivas no país. Cano (2012, 2014), Coutinho (1996),

⁸ Fernando Collor de Mello foi destituído do cargo de presidente do Brasil num processo de impeachment ocorrido em 29 de dezembro de 1992. Por 76 votos favoráveis e três contrários (dois senadores se ausentaram do plenário), Fernando Collor foi condenado à inabilitação para o exercício de função pública por oito anos. Para mais detalhes consultar Villa (2016).

Suzigan (2010) entre outros assinalaram que o país vinha sofrendo a desindustrialização e desnacionalização da produção doméstica. Guerra (1997) salienta que as indústrias brasileiras tiveram diversas reações nesse período:

Algumas reduziram o escopo de suas atividades industriais concentrando-se em alguns segmentos e completando suas linhas de produtos com importações. Outras recorreram à importação de máquinas, insumos e equipamentos, o que possibilitou ganhos de produtividade. Vários grupos postergaram planos de expansão, desmobilizaram ativos não estratégicos, principalmente aqueles caracterizados como especulativos, e reduziram o grau de diversificação de suas estruturas. Por fim, certas empresas, como última alternativa, optaram por paralisar, sucatear ou vender unidades industriais menos eficientes ou com elevada capacidade ociosa (GUERRA, 1997, p. 46-47).

Como vimos anteriormente, os objetivos do governo Collor e continuados por FHC ao promover a redução dos incentivos e subsídios por parte do Estado e a abertura econômica, pretendia estimular a concorrência e a competitividade da indústria brasileira, no mercado interno e externo, bem como, desonerar os custos do Estado. Contudo, o processo de mudança de atuação do governo foi rápido e sem planejamento, visto que, as medidas adotadas foram desacompanhadas de ações articuladas entre os diversos setores do governo e o setor industrial.

Desse modo, o que se observou foi o enfraquecimento do setor industrial com a fragilização dos encadeamentos produtivos e por consequência a perda do fator multiplicador da indústria no país (COUTINHO, 1994).

Diante desse quadro, Guerra (1997) destaca que o Governo vinha estudando a necessidade de desenvolver políticas industriais verticais, de reestruturar o sistema financeiro do Brasil para possibilitar o financiamento da indústria a longo prazo, o autor sintetiza:

Renova-se, pois, o interesse na política industrial. O governo FHC rompeu com o imobilismo e decidiu-se a fazer política industrial lato sensu (horizontal e vertical), ainda que o gerenciamento do Plano Real crie incompatibilidades entre as políticas macroeconômica e industrial, como os elevados níveis de taxas reais de juros. Não é nada que se assemelhe a um Plano de Metas ou a um II PND, pois como visto os tempos são outros, mas já se admite publicamente tal objetivo, considerado uma heresia até pouco tempo atrás (GUERRA, 1997, p. 52).

É nesse contexto de reestruturação do sistema produtivo, da participação do Brasil no comércio internacional e frente à ameaça da ampliação da desindustrialização/desnacionalização é que, segundo Guerra (1997), emerge a reavaliação do Governo quanto à necessidade de rever a participação do Estado na economia e, sobretudo, na condução da política industrial.

Foi nessas circunstâncias que se iniciou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Ao assumir a Presidência da República, Lula, conforme evidencia Coronel et al (2004, p. 112), “viu-se diante de vários desafios relacionados ao setor industrial”. Somava-se a

estes, problemas de ordem macroeconômica e o agravamento das desigualdades sociais nos últimos decênios.

No que tange a política industrial, ao assumir a presidência (depois de uma acirrada disputa eleitoral permeada por forte especulação no mercado financeiro a respeito dos possíveis impactos de um governo de esquerda no poder), Lula inicia a construção das bases da futura Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE (CORONEL ET AL, 2014). Havia muito a se fazer para construir a Política industrial, dada a herança de desconstrução dos governos anteriores e mesmo da aversão a esta. Cano e Silva (2010) destacam que uma das primeiras medidas adotadas foi acabar com o veto à política industrial, implementado pelo Ministério da Fazenda no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).

Ademais, seria preciso reconstruir as esferas de planejamento e coordenação eliminadas ou reestruturadas. Um exemplo emblemático dessa questão foi a mudança de função do BNDES que de investidor e financiador da indústria nacional teve seu foco voltado para o processo de privatizações e lógicas puramente financeiras nos dois governos que antecederam o governo de Lula.

Como consequência desse quadro, isto é, mais de vinte anos sem política industrial, com o quadro técnico no assunto direcionado ou disperso em outras atividades, deflagra-se um grave problema de coordenação das ações que precisavam ser empreendidas. Salerno e Daher (2006) destacam que um efeito dessa situação foi a “compreensão da necessidade de novas construções institucionais” e completa:

Foi proposta e aprovada lei, em dezembro de 2004, criando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), envolvendo ministros, industriais e sindicalistas para discussão das estratégias, aconselhamento de ações e consultas, e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, um serviço social autônomo, que independe do orçamento da União: operando coordenadamente com o MDIC e o MCT, reúne um corpo profissional enxuto mas dedicado em tempo integral para coordenar ações, monitorar andamento, propor novas ações e eventualmente operar algum instrumento específico da PITCE. Com essas duas entidades operando aumentou a coordenação intragovernamental e a interlocução com a indústria, o que é fundamental numa política na qual o Estado não interfere diretamente na produção, mas busca incentivar posturas e ações da iniciativa privada. (SALERNO e DAHER, 2006, p. 10-11).

Cano e Silva (2010, p.7) ressaltam que a PITCE se constituiu numa política governamental elaborada “a partir da visão da complexidade da estrutura produtiva do país apoiada na percepção de que os diversos setores e cadeias produtivos desempenham papéis diferenciados na dinâmica do desenvolvimento [...]”. Daí a importância de envolver os principais responsáveis envolvidos com a atividade industrial.

A PITCE foi lançada oficialmente em 1º de fevereiro de 2005. Contudo, ainda em 2003 foi anunciada em termos de: “*Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior*”. Nas palavras de Salerno e Daher (2006) estas trazem como novidade uma “política de Estado” que buscava estimular a competitividade, a diferenciação e a inovação dos produtos das indústrias brasileiras. Neste documento o governo explicita os objetivos da então política industrial:

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior tem como objetivo o aumento da eficiência econômica e do desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio internacional. Ela estará focada no aumento da eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações (BRASIL, 2003, p.2).

Neste documento o governo destaca a importância de dar continuidade à política macroeconômica, visto que esta garantiu a superação da grave crise do passado (inflação, custos com a dívida, entre outros). Aponta ainda que a estabilidade da economia é fundamental para a retomada do crescimento. Mas, ressalta a importância de estabelecer a trajetória de desenvolvimento do país, o que requer políticas e reformas para aumentar a eficiência produtiva, em especial, da indústria brasileira.

Assim, a PITCE teria por objetivo promover a eficiência produtiva de modo geral e, da indústria, de modo específico. Isto porque a indústria é fundamental para o desenvolvimento da economia do país dada “a capacidade de irradiar efeitos sobre o sistema econômico conforme destacaram Suzigan e Furtado (2006, p. 175).

A Política Industrial do Governo Lula teria, além dos objetivos expostos anteriormente, o objetivo de promover o financiamento e aquisição de máquinas e equipamentos. No âmbito institucional, os esforços se converteriam para melhorar a infraestrutura e reduzir os tributos (CASTILHOS, 2005).

Conforme o documento oficial da PITCE esta foi organizada em três planos específicos, mas articulados entre si, sendo eles: 1) Linhas de ação horizontal; 2) Opções estratégicas; 3) Atividades portadoras de futuro⁹. Quanto aos macro programas, foram os seguintes: Indústria Forte e Inova Brasil. De modo geral, vários autores, entre eles Cano e Silva (2010), Castilhos (2005), Suzigan e Furtado (2006), ressaltaram que a PITCE possui uma ampla área de abrangência.

Dito de outra forma, a referida política resultou num conjunto abrangente de iniciativas de caráter fortemente horizontal. Nesse sentido, as iniciativas da PITCE conjugaram

⁹ Para mais detalhes consultar Brasil (2005).

ações horizontais, no geral com vistas à difusão de inovações, e promoveriam ações voltadas para setores específicos fomentando seu desenvolvimento tecnológico. Quanto às atividades portadoras de futuro, o alvo seria a biotecnologia, biomassa, nanotecnologia e energias renováveis.

No plano de gestão, a PITCE contou com um conjunto abrangente de instituições, sobretudo, de instâncias estatais com destaque para os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e também ao Ministério da Fazenda (MF). Soma-se a essas o BNDES, por operar as linhas de crédito, e o Inmetro, dado o objetivo de elevar a qualidade dos produtos industriais brasileiros.

Ainda no que tange a gestão e participação dos agentes ligados à industrialização, Bresser-Pereira e Diniz (2009) salientaram que muitos empresários, inicialmente opositores ao Governo Lula, passaram a apoiá-lo quando perceberam o interesse desse governo para com a política industrial e a “defesa” da indústria nacional.

Os empresários, em relação ao governo anterior, passaram a atuar de forma mais afinada com o Governo Lula no que se refere, sobretudo, à política econômica. Bresser-Pereira e Diniz (2009) ressaltam que também engrossou a participação nas diversas instâncias o campo acadêmico com diversos economistas promovendo debates sobre a política econômica. Mas, Stein e Herrlein Júnior (2006) advertiram que as interlocuções entre empresários e, especialmente, trabalhadores e outras entidades da sociedade civil foram poucas e que a PITCE foi marcada significativamente por numerosas instâncias estatais.

Suzigan e Furtado (2006) frisam que a PITCE tinha como pretensão restaurar o êxito e a funcionalidade da política industrial de outrora que, guardadas devidas particularidades, foi bem-sucedida. Enfatizam ainda que a busca por esse objetivo requer a criação de uma visão comum entre protagonistas econômicos e interlocutores públicos e que para tanto é preciso que:

Governos, ministérios, instituições públicas e agências governamentais, de um lado, e empresas, associações de classe, federações e confederações, bem como sindicatos, possuem objetivos precípuos que não se confundem, sem dúvida, mas podem combinar-se na construção de alternativas para o alcance de resultados que possam representar a consecução das missões de cada um — diferenciadas, sim, mas compatíveis e complementares (SUZIGAN e FURTADO, 2006, p. 176).

Contudo, nesse quesito a PITCE não alcançou os resultados esperados. Cano e Silva (2010) apontam que, além das frágeis interlocuções, as primeiras ações foram tomadas de formas descompassadas e desarticuladas. Tais iniciativas não contribuíram para não atrair o nível de investimento esperado, isto se deve porque a PITCE não alcançou as condições necessárias de articulação e coordenação entre as diversas instâncias envolvidas na política

industrial que produzisse atuação sistêmica no conjunto dos objetivos propostos. Cano e Silva (2010) sintetizam que foi “fraca a articulação entre elas” , em especial entre os instrumentos públicos e as demandas das empresas.

Por sua vez, Salerno (2004) aponta que a causa para a situação exposta acima se deve ao fato de o país ter ficado por mais de vinte anos sem formular e executar políticas industriais tecnológicas integradas. Tal situação fez com que o Estado brasileiro perdesse a “capacidade de formulação e execução” dessas políticas. O autor ressalta que um dos resultados (positivos) da PITCE:

[...] foi a compreensão da necessidade de novas construções institucionais. Foi proposta 14 a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, envolvendo ministros, industriais e sindicalistas para a discussão das estratégias, aconselhamento de ações e consultas, e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, um serviço social autônomo, que independe do orçamento da União: operando sob comando direto do MDIC, coordenadamente com o MCT, deve reunir um corpo profissional enxuto mas dedicado em tempo integral para coordenar ações, monitorar andamento, propor novas ações e eventualmente operar algum instrumento específico (SALERNO, 2004, p. 21).

O autor sintetiza dizendo que com a atuação das duas entidades destacadas acima esperava-se que a interlocução e a coordenação intragovernamental com que a indústria fosse alcançada, o que se faz necessário para o sucesso da então política pautada na parceria público/privado.

Além das dificuldades de coordenar a implementação da PITCE, esta apresentou alguns problemas críticos. Dentre estes, Castilhos (2005) evidencia alguns aspectos relevantes que contribuíram para que a política industrial do Governo Lula não alcançasse o êxito esperado. A autora pontua que houve ausência de incentivos e investimentos para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a necessidade da indústria brasileira.

Ademais, Castilhos (2005, p. 64) frisa que, para a questão da modernização industrial, faltou “orientação claramente definida”, como, por exemplo, a que segmento industrial se destinaria o apoio financeiro. Para a autora, também foi falha a ausência de discussão sobre a lei das patentes, a qual é fundamental para o desenvolvimento da indústria nacional.

Para Castilhos (2005), a PITCE apresenta ainda duas questões consideravelmente problemáticas, são elas: o favorecimento das indústrias com maior possibilidade de internacionalização e dos mecanismos de mercado. A autora ressalta que as diretrizes da PITCE favorecem nitidamente indústrias exportadoras (muitas multinacionais) ou potencialmente exportadoras em detrimento das demais. Quanto ao favorecimento dos mecanismos de mercado, favorecem o grande capital e reduzem a formação de capital nacional.

Tais apontamentos nos permitem inferir que o primeiro governo de Lula manteve, além da política macroeconômica que vinha sendo executada desde 1999, uma política industrial de cunho predominantemente horizontal, no qual o Estado deve assumir o compromisso de criar um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento econômico como um todo, atuando na melhoria da infraestrutura (física e tecnológica) e no financiamento direto ao setor privado sem “assumir uma postura estatizante e dirigista” do mercado (STEIN e HERRLEIN JÚNIOR, 2016, p. 283).

Além do mais, diversos autores como Cano e Silva (2010), Salerno (2004), Castilhos (2005), Suzigan e Furtado (2006) ponderaram sobre a influência da conjuntura macroeconômica sobre os poucos resultados alcançados pela PITCE. Além das amarras da política macroeconômica que vigoraram desde 1999 (pautada em juros elevados para o controle inflacionário) o governo ainda enfrentava a desaceleração da atividade industrial e os altos índices de desemprego e desigualdade social que se ampliaram no último decênio.

Para mais, é preciso considerar que no momento de implantação da PITCE (2003) o contexto econômico mundial e mesmo nacional estava fortemente impregnado pelos ideais neoliberais e pelos avanços da Globalização. Assim, se tornaram comuns os acordos multilaterais e regionais de integração econômica, onde as empresas multinacionais passaram a comandar grande parte das transações comerciais e, como sublinham Suzigan e Furtado (2006, p. 175), estas se “sujeitam menos aos ‘ditames’ do Estado e das políticas públicas”.

De resto, não se pode desconsiderar as diferenças entre a PITCE e as políticas industriais desenvolvidas no passado, visto que, são consideráveis. Atualmente, considerando a partir dos anos 2000, há, sem dúvidas, muitas restrições à implementação de políticas públicas de modo geral e de políticas industriais, especialmente em países como o Brasil, dada a condição de vulnerabilidade da economia nacional.

As justificativas para tais restrições orbitam, sobretudo, em torno da forma de atuação do Estado. Isto porque, na contemporaneidade, esta instituição vem enfrentando desafios intrínsecos quanto a sua forma de atuar na economia em diversos países do mundo, mas, de forma contundente, nos países “em desenvolvimento”. Primeiro, porque este vive “sitiado” pelos ideais liberais e pelas restrições que a dependência econômica lhe impõe. Segundo, porque o Estado atual, no caso do Brasil, não dispõe de recursos e nem de condições favoráveis para consegui-los como outrora. O que, por sua vez, limita a capacidade de ação do Estado e, muitas vezes, de alcançar os resultados esperados com a implantação de políticas públicas.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar alguns resultados alcançados pela PITCE nas questões de inovação, inserção externa e aumento da produtividade da indústria nacional. A esses resultados, Cano e Silva (2010) destacam o fortalecimento institucional com a criação da CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial) responsável pela articulação público-privada, da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e o retorno do BNDES aos financiamentos e ampliação dos recursos Finep. Os autores também ressaltam a criação do “arcabouço legal regulatório” com destaque para a Lei de Inovação, Lei do Bem, Lei da Informática e a Lei da Biossegurança, Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, bem como do Projeto de Lei nº 6.529 de 2006¹⁰.

De modo geral, verifica-se que a PITCE enfrentou muitos desafios e obteve resultados acanhados. Todavia, autores como Suzigan e Furtado (2006), Bresser-Pereira (2009), Cano e Silva (2010), Coronel et al (2014), Castilhos (2005), Salerno (2006), entre outros, concordam que um dos maiores mérito da PITCE foi o de reincorporar o tema política industrial associado à política de desenvolvimento econômico à agenda política. A partir desta, o Estado reassume a coordenação e as diretrizes estratégicas visando a modernização, inovação e a maior inserção externa da atividade industrial brasileira no cenário mundial.

No segundo Governo de Lula (2007-2010), a política industrial iniciada com a PITCE teve continuidade com o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – em maio de 2018. Tal política constituiu-se, nas palavras de Cano e Silva (2010), numa nova fase da PITCE ou na sua “Fase II”.

A elaboração da Política de Desenvolvimento Produtivo se pautou no entendimento de que era preciso dar “continuidade com evolução” às medidas iniciadas com a política anterior. O documento oficial da PDP ressalta que é necessário “conferir maior potência à Política Industrial, por meio da ampliação de sua abrangência, do aprofundamento das ações já iniciadas e da consolidação da capacidade de desenhar, implementar e avaliar políticas públicas” (BRASIL. 2008, p. 10).

A PDP teve como objetivo sustentar o crescimento apresentado nos últimos anos, mesmo tendo continuado abaixo do potencial do país. Cano e Silva (2010) destacam que as

¹⁰ Para saber detalhes sobre as leis citadas, consultar:

Lei de inovação:

https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/leis/migracao/Lei_n_10973_de_02122004.htm

Lei do Bem: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm

Lei da Biossegurança: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

Lei da Informática: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8248.htm

Projeto de Lei nº 6.529 de 2006: www.camara.gov.br

circunstâncias internas da economia nacional eram mais favoráveis que as de 2003, quando foram lançadas as diretrizes da PITCE. Assim, além de sustentar o crescimento alcançado até então, a PDP propunha a sustentação de um ciclo longo de desenvolvimento produtivo apoiado no investimento, inovação, competitividade e na ampliação das exportações.

Os objetivos da PDP não são distintos dos objetivos da PITCE. A principal diferença está na evolução da PDP, isto por que, suas pretensões foram bem maiores no que tange a abrangência, profundidade, articulação, controle e metas (DIEESE, 2008)¹¹.

A conclusão da “Nota Técnica” do Dieese sublinha que a PDP foi abrangente e ambiciosa não em termos de valores, mas na amplitude, extensão e complexidade, o que faz com que o gerenciamento e coordenação sejam fundamentais para se alcançar as metas. Neste é possível observar que a PDP esboçou significativo avanço na racionalização e estruturação da política industrial. Percebe-se um caráter sistêmico, amplo e transversal que pode ser observado no encadeamento dos elementos que conduz a PDP, apresentado pelo Dieese (2008, p. 9):

Objetivo central da política > Desafios > Metas > Políticas (sistêmicas, estratégicas e estruturantes).

Essas são as linhas gerais ou a superestrutura que orienta a PDP. Não há exatamente hierarquia no que se denominou Macrometas e Metas Específicas. Existem entrelaçamentos, complementaridades. As Metas, de características quantitativas e qualitativas, se tornarão realidade a partir de políticas integradas e harmônicas e, nesse nível, as ações serão desenvolvidas (DIEESE, 2008, p. 9).

Cano e Silva (2010) destacam ainda outros pontos positivos da PDP implícito no organograma que sintetiza esta política, a citar: O programa de desoneração tributária; O importante papel reservado ao BNDES, agilizando e desburocratizando os financiamentos e maior aporte de recursos para investimentos, o que “permitirá disponibilizar até R\$210 bilhões para a indústria entre 2008 e 2010” (BRASIL, 2008, p. 24).

Ainda na perspectiva dos avanços da PDP, apresenta-se os esforços no fortalecimento da institucionalidade, em termos de coordenação, operacionalização e articulação entre as inúmeras medidas da PDP e as iniciativas, já em curso, no governo Lula. Partia-se do entendimento de que a integração com os demais “programas, planos e ações

¹¹ Setores pretendidos para serem contemplados pela PDP: **Áreas estratégicas:** Complexo Industrial da Saúde; Tecnologia de Informação e Comunicação; Energia Nuclear; Complexo Industrial de Defesa; Nanotecnologia e Biotecnologia. **Fortalecimento de Competitividade:** Complexo Automotivo; Bens de Capital; Têxtil e Confecções; Madeira e Móveis; Higiene, Perfumaria e Cosméticos; Construção Civil; Complexo de Serviços; Indústria Naval e Cabotagem; Couro, Calçados e Artefatos; Agroindústrias; Biodiesel; Plásticos e outros. **Consolidar e Expandir Liderança:** Complexo Produtivo do Bioetanol; Petróleo, Gás Natural e Petroquímica; Complexo Aeronáutico; Mineração; Siderurgia; Celulose e Carnes. (DIEESE, 2008)

seriam fundamentais para o sucesso da política industrial, compondo um esforço coordenado para o desenvolvimento do País” (BRASIL, 2008, p. 25).

Contudo, a PDP não ficou isenta das dificuldades das condições da economia brasileira. Condições que impôs limitações e mesmo alcançar êxito em seu objetivo central e em muitas metas estabelecidas. Embora tenha sido lançada num contexto econômico favorável, quando comparado ao contexto de lançamento da PITCE, a Política de Desenvolvimento Produtivo também sofreu com os efeitos negativos decorrentes da crise internacional ocorrida em 2008. Nesse sentido, Cano e Silva (2010) destacam que a crise levou ao adiamento dos investimentos principalmente na indústria, além de ter derrubado as exportações brasileiras, implicando diretamente na queda da produção industrial de modo geral.

Além das dificuldades impostas pela conjuntura externa, a PDP enfrentou problemas de ordem interna, pois, como visto anteriormente, o governo Lula manteve a política macroeconômica que vinha sendo praticada pelo governo anterior. Esta política, visando o controle inflacionário, mantinha juros altos, câmbio flutuante e geração de superávit primário, o que se mostrava contraditório com a meta de ampliar as exportações, sobretudo, de produtos com maior tecnologia.

Outro desafio significativo enfrentado pela Política de Desenvolvimento Produtivo foi quanto à coordenação e à gestão da política, o que, inclusive, já estava previsto no documento de lançamento desta:

Ao longo da sua implementação, a Política de Desenvolvimento Produtivo requererá um significativo esforço de coordenação, seja para integrar ações governamentais de forma eficiente, seja para viabilizar uma interlocução sistemática e produtiva com o setor privado. No cenário atual, o principal desafio da Política não é uma eventual indisponibilidade de recursos, ou a inexistência de instrumentos de política, mas a necessidade de empregar recursos e instrumentos de forma eficiente e em articulação com o setor privado (BRASIL, 2008, p. 37).

A esse respeito, o Dieese (2008) realça que é desnecessário “lembrar que esta tarefa é a mais intrincada e delicada da Política”. Um dos motivos, segundo nota do Dieese, é que as iniciativas da PDP esbarravam no fundamento central da política econômica e, mesmo que o então Ministro da Fazenda fosse “mais simpático” a essa política, a prioridade macroeconômica não seria afetada. Ademais, acrescenta a esta questão as disputas políticas e pontos de vista conflitantes dentro do próprio governo (DIEESE, 2008, p. 10).

Por fim, diversos autores, entre eles Cano e Silva (2010), Coronel et al (2014), Stein e Herrlein Júnior. (2016) destaca outra deficiência da PDP: a falta de critérios claros e objetivos definidos para os setores que seriam estratégicos para melhor desenvolvimento e maior inserção do setor industrial brasileiro. Ademais, temas relacionados aos trabalhadores como forma de

contratação, emprego, renda e ganhos de produtividade não foram contemplados de forma clara na PDP, o que causa certa estranheza, uma vez que as discussões tripartites sobre assuntos dessa natureza tem sido mais do que uma rotina, mas uma orientação política importante do atual governo” (DIEESE, 2008, p. 12).

Contudo, apesar das limitações que sofreu, a PDP galgou resultados positivos, sobretudo, em dois postos: abrangência e coordenação. A Política de Desenvolvimento Produtivo, aproveitando-se da estrutura e instituições criadas na gestão anterior, avança e apresenta um leque mais diversificado de instrumentos e por ampliar para 25 o número de setores priorizados. Além disso, essa política deu ênfase aos instrumentos horizontais sem desprezar objetivos setoriais:

A ênfase recai sobre os instrumentos ditos horizontais, afetando o conjunto dos setores da indústria, porém sendo levados em conta os objetivos setoriais, o que pode redundar, em regime de exceção e não como regra, na adoção de medidas específicas para certos segmentos. [...] Aplicação de políticas essencialmente horizontais – como as políticas gerais de desoneração do investimento, redução do custo do financiamento de inversões, incentivos ao P&D e às exportações adotadas pela PDP –, considerando, porém, diferenças e objetivos distintos entre os setores, é uma metodologia correta para a política industrial que, de uma forma geral, a PDP seguiu. Algumas exceções a essa regra poderão ser minimizadas ou corrigidas na sequência da execução da nova política industrial. (ALMEIDA, 2008, p. 13).

É preciso destacar também que a PDP conquistou significativo progresso no que diz respeito aos instrumentos institucionais e à capacidade de coordenação da política industrial, os quais foram sinteticamente apresentados por Cano e Silva (2010, p. 14) da seguinte forma:

Em termos do fortalecimento da institucionalidade da PDP, cabe destacar: a reativação e criação de Fóruns de Competitividade e Câmaras Setoriais, a reintrodução dos Comitês Executivos compostos por representantes de instituições de governo relevantes para a formulação e implementação de programas e a criação de uma Secretaria Executiva da PDP, formada por Ministério da Fazenda, BNDES e ABDI e que tem o apoio permanente do MCT e do MDIC. É inegável que a PDP avançou em termos de adequação de instrumentos e capacidade de coordenação. (CANO e SILVA, 2010, p. 14).

Para alcançar o objetivo de sustentar o crescimento econômico que o país vinha apresentando nos últimos anos, a PDP se propunha a promover investimentos, inovação/competitividade e ampliar as exportações, a fim de fomentar o setor industrial. Para tanto, se pautou em incentivos creditícios, subsídios, isenção e redução de tributos e marcos regulatórios para algumas atividades setoriais (CORONEL ET AL, 2011).

Nesta perspectiva, Coronel et al (2010) defendem que a Política de Desenvolvimento Produtivo atingiu vários de seus objetivos e metas, o que, segundo eles, é fundamental para o desenvolvimento industrial, bem como, para o desenvolvimento econômico do país como um todo. Os autores ressaltam ainda que os resultados positivos da PDP

resultaram em elevação expressiva em termos absolutos, no nível de bem-estar da sociedade. O referido autor, ao verificar os efeitos dessa política na economia brasileira¹², indica que as medidas tiveram efeitos positivos em vários setores e conclui que as medidas adotadas foram eficientes. Coronel et al (2010, p. 77) destacaram que:

[...] com base na implementação das medidas contidas na PDP mostraram efeitos positivos nos setores de baixa intensidade tecnológica, à exceção de setor Têxtil e Confecções; no setor de baixa-média intensidade tecnológica, observou-se o aumento da dependência energética; nos setores de média-alta tecnologia, observaram-se aumentos na produção e redução das importações dos Bens de Capitais e do setor Automotivo; e, finalmente, em relação ao setor Aeronáutico, constou-se que a PDP não conseguiu aumentar os níveis de produção e de exportações. No setor de Construção Civil, observou-se que a política não conseguiu alterar o nível de produção. Convém destacar que, diante de preços domésticos decrescentes, houve aumento no consumo na maior parte dos setores analisados. Consequentemente, esses aumentos no consumo resultaram em elevação no nível de bem-estar da sociedade. Além disso, a PDP contribuiu para o aumento da taxa de autossuprimento no mercado doméstico em 10 setores produtivos (CORONEL, 2010, p. 77).

A partir do exposto, é possível inferir que a PDP teve seus méritos, contudo também se revelou insuficiente para alguns setores. Um dos seus méritos acabou por reforçar a característica predominante na economia nacional desde tempos remotos, isto é, reforçar os setores de baixa intensidade tecnológica. Enquanto o mesmo êxito não foi observado no setor composto por média-alta tecnologia, o que revela que ainda é preciso investir neste setor.

Por fim, a partir dos resultados alcançados pela PDP revela a importância da política industrial para a promoção do desenvolvimento industrial. Cano e Silva (2010) reiteram o entendimento anterior ao dizerem que a política industrial assume um caráter estratégico de estímulo ao desenvolvimento do país, especialmente em países como o Brasil que traz em sua trajetória desvantagens e atrasos históricos.

Para finalizarmos a análise e os impactos das políticas industriais implantadas no Brasil sobre o processo de industrialização no país, resta-nos ainda discutir o Plano Brasil Maior (PBM) e o Brasil Mais Produtivo (B+P) os dois iniciados no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e, no caso do B+P, finalizado no governo de Michel Temer (2016-2018). Ambos surgiram em contextos peculiares e desafiadores. O primeiro, lançado num cenário de adversidade econômica, desencadeado pela crise internacional de 2008. O segundo, iniciado num momento político tenso que resultou no impeachment da então presidenta.

O Plano Brasil Maior, lançado em 2011 no primeiro mandato da presidenta Dilma (2011-2016), foi marcado por um conjunto de medidas de caráter defensivo em função dos

¹² Com base nas análises na redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)

efeitos adversos da crise externa sobre a economia nacional. O cenário externo, associado à forte redução no crescimento e dos investimentos, somados à perda de competitividade internacional “serviram de condicionantes para o desenho e a implementação do Plano Brasil Maior (PBM)” (BRASIL, 2011, p. 50).

Ademais, o PBM objetivava dar continuidade ao, embora modesto, crescimento da atividade industrial verificado a partir de 2003. Nesse sentido, o lançamento do PBM viria dar continuidade a duas outras recentes políticas de fortalecimento do setor: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) de 2004 e a Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada em 2008 (BRASIL, 2011). Assim, o PBM tinha como objetivo tanto diminuir os efeitos da crise internacional na economia brasileira, quanto produzir efeitos positivos na estrutura produtiva do país. Como encadeamento e sequencialidade das políticas voltadas para a industrialização.

Fica clara a visão do Estado brasileiro de que uma política industrial ativa é fundamental para sustentar, no longo prazo, o desenvolvimento do país. Abandona-se então a antiga concepção de “política passiva”, de visão neoliberal, que acreditava que a estabilização econômica era suficiente para alavancar o crescimento industrial, mesmo em um cenário de maior exposição à competição externa (DIEESE, 2011, p. 02).

Assim, o PBM deixa explícita a mudança de perspectiva sobre a participação do Estado na economia e, sobretudo, na política industrial. A atuação do Estado como “indutor, orientador, regulador e fomentador” passa a ser vista como condição para que, tanto a economia quanto a indústria alcançassem maior eficiência, produtividade e competitividade nos mercados interno e externo no contexto em que foi lançado, e também corrigisse lacunas importantes deixadas durante o processo de industrialização, bem como, amenizar as desvantagens acumuladas pelo Brasil ao longo da sua história.

O Plano Brasil Maior, mesmo representando uma atualização e aprofundamento das políticas anteriores, avançou ao incorporar uma visão mais sistêmica em relação ao processo de desenvolvimento industrial. Incorporou, para tanto, ações a partir de dimensões horizontais e setoriais. Nessa perspectiva, identificam-se temas transversais, os quais deveriam:

[...] receber um **tratamento de caráter horizontal** – nas áreas de comércio exterior; investimento; inovação; formação e qualificação profissional; produção sustentável; competitividade nos pequenos negócios; desenvolvimento regional; bem-estar do consumidor; condições e relações de trabalho –, quanto ações sistêmicas no plano setorial, que se desdobram em diretrizes gerais de natureza estruturante – relacionadas ao fortalecimento das cadeias produtivas; novas competências tecnológicas e de negócios; cadeias de suprimento em energias; diversificação das exportações e internacionalização; competências da economia do conhecimento natural –, e **programas setoriais** agrupados em cinco conjuntos de sistemas produtivos com características comuns: sistemas da mecânica, eletroeletrônica e saúde (incluindo

setores da cadeia de petróleo e gás; saúde – fármacos e equipamentos médico-hospitalares –; automotivo; aeronáutica e espacial; bens de capital; TIC; defesa); sistemas intensivos em escala (incluindo setores químico; fertilizantes; bioetanol; minero-metalúrgico; celulose e papel); sistemas intensivos em trabalho (incluindo setores de plásticos; calçados e artefatos; têxtil e confecções; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; móveis; brinquedos; e construção civil); sistemas do agronegócio (incluindo setores de carnes e derivados; cereais e leguminosas; café; frutas e sucos; vinhos); e comércio, logística e serviços (BRASIL, 2018, p. 56, grifo nosso).

Contudo, Stein e Herrlein Júnior (2016) ressaltam que as instâncias setoriais do PBM não foram eficientes, tanto no que se refere às reuniões e fóruns de debates, como na posição das ações. Os autores também destacam o problema da “dispersão decisória” e da dificuldade de coordenação nesta política, presente igualmente nas políticas antecessoras, conferindo a estas, fragilidade na operacionalização das metas.

Apesar do entrave mencionado, o Plano Brasil Maior, pela sua abrangência, escala de atuação e volume de recursos, contribuiu para “[...] um projeto de desenvolvimento nacional que incorpora objetivos de inclusão produtiva, qualificação profissional, sustentabilidade e fortalecimento regional” (BRASIL, 2011, p. 12)¹³. Para tanto:

[...] o PBM opera de maneira articulada com outras iniciativas governamentais, como a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), o Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa de Investimento em Logística, o Minha Casa Minha Vida, o Brasil Sem Miséria, a Estratégia Nacional de Defesa e os programas setoriais de saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento regional e agrário. Suas ações procuram também se alinhar com as diretrizes de política macroeconômica, com foco na estabilidade da moeda e no equilíbrio das contas públicas (IBID., p. 12).

De resto, deve-se destacar que o Plano Brasil Maior, ao buscar avançar em áreas de inovação tecnológica, diversificação, competitividade, sustentar o crescimento industrial alcançado até então e ainda pela “função anticíclica” frente à crise econômica mundial, deu ênfase à política de benefícios fiscais. Com esse intento, adotou um grupo de medidas organizadas em blocos:

O conjunto de medidas pode ser organizado em três grandes blocos, que enfatizam os seguintes propósitos: (i) redução dos custos dos fatores de produção e oferta de crédito para investimentos; (ii) desenvolvimento das cadeias produtivas, indução do desenvolvimento tecnológico e qualificação profissional; (iii) promoção das exportações e defesa do mercado interno (BRASIL, 2011, p. 9)

De modo geral, conforme aponta o documento oficial, o PBM teve como mérito um caráter anticíclico, isto é, amenizar os impactos da crise de 2008 na economia brasileira,

¹³ A previsão é que o BNDES desembolsaria R\$ 500 bilhões de recursos para a operacionalização do PBM (DIEESE, 2011, 7).

evitando uma recessão no país. Neste documento, afirma-se que esta política foi fundamental para que a indústria atravessasse a grave crise econômica iniciada em 2008, sem tantos impactos negativos. Ademais, como aponta a nota técnica do DIEESE (2011), às políticas industriais PITCE, PDP e PBM atuaram notavelmente no sentido de recolocar o Estado na condução da política industrial e, de modo geral, como indutor do desenvolvimento econômico do país como um todo, atenuando os impactos macroeconômicos internos e externos e estimulando a atividade produtiva.

No segundo governo de Dilma (2015-2018), teve início a política de desenvolvimento industrial Brasil Mais Produtivo (P+B). Este foi implementado num cenário de extrema instabilidade política que culminou com o impeachment da presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016. Crescia também o questionamento sobre o papel do Estado na promoção de políticas industriais. A situação não era diferente no plano econômico, o qual continuava marcado por fortes restrições orçamentárias. Foi nesse contexto que se deu o lançamento do B+P. Este surgiu “como uma tentativa de preservar uma agenda de política industrial [...] capaz de demonstrar a importância e a efetividade das políticas de desenvolvimento industrial” (BRASIL, 2018, p. 56).

Assim, lançado em 06 de abril de 2016, contou com um orçamento de R\$50 milhões e propunha-se a apoiar 3000 empresas pelo país. As empresas selecionadas contaram com uma consultoria, de 120 horas de duração e com meta específica a ser alcançada: aumentar em 20% a produtividade num prazo de seis meses após o término desta consultoria.

O B+P teve caráter inovador, visto que, se pautou na promoção do aumento da produtividade intrafirma e também porque se propôs a verificar o desempenho alcançado por esta nas linhas de produção em que atuou. Portanto, buscou-se promover, por meio de iniciativas simples, intervenções diretas em firmas do setor industrial que promovessem a organização do processo produtivo, ganhos de produtividade, possibilidade de mensurar os resultados e custasse pouco ao Estado.

O foco do novo programa seria promover, com ações de baixo custo fiscal, um impacto localizado no interior das empresas beneficiadas, gerando a possibilidade de ganhos de produtividade em curto prazo e que fossem passíveis de uma avaliação quantitativa localizada. Apesar de menos ambicioso no que se refere a impactos de natureza macroeconômica, o programa de novo tipo ofereceria a vantagem de permitir a mensuração dos impactos no nível do chamado “chão de fábrica” (BRASIL, 2018, p. 59).

O Brasil Mais Produtivo buscou atender, sobretudo, empresas de pequeno e médio porte no segmento de alimentos, bebidas, moveleiro, vestuário, calçados e metalmeccânico. Isto porque grande parte das empresas desse porte apresentavam padrões produtivos e

organizacionais muito inferiores. As empresas menores receberam maior atenção, proporcionalmente, desta política, sob o argumento de que são importantes geradoras de emprego e por estarem presentes em todo território nacional. A sobrevivência e o crescimento das pequenas e médias empresas amenizaram as desigualdades na questão industrial pelo país (CHILIATTO; AMITRANO, 2018).

O documento oficial do B+P aponta que esta política atuaria em três eixos: manufatura enxuta, eficiência energética, digitalização e conectividade. O programa acabou por atuar de forma mais eficiente no primeiro eixo, visto que os demais implicariam em maior investimento. Além do mais, como a manufatura enxuta pressupõe intervenção localizada, por meio da promoção de melhorias rápidas na operacionalização do processo produtivo, é de baixo custo e produz alto impacto a curto prazo. Tais características permitiram a avaliação quantitativa dos ganhos produzidos pela política implementada pelo B+P.

A execução e desempenho do programa, embora fosse menos ambicioso no que se refere a impactos macroeconômicos e pautado em iniciativas simples no processo organizacional do processo produtivo, fez-se presente em todas as regiões do país, para tanto:

O B+P contou com a participação de uma governança complexa, que incluía as diferentes instituições que estavam na órbita do MDIC no momento do desenho da iniciativa. Como realizadores, além do próprio MDIC, o B+P contou com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que, por meio de seus consultores contratados, executou a política no chão de fábrica, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). O B+P contou ainda com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BRASIL, 2018, p. 16).

Das instituições apresentadas anteriormente, há que se destacar a importância do Sebrae e, sobretudo, do Senai. Isso se deve ao fato de que a execução do P+B estava circunscrita à presença de um consultor do Senai no “chão da fábrica”. O documento oficial deste programa assinala que:

O Senai desempenhou um papel-chave no sucesso da primeira fase do B+P, na medida em que foi a instituição responsável pela operacionalização das ações da política, a partir da sua experiência acumulada ao longo dos anos, do conhecimento das ferramentas, da capilaridade nacional e da sua capacidade de formação de quadros para realização das consultorias técnicas nas empresas (BRASIL, 2018, p. 70).

O Senai constituiu-se na ponte entre a política B+P, por meio dos consultores. Para isso, promoveu-se a formação de uma rede ampla de consultores. A maior parte dos recursos desta política destinou-se ao pagamento da hora de trabalho dos consultores do Senai. Assim, a execução do B+P deu-se com a presença de um especialista do Senai no “chão da fábrica” que,

por meio da manufatura enxuta, atuação em conjunto com os empresários e funcionários constituíram-se o elemento-chave do sucesso desta política.

Sucesso, pois, como destacaram Chiliatto e Amitrano (2018), o programa foi eficaz em termos de aumento de produtividade, redução de desperdício, baixo custo de implantação e de resultados a curto prazo. No item do documento oficial que avalia os resultados do B+P, chegou-se à conclusão de que a *performance* do programa foi positiva. A análise do quadro 1 permite verificar o êxito da Política industrial Brasil Mais Produtivo.

Quadro 1 - Brasil: indicadores médios do B+P

Aumento médio da produtividade (%)	Redução média do movimento do trabalho (%)	Redução média do retrabalho (%)	Tempo de retorno do investimento (meses)	Retorno sobre o investimento (vezes)
Aumento da capacidade de produção pela redução de desperdícios ou aumento da eficiência nos processos produtivos.	Redução de deslocamentos desnecessários por meio da reorganização de processos e leiautes, priorizando atividades que agregam valor.	Índices de redução de rejeitos e descartes de materiais decorrentes de falhas de processamento durante o processo de fabricação.	Tempo médio estimado em que o investimento total do atendimento (R\$ 18 mil) é recuperado pela empresa, derivado das melhorias implantadas	Ganho médio anual estimado por empresa sobre o investimento total (R\$ 18 mil) na consultoria em decorrência das melhorias implantadas.
52,11	60,60	64,82	5,05	11,11

Fonte: BRASIL, 2018, p. 88

Os dados não deixam dúvidas de que esta política logrou bons resultados, visto que estes foram superiores às metas estabelecidas. Os ganhos em produtividade foram consideráveis, alcançando ganho superior a 50%, enquanto a meta estabelecida era de alcançar 20% de crescimento. Nessa perspectiva, os avaliadores do programa destacaram que “ações em chão de fábrica como o B+P são capazes de gerar resultados de produtividade de modo eficaz e eficiente” (BRASIL, 2018, p. 97). E que isso deixa uma importante “lição” para a política industrial brasileira.

Todavia, a política industrial Brasil Mais Produtivo não deixou de apresentar as limitações desta política. Uma delas diz respeito ao baixo efeito sistêmico promovido, devido à metodologia adotada que focou prioritariamente nas questões intrafirma. Outra diz respeito ao baixo conteúdo tecnológico que não contribuiu para elevar o grau de inovação tecnológica das indústrias brasileiras. Faltou também a articulação entre as diferentes instituições que atuam com políticas públicas. Reitera as questões elencadas acima a conclusão apresentada no documento oficial do Brasil Mais Produtivo:

As diversas instituições envolvidas na gestão do B+P têm uma percepção convergente sobre as limitações do programa enquanto uma ação mais ampla de política industrial capaz de modificar, por si só, a curva de produtividade da indústria brasileira, e que, portanto, o B+P requer articulação com uma política industrial abrangente, para tornar a ação mais efetiva e capaz de produzir impacto na indústria (BRASIL, 2018, p. 97).

Este documento ressalta que o B+P precisa estar inserido numa política industrial mais ampla e articulada a outros instrumentos de desenvolvimento do Estado. A continuidade desta política precisa ampliar os objetivos das ações, os eixos temáticos e também incluir novos setores, em especial, os eixos que não foram contemplados na primeira fase desta política, como o setor energético e da digitalização e conectividade.

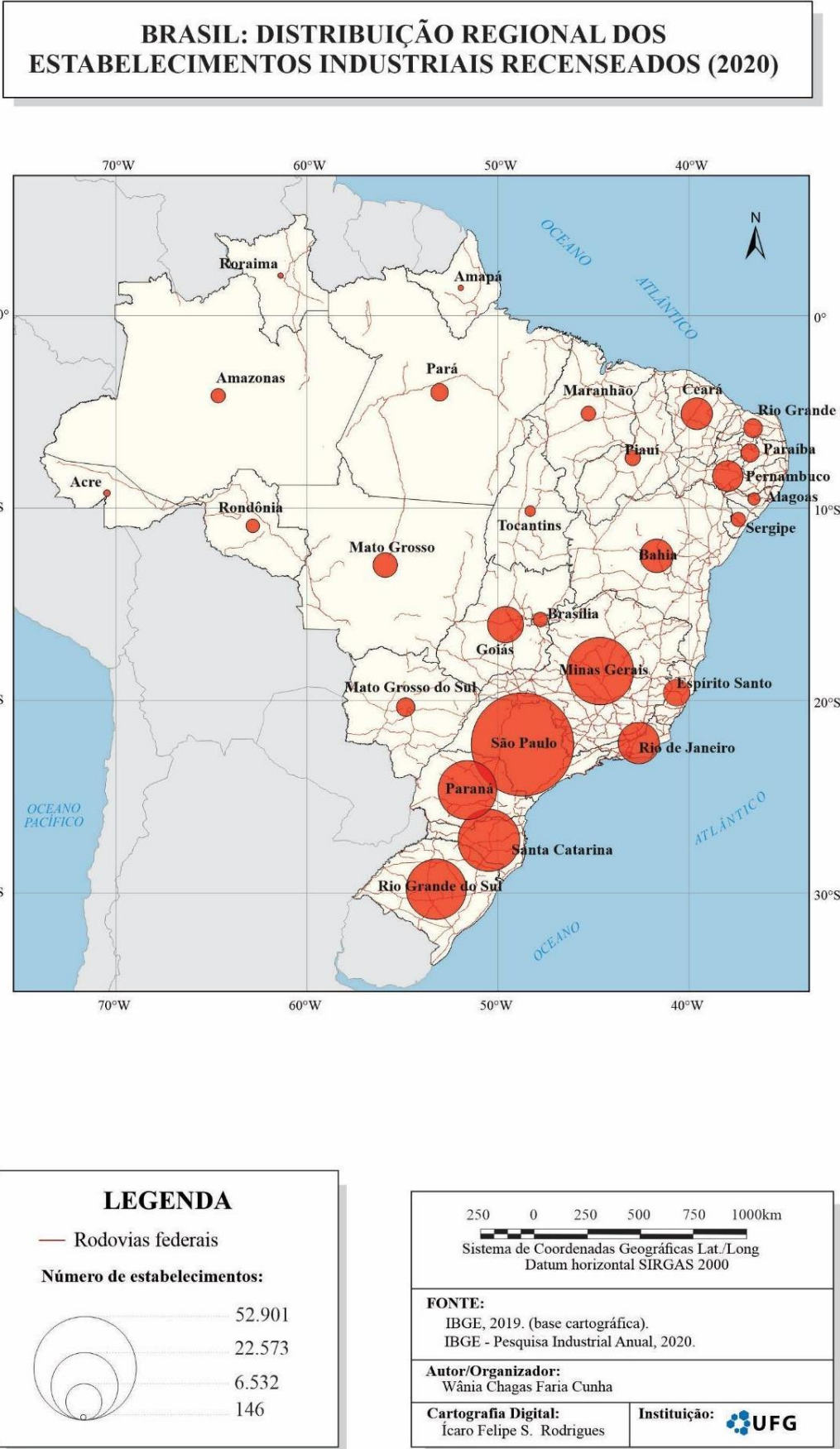
A avaliação da política industrial B+P realizada por Chiliatto e Amitrano (2018) destaca ainda que os ganhos intrafirma não se expandiram para o território, além de não terem conseguido articular-se com outros instrumentos de política de desenvolvimento do governo federal. Outro objetivo que não foi alcançado foi levar as empresas que receberam a consultoria acessassem o mercado externo.

De resto, cabe ainda destacar que a política B+P não ficou imune às questões políticas e econômicas vividas pelo Brasil, tanto no contexto de sua concepção, quanto de sua execução. O ambiente político de 2015 não propiciava a concepção de uma política mais arrojada e abrangente. Ademais, as condições econômicas marcadas pelas restrições orçamentárias, câmbio valorizado, juros altos e, sobretudo, restrições fiscais impediram a “implementação do B+P em uma escala mais ampla, estruturante, continuada e sistêmica” (BRASIL, 2018, p. 110).

Como resultado dessa sucessão de presenças e ausências de políticas de industrialização, ao longo do século XX e início do século XXI, chegou-se ao ano de 2020 com a distribuição das indústrias no Brasil mantendo um padrão existente desde tempos remotos. Apresentando, obviamente, algumas alterações locais da indústria, mas em geral, reforçando a parca distribuição da indústria no espaço nacional, conforme apresentado na figura 6.

Vê-se que proporcionalmente, houve pouca mudança na configuração da distribuição das indústrias no Brasil ao longo de um século. Alguns estados despontaram no processo de desconcentração industrial, mas as regiões Sudeste e Sul permanecem disparadamente com a maior representatividade industrial no país.

Figura 6 – Distribuição das indústrias no Brasil em 2020



Fonte: IBGE, 2020.

Esse primeiro capítulo mostra que no Brasil não houve uma política contínua de industrialização, que políticas de governo sempre estiveram acima de uma possível política de estado para essa área. Dessa forma, houve um reflexo nas economias dos estados, fruto de uma ausência de políticas regulares de desenvolvimento industrial regional. Compreendermos, neste capítulo, o processo de industrialização do Brasil e a partir dessa compreensão lançaremos o olhar para a industrialização goiana para entender seu processo de desenvolvimento.

CAPÍTULO II

CONVERGÊNCIAS ENTRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E GOIANA: REFLEXOS ECONÔMICO-ESPACIAIS

Para discutirmos a adoção das políticas industriais em Goiás, bem como suas convergências com a política industrial brasileira, precisamos traçar, mesmo que de modo geral, as condições econômicas em que se encontrava Goiás antes deste adotar políticas para impulsionar a industrialização.

Tal procedimento se faz necessário, para identificarmos o embrião das atividades econômicas que se estruturaram em Goiás desde os primórdios da inserção dessa porção do território nacional na divisão territorial do trabalho e, sobretudo, para compreender o viés adotado pela política industrial goiana a partir de 1960. Ver-se-á que a partir da década de 1960 parte-se da potencialidade econômica de Goiás construída até então, para dar um passo a mais, tanto no crescimento econômico do estado quanto para ampliar a participação deste na economia nacional.

A adoção da política industrial teve impacto considerável na economia goiana, visto que, a partir da adoção desta, houve mudanças consideráveis, sobretudo, no que diz respeito ao planejamento econômico, alteração da participação dos setores econômicos na composição do PIB goiano, como no crescimento econômico do estado. Ademais, não se pode deixar de considerar as mudanças importantes quanto ao crescimento demográfico, urbanização, constituição das cidades com maior peso industrial e, de certa forma, a alteração das principais cidades industriais no estado ao longo do tempo.

Para isso, adotaremos como procedimento a caracterização das condições econômicas em Goiás em três períodos históricos principais. O primeiro compreenderá os primórdios da formação econômica de Goiás, isto é, o início da atividade mineratória a partir de 1720 até 1930, quando a agropecuária se encontra constituída como a principal força produtiva do estado. O segundo de 1930 a 1980, visto que, em Goiás, foram incorporados importantes elementos da atmosfera de transformações políticas e econômicas pela qual vinha passando o país.

Por fim, tem-se o terceiro período que se delineia a partir dos anos de 1980 que, dada as condições econômicas que o país começa a enfrentar, ocorre o abandono dos projetos de planejamento/desenvolvimento por parte do governo federal e, com eles, das políticas de industrialização. Desde então, os governos estaduais assumem o protagonismo na busca de alternativas para suprir a lacuna deixada pela ausência de uma política nacional.

2.1 Conjuntura Econômica Goiana antes da Atuação do Estado no Processo de Industrialização entre 1720 e 1930

A economia goiana, após a crise da mineração tornou-se essencialmente agrária.
Borges, 1990, p. 51.

A epígrafe acima nos dá conta das condições econômicas do estado de Goiás após a decadência da mineração a partir de 1770. Contudo, mesmo tendo durado menos de um século, visto que se iniciou em 1722, essa atividade cumpriu um importante papel para essa porção do território nacional.

Foi a partir da mineração, parafraseando Chaul (1997, p. 19), que “tudo indica que nós nascemos de fato”. A descoberta do ouro inseriu Goiás na rota dos interesses coloniais como o terceiro eldorado. Assim, Goiás passava a compor economicamente o cenário colonial. A partir de então se iniciou a organização econômica do território goiano (ESTEVAM, 2004).

A então província goiana, considerada parte da capitania de São Paulo, teve a delimitação oficial de seu território, embora esta ainda fosse vaga em função da sua grande dimensão territorial. Nascia também o embrião da organização econômica. Antes da descoberta do ouro “[...] em Goiás inexistia modalidade produtiva no território que não fosse a dos silvícolas nativos”, afirma Estevam (2004, p. 22)¹⁴. O referido autor destaca que inclusive as primeiras pastagens extensivas surgiram em decorrência dos primeiros assentamentos, constituindo assim o embrião da pecuária goiana.

A exploração do ouro suscitou também a implantação das primeiras lavouras e criação de gado no derredor das minas. Tanto a pecuária quanto a agricultura, embora não tivessem proporcionado geração de renda complementar, tiveram seus méritos de proporcionarem a subsistência dos mineiros, dadas as dificuldades de abastecimento das “Minas dos Goyases” decorrentes da distância do centro econômico, potencializada pelas dificuldades de transporte e comunicação.

Estevam (2004) ressalta que, apesar da mineração não ter proporcionado acumulação interna em Goiás, não se pode desconsiderar a importância que teve na criação de um circuito inter-regional de comércio no território goiano. O desenvolvimento da agropecuária, mesmo que secundariamente, foi importante no período de crise da atividade aurífera, visto que, além de garantir a sobrevivência daqueles que permaneceram em Goiás, constituiu-se na atividade de sustentação econômica desse Estado, como também os vínculos, embora parcos, com as praças econômicas do Sudeste.

A atividade aurífera foi também responsável pelo surgimento de diversos arraiais, como Meia Ponte (1731), Crixás (1734), Vila Boa (1726), Santa Cruz (1729), Natividade

¹⁴ Contudo, Bertran (1994) destaca que o gado antecedeu a mineração. Segundo o autor, quando Bartolomeu Bueno da Silva Filho adentrou a região de Goiás em 1722 já encontrou sinais de gado na região.

(1734), entre outros. Esses arraiais, com o passar do tempo, tornaram-se núcleos urbanos importantes, dando início à estruturação da rede urbana de Goiás.

Outra importante contribuição da atividade mineratória, embora tendendo ser nômade, promoveu certa fixação da população, como demonstra o surgimento dos diversos arraiais neste período. Estevam (2004) destaca ainda que já era possível “captar certa vida urbana” em alguns arraiais, como em Vila Boa, em função, sobretudo, das edificações públicas construídas.

Chaul (1997, p. 19) questiona: “Que Goiás o ouro nos legou, além da decadência?”¹⁵. Entende-se que a resposta é: legou o embrião da agropecuária, atividade econômica que impediu o esmorecimento cabal tanto econômico quanto populacional de Goiás no fim do século XVIII, quando a exploração aurífera experimentou a decadência. Nesse sentido, o autor enfatiza:

Em termos econômicos, podemos observar que a pecuária, apesar de todos os percalços pelos quais Goiás passou com o fim da mineração, não expressa um período longo de decadência – e sim uma lenta, mas progressiva, recuperação de rendas e comércio, de desenvolvimento dentro das possibilidades de Goiás (CHAUL, 1997, p. 85).

Estevam (2004) também aborda a inter-relação, guardadas as devidas proporções entre a mineração, a pecuária e a agricultura. O autor destaca que uma especificidade da economia mineratória goiana foi a complementação entre estas atividades e aponta que em Goiás “[...] o minerador esteve fortemente voltado também para o cultivo agropecuário [...]”, desviando muitas vezes parte da força de trabalho das minas para as lavouras e a criação de gado.

Em síntese, pode-se dizer que foi somente a partir do século XVIII, com a exploração aurífera, que Goiás passou a compor os quadros da economia colonial e, portanto, passou a ser explorado, no sentido literal do termo. Foi quando também experimentou o processo de imigração, sobretudo dos estados vizinhos, dando início à formação populacional e, por conseguinte, da incipiente rede urbana de Goiás. Além do mais, foi a exploração do ouro responsável pelo desencadear da agricultura e da pecuária, que, embora tivessem caráter secundário, foram fundamentais para amenizar o esgotamento do ouro.

Assim, é preciso ponderar a discussão a respeito de que a herança do ouro para Goiás tenha sido apenas a decadência. É fato que no período áureo da exploração do ouro todas

¹⁵ Chaul (1997) discute que a ideia de decadência construída sobre Goiás se deu a partir da visão dos padrões europeus, os quais, segundo o autor, com o olhar embotado pela realidade europeia só conseguiram vislumbrar a decadência da capitania goiana. Chaul em sua obra “Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade” apresenta a rediscussão dessa ideia.

as riquezas foram sugadas, que pouco ou quase nada deixou de legado material, social e econômico, mas, também é inegável que a atividade mineratória gestou o embrião da agropecuária.

A ideia de decadência, atraso e “dormência” durante todo o século XIX e o primeiro quartel do século XX precisa ser relativizada. Isto porque os avanços técnico-científicos só revolucionaram a relação tempo/espaço a partir da Terceira Revolução Industrial, na segunda metade do século XX.

O “longo” século XIX foi o período necessário, dadas as condições técnicas e políticas do país como um todo, para ocorrer a estabilização populacional, a consolidação urbana dos povoados e arraiais que surgiram decorrentes da mineração. Mas foi, sobretudo, o tempo necessário para que a agricultura e a pecuária, surgidas para dar sustentação aos mineiros, se estabelecessem como principais atividades econômicas. A pecuária obteve êxito primeiro, dada a condição auto transportável de seu produto, isso porque, durante todo o século XIX e meados do século XX, um dos maiores desafios enfrentados por Goiás era a dificuldade de se comunicar intra e inter-regionalmente.

Durante o século XIX, os mineiros que permaneceram em Goiás dedicaram-se à criação de gado e à agricultura de subsistência. Palacin e Moraes (1994) afirmam que, enquanto a mineração foi responsável por desencadear o processo de colonização de Goiás, à pecuária coube a função de desenvolver e aumentar a população que decrescia com o declínio da mineração. Os referidos autores destacam que:

A partir dos anos 30 do século XIX, foi a população aumentando, sob os auspícios da pecuária:

1849 – 79.000 habitantes;
1856 – 122.000 habitantes;
1861 – 133.000 habitantes;
1872 – 149.000 habitantes;
1890 – 227.000 habitantes;
1900 – 255.000 habitantes.

(PALACIM e MORAES, 1994, p.62-63).

Quando se considera que em 1804 registrava-se 50.000 de habitantes, o crescimento populacional em Goiás foi considerável. No entanto, o aumento populacional foi insignificante em relação à dimensão territorial goiana e mais ainda quando considerada em âmbito nacional. Palacin e Moraes (1994, p. 62) ressaltam que a baixa densidade demográfica “condicionou a formação de ilhas demográficas, circundadas por imensos vazios humanos”.

Estevam (2004) destaca que o século XIX foi o período de reacomodação da população que assumiu como característica básica a ruralização. E, dadas as dificuldades de

comunicação com o restante do país, a província goiana manteve-se voltada para si mesma. Nesse contexto, prevaleceu como unidade básica de organização socioprodutiva a fazenda, a fazenda de gado. Contudo, nesta não se excluiu a agricultura. O referido autor assim sintetizou as relações entre pecuária e agricultura:

A criação de gado necessitou da produção de alimentos e esta, incapaz de desenvolver-se como atividade autônoma, refugiou-se na produção de gado que ampliou-se ao contar com os meios de subsistência e força de trabalho. Não se trata meramente de afirmar que uma produção existiu em função da outra e sim que uma não poderia existir sem a outra. Agricultura e pecuária, no interior da fazenda goiana, não constituíram segmentos produtivos passíveis de serem analisados ou vistos separadamente. A organização sertaneja, que surgiu e se consolidou em Goiás no século XIX, baseou-se em um único processo de trabalho: *pecuária extensiva-agricultura de subsistência* (ESTEVAM, 2004, p. 63).

Como se vê, agricultura e pecuária sempre estiveram entrelaçadas, uma dando suporte à outra, o que constitui uma relação de interdependência entre elas. Contudo, apesar de tal relação, Chaul (1997) faz uma ressalva importante que delinea a condição tanto da pecuária quanto da agricultura durante o século XIX:

Entre crises e reações, a agricultura, alicerçada pela pecuária, começava a dar sinais de desenvolvimento. Assim é que, ao se iniciar o século XX, foi ainda necessário que se passassem dez anos para que Goiás se integrasse ao mercado nacional. A partir de então, a agricultura, por meio da produção de mercadorias, começava a semear grãos de estímulo pelas terras de Goiás (CHAUL, 1997, p. 97).

Desse modo, pode-se inferir que o século XIX constituiu-se no período de reacomodação e reorganização, sobretudo da população e da economia goiana. Na economia se constituiu o que Estevam (2004, p. 61) denominou de “genuíno complexo produtivo” formado pela pecuária extensiva e a agricultura de subsistência.

Para muitos autores o século XIX foi um período de decadência, atraso e mesmo dormência¹⁶. Mas observou-se, conforme destacou Chaul (1997, p. 107), esse século “um desenvolvimento econômico considerável”. Este se deu tanto intrarregional, dada a organização da economia de subsistência, quanto inter-regional, a partir dos vínculos econômicos, do comércio com o gado que Goiás manteve com o sudeste nesse período. Nesse sentido, Estevam (2004, p. 70) sintetiza:

Em resumo, o século XIX amadureceu uma civilização sertaneja em Goiás apartada das rápidas transformações capitalistas em curso no sudeste do país. [...]. Logicamente a província de Goiás esteve fracamente inserida e articulada ao contexto capitalista do

¹⁶ Chaul (1997, p. 34) destaca os seguintes autores que trabalharam com a ideia da aceitação da decadência em Goiás no período de transição da mineração para a agropecuária: “De Silva e Souza (1812) a Cunha Mattos (1823), do Dr. Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D’Alincourt (1818), Burchell (1827), Gardner (1836) e Castelnau (1843) e chegando a aos historiadores contemporâneo que tratam o período da mineração e da agropecuária em Goiás [...]”.

país desde os primórdios. Contudo, ostentou um ritmo de tempo particular no processo, normalmente no século XIX (ESTEVAM, 2004, p. 70).

Quanto ao século XX, podemos dizer que este começou no fim dos anos oitocentos, precisamente em 1896, quando a Mogiana adentrou o estado de Minas Gerais, chegando até Araguari em 1896. Tal afirmativa pauta-se no fato de que a chegada da ferrovia no triângulo mineiro começou a trazer, parafraseando Estevam (2004), o tempo da transformação para Goiás.

A transformação mais necessária para Goiás era a melhoria nos transportes, a qual romperia, por sua vez, com o isolamento desse estado com os centros econômicos mais dinâmicos do país, situados no Sudeste. Portanto, a aproximação dos trilhos das terras goianas na última década do século XIX e sua efetiva chegada ao solo goiano em 1913 representava uma grande fase de progresso, uma nova era para Goiás (PALACIM; MORAES, 1994).

Embora a estrada de ferro representasse a promessa de estímulo à economia goiana, a sua construção enfrentou diversos obstáculos, dentre os quais destacaram-se a falta de empenho político local, a carência de meios para a construção por parte do governo estadual, somadas à indisposição do governo federal a “um investimento tão vultuoso num estado sem significação política e econômica como Goiás” (PALACIM; MORAES, 1994, p. 91)¹⁷.

Estevam (2004) destaca que as oligarquias tradicionais não se interessavam pela promessa de progresso ensejada pela ferrovia, pelo contrário. A ferrovia representava ameaça aos poderes econômico e político estabelecidos, o que explica o pouco ou quase nada que as oligarquias fizeram em prol do prolongamento dos trilhos. O autor salienta ainda que o avançar dos trilhos contrariava os interesses econômicos do Triângulo Mineiro, os quais tinham significativa influência sobre boa parte do sul goiano.

Contudo, como destaca Borges (1990), a implantação da infraestrutura de transporte era fundamental para o capital se expandir. Então, o próprio capital se incumbiu de arquitetar a construção da Estrada de Ferro de Goiás.

Portanto, a implantação da Estrada de Ferro de Goiás resultou primeiro do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a novos grupos oligárquicos que despontavam com força política no Estado, a qual contou com o apoio do capital financeiro internacional. Em segundo lugar, como a ferrovia servia inteiramente aos interesses da economia capitalista, ou seja, à nova ordem econômica em expansão no País, este fator, direta ou indiretamente, pressionaria o Governo Federal a apoiar a construção da linha (BORGES, 1990, p. 55-56).

¹⁷ Sobre os obstáculos enfrentados para a construção da estrada de ferro consultar: Borges (1990), Estevam (2004), Palacin e Moraes (1994).

Assim, transpostos os obstáculos, os trilhos enfim alcançaram o solo goiano, Castilho (2017) salienta que mesmo frente às dificuldades da localização geográficas de Goiás e aos desafios político-econômicos envolvidos, a construção dos trilhos em direção ao território goiano teve início na primeira década do século XX. O referido autor pontua que a estação Anhanguera (da linha tronco Araguari-Roncador) foi inaugurada em 1911. Esse fato teve impacto direto em diversos segmentos e situações em Goiás, a citar: a melhoria no meio de transporte, seguida pelo incremento na produção agrícola, no aumento populacional e no processo de urbanização, na valorização das terras. Além de ter diminuído consideravelmente a importância dos atravessadores e ter promovido maior retenção de capitais no Estado de Goiás.

A repercussão na circulação seja do que fosse (mercadoria, passageiros, informações, ideias e mesmo valores) foi sentida de imediato. Borges (1990) aponta que a ferrovia foi muito mais que um meio de transporte, ela foi, sobretudo, um agente modernizador e integrador da “economia do Estado à divisão regional do trabalho, redefinida segundo os interesses da expansão capitalista” (BORGES, 1990, p. 87). No mesmo sentido, Estevam (2004, p. 86) salienta que:

Teoricamente, a ferrovia, por si só, é extremamente importante, pois carrega consigo o germe de uma nova sociedade: impessoaliza as relações trabalhistas no âmbito da empresa, desvincula o homem da alternativa de tornar-se agregado de fazendas, “impõe” o pagamento monetário e, juntamente com ele, socializa a noção de custo e de cálculo (ESTEVAM, 2004, p. 86).

Do ponto de vista de geração de receita, o transporte de mercadoria era a principal fonte de renda, seguido pelo de passageiros. Contudo, vale ressaltar que se cobrava altas tarifas para o transporte de cargas, o que, por exemplo, tornou irregular e muitas vezes inviabilizou o transporte de gado e a obtenção de maiores lucros por parte dos agricultores.

A agricultura goiana durante os séculos XVIII e XIX, sustentou-se apoiada na pecuária. Um dos motivos, dentre outros, de ser dependente da pecuária e estar em segundo plano em relação a esta, devia-se à dificuldade de escoar a produção. Situação que começou a mudar a partir, sobretudo, da chegada da ferrovia ao solo goiano em 1913. Essa situação levou a agricultura goiana, até então predominantemente de subsistência, a começar a organizar-se pelo viés comercial.

Segundo Borges (1990), não só a agricultura começou a estruturar-se em bases capitalistas, mas toda economia goiana a partir de então, passou a organizar-se paulatinamente em bases cada vez mais capitalistas. Chaul (1997, p. 98) reitera a afirmação de Borges dizendo que foi somente “[...] a partir dos primeiros 12 anos do século XX que Goiás ‘iniciou’ seu

processo de inserção no mercado nacional com mais vigor”. Mas, para o autor, além da penetração da ferrovia, o desenvolvimento da economia cafeeira no Centro-Sul do país foi outro fator fundamental para que Goiás fosse inserido no mercado nacional.

Vale lembrar que a continuidade/aprofundamento dessas mudanças que vinham acontecendo tanto no Centro Sul como em Goiás tinham como pano de fundo a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1917). Borges (1990, p. 89) afirma que “a produção agrícola de subsistência foi praticamente eliminada e a agricultura se especializou [...]” para atender ao mercado consumidor do Centro-Sul, isto é, o mercado externo do estado.

Chaul (1997) reitera a afirmação anterior ao dizer que a partir de 1912 foram lançadas as bases da agricultura de caráter comercial com a ocupação das matas do Mato Grosso de Goiás. Cunha (2009) observa que a ocupação dessa porção do território goiano se apoiou, sobretudo, nas características naturais favoráveis à agricultura, visto que nesta se encontram solos de maior fertilidade que, portanto, requeriam menores investimentos para produzir. Nesse sentido, Estevam (2004) sintetiza a influência da chegada da ferrovia exercida sobre a agricultura goiana dizendo que:

A produção agrícola na área de influência da ferrovia chegou a atingir a metade do total de arroz, milho e feijão produzido em todo o estado. A velha organização do complexo *agricultura de subsistência-pecuária-extensiva* foi se rompendo com a emergência do mercado, embora conservasse as antigas relações de produção no seio das grandes fazendas (ESTEVAM, 2004, p.83).

O avançar dos trilhos também reverberou sobre a população goiana. Palacin e Moraes (1994), tanto quanto Estevam (2004), salientam que, apesar de Goiás ainda ser um estado despovoado em meados do século XX, houve, com a chegada da ferrovia, um incremento populacional considerável. Ambos os autores enfatizam que a população cresceu consideravelmente no período de 1900 a 1920, apresentando crescimento acima da média nacional.

Os mencionados autores frisam que a população dobrou, saindo de 255.284 em 1910 para 511.919 habitantes em 1920¹⁸. Estevam (2004), por sua vez, destaca que não há dúvidas de que os trilhos foram responsáveis pelo incremento populacional em Goiás, visto que ensejou imigrações, sobretudo para a região meridional do estado. Palacin e Moraes (1994) reiteram dizendo que: “a região mais povoada era o Sudeste”, graças à proximidade com o Triângulo Mineiro e pela presença da ferrovia. Os demais habitantes estavam espalhados nas grandes extensões das fazendas e sítios.

¹⁸ Os autores Palacin e Moraes (1994) e Estevam (2004) advertem sobre a imprecisão dos dados apresentados pelo censo da época.

O aumento populacional associado ao maior dinamismo econômico incrementou o processo de urbanização. Algumas cidades chegaram a experimentar certa vida urbana (água encanada, energia elétrica, cinema, telégrafo, telefone etc.). Ipameri chegou a ter uma agência do Banco do Brasil (ESTEVAM, 2004). Assim, os núcleos urbanos localizados nas proximidades da ferrovia começaram a se distinguir dos demais.

Outro importante efeito da extensão dos trilhos até as terras Goianas foi a valorização destas. Borges (1990) sublinha que a especulação das terras cortadas pelos trilhos ou próximos a eles foram consideráveis. Os migrantes mineiros e paulistas, ao adquirirem grandes glebas de terra, forçaram a valorização e a elevação do preço da terra. Estevam (2004) exemplifica esse aumento citando o ocorrido com o valor da terra em Anápolis e em Ipameri, respectivamente uma cidade relativamente próxima ao ponto final dos trilhos (163 km) e outra cortada por estes.

Em Anápolis – cidade situada, no início do século, bem além do término dos trilhos – o preço do *alqueire de campo* elevou-se de 2\$500 para 15\$000 e o preço da *terra de mato* sofreu incremento de 10\$000 para 30\$000 o alqueire. Em Ipameri, mais próxima dos trilhos na época, a valorização foi ainda mais forte: em 1915 vendeu-se o alqueire da mata a 50\$000. Com a passagem dos trilhos elevou-se em 1921 a 300\$000 (ESTEVAM, 2004, p. 86).

Nesse processo de especulação e aumento do valor das terras goianas, Chaul (1997) chama a atenção para o que ele denominou “despossuídos da sorte”. Para esses, segundo o autor, restou embrenhar o sertão adentro em busca de terras devolutas para estabelecer a posse expandindo ainda mais a frente pioneira, conforme definiu Martins (1975). Ou, na pior das hipóteses, agregar-se a um senhor em sua propriedade, pois, como alertou Borges (1990) e Estevam (2004), entre outros, as relações capitalistas de trabalho tardaram um pouco mais para serem implantadas em Goiás.

Como vimos, só a aproximação dos trilhos da Mogiana ao território goiano foi capaz de provocar significativo dinamismo nessa porção do território. Foi também responsável pelo avanço do capital comercial nessa área. Mas, conforme salienta Estevam (2004), também se estruturou relações comerciais bastante desiguais através da função de atravessador assumida, principalmente, pela região triangulina (Uberaba, Uberlândia e Araguari).

A chegada da Estrada de Ferro Goiaz no território goiano provocou profundas mudanças na intermediação até então realizadas pelas cidades do Triângulo Mineiro. A implantação da estrada de ferro propiciou o contato direto com os centros consumidores dos produtos goianos, bem como com os centros produtores de mercadorias não produzidas em

Goiás naquela época. Tal situação contrariou importantes grupos econômicos triangulinos, fato que contribuiu para a demora no prolongamento dos trilhos até Goiás.

Os agricultores, uma vez libertos dos atravessadores mineiros, experimentaram uma nova organização para seus negócios. Um efeito positivo dessa alteração foi sentido especialmente na produção de arroz e milho, as quais obtiveram incremento considerável, passando a ocupar, no caso do arroz, o segundo lugar nas exportações goianas, atrás apenas do gado. O incremento na produção agrícola proporcionou a Goiás a quarta posição na produção de arroz do país (ESTEVAM, 2004). Borges (1990, p. 99-100) sintetiza a importância da ferrovia para o incremento comercial em Goiás:

As cidades goianas servidas pela linha neste período tornaram-se significativos centros comerciais do Estado, substituindo as cidades do Triângulo Mineiro no controle do comércio regional. Araguari, que passou a dominar o comércio do Estado a partir de 1896, quando é alcançada pelos trilhos da Mogiana, depois de 1915 perde grande parte deste domínio para as cidades do Sudeste goiano. Em Ipameri, Catalão e Roncador instalaram-se grandes firmas comerciais, comissárias e consignatárias, as quais compravam mercadorias diretamente de São Paulo e as distribuíam para outras regiões do Estado.

Assim, pode-se inferir que a ferrovia foi um importante elemento na dinamização da economia goiana, tanto nos aspectos sociais, produtivos, quanto na estruturação agrária. A chegada dos trilhos da Goiaz promoveu a expansão das atividades comerciais, ampliando o intercâmbio de mercadorias entre Goiás - Minas Gerais - São Paulo. A ferrovia, ao revolucionar os meios de transporte, propiciou e dinamizou o comércio exportador e importador de Goiás.

Ademais, a chegada da estrada de ferro também assegurou, conforme salientou Estevam (2004), maior retenção de excedentes produtivos no território goiano, requisito necessário para dar continuidade às transformações em curso. Além disso, conforme sublinhou Chaul (1997, p. 112), “O meio mais eficaz de elevar a produção regional era integrá-la à economia nacional”, isto é, ao sudeste, região core da economia brasileira.

Apesar da ferrovia ter promovido maior retenção de capital em Goiás e ter ampliado o intercâmbio comercial com o Sudeste, o estado sofria com a carência de capitais destinados à produção e também com lentas mudanças nas relações de trabalho que acabaram por ditar um ritmo próprio de desenvolvimento econômico em Goiás (ESTEVAM, 2004). Nesse período é possível observar o reflexo desse contexto no número e na localização das poucas unidades industriais mostradas na figura 7. Essas se concentravam no extremo sul do estado, visto que a ferrovia já havia chegado ali e propiciado a entrada da industrialização nessa porção do território goiano.

Figura 7 – Distribuição das indústrias em Goiás em 1920



Fonte: IBGE (1920), Chaul (1988).

Em síntese, pode-se dizer que as duas primeiras décadas do século XX tiveram como principal evento a chegada dos trilhos ao solo goiano. Tal evento foi responsável por desencadear importantes transformações em diversos aspectos que, como dito anteriormente, foram observadas no aprofundamento das relações mercantis nas propriedades, atraiu migrantes, incitou o florescimento de muitos núcleos urbanos, fez os existentes crescerem (na área de influência da ferrovia), estimulou a produção agrícola, promoveu o comércio e também influenciou a dinâmica da vida urbana e cultural, especialmente na porção sul do Estado. Tampouco pode-se desconsiderar as mudanças que passaram a ser reivindicadas na “conduta política-administrativa do estado” (ESTEVAM, 2004, p. 89).

Contudo, mesmo diante de tal cenário, não se pode negligenciar o fato de que tais transformações em Goiás nada mais eram do que respostas aos estímulos nacionais, de modo particular, da expansão da economia cafeeira. E, de modo geral, aos reflexos da Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, concorda-se com Borges (1990) quando assim sintetiza a função desempenhada pela ferrovia em Goiás:

É inegável reconhecer a Estrada de Ferro de Goiás como principal agente modernizador que deu início e acelerou o processo de transformação das estruturas da sociedade regional. No entanto, não se deve incorrer em simplificações teóricas e análises apressadas, atribuindo à ferrovia o papel de único fator de mudanças socioeconômicas e culturais. Além de não ser o único elemento modernizador, a estrada de ferro, por si mesma, não constitui um fenômeno autônomo promotor de transformações, uma vez que ela própria resultou da modernização latino-americana. O correto é considerar a ferrovia como um dos principais instrumentos construídos e utilizados pelo capital, na modernização e incorporação da economia agrária aos domínios do imperialismo (BORGES, 1990, p. 110).

Desse modo, feitas as devidas ressalvas, a chegada da Estrada de Ferro Goiaz cumpriu sua função ao criar as condições para que o imperialismo/capitalismo continuasse a penetrar e incorporar a economia goiana no circuito da divisão territorial do trabalho. A continuidade e a ampliação desse processo se dariam a partir da terceira década do século XX.

2.2 Economia Goiana e a Convergência entre a Política Industrial de Goiás e a Política Industrial Brasileira entre 1930 e 1980

A nova política econômica se apoiava na industrialização, no nacionalismo e no forte conteúdo social e urbano.

Luz, 2001, p. 19.

A epígrafe nos dá uma boa indicação da atmosfera econômica e política que se delineou no Brasil após os anos de 1930. As modificações desse período, como vimos, tinham como pano de fundo as mudanças conjunturais provocadas pela depressão de 1929, reiteradas

mais adiante pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial (1945). Estruturalmente observava-se o descontentamento da elite brasileira (agrária e a burguesa em formação) com a situação econômica da república.

Para o Brasil, essas modificações resultaram, quase que de forma forçada, na industrialização (por substituição de importações) sem, inclusive, uma orientação político-econômica definida (LUZ, 2001). E, no quadro político da Era Vargas, período marcado pela centralização do poder, nacionalismo econômico e desenvolvimentismo.

A atmosfera de transformações nacionais, por sua vez, trouxe importantes elementos de mudanças tanto para a economia goiana, quanto para a organização política. Respectivamente, conforme destaca Estevam 2004, a Revolução de 30 possibilitou a mudança das oligarquias no poder e aprofundou os vínculos da produção agropecuária goiana com o sudeste brasileiro.

O movimento de 30 possibilitou que as lideranças do sul assumissem o poder político que, por meio de um levante, acabou por instalar o governo provisório em Goiás. Contudo, conforme salientou Estevam (2004), mais importante que a troca de oligarquia no poder foi o lema que os novos dirigentes passaram a propalar. O discurso de então passou a ser marcado pelo ideário de promover o “desenvolvimento goiano calhando assim com o projeto nacionalista.

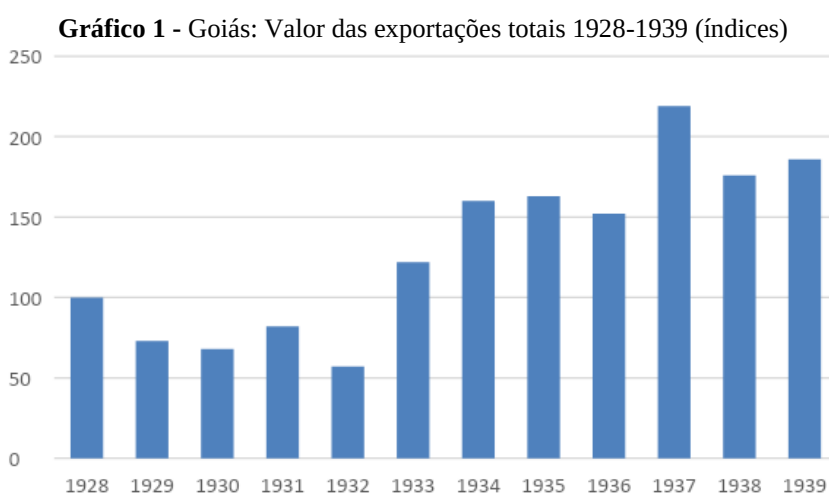
Sob a liderança de Pedro Ludovico Teixeira, nomeado interventor de Goiás (1930-1945), iniciou-se a construção de um “novo tempo” em Goiás. Chaul (1997) destaca que, mais uma vez, as ideias de atraso e decadência foram usadas, agora, para caracterizar a oligarquia deposta do poder, a qual foi acusada de não medir esforços no sentido de manter o atraso em Goiás. O grupo em ascensão, por sua vez, procurava se legitimar no poder a partir da representação da modernidade, assim:

A ideologia do progresso, a mentalidade dita progressista e modernizante que encontrava respaldo nos projetos políticos e econômicos dos grupos em ascensão no pós-30, como apoio a uma nova capital, a uma maior inserção do Estado no mercado nacional, a novos meios de comunicação e transporte e, da parte de muitos, pelo menos no início dos anos 30, o apoio aos projetos democráticos de governo, poderiam ser indícios de diferenciação destes para com os grupos dominantes na Primeira República (CHAUL, 1997, p. 176).

Os anos de 1930 também se constituíram num marco para a economia goiana, graças aos importantes impulsos que esta recebeu do projeto varguista de expandir a fronteira agrícola. Este tinha como objetivo aumentar a produção de alimentos para atender às demandas da população urbana, criar um mercado interno para os produtos da indústria em

desenvolvimento e ainda, conforme destacou Borges (2005), a preocupação com a segurança da fronteira oeste do país. Nesse sentido, o autor destaca também que de 1930 a 1945 Goiás foi alvo de um ativo expansionismo dirigido pelo Estado, o que resultou na expansão da fronteira agrícola neste estado.

Ademais, foi a partir da década de 1930 que houve uma maior inserção da economia goiana na economia nacional. Comprovam essa inserção os índices das exportações totais de Goiás para São Paulo ao longo dos anos de 1930 (gráfico 1). Tais dados comprovavam a articulação de Goiás com o centro mais dinâmico do país. Segundo o autor, mesmo no período em que houve encolhimento do consumo, Goiás manteve as exportações de arroz nos níveis costumeiros.



Fonte: adaptado de Estevam, 2004, p. 98.

Ademais, Goiás também foi beneficiado no plano político-econômico por importantes ações do governo federal, a citar: a Marcha para o Oeste, a implantação da Colônia Agrícola Nacional – GANG (1941) e a criação da Fundação Brasil Central – FBC (1943). Tais projetos, associados às demais transformações na economia goiana, resultaram, por sua vez, num amplo processo de modificação, sobretudo na dinâmica populacional de Goiás.

A construção de Goiânia também foi um importante símbolo das mudanças pelas quais passou Goiás. No âmbito nacional, contou com o apoio irrestrito do governo federal. A construção de uma nova capital no interior do país vinha ao encontro do interesse de Getúlio Vargas de irradiar a incorporação de novas porções do território, contribuindo com a política de interiorização da época. No plano regional, a construção de Goiânia contou com todo o apoio do governo estadual.

Assim, em 1942, no batismo cultural, a nova capital foi inaugurada com índice “progressista vertiginoso”. Estevam (2004) aponta que Goiânia passou a ser o símbolo do

desenvolvimento do estado, embora prevalecessem em Goiás imensas dificuldades para a efetivação do projeto. Além das resistências políticas enfrentadas, havia ainda a dificuldade financeira, técnica e de mão de obra.

O problema da falta de recursos humanos (qualificados e/ou não) foi, se não resolvido, amenizado pelas levas de migrantes que passaram a se dirigir para Goiás. Nesse sentido, tanto o governo estadual, quanto o federal contribuíram ao “aliciar continuamente migrantes” para as terras goianas. Essa ação também fazia parte do projeto nacional de povoar o interior¹⁹. Por isso,

A construção de Goiânia foi o fato mais expressivo dentro do projeto de modernização implementado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira com o apoio do Governo Federal. A transferência da capital para o centro mais dinâmico da economia regional atendia os interesses das novas forças econômicas e políticas emergentes e reforçava o mito da conquista do Oeste, bem como da criação do “Novo Brasil” (BORGES, 2005, p. 73).

Como se pode observar, a construção de Goiânia representou a ruptura com a antiga estrutura econômica e política de Goiás e, também, cumpriu importante papel na dinâmica populacional do Estado. Estevam (2004) destaca que a construção de Goiânia, além de ter causado uma explosão demográfica na área da capital, também proporcionou significativo adensamento populacional na porção Centro-Sul de Goiás, sobretudo na região do Mato Grosso Goiano, dadas as terras férteis de rico potencial agrícola²⁰.

O grande crescimento populacional deveu-se, como vimos, ao intenso movimento migratório. Segundo dados dos censos de 1940, 1950 e 1960, a taxa de migrantes na composição da população goiana chegou a 18,9%, 23,3% e 23,5% respectivamente. Desses, a maioria era oriundo de Minas Gerais conforme se pode observar na tabela 3. Os dados demonstram o avanço do processo de capitalização das terras a partir de São Paulo. Assim, à medida que as terras iam escasseando e/ou encarecendo no Sudeste, os trabalhadores e, sobretudo, os grandes fazendeiros migravam em busca de terras a preços acessíveis para a prática da agropecuária.

Borges (2005) destaca, inclusive, que o crescimento da produção agrícola para o mercado interno se deu basicamente através da expansão da fronteira interna na “forma” de frentes de expansão. Contudo, Cunha (2009) ressalta que a ocupação do Mato Grosso Goiano, a partir de 1930, constituiu-se no que Martins (1975) define como frente pioneira, visto que, esta ocupação foi um exemplo típico de atuação coordenada pelo Estado.

¹⁹ Embora haja confusões acerca da construção de Goiânia como produto da Marcha para o Oeste, Mello e Silva (2013) esclarecem que o projeto da capital goiana emergiu em 1930 em virtude, dentre outros motivos, das demandas de modernização produtiva enquanto a Marcha para o Oeste foi anunciada no Estado Novo em 1930.

²⁰ Para saber da delimitação da zona do Mato Grosso Goiano consultar Cunha (2009).

Tabela 3 - Migração para Goiás segundo o estado de origem em 1940 e 1950

Estados de Origem	1940	1950
Minas Gerais	44,77	53,32
Maranhão	21,30	16,72
Bahia	20,66	15,74
Piauí	4,66	4,31
São Paulo	4,63	5,41
Outros	3,98	4,50
Total	100,00	100,00

Fonte: Adaptado de Graham e Buarque Filho (1984, p.98).

O Estado atuou decisivamente tanto na ocupação, quanto na valorização e conexão dessa região de Goiás à área core da economia nacional, isto é, São Paulo. Além da construção de Goiânia, a chegada da estrada de ferro a Anápolis em 1935, a implantação da GANG em 1941 e da FBC em 1943 também se constituem em importantes exemplos da intervenção governamental nesse período.

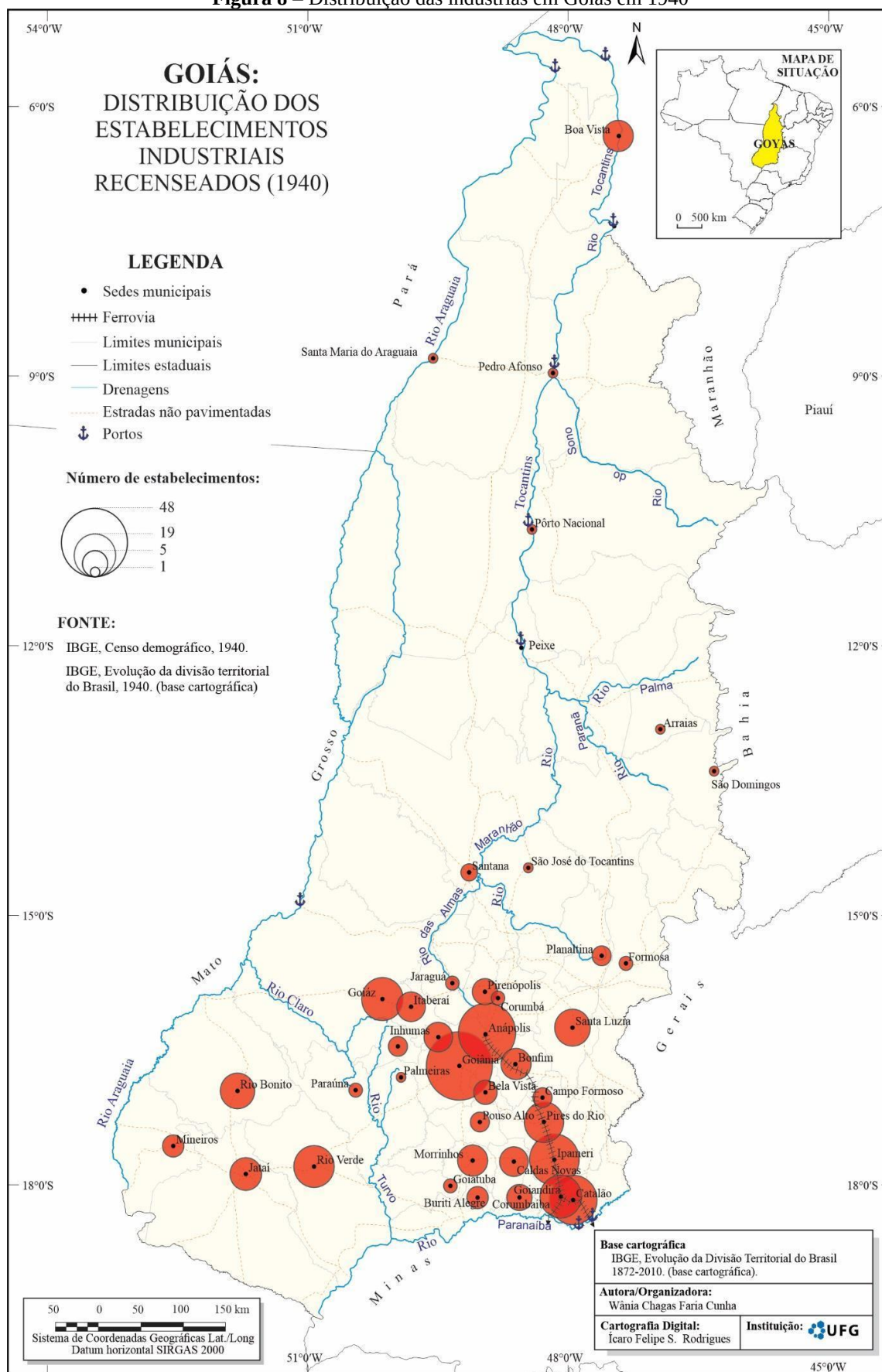
A chegada da ferrovia até Anápolis veio resolver o problema secular enfrentado por Goiás, isto é, o isolamento. A presença da ferrovia, tida como meio de transporte moderno, permitiu “escoar a produção e dinamizar a economia que já florescia no Mato Grosso Goiano (CUNHA, 2009, p. 37). Tal possibilidade permitiu a diversificação da atividade agrícola e da pecuária. Soma-se a esses efeitos o impulso à construção de estradas ligando diversos municípios à ponta dos trilhos sediados em Anápolis e a chegada da rede telegráfica.

A implantação da GANG, por sua vez, contou com propaganda oficial de alcance nacional, a qual seduzia as famílias a partirem para Goiás em busca da “terra prometida”. Borges (2005) destaca que em 1950 a colônia já contava com 29 mil pessoas, entre as quais a maioria era mineira, chegando a 60% da população total da colônia agrícola. Assim, apesar dos assentados terem recebido pouco da assistência prometida pelo poder público, o governo passa a ideia de estar promovendo a ocupação do interior e, conseqüentemente, a integração nacional.

A criação da FBC, embora tivesse caráter geopolítico de proteção da fronteira oeste da nação, também cumpriu papel importante na ocupação do interior goiano ao promover “pesquisas de apoio à modernização da agropecuária, como a análise referente ao solo, ao clima e às técnicas de produção agrícola mais apropriadas para as áreas em processo de ocupação” (BORGES, 2005, p. 79).

Assim, pode-se inferir que, nas décadas de 1930 e 1940, houve uma significativa alteração estrutural em Goiás, por meio da intervenção do Estado tanto no nível estadual, quanto federal. Contudo, ainda havia muito a ser feito. O Estado, apesar do intenso fluxo migratório que recebeu, ainda apresentava baixa densidade demográfica (2,979).

Figura 8 – Distribuição das indústrias em Goiás em 1940



Fonte: IBGE (1940)

As atividades econômicas, por seu turno, embora tivessem se conectado diretamente com São Paulo, ainda careciam de desenvolvimento, visto que se pautavam essencialmente dependentes do setor primário, e este requeria técnicas mais modernas. A escassez de vias e meios de transportes enfrentada por Goiás desde o período mineratório ainda persistia, mesmo com o avanço dos trilhos até o Mato Grosso Goiano. Ainda assim, um maior número e uma maior distribuição de unidades industriais pode ser observada na figura 8. A indústria, antes concentrada no sudeste de Goiás, apresenta agora uma dispersão pelo sul do território goiano e ligeira concentração na região, então denominada Mato Grosso Goiano.

Desse modo, as ações iniciadas por parte de Getúlio Vargas precisavam ser continuadas, e foram, especialmente a partir da segunda metade de 1950, sob o comando de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que deu continuidade à política de ocupação do interior iniciada no Estado Novo. As duas principais ações nesse sentido foram o projeto de construção da capital federal no planalto central e a adoção da modalidade rodoviária como principal meio de transporte para o país. Borges (2005) assim sintetiza essas ações:

O projeto de construção de Brasília e a rede de estradas de rodagem implantada a serviço da nova capital federal influenciaram diretamente no avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste. Aliás, a transferência da capital para o planalto modificou a geografia econômica e política do país. Foi a mais arrojada entre as ações governamentais no sentido de completar a ocupação econômica do território brasileiro e dar continuidade ao processo de modernização conservadora que o país vinha experimentando desde os anos 30 (Borges, 2005, p. 85).

Estevam (2004) reitera essa análise ao afirmar que o pacote rodoviário acelerou a integração de Goiás ao mercado nacional. Com isso, o governo federal modificou ainda mais a realidade estrutural do território goiano, bem como de todo planalto central do país, visto que todo ele “foi contemplado em termos de infraestrutura de transporte” (ESTEVAM, 2004, p. 119).

Durante a construção de Brasília diversas rodovias foram construídas o que proporcionou maior integração intra e inter-regional além de ampliar a fronteira agrícola nacional (ESTEVAM, 2004). As rodovias implantadas, nesse período, estreitaram o intercâmbio entre o interior e o centro dinâmico do país, promovendo assim a anunciada integração nacional. As rodovias também propiciaram uma maior integração intra regional, uma vez que ocorreu aumento na abertura de estradas municipais e estaduais no período de 1950 a 1960.

A integração interna deve ser relativizada, visto que as estradas municipais não visavam necessariamente uma interconexão entre os municípios goianos, mas o acesso destes com as rodovias principais e estas, por sua vez, com o Sudeste. As rodovias constituíam

verdadeiros corredores de importação dos produtos da indústria nacional nascente, viabilizando a integração do mercado interno, cumprindo assim os objetivos integracionistas continuados por Juscelino Kubitschek.

Contudo, a opção pela modalidade rodoviária fazia parte do Plano de Metas que tinha como *slogan* “cinquenta anos em cinco”. A opção pelo rodoviarismo em detrimento do sistema ferroviário, conforme destacou Haddad (2016), não foi “fruto de uma ‘opção errada’, mas, antes de tudo, da pressa em atingir uma modernidade que a ferrovia e o automóvel pareciam trazer”. O autor afirma que, além da rodovia levar menos tempo para ser construída, também requer menores investimentos, daí a opção pelo asfalto em detrimento dos trilhos.

Ademais, é preciso ressaltar que a opção pelas rodovias se deu num contexto de abertura à entrada de capital e indústrias (sobretudo automobilísticas) estrangeiras no país. A opção pelo rodoviarismo fazia parte da barganha com o capital estrangeiro para conseguir os recursos necessários para o “bolo crescer” no país.

Nessa conjuntura marcada pelo desenvolvimentismo, a construção de Brasília se constituiu, ao mesmo tempo, na obra síntese do governo de Juscelino Kubitschek e no ícone de um novo ciclo de crescimento da economia goiana. Isto pois, a capital federal fez surgir inúmeras rodovias no interior do país e, sobretudo, em Goiás. Nesse período, Arriel (2017) destaca que Brasília resolveu o principal gargalo que inviabilizava a integração do mercado interno do país, visto que promoveu não só a ampliação, mas também a melhoria do sistema de transportes do país.

Goiás foi de longe o estado mais beneficiado com a adoção do sistema rodoviário em 1950. Um dos motivos deve-se à sua localização estratégica no centro do país que contribuiu para ser escolhido para sediar o distrito federal. Soma-se a isso o fato de ter se constituído numa importante frente pioneira em expansão e, por assim dizer, apta para atender aos interesses do capital urbano-industrial que se estruturava no país.

Dessa forma, Goiás rompeu com o isolamento histórico que por muito tempo foi um dos principais motivos responsáveis pelo fraco desenvolvimento econômico do Estado. A partir da construção de Brasília, Goiás passou a dispor de um sistema de transporte “ligado ao sistema rodoviário nacional [...] que leva ao oeste, ao Norte, ao Nordeste, ao Sudeste e ao Sul do país (FONSECA, 2014, p. 17).

Autores como Estevam (2004), Luz (2001), Borges (2005), Arrais (2007a), Arriel (2017), Fonseca (2014), entre outros que estudam sobre a dinâmica territorial de Goiás são unânimes em destacar o impacto positivo da edificação de Brasília no território goiano no que tange, sobretudo, a ampliação significativa da infraestrutura rodoviária. Para Diniz (2001, p.

13), a relevância da construção de Brasília no interior se estendeu a todo território nacional, em vista disso destaca:

Entendemos que a construção de Brasília foi o elemento de maior impacto na integração econômica do território brasileiro. Em primeiro lugar, por sua localização no centro do país, em área relativamente vazia até então. Em segundo lugar, pelas diretrizes estabelecidas a partir do Programa de Metas sobre a infraestrutura, especialmente do sistema rodoviário (DINIZ, 2001, p. 13).

O mérito da construção de Brasília não se restringiu apenas à expansão e ao melhoramento do sistema de transporte. A transferência da capital foi responsável pela implantação de um conjunto de infraestruturas necessárias para propiciar a efetiva conexão com o sudeste do país. Dentre elas destacam-se a ampliação da geração de energia elétrica e a implantação de equipamentos de telecomunicação.

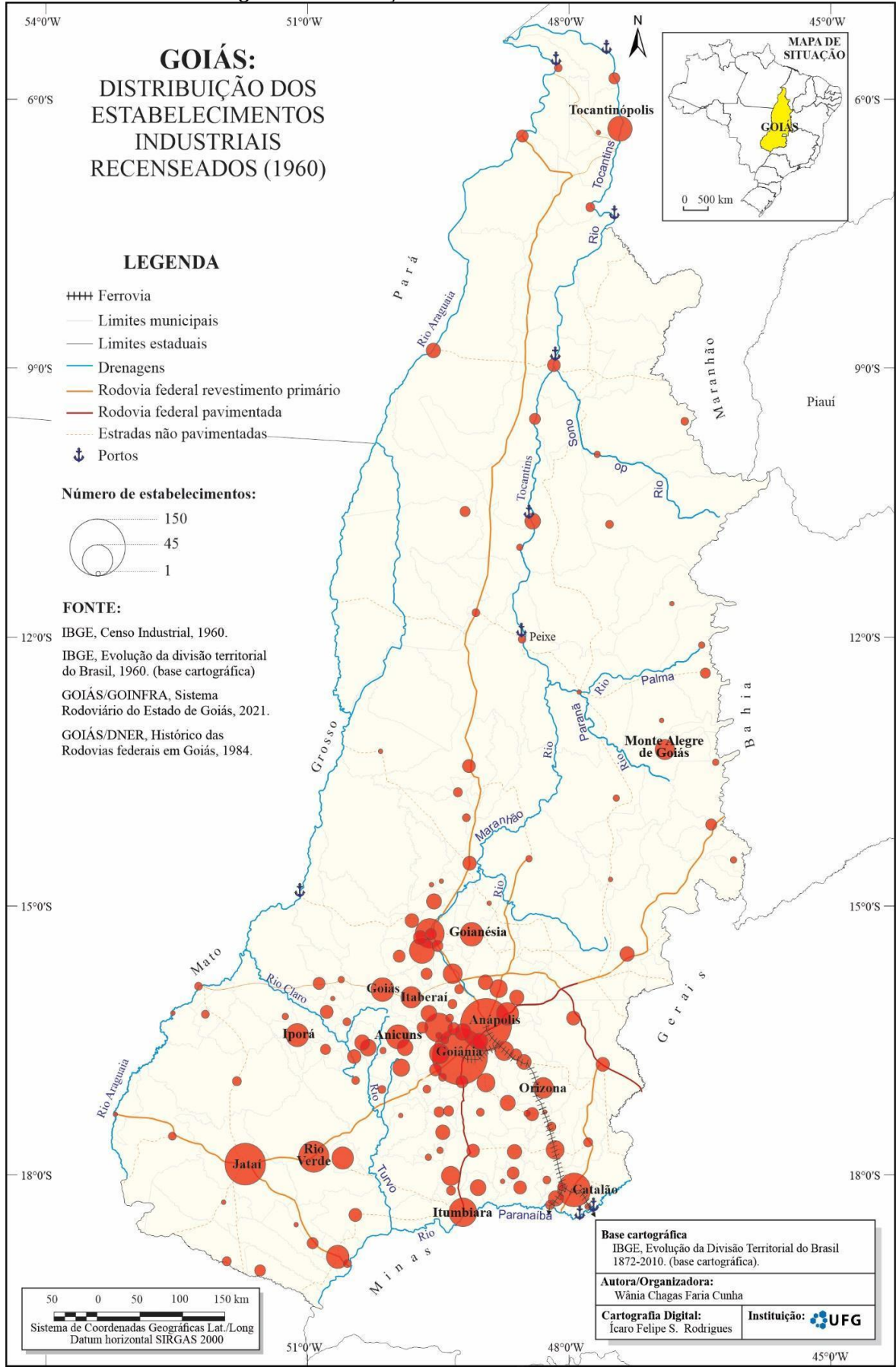
Conforme apontou Luz (2001), apesar de Goiás dispor de um potencial hidráulico, este era pouco utilizado e ainda carecia de oferta de energia. Visando atender, sobretudo, a demanda que seria gerada por Brasília, o governo do estado foi incentivado a criar a CELG (Centrais Elétricas de Goiás), o que ocorreu em 1955. No ano seguinte iniciou-se a construção da usina de Cachoeira Dourada no rio Paranaíba. Estevam (2004, p. 118).

[...] uma das decisões fundamentais visando a implantação de Brasília foi a iniciativa de construção de uma hidrelétrica no rio Paranaíba – extremo sul de Goiás – com o objetivo básico de suprir a planejada capital federal. O governo de Goiás, em vista tal decisão, foi incentivado a criar a CELG – Centrais Elétricas de Goiás – que, apesar de instituição pública estadual, obteve praticamente toda a sua estrutura financeira advinda de recursos federais, o que permitiu concretizar a implantação da referida usina (ESTEVAM, 2004, p. 118).

A participação direta do governo federal financiando tanto a CELG, quanto a usina de Cachoeira Dourada deixa claras as intenções do governo federal e estadual: abastecer Brasília e promover o desenvolvimento da região centro-sul de Goiás. Região essa que historicamente foi se construindo na mais dinâmica do estado, do ponto de vista econômico, populacional e de urbanização. Arriel (2017) ressalta que a espacialização da atividade industrial que passou a ser incentivada a partir de 1960 seguiu a rota da infraestrutura instalada, conforme demonstrado na figura 9.

Desse modo, pode-se inferir que no fim dos quatro anos da construção de Brasília, em 1960, Goiás estava interligado a praticamente todas as capitais brasileiras, o que permitia ao estado iniciar um novo ciclo de crescimento (FONSECA, 2014). Isto porque se pode dizer, de forma geral, que Goiás havia superado os grandes obstáculos que impediam seu desenvolvimento: a escassez de vias de circulação e a carência de energia elétrica.

Figura 9 – Distribuição das indústrias em Goiás em 1960



Fonte: IBGE (1960).

De modo geral, em Goiás, de 1930 a 1960, prevaleceram ações de caráter horizontal (melhoria da infraestrutura de transporte, comunicação e energia), visando à promoção da industrialização já existente nesse período. Tais ações decorreram de um conjunto de acontecimentos que estavam em consonância com a atmosfera de mudanças advindas da estratégia política do Estado Nacional desenvolvimentista.

Respectivamente, o lançamento da pedra fundamental da construção de Goiânia em 1933, a chegada dos trilhos até o Mato Grosso Goiano (1935), o lançamento do programa Marcha para o Oeste (1938) e a decisão do Governo Federal de construir Brasília (1955) foram decisivos para causar significativo impacto socioeconômico no estado de Goiás, bem como efetivar a inserção deste no mercado nacional. O que, por sua vez, criou as condições necessárias para promover a expansão da então modesta indústria existente no estado.

Dentre os impactos socioeconômicos advindos com as intervenções do Estado destacam-se sobremaneira o adensamento populacional e o posterior desencadeamento da urbanização, sobretudo, na região do Mato Grosso Goiano; investimento em infraestrutura viária e energética. Fatos que nos permitem inferir sobre a importância da atuação do Estado no incremento econômico de uma dada região. Em síntese, pode-se dizer que:

A construção de Goiânia foi o fato mais expressivo dentro do projeto de modernização implementado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira com o apoio do Governo Federal. A transferência da capital para o centro mais dinâmico da economia regional atendia os interesses das novas forças econômicas e políticas emergentes e reforçava o mito da conquista do Oeste, bem como da criação do “Novo Brasil” (BORGES, 2000, p. 73).

Arrais (2013) reitera que os eventos mencionados acima corroboraram para consolidar, sobretudo, na região do Mato Grosso Goiano as articulações mercantes intra e inter-regional, o mercado de serviços e consumo, como também a produção incipiente de produtos manufaturados. O autor ressalta ainda que a partir de 1950 toda essa região foi influenciada pelo processo de urbanização e modernização da agricultura, ambas favorecidas pelos projetos nacionais de ampliação da fronteira agrícola, dada a ampla oferta de terras goianas.

Contudo, assim como Borges (2000), Arrais (2013) destaca os reveses da propalada modernização da agricultura que, além de conservar a estrutura agrária tradicional marcada pela concentração fundiária, trouxe impactos negativos para o abastecimento do mercado interno, para as condições de trabalho no campo e para a biodiversidade do cerrado. Arrais (2013, p. 44) salienta que:

A chamada modernização da agricultura deve ser compreendida na relação espaço-tempo, não sendo aconselhável, portanto, restringi-la às mudanças na base técnica e ao aumento da produtividade. A redução do volume de cultivos tradicionais, como o

arroz, é um indicativo dos reveses da modernização da agricultura, que prejudica o mercado interno. Também é oportuno considerar a rápida transformação das condições de trabalho no campo, com a ampliação da concentração fundiária e do assalariamento, além da perda da biodiversidade, uma vez que as culturas e pastagens passaram a substituir os diversos estratos de vegetação arbórea dos cerrados (ARRAIS, 2013, p. 44).

Todavia, o que estava em jogo no período de 1930 a 1960, fortemente marcado pelas políticas do Estado Nacional desenvolvimentista, era a promoção do desenvolvimento econômico do país a fim de superar o subdesenvolvimento. Para tanto, procurou-se acelerar o processo de industrialização iniciado no Sudeste e, para dar sustentação a esta, incorporou-se diversas porções do território brasileiro, ora para fornecer matéria-prima para a indústria, ora para atender às demandas do mercado externo. Para Arrais (2013, p. 49), isso se deu porque “A verdade é que o mercado externo sempre foi compreendido como o motor da economia, o que resultou em certo desprezo pelo mercado interno”.

Arriel (2017) sublinha que, no período em questão, as indústrias goianas foram se desenvolvendo de forma espontânea e produziam em Goiás o que não compensava produzir no sudeste do país. O referido autor versa ainda que: “Não houve, no período em questão, políticas para a promoção da industrialização no território goiano aos moldes do que eram praticadas no Brasil, muito menos de modernização e diversificação produtiva”.

Nesse contexto, o perfil produtivo da incipiente indústria goiana continuava voltado para o processamento de produtos ligados à agropecuária, principalmente a alimentícia, e se iniciava uma frágil indústria de apoio à construção civil, principalmente a de minerais não metálicos e madeiras (ARRIEL, 2017, p. 85).

Contudo, Castro e Castro (2020) sublinham que, embora tímidas, já havia ações do governo pautadas em incentivos fiscais, visando a atração de indústrias para o estado desde a época de 1930. Os referidos autores citam que a Constituição Estadual de 1935 fazia menção a conceder isenção de impostos municipais e estaduais para a indústria²¹. Estes citam ainda o Decreto Lei nº 40 de 7 de dezembro de 1934 que também isenta algumas indústrias do pagamento de impostos²². E, por fim, reiteram que na Constituição Estadual de 1958 se observou a mesma preocupação de manter a isenção de impostos às indústrias e que desta surgiu a Lei nº 2000/1958 que regulamentava a isenção de impostos sob a justificativa de que Goiás buscava competir com outros estados. Borges (2014), por sua vez, também destaca importância da criação das referidas leis em 1951, 1956, 1958.

²¹ Indústrias beneficiadas à época.

²² E artigos da Constituição.

Mesmo que tenha prevalecido políticas de industrialização de cunho horizontal e que aquelas de cunho vertical que existiram foram parcas e acanhadas, é preciso ponderar que houve considerável crescimento do setor secundário no período de 1930 a 1960. Enquanto o censo de 1920 aponta que existiam apenas 16 indústrias em Goiás (ver figura 7), o censo de 1940 apresenta um total de 301 estabelecimentos industriais no estado (ver figura 8), o que denota um significativo incremento na quantidade de indústrias em Goiás. Contudo, o mesmo não ocorre com geração de renda, visto que a participação de Goiás no Valor da Transformação Industrial (VTI) em relação ao Brasil saiu de 0,14% para apenas 0,17% em vinte anos.

A partir de 1940 os resultados dos censos industriais demonstram que o setor secundário seguiu crescendo. Em 1950, já se contabilizava em Goiás mais que o dobro de estabelecimentos industriais encontrados na década anterior. Esse ritmo de crescimento se manteve e em 1960 o estado já contava com 1623 indústrias, um número cem vezes maior que o encontrado em 1920, sem contar, como vimos, com políticas específicas e robustas voltadas para o setor.

Outro dado importante revelado pelos censos industriais se refere ao crescimento do Valor da Transformação Industrial (VTI) de Goiás em relação ao Brasil nos referidos anos. De 1940 a 1960 esse valor saltou de 0,17% para 0,35%, ou seja, o VTI da indústria goiana mais que dobrou em vinte anos, o que indica um sintoma de maior grau de industrialização goiana, mesmo que ainda representa pouco em relação ao Brasil.

Os dados dos censos industriais das décadas de 1940, 1950 e 1960 (representados nas figuras 7, 8 e 9) ainda nos chama a atenção para duas questões importantes, a citar: os principais gêneros industriais e a composição da renda interna de Goiás, isto porque, estes dados nos permitem traçar o perfil industrial, bem como a participação desse setor na economia goiana nesse período. Ademais, como veremos adiante, esses dados ajudarão a compreender os caminhos trilhados pelos governos, a partir de 1960, para promover a industrialização no estado.

Conforme expresso nos censos industriais (1920, 1940 e 1960), predominavam nesse período as indústrias voltadas para a fabricação de produtos alimentares, segmento industrial que já despontava antes de 1930. No censo de 1940, aparecem um total de 301 estabelecimentos industriais, sendo 134 eram de produtos alimentares. Em 1950, dos 623 estabelecimentos industriais, 283 eram de produtos alimentares. Por sua vez, em 1960, de 1623 eram 660. Nessa última década a proporção diminuiu, mas ainda era predominante.

A partir da análise desses censos viu-se, também, que a indústria em desenvolvimento desde então estabelecia complementaridade com a agropecuária, uma vez que se destacavam indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas e da pecuária local.

Arriel (2017) assinala ainda que a indústria goiana começou a apresentar uma mudança de perfil a partir de 1930, tanto no que diz respeito ao destino, quanto à diversificação da produção. Nesse sentido, o autor destaca que:

Se na primeira fase a indústria alimentícia goiana estava bastante ligada ao comércio interestadual, os novos segmentos passaram a ter maior ligação ao mercado interno, podendo se destacar as indústrias de beneficiamento, torrefação e moagem de produtos alimentares, abate de animais e preparação de conservas de carne e banha de porco e produtos de laticínios [...] (ARRIEL, 2017, p. 88).

Credita-se essa mudança no perfil industrial não só à crescente urbanização ocorrida em Goiás a partir de 1930, como salienta Arriel (2017), mas também ao crescimento total da população goiana como um todo, graças aos reflexos dos diversos eventos ocorridos no estado, em especial a construção das duas capitais, as quais foram responsáveis pela atração de considerável contingente populacional. Nos anos seguintes, a população de Goiás passou de 1.214.921, em 1950 para 1.984.414, em 1960, um incremento de 63,3% em uma década.

Ainda segundo esse autor, quanto à composição da renda interna do estado, o que se pode observar é que, apesar do setor industrial ter recebido diversos incentivos, diretos e indiretos, ainda apresentava baixa participação na geração de renda interna. Em 1960 a indústria (transformação, extrativa mineral, construção civil e serviço industrial) participava apenas com 7,3% na composição da renda. Em decorrência dessa situação, a ocupação da população economicamente ativa (PEA) também era insignificante, ocupando apenas 1,5% da população.

Contudo, apesar da indústria goiana ao final dos anos 60 ainda apresentar baixa representatividade no VTI do país, pouca diversidade industrial e pequena participação da renda interna e ocupação da PEA, concordamos com Arriel (2017) que esse setor já contribuía muito com a economia goiana. Isto porque, para citar apenas os efeitos mais imediatos, gerou maior valor agregado à exportação dos produtos agropecuários, empregos nas cidades em processo de urbanização e consequentemente ampliou a geração de renda no estado.

Ademais, é preciso ponderar que o crescimento da indústria goiana nas décadas de 1940, 1950 e 1960 trazia consigo o ideário do desenvolvimento almejado pela classe econômica e política desde os anos trinta. E este, foi fundamental para suscitar nos governos subsequentes ações voltadas para a promoção da industrialização em Goiás. Castro (2014) e Castro e Castro (2020) destacaram, como vimos, a menção a incentivos fiscais presentes na Constituição Estadual de 1935, o decreto-Lei nº 40/1937 e a criação da lei de isenção fiscal em 1958 como exemplos do entendimento dos governantes a respeito da estreita relação entre indústria e a promoção do desenvolvimento.

Como resultado desse entendimento, se viu crescer gradativamente em Goiás a preocupação em promover a industrialização para assim alcançar o desenvolvimento. Nesse sentido, os governos foram de 1930 ao fim da década de 1950 somando esforços e recursos para expandir as indústrias existentes e atrair novas plantas industriais. Nesse ínterim, se destacaram investimentos, sobretudo em infraestrutura e algumas ações pautadas na concessão de incentivos fiscais, como os mencionados anteriormente.

Na década de 1960, mesmo com todos os avanços alcançados pela indústria goiana ao longo da primeira metade do século XX, ainda havia muito a se fazer para que o setor secundário obtivesse destaque na economia goiana e enfim engendrasses o desenvolvimento do estado. No governo, como vimos, já havia clareza de que o caminho para alcançar tal intento seria investir na industrialização. Assim, conforme salientou Silva (2002), coube ao governo estadual definir e organizar a forma de atuar. Nesse sentido, o autor pontua que:

[...] o poder público, na esfera estadual, atuou como elemento capaz de engendrar desenvolvimento através de planos que buscavam, de modo geral, ampliar a participação relativa da economia goiana no contexto nacional. Para que esses planos obtivessem maior desempenho, entretanto, seria necessário articulá-los às ações federais, potencializando-as (SILVA, 2002, p. 22).

O autor, citado acima, adverte que esses planos precisavam estar em consonância com as ações nacionais a fim de que obtivessem melhor desempenho. E foi o que aconteceu em Goiás quando Mauro Borges criou, em 1961, o Plano de Desenvolvimento de Goiás (PDEG), também conhecido como Plano Mauro Borges (Plano MB), inspirado no Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961).

O PDEG, considerado avançado para a época, foi elaborado pela fundação Getúlio Vargas e tratava das linhas gerais de ação do Governo de Mauro Borges (1961 – 1964). Este visava promover estabilidade para o desenvolvimento social e econômico do estado e se propunha a ser uma base de programação sistemática do então governo. Este plano, embora tenha tido as propostas e mudanças interrompidas, dada a deposição de Mauro Borges pelo Movimento Militar de 1964, se tornou um marco para o planejamento em Goiás. Nesse sentido, Costa (1987) destaca que:

Pela sua visão sistêmica e pioneira, considera-se tal documento como sendo o marco principal da experiência goiana em planejamento articulado. Certamente por sua influência os governos estaduais sensibilizaram-se para a valiosa relação entre desenvolvimento e planejamento, pois excetuando-se os governos transitórios dos interventores Cel. Meira Matos e Mal. Ribas Júnior, os demais sucessores deram um caráter global e necessário aos planos estaduais [...] (COSTA, 1987, p. 20).

Arrais (2007b, p. 29), por sua vez, sublinha que o PDEG ficou conhecido pela reforma administrativa realizada e pela “criação de uma inédita estrutura técnico-burocrática” que resultou na criação de diversos órgãos e secretarias, contemplando, conforme destaca o mencionado autor, o setor de comunicação, assistência ao funcionalismo financeiro e as demandas da agropecuária, principal atividade até então.

Ademais, o Plano de Desenvolvimento de Goiás deu especial atenção aos investimentos em infraestrutura, sobretudo, para os setores de energia, transporte e comunicação, que juntos somaram 49,4% dos recursos previstos para a execução do Plano (GOIÁS, 1961, p. 24). A industrialização, embora não tenha sido prioridade no Plano MB, foi favorecida pelos investimentos supracitados e porque foi a partir deste plano de governo que se tomou as primeiras medidas tangíveis que culminou com a promoção da industrialização em Goiás:

A partir de 1961, no Governo de Mauro Borges, se tomou as primeiras medidas concretas, visando promover a industrialização do estado, embora tenha sido a agricultura o setor mais beneficiado por esse governo. Nessa data, foi criada a Secretaria de Indústria e Comércio e a Carteira de Créditos Industrial do Banco do Estado de Goiás, dando início às primeiras tentativas de estabelecer núcleos industriais (CUNHA, 2009, p. 118).

Assim, no período entre 1960 e 1980, assistiu-se em Goiás a continuidade da elaboração de “planos de ação” por parte dos governos estaduais demonstrando a compreensão destes sobre a importância da relação entre planejamento e desenvolvimento. Ademais, as propostas dos planos de ação estavam alinhadas ao que estava sendo planejado em nível de Brasil. Arriel (2017) salienta que este período se constituiu num dos momentos mais férteis para a elaboração de políticas de desenvolvimento, assim sintetiza o autor:

Em Goiás, a partir da década de 1960, os planos dos governos estaduais entraram em sintonia com o que estava sendo pensado no Brasil no que diz respeito a promoção do desenvolvimento de território, podendo citar: PDEG (1961-1965), no governo de Mauro Borges Teixeira; Plano de Ação do Governo Otávio Lage (PAG), de 1968 a 1970; Plano de Governo de Leonino Di Ramos Caiado, de 1971 a 1975; Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo (DGSAG), no governo de Irapuan Costa Júnior, no período de 1975 a 1979; e Governo de Ary Valadão, de 1979 a 1984 (ARRIEL, 2017, p. 122).

Nesse ínterim, a indústria era a atividade econômica que mais recebia destaque tanto em nível nacional quanto estadual. Em Goiás a industrialização foi duplamente favorecida, ora pelo simultâneo desenvolvimento do processo de tecnificação da agropecuária que favoreceu a agroindústria; ora pela evolução e prosseguimento das políticas industrializantes.

Embora a preocupação com a promoção da industrialização se fizesse presente no plano de governo de Mauro Borges (1961-1965) foi preciso mais de uma década para que o projeto industrializante saísse efetivamente do papel e se tornasse realidade do ponto de vista das ações.

Isso porque, conforme destaca Cunha (2009), foi somente no governo de Leonino Ramos Caiado (1971-1975) que se tomou medidas concretas para iniciar a construção dos distritos industriais. Dentre as medidas adotadas destacaram-se a implementação da Lei nº 7.700 de 19 de setembro de 1973 e da Lei nº 7.766 de 7 de dezembro de 1973²³. Tal lei previa a concessão de incentivos financeiros e fiscais às indústrias por cinco anos. Estas poderiam contar com: a) A implantação de infraestrutura às custas do FEINCOM (Fundo de Expansão da Indústria e do Comércio); b) Autorização para aproveitar, para efeito de pagamento do ICM, o valor do imobilizado; o valor pago pelo fornecimento de energia, água, esgoto, e telefone; o valor de juros e correção monetária para a implantação do projeto e valores pagos à Junta Comercial do Estado; c) Isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direito a eles relativos na aquisição de imóveis necessários à implantação do projeto.

Ademais a lei 7.700/73 impelia os municípios a, também, conceder incentivos às indústrias, visto que, no artigo 5º regia que “Os benefícios desta lei *somente serão concedidos* (grifo nosso) a empresas a se instalar em Municípios que a esta conceda, pelo prazo de 5 (cinco) anos, isenção”: a) do imposto Predial e Territorial Urbano; b) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e c) de Taxas e Contribuições de Melhoria municipais. O referido artigo da lei denota a relevância dada a parceria que se procurava estabelecer entre as esferas administrativas, isto é, governo estadual e municipal.

As ações do Estado não pararam por aí, prova disso foi a implementação da Lei 7.766/73 que instituiu a criação da Companhia de Distritos Industriais de Goiás – GOIASINDUSTRIAL). A esta competia: a) projetar e implantar áreas industriais, bem como administrá-las; b) divulgar e promover as áreas industriais e suas oportunidades; c) prestar assessoramento técnico ao governo do Estado e de Municípios quando solicitado; d) prestar assessoramento técnico às empresas que pretenderem se instalar nas áreas industriais sob sua administração; e) participar como acionista na implantação de empreendimentos industriais para tornar o mesmo viável; f) controlar a poluição ambiental de acordo com as normas da União e do Estado.

Tais leis denotam o empenho efetivo do governo Leonino Ramos Caiado em articular as medidas para promover a industrialização. As quais resultaram, sobretudo, do planejamento das intervenções governamentais decorrentes da adoção dos planos de governo, tendência

²³ Link das Leis:

<https://leisestaduais.com.br/go/lei-ordinaria-n-7700-1973-goias>

<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/88784/pdf>

https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/96311/lei-19064

iniciada na década de 1960, que permitiram planejar as ações a serem adotadas. O planejamento do então governo buscava articular, como se vê, tanto as medidas de cunho fiscal quanto as financeiras. Tanto a esfera estadual quanto municipal, sem deixar de estar em consonância com a conjuntura federal. Essas ações favoreceram sobremaneira o processo de industrialização em curso, visto que, o beneficiava tanto na isenção de impostos quanto na construção de infraestrutura necessária à sua implantação e funcionamento.

No governo seguinte, Irapuan Costa Júnior (1975-1978), deu continuidade à política de industrialização a qual continuava em concordância com a política nacional para o setor. Ao analisar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e as Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo (DGSAG) se observa que o governo de Goiás seguia, bem de perto, as perspectivas do plano de desenvolvimento do país. No que diz respeito à estratégia industrial o governo goiano propunha, entre outras, a criação de polos agroindustriais (ou distritos industriais) distribuídos pelo espaço geográfico do estado visando aproveitar as potencialidades de cada região (GOIÁS, 1975). O II PND, por sua vez, tinha como uma das principais estratégias atenuar os desníveis regionais de desenvolvimento industrial e tinha como linhas principais de atuação:

- Adoção explícita do objetivo de descentralização, nacionalmente, como um dos critérios de julgamento, para efeito de concessão de incentivos do CDI, financiamentos do BNDE e outros estímulos oficiais a projetos industriais.
- Formação de complexos industriais de caráter regional, aproveitando economias de escala e de aglomeração e garantindo-se o funcionamento articulado de grandes, médias e pequenas indústrias.
- Política, através do planejamento nacional e regional e dos bancos oficiais, de identificação de oportunidades de programas e projetos industriais no Nordeste e na Amazônia, inclusive com a preocupação de melhor integração entre Indústria e Agricultura, e entre Indústria e Mineração. (BRASIL, 1974, p. 25 e 26).

Desse modo, o governo de Irapuan Costa Júnior deu continuidade à política de industrialização goiana por meio da implantação dos distritos industriais. Essa medida se constituiu na principal ação desse governo para esse setor. Através da GOIASINDUSTRIAL, a responsável pela expansão das atividades agroindustriais, começou-se a escolher as cidades que sedariam os primeiros distritos. Coube a esta a “função de mapear as diversas regiões do estado e implantar vários distritos observando a potencialidade econômica e social de cada sub-região goiana (CASTRO, 2004, p. 25).

Buscava-se inventariar a predisposição econômica dos municípios goianos para possibilitar a estes explorarem suas potencialidades e alcançarem melhor produtividade econômica. A implantação dos distritos industriais nas diversas regiões tinha por objetivo aperfeiçoar a transformação e o aproveitamento da matéria-prima local. Os distritos, por

extensão, agregaria mais valor aos produtos locais, gerariam empregos, minimizaria o êxodo para os grandes centros urbanos e, de modo geral, melhoraria os níveis de renda e qualidade de vida da população. Para alcançar tamanha expectativa algumas cidades foram escolhidas para sediar os primeiros distritos industriais, dentre elas:

As cidades escolhidas para sediar os primeiros distritos foram: Catalão, por sua potencialidade mineral e facilidade de escoamento da produção; Itumbiara pela sua localização de saída do estado; Gurupi pela grande produção agrícola e por estar localizada próxima rodovia BR-153; e Anápolis, que reunia as melhores condições históricas, econômicas, urbanas e sociais [...] (CUNHA, 2009, p. 125).

Dentre essas, Anápolis foi escolhida para sediar a implantação do primeiro distrito industrial de Goiás. A definição de Anápolis para sediar este se pautou num conjunto de fatores, isto é, era o município com os melhores coeficientes econômicos do estado: significativa população (150 mil/hab.), relevante área territorial (1.263Km²), considerável rede de ensino, importante centro comercial (perdia apenas para a capital). Ademais, Anápolis era considerada a “Manchester Goiana”, dada sua prosperidade no estado, sua considerável tradição comercial-industrial construída ao longo de sua história.

Somava-se a essas questões, sobretudo, o fato de Anápolis usufruir de um potencial logístico invejável, visto que, além de estar localizada entre duas capitais era, e é, cortada por cortada por três rodovias federais (BR-414, BR-153, BR-060) e diversas estaduais (GO-330, GO-220, GO-222, GO-437) e também por ser servida pelo ramal da Rede Ferroviária Federal o que permitia a este município estabelecer ligações com todas as regiões do país. Acrescenta-se ainda que a indicação de Anápolis contou com o parecer técnico-econômico favorável da CBPU (Comissão Estadual das Bacias Paraná-Uruguai)²⁴.

À vista disso, em 9 de setembro de 1976, era inaugurado em Anápolis pelo então presidente da república, Ernesto Geisel, o primeiro distrito industrial de Goiás sob a denominação: DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis²⁵. Foi decisivo para esse feito a atuação do Estado em suas três esferas de atuação: federal, estadual e municipal. Ressalta-se

²⁴ A CBPU foi um órgão criado a partir do convênio firmado entre os estados que compunham a bacia Paraná-Uruguai (São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais) para tratar problemas em relação ao desenvolvimento regional. Era um órgão com personalidade jurídica própria gerido pelos estados membros e com suporte da União. A CIBPU, vigorou entre 1951 a 1972 e realizou estudos em diversas áreas, produzindo dados sobre condições socioeconômicas, reflorestamento, agricultura e industrialização nas diversas regiões da bacia do Paraná-Uruguai (para mais, consultar: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/icaatom/index.php/comissao-interestadual-da-bacia-parana-uruguai>).

²⁵ Kossa (2006) explica que a denominação “Agro” acrescida a denominação ao Distrito Industrial de Anápolis surgiu de uma sugestão da ACIA de vincular a vocação rural de Goiás com a vocação industrial de Anápolis. Castro (2004), por sua vez, ressalta que a expressão “Distrito Industrial” deve ser usada meramente como nomenclatura, visto que, o DAIA não se constitui teoricamente num distrito industrial, sendo mais apropriado para caracterizar este o termo Centro Industrial.

ainda o importante papel desempenhado pela classe dirigente local, representada pela Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), no processo de efetivação do distrito.

Do governo federal o DAIA contou com recursos, a fundos perdidos, do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), além de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), créditos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES), incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Ademais, conforme salienta Arriel (2017), é preciso destacar a contribuição do governo federal ao setor industrial goiano advindos dos desdobramentos do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento. No I PND, destacaram-se o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA).

Estes subplanos financiaram importantes obras dos governos estaduais goianos, sobretudo, o setor de transportes. E também, por meio dos benefícios fiscais e financeiros voltados para a Amazônia Legal, favoreceram o desenvolvimento da agropecuária e indústria no norte goiano. Já no II PND, além dos grandes investimentos em infraestrutura, destacaram o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira (PRODECER II). Estes, por sua vez, reverberaram numa maior tecnificação da agricultura e atração de conglomerados agroindustriais (CASTRO e ARRIEL, 2016).

Do governo estadual, o DAIA contou com investimentos num invejável conjunto de infraestrutura, a citar da: Saneago, Celg, Crisa e Dergo. Do governo municipal, o então prefeito Jamel Cecílio (1975-1978, sancionou a Lei 631 de 26 de setembro de 1977²⁶, que regulamentava a isenção dos tributos municipais relativos à instalação de empresas beneficiadas pela Lei 7700, assunto que será tratado com maiores detalhes no capítulo 3.

Os diretores da ACIA, por sua vez, não mediram esforços para que o distrito de Anápolis alcançasse sucesso. Estes chegaram a pagar do próprio bolso chacareiros insatisfeitos com o valor pago pelo Estado no processo de desapropriação das terras destinadas ao Daia; custearam viagens à empresas, sediadas no sudeste, cotadas a se instalar no distrito; bancavam a vinda e a estadia de empresários à Anápolis para conhecer o DAIA, entre outros. Os representantes da Associação tinham a missão de persuadir os empresários a trazer suas indústrias para o distrito (KOSSA, 2006). Diante do exposto, concordamos com o autor quando diz que o distrito industrial de Anápolis foi fruto do esforço coletivo de lideranças classistas e governantes os quais tinham claro que

²⁶ <https://leismunicipais.com.br/a/go/a/anapolis/lei-ordinaria/1977/64/631/lei-ordinaria-n-631-1977-altera-lei-que-menciona-e-da-outras-providencias?q=631>

[...] a industrialização de Goiás: sem a presença do poder estatal, esta batalha já estava perdida antes mesmo de ter começo. Não fazia sentido para nenhum empresário se distanciar dos grandes centros consumidores (localizados nas regiões Sul e Sudeste), para apostar em algo que somente a longo prazo se viabilizaria, como a região Centro-Oeste (KOSSA, 2006, p. 33).

Entretanto, o fato é que a década de 1970 se constituiu um marco no desenvolvimento industrial de Goiás tendo, como marco principal desse processo, a criação do DAIA em Anápolis. Segundo Castro (2004) este, com um ano de implantação, tinha 40 empresas em negociação para instalar-se no distrito. Já representava para o estado a geração de mais de 20.000 postos de empregos diretos e indiretos, incremento considerável na arrecadação do ICM industrial, melhor aproveitamento das matérias-primas locais, qualificação e aperfeiçoamento da mão de obra e também a reorientação dos fluxos migratórios que se destinariam para as capitais, em especial Brasília.

Em síntese o que se pode inferir é que as cinco décadas compreendidas entre 1930 a 1980, foi sem dúvida um período marcado por grandes transformações no estado de Goiás. As mudanças podem ser observadas em diversos aspectos e setores, como por exemplo na infraestrutura (transporte, energia, comunicação e administrativa), na urbanização (aumento populacional, local de residência da população, crescimento das cidades e estruturação da rede urbana) e, sobretudo, na economia. Esta última apresentou substancial alteração, especialmente, no que diz respeito à participação dos setores da economia na geração de riqueza, na diversificação do perfil produtivo e na participação de Goiás na composição da renda nacional conforme se pode observar nos dados apresentados anteriormente.

Não obstante, tais transformações se deram graças a uma complexa soma de articulações e convergência de interesse comuns ou tornados comuns, os quais se conectam a um amálgama conjuntural que se materializa no espaço por meio da divisão territorial do trabalho. Esse amálgama sofrerá mudanças substanciais a partir da década de 1980 e, portanto, exigirá novas perspectivas para a organização político-econômica espacial dos territórios como veremos a seguir.

2.3 A Industrialização Goiana a partir de 1980: o governo estadual assume o papel de promotor da industrialização

Na verdade, convivemos com uma economia cada vez mais dependente de questões conjunturais, e isso tem toda relação com a diferenciação regional. Economia e política, portanto, formam os insumos necessários para a compreensão do processo de globalização e seus rebatimentos regionais.

Arrais, 2013, p. 95

Exemplifica a epígrafe acima a situação vivida pela economia brasileira,

especialmente a partir de 1980, em decorrência das questões conjunturais desencadeadas pela crise do petróleo, em função da elevação desenfreada dos preços deste, ocorrida na década de 1970. O Brasil, como vimos, sofreu direta e fortemente o rebatimento regional dessa situação na escala inter-regional, dada a condição que ocupa na divisão territorial do trabalho.

Os reflexos dessa crise, como não podia ser diferente, também reverberaram na escala intrarregional, visto que, o Estado perdeu sua capacidade de continuar com os programas de desenvolvimento regional que vinham sendo praticados, principalmente, no período entre 1960 a 1980. A prioridade a partir de 1980, era alcançar a estabilidade econômica enfrentando, sobretudo, a onda inflacionária que acometeu o país.

Goiás, um recorte da escala intrarregional, viu os efeitos da década perdida, repercutir incisivamente no processo de industrialização que vinha se desenvolvendo desde os anos de 1960. Isto se deu porque, a partir de 1980, houve forte redução de recursos federais destinados a Goiás, como também para outros estados da federação. Assim, a partir de então, as políticas de desenvolvimento e, sobretudo, de industrialização passaram a ter caráter “eminentemente regional, [...], ancoradas em subsídios, incentivos fiscais e financeiros, mas desarticulados com um projeto nacional” (PASCHOAL, 2001, p. 8).

Não obstante, Silva (2002) elucida que, apesar dos programas regionais de desenvolvimento, de cunho nacional, terem perdido força a partir da década de 1980, a intervenção por parte do governo federal ainda continuou contribuindo, embora de forma mais tímida, com o crescimento produtivo de Goiás, a citar, a implantação em 1985 do Prodecerr – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados. Contudo, o referido autor salienta que surgiram outros mecanismos para compensar a ausência de programas federais e que nesse ínterim “[...] Goiás continuou crescendo sob a égide da intervenção estatal” (SILVA, 2002, p. 62). Dentre esses mecanismos de intervenção estatal o referido autor cita: o Crédito Rural²⁷, a Política de Garantia de Preços Mínimos²⁸ e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste²⁹.

Desses, merece destaque o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), isto porque, com o enfraquecimento da ação do governo federal como agente desenvolvimentista nos anos 80, este fundo se tornou um importante apoio, de cunho nacional, ao financiamento

²⁷ O Crédito Rural, em virtude da crise adjetivada de Década Perdida, teve o montante de recursos reduzidos consideravelmente. Para mais detalhes consultar Cardoso (1997).

²⁸ A Política de Garantia de Preços Mínimos também foi afetada pela crise sendo suprimida no início do governo Collor em 1990. Para mais detalhes consultar Delgado (1990).

²⁹ Lei que regulamenta os fundos constitucionais: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7827-27-setembro-1989-365476-publicacaooriginal-1-pl.html>

das atividades produtivas em Goiás. Os dados da tabela comprovam a importância do FCO como importante fonte de financiamento para a região Centro-Oeste mas, sobretudo, como se pode observar, para Goiás, visto que, foi o estado que mais recebeu recursos deste fundo.

Criado pela Constituição Federal de 1988, os Fundos Constitucionais de Financiamento visam reduzir as desigualdades regionais e, para tanto, se destinam a promover o financiamento das atividades produtivas das regiões menos desenvolvidas. Assim, o FCO tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, por meio do financiamento dos três setores da economia e, para isso, conta com o programa empresarial (industrial, comercial, e serviços) e rural (produtores rurais na condição de pessoa física e jurídica).

Contudo, apesar das altas e crescentes somas de recursos destinados ao financiamento dos setores produtivos da região Centro-Oeste e, em especial, Goiás, os efeitos positivos do FCO para a região Centro-Oeste precisam ser ponderados. Uma análise mais aprofundada se faz necessária no que diz respeito aos empregos gerados, as características socioeconômicas dos municípios contemplados com os financiamentos e também quanto a atenuação das disparidades regionais.

Nesse sentido alguns estudos como o apresentado por Oliveira et al (2018) mesmo apontando resultados positivos quanto a geração de empregos e aumento médio dos salários a partir dos financiamentos do FCO ressaltam que essa política requer aperfeiçoamento em função, sobretudo, dos recursos serem liberados a partir da demanda dos municípios, geralmente os mais ricos e, por isso, estarem se concentrando, especialmente naqueles mais dinâmicos. Desse modo, ao passo que podem amenizar as desigualdades inter-regionais podem acabar por acentuar a disparidade intrarregional.

Outros estudos corroboram com a necessidade de se ampliar a análise dos benefícios trazidos pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste a Goiás. À vista disso, estudos como os apresentados por Almeida Junior et al (2007), Borges (2014), Oliveira et al (2015), Oliveira et al (2017) entre outros se constituem em bons exemplos. Estes trabalhos reconhecem a contribuição do FCO no financiamento das atividades produtivas goianas. Mas alertam sobre poderem estar ampliando as desigualdades intrarregional, isso por que:

[...] os empréstimos dos fundos constitucionais de financiamento não se direcionam de forma prioritária para os municípios mais pobres. Isso indica que os empréstimos dos fundos constitucionais de financiamento parecem responder fortemente à demanda de empresas em municípios que já contam com algum dinamismo econômico, o que implicaria um aumento da desigualdade intra-regional com possíveis impactos positivos para a redução das desigualdades inter-regionais [...] (ALMEIDA JÚNIOR et.al, 2007, p. 137).

Oliveira et al (2017) ao ressaltar os impactos positivos dos fundos constitucionais para geração de renda e emprego das regiões que o recebem chama a atenção para o fato deles atenderem a demanda do mercado, o que pode colocar em cheque o alcance do objetivo de reduzir as diferenças regionais. O autor salienta que existe variabilidade na eficiência nos resultados dos empréstimos, que estes precisam de monitoramento, visto que, já se verificou a tendência à concentração. Todavia, o referido autor sintetiza dizendo que:

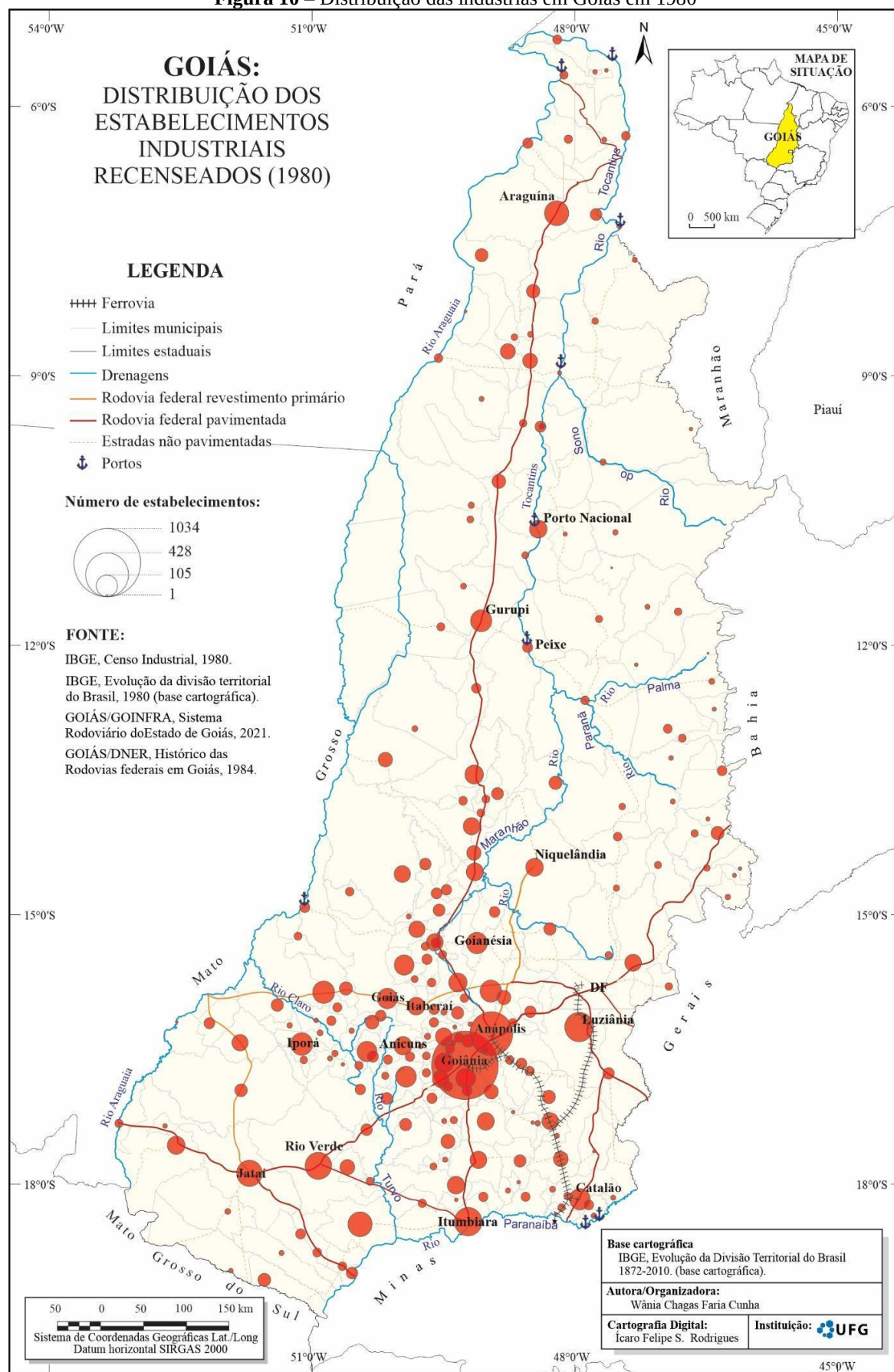
[...] os Fundos Constitucionais são apenas um dos instrumentos da PNDR, sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento regional é limitada pela atuação do setor produtivo. Além disso, *ela exige complementaridade de outras ações* mais amplas, como investimento em infraestrutura, por exemplo, para que possa gerar efeitos intra e inter-regionais, assim como de longo prazo. (OLIVEIRA et al, 2017, p. 107). (Grifo nosso).

Pode-se inferir que os fundos constitucionais de financiamento se constituíram importantes instrumentos de desenvolvimento regional. Mas, como destaca o referido autor, e os mencionados anteriormente, os fundos sozinhos não são suficientes para dar continuidade à dinamização das economias regionais. Assim, diante do contexto econômico vivido pelo país a partir de 1980, no qual o governo federal se viu sem condições de continuar como agente promotor do desenvolvimento, coube aos governos estaduais (em parceria com os governos municipais) assumirem o protagonismo das políticas econômicas para dar continuidade ao crescimento de suas economias. Nesse sentido, Goiás não perdeu tempo:

A partir de meados da década de 1980, se materializa o forte apoio governamental à industrialização goiana, cujas iniciativas de boa parte dos governos goianos vêm desde os anos de 1960. A instituição do Fomentar, em 1984 com sua regulamentação em 1985, foi um marco institucional de apoio à indústria goiana. Em 2001, ele é substituído pelo Produzir, que foi muito mais agressivo na concessão de incentivos e benefícios fiscais (ARRIEL, 2017, p. 1730).

A partir de 1980, conforme destacado pelo autor, o governo goiano assumiu o protagonismo no processo de implementação de políticas para promover o desenvolvimento industrial do estado. Paschoal (2001) elucida que a Constituição de 1988 teve importante papel nesse processo, visto que, esta ampliou a participação dos estados e municípios na receita tributária. Essa medida permitiu às unidades da federação legislar sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e assim, estabelecer concessões deste imposto como forma de atrair mais investidores para seus territórios. Reiterando, como vimos, iniciativas correlatas que já vinham fazendo parte das ações governamentais, de forma menos sistematizada, desde os anos 1960. O resultado dessa articulação entre as esferas de poder resultou na configuração industrial de Goiás expressa na figura 10.

Figura 10 – Distribuição das indústrias em Goiás em 1980



Fonte: IBGE (1980)

Nessa mesma figura, é possível observar uma maior distribuição das indústrias no território goiano e a concentração do maior número destas em Goiânia e Anápolis. Em 1940, essa tendência da ocupação do então Mato Grosso Goiano, e atual Centro Goiano, por unidades industriais se confirma quatro décadas depois.

Nesse contexto, em Goiás, o caminho encontrado para manter o desenvolvimento e a atração industrial se pautou na intervenção pública baseada eminentemente em programas de cunho estadual. Esses programas passaram a atrair investimentos e indústrias por meio de incentivos fiscais e financeiros, bem como, com a implantação da infraestrutura necessária ao empreendimento (rede de energia, de telefone, de água, esgoto) e também de transportes. Nesse viés, os municípios também passaram a participar do fornecimento de benefícios como, por exemplo, concedendo a isenção do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Em Goiás, desde 1980, dada a limitação do governo federal em propor e executar políticas regionais de desenvolvimento, os sucessivos governos goianos procuraram dar continuidade ao processo de industrialização. Corrobora essa afirmação o fato de que, a partir da década de 1980, todos os planos de governo apresentavam quais seriam os principais objetivos para a promoção do setor, bem como, as principais medidas propostas para o setor industrial continuar avançando, conforme se pode verificar no quadro com a síntese dos planos de governo a seguir (quadro 2):

Quadro 2 - Síntese dos Planos de Governo do Estado de Goiás*

Principais medidas voltadas para a promoção do setor industrial 1980 a 2018			
Governador /Período	Aspectos gerais para o setor industrial	Objetivo para o setor industrial	Principais medidas propostas
Ary Ribeiro Valadão 1979 a 1983	A mensagem de abertura do “Plano de Ação 1980/1983”, escrita por Ary Valadão ao povo, diz que ele já trazia consigo o plano de ação para o período de seu governo. Neste plano o então governador destaca a necessidade do governo estabelecer linhas de atuação mais intensa visando assegurar maior produtividade e rentabilidade à economia goiana.	Promover o desenvolvimento industrial. O Estado deve continuar a promover o desenvolvimento industrial.	- Estimular e viabilizar a construção de Distritos industriais e implantar mais indústrias no DAIA e em Luziânia; - Realizar obras e manutenção de serviços voltados para os programas de industrialização; - Apoiar às indústrias de mineração e metalurgia; - Apoio e incentivo à elaboração de estudos de viabilidade econômica; - Ampliação do sistema financeiro de apoio à industrialização; - Abertura de canais de comercialização para as indústrias goianas; - Ação junto ao governo federal visando a promoção da

			descentralização industrial e localização destas no interior; - Organização de sistema de informação. - Fomentar o estabelecimento de agroindústrias nas zonas de produção.
Iris Rezende Machado 1983 a 1986	O “Plano Global de Trabalho” e o “Plano Setorial de Trabalho – Março 84/Março 87” se constitui numa atualização do documento preliminar elaborado em 15 de março de 1983 e consolida os planos setoriais de trabalho que integram o Sistema Estadual de Planejamento. Estes apresentam objetivos gerais e específicos voltados para a promoção do setor industrial e também as estratégias a serem adotadas para a promoção deste setor. Uma peculiaridade destes planos é o fato de apresentarem também programas prioritários e projetos/atividades para os setores econômicos, os quais decorrem dos objetivos específicos estabelecidos para serem alcançados durante a gestão deste governo. Vale ressaltar que a organicidade do plano é adotada para todos os setores da economia.	GERAL: reestruturar a Secretaria de Indústria e Comércio introduzindo procedimentos na tomada de decisões e instrumentos de coordenação efetiva no que se refere à política industrial, comercial e de turismo para o estado de Goiás. ESPECÍFICO: promover o crescimento industrial ordenado, com ênfase na produção de bens de consumo essenciais; Promover o desenvolvimento tecnológico; Fortalecer a empresa privada goiana; Promover a presença de capital nacional nos novos empreendimentos produtivos.	ESTRATÉGIAS GLOBAIS: adoção de instrumentos de apoio preferencial através da reorientação das políticas fiscal, financeira e de expansão industrial; adoção de medidas que permitam manter a regularidade na oferta de matérias-primas de origem agrícola, pecuária e outras; utilização da capacidade produtiva do setor industrial, em particular de bens de capital, através de investimentos públicos a médio e longo prazos; Promoção e apoio a novos empreendimentos, envolvendo associação de capitais nacionais, elegendo setores prioritários da indústria e regiões preferenciais de instalação. ESTRATÉGIAS SETORIAIS: avaliação sistemática do desempenho setorial e das perspectivas de oferta e demanda; aperfeiçoamento da estrutura de capital da empresa regional através do fortalecimento do mercado governamental e de incentivos à desmobilização de ativos não operacionais; Apoio preferencial à empresa privada para realização de projetos em setores onde sua presença seja pouco significativa; estímulo à criação e fortalecimento das médias e pequenas empresas produtoras de partes e peças ou unidades montadoras; melhor utilização da capacidade produtiva do setor industrial, em particular ao segmento de bens de capital por via de investimentos públicos a médio e longos prazos; promoção de medidas para simplificar procedimentos administrativos e a redução de carga fiscal e das exigências para concessão de apoio a pequenas e médias empresas; caracterização de setores prioritários da indústria e de regiões preferenciais para instalar novos projetos.

Henrique Antônio Santillo 1987 a 1991	O programa de governo denominado de “Programa de Governo: propostas para debate” foi submetido aos goianos em outubro de 1986, numa versão nova, aumentada, revista e aprimorada, segundo a mensagem de abertura do programa de governo escrita pelo então governador. Neste, destaca-se o impulso que o processo de industrialização tomou a partir de 1960. E, que este processo, oferece margem para crescer, sobretudo, no ramo da indústria tradicional transformadora de matéria-prima. Ressalta que a diversificação e aumento da produção agrícola goiana abre perspectivas para a implantação de agroindústrias. Tais condições permitem que o Estado dê um grande salto na sua industrialização.	O programa apresenta diretrizes gerais que visam definir uma política industrial clara concreta, para permitir o Estado orientar e impulsionar este processo, de modo a fortalecer seu objetivo estratégico de reorientar seu desenvolvimento em busca da desconcentração econômica, correção dos desequilíbrios regionais, melhoria na distribuição de renda e geração de empregos. Ademais deve-se promover a industrialização da matéria-prima advindas da agropecuária e da mineração local e também fortalecer a pequena e média empresa.	- Utilizar as vantagens comparativas Goiás e aproveitar as vantagens locais instalando indústrias próximas às matérias-primas; - Privilegiar a transformação das matérias-primas de origem agropecuária e mineral produzidas em Goiás; - Assegurar às pequenas e médias empresas crédito necessário para sua implantação/ampliação; - Atuar na Assembleia Constituinte em relação a Reforma Tributária e o Sistema Tributário Nacional para, respectivamente, prover os estados e municípios de recursos ao Desenvolvimento Econômico e atue como instrumento de política econômica; - Adotar o uso de incentivos fiscais a partir da formulação de um Sistema Estadual de Incentivos Fiscais articulado com a política creditícia tendo como eixo central o programa Fomentar. - Definir uma Política de Desenvolvimento Tecnológico que atue na área de pesquisas, difusão tecnológica, conhecimento de novas técnicas e formação de mão de obra; - Incentivar a associativismo como mecanismo eficaz na articulação e fortalecimento dos produtores; - Reestruturar o INDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial – para executar a Política Industrial, gerir os Distritos Industriais existentes e desenvolver estudos visando a implantação de novos núcleos produtivos; - Capacitação técnico-gerencial das novas unidades industriais a partir da ação da CEAG – Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa em articulação com o Sistema Estadual de Indústria e Comércio; - Atuar junto aos níveis de decisão federal visando considerar Goiás nos novos investimentos industriais; - Privilegiar as empresas goianas nas licitações promovidas pelo poder público.
Iris Rezende Machado 1991 a 1994	O “Ações e Metas do Governo” foi elaborado ao longo do ano de 1993. Neste, destaca-se que nos últimos anos o governo estadual vem demonstrando preocupação em criar condições para fortalecer a	Incentivar e investir no setor industrial do estado, considerando que a agropecuária é a vocação regional, defende que a instalação e manutenção dos	- Desenvolver do parque industrial em Goiás através da implantação e/ou ampliação dos distritos agroindustriais; - Dotar os seis distritos já criados e instalados de serviços de infraestrutura;

	indústria e, que nesse sentido, as medidas de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura tem se constituído a linha de ação para o desenvolvimento industrial de Goiás nos últimos anos. Ressalta a importância do Fomentar na atração de novas indústrias e na reversão do quadro de exportador de matéria-prima e importador de produtos industrializados.	distritos agroindustriais devem ser levados adiante, priorizando a interiorização da indústria e o desenvolvimento regional. Empenho do governo na criação de duas Zonas de Processamento de Exportação – ZPEX – no norte e sul do estado. Além de se esforçar na viabilização do Corredor de Transporte Centroleste e na adoção de uma política de incentivos do Governo de Goiás às atividades de indústria e do comércio.	- Concluir a infraestrutura iniciada nos nove distritos em fase de implantação; - Concluir os projetos urbanísticos para demarcação de áreas e abertura de ruas nos cinco distritos em projeto nas cidades de Caçu, Iporá, Jaraguá, Porangatu e Posse. - Fomentar o desenvolvimento industrial que estimule e viabilize o desenvolvimento de polos regionais; - Adotar medidas visando o aumento da produtividade industrial; - Utilização da capacidade produtiva do setor industrial em especial do segmento de bens de capital;
Luís A. Maguito Vilela 1995 a 1998	O “Plano de Governo – Progresso em Dobro”, elaborado pelo próprio Maguito, foi apresentado como uma proposta inicial, um “pré-plano” de governo com os principais problemas e possíveis soluções que, só depois de apresentado e discutido com a sociedade, se tornaria o plano definitivo. Tem como objetivo propor diretrizes para continuar o desenvolvimento do estado, propõe quatro eixos de atuação. O setor industrial é abordado no eixo “Geração de Empregos”, onde destaca que, para gerar aumento da oferta de empregos é preciso envolver ações em diversos setores, dentre eles a implantação de distritos industriais e a política tributária e de incentivos	Não apresenta objetivo, propriamente dito, para o setor industrial. Contudo destaca que é função do governo estruturar os investimentos para permitir o desenvolvimento global do Estado e atrair novos empreendimentos, consolidando o parque industrial goiano mantendo as taxas de crescimento e oferecendo novos empregos.	- Efetivar a Carteira de Desenvolvimento do BEG priorizando os empreendimentos aprovados pelo Fomentar e Câmara Setorial do FCO; - Continuar às resoluções da Câmara Setorial da indústria (e comércio) – FCO que priorizem projetos Micro, Pequeno e Médio empresários; - Criar incentivos fiscais para estimular a industrialização de bens para exportação; - Criar Centrais de industrialização em todo município com vocação industrial para abrigar as microempresas; - Criar em Goiânia uma central de vendas para o Micro industrial; - Desenvolver através do micro fomentar linhas de crédito especial para as micro e pequenas empresas; - Desburocratizar a constituição de novos empreendimentos; - Aumentar as compras governamentais no setor de microempresas.
Marconi F. Perillo Júnior 1999 a 2002	O plano “A construção do Tempo Novo – 1999/2002” dispõe em linhas gerais sobre os objetivos, diretrizes, princípios e programas do Governo. Destaca a necessidade da	Não apresenta objetivo específico para o setor industrial, mas para o desenvolvimento econômico como um todo. Nesse sentido, o	- Criar políticas e mecanismos de apoio financeiro para o fortalecimento das empresas; - Ampliar e melhorar a infraestrutura do estado com vistas a melhorar as condições de competitividade das empresas;

	proposição de um Plano Estratégico para garantir eficácia nas ações do governo. A partir dessa premissa propôs a elaboração do Plano Plurianual 2000-2003 (que será destacado separadamente). O plano de governo, propriamente dito, foi dividido em 5 eixos de prioridade. O setor industrial foi contemplado no eixo: Goiás competitivo e polo econômico regional.	objetivo apresentado foi: tornar o estado de Goiás competitivo frente à globalização econômica mundial e transformá-lo em relevante polo de desenvolvimento econômico regional no contexto nacional. Os objetivos/ações para o setor industrial e demais setores foram apresentadas no PPA-2000-2003, como veremos adiante.	- Desenvolver uma base tecnológica; - Criar oportunidades de investimentos em novos empreendimentos nas áreas de serviço, agricultura e industrial a fim de aproveitar os recursos naturais goianos; - Consolidar o estado de Goiás como relevante polo econômico regional.
Marconi F. Perillo Júnior 2003 a 2006	No “Plano Estratégico de Governo de Goiás Século XXI – 2003-2006” o objetivo central é inserir Goiás na economia nacional e internacional para garantir seu crescimento em termos de progresso econômico, social e de qualidade de vida. No que tange ao setor econômico apresenta como estratégia “Goiás competitivo e pólo econômico regional”, onde destaca que é presente uma política de desenvolvimento em que o estado potencialize suas forças econômicas com vistas a abreviar o processo de industrialização. Este plano contempla três visões, são elas: setorial, econômica executiva e territorial em todas elas o setor industrial é contemplado.	Nas visões setorial, econômica executiva e territorial para a indústria (e comércio) propõe-se ações e influências efetivas que impactem na expansão da competitividade e apresenta como premissas: promover o adensamento industrial das cadeias produtivas; atrair novos investimentos e estimular às forças produtivas locais; melhorar as condições logísticas e transportes; interiorizar o desenvolvimento; fomentar às micro e pequenas empresas e conceder incentivos fiscais e tributários;	Visando alcançar o objetivo central do plano de governo foram propostos vários programas/objetivos para promover o setor industrial (e comercial). Foram propostos os seguintes programas: - Casa do Microempresário; - Cresce Goiás com Pequenos negócios; - Crescimento Empresarial Local; - De Goiás para o Mundo; - Empresa Forte e Competitiva; - Industrializa Goiás – Produzir. Esses programas se desdobraram em diversos projetos/ações. Dentre estes, os diretamente voltados para o setor industrial foram: - Industrializa o entorno; - Industrializa o Nordeste; - Industrializa o Norte; - Industrializa o Oeste Goiano; - Novo Álcool para Goiás; - Centros Avançados de Desenvolvimento Industrial e Tecnológicos (CADIT) – Regionais; - Eficiência das cadeias produtivas; - Áreas Estratégicas; - Reciclar; - Produzir para quem está aqui.
Alcides Rodrigues Filho 2007 a 2010	No plano “Goiás, Estado da qualidade de vida – 2007/2010” destaca-se que o propósito é consolidar os avanços alcançados no chamado Tempo Novo e que o objetivo central é promover a melhoria da qualidade de vida de cada goiano. O destaque do plano de governo é para as áreas de Educação e conhecimento. Para o setor	Nas estratégias do governo o setor industrial (comércio e serviços) é contemplado na nona estratégia mobilizadora denominada “Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos”. As metas	A partir das Metas Mobilizadoras foram propostas oito ações: - Ação 1: Verticalizar a Produção; - Ação 2: Ampliar e Fortalecer o Mercado Interno; - Ação 3: Ampliar o Apoio às Micro e Pequenas Empresas; - Ação 4: Atrair Novos Investimentos para Goiás; - Ação 5: Criar Corredor Industrial no Trajeto da Ferrovia Norte-Sul

	econômico propõe-se fomentar a capacitação profissional, os financiamentos, a redução da carga tributária e incentivos fiscais visando a economia goiana em crescimento com expansão de investimentos e empregos. Foi proposto, para tanto, 11 estratégias mobilizadoras, cada qual, apresentando as suas respectivas metas mobilizadoras.	mobilizadoras voltadas para esse setor são: atrair investimentos eliminando os elos faltantes das cadeias produtivas estratégicas; valorizar e promover a indústria local; fomentar o desenvolvimento de 50 APLs em todo o estado; alavancar a competitividade das micro e pequenas empresas; atender 3.000 MPEs com consultoria gerencial; instituir o Cartão Fomento para 3.000 MPEs assegurando crédito imediato.	Ação 6: Criar o Fundo de Desenvolvimento e Atração de Investimento; Ação 7: Criar em Anápolis Entrepósito de Armazenamento e Redistribuição dos Produtos da Zona Franca de Manaus para todo o País; Ação 8: Implantar Parque Tecnológico no Estado, com Instalação de Indústrias de Software e Empresas de Serviço do Setor; Vale ressaltar que cada ação apresenta o objetivo a ser alcançado e a estratégia de implementação da respectiva ação.
Marconi F. Perillo Júnior 2011 a 2014	O Plano de Governo de Marconi Perillo para o período de 2011 a 2014 se estruturou em torno de três eixos estratégicos que se desdobraram em cinco macro objetivos. Este foi subdividido em planejamento setorial, regional e segmentado. O setor industrial não aparece especificadamente nem nos eixos estratégicos e nem nos macro objetivos, contudo, no planejamento setorial foi apresentado programas e projetos gerais para a indústria, comércio e serviços conjuntamente.	De modo geral, o setor industrial (comercial e serviços) foi contemplado no eixo “Revitalização e ampliação da infraestrutura para transformar Goiás no maior polo de Desenvolvimento do Brasil” e no macro objetivo “Desenvolvimento econômico com oportunidades para todos os Goianos”.	Na perspectiva do planejamento setorial foram apresentados programas e projetos de caráter geral para a indústria, comércio e serviços. Dentre estes, os mais voltados para o setor industrial, destacam-se: Consolidar e ampliar a política estadual de atração de investimentos, remodelando e adequando o Programa Produzir; Desenvolver uma política agressiva de atração de investimentos; Conceder incentivos tributários específicos a setores industriais estratégicos; Fortalecer e capitalizar a Agência de Fomento do Estado; Estimular o desenvolvimento de um Sistema de Garantia de Crédito no Estado; Incentivar a participação das empresas goianas em eventos de negócios nacionais e internacionais; Instituir uma política de acesso à inovação tecnológica; Fomentar e incentivar a criação de incubadoras de empresas; Apoiar a implantação de Programas de Capacitação Empresarial; Ampliar a oferta de crédito através da Goiás Fomento; Oferecer tratamento tributário diferenciado às micro e pequenas empresas; Reestruturar e fortalecer o Banco do Povo;

			Implantar uma política preferencial para as micro e pequenas empresas nas compras do Estado; Apoiar a implantação e regulamentação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em todos os municípios goianos.
Marconi F. Perillo Júnior 2015 a 2018	O Plano de Governo de Marconi Perillo para o período de 2015 a 2018 trouxe uma agenda estratégica organizada em cinco Eixos Estruturantes: Desenvolvimento Humano e Social; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura; Desenvolvimento Ambiental e Gestão Pública. O setor industrial é abordado no eixo Desenvolvimento Econômico onde também se contempla os demais setores da economia, o turismo, ciência e tecnologia e desenvolvimento regional.	O maior objetivo apresentado para a indústria (comércio, serviços, mineração e exportação) neste plano de governo foi fortalecer o estímulo à competitividade e à produtividade dos setores e da micro e pequena empresa gerando estímulo à exportação.	Para atingir os objetivos as diretrizes gerais deste plano de governo para a indústria, foram: - Fortalecer e diversificar as linhas e condições de crédito e negociar a ampliação dos recursos do FCO; - Criar fundos de contragarantias e garantias para dar viabilidade a parcerias público-privadas; - Criar programa de incentivo à inovação tecnológica e aumentar a transparência na tramitação de processos; - Melhorar os critérios de incentivo com foco na integração e diminuição das desigualdades regionais e lutar pela manutenção das políticas de incentivo estadual; - Consolidar a vocação logística com a integração da Plataforma Logística Multimodal; - Fortalecer os distritos industriais dando agilidade e facilidade na implantação das empresas, incentivar a criação de condomínios industriais e complexos logísticos de integração e agregação de valor às cadeias produtivas.

Fonte: Planos de Governo. Síntese elaborada pela autora.

Vale destacar que os programas, objetivos e ações voltadas para a promoção da industrialização goiana também passaram a compor, desde os anos 2000, os Planos Plurianuais - PPAs, documento base que visava nortear as ações do governo a médio prazo criado pela Constituição Federal do Brasil de 1988³⁰. Salgado (2010) salienta que embora os PPAs estivessem previstos desde a C.F/88, estes só se efetivaram no final da década de 1990 em função dos desdobramentos da crise econômica da década anterior. A autora explica que:

Com a estabilização monetária proporcionada pelo Plano Real, a partir de 1994, o planejamento do crescimento volta à pauta de discussão na política nacional, porém o espaço de tempo que vai de 1995 a 1998 é de organização do aparelho estatal via reformas administrativas e privatizações, o que levou o PPA a ser de fato instrumento de política nacional somente após o ano 2000 (SALGADO, 2010, p. 80).

³⁰ A obrigatoriedade da elaboração dos Planos Plurianuais pelos governos federais, estaduais e municipais foi instituída na Constituição Federal de 1988. Em Goiás foi reiterada pela Constituição Estadual em 1989, mas somente em 1999 no governo de Marconi Perillo que o primeiro PPA foi elaborado e enviado à Assembleia Legislativa.

Desse modo, observa-se que todos os governos e consequentemente seus planos, a partir do governo de Ary Valadão tinham como foco o estímulo à industrialização de Goiás. Ary Valadão já apresentava preocupação com a criação de distritos e daí em diante a industrialização foi uma estratégia de desenvolvimento adotada em todos os governos seguintes. As ações desses governos passam por criação de secretarias, agências de fomento e programas e projetos voltados para a industrialização. Iris Rezende, por exemplo, aproveita do estímulo mundial de quebra de patentes dos remédios e propõe a criação do polo farmoquímico. Ele buscou incentivar o desenvolvimento industrial do estado. Os governos seguintes apontaram metas específicas para o desenvolvimento da industrialização, e tudo isso culminou com os dois programas fundamentais para organizar o financiamento da indústria goiana, o FOMENTAR E O PRODUZIR. Ambos pautados em políticas fiscal e financeira.

Dos objetivos e medidas apresentadas nos planos dos governos goianos a partir de 1980 para dar continuidade ao desenvolvimento industrial, dois programas merecem destaque, são eles: criação do FOMENTAR e do PRODUZIR. O primeiro, Fundo de Participação e Fomento à industrialização do Estado de Goiás – Fomentar, foi instituído pela lei 9.489 em 1984, no governo de Iris Rezende³¹. Este, tinha como objetivo básico: o incremento de implantação e da expansão de atividades industriais, preferencialmente as do ramo de agroindústria, que efetivamente contribuíssem para o desenvolvimento socioeconômico goiano (Art. 1, lei n. 9.489, 1984).

O segundo, Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR, criado por meio da lei 13.591, em janeiro de 2000, no primeiro governo de Marconi Perillo, propunha contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais (Art. 2, lei n. 13.591, 2000).

O FOMENTAR, criado com o objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovessem o desenvolvimento industrial, se propunha a apoiar técnica e financeiramente as empresas e, sobretudo, atrair preferencialmente empreendimentos agroindustriais, considerados prioritários para o desenvolvimento do estado (Art. 3, lei n. 9489, 1984). Além de buscar atrair indústrias procurava promover o movimento de desconcentração produtiva dentro do próprio estado. Dentre os vários incentivos concedidos pelo Programa

³¹ O FOMENTAR não aparece na lista de Programas Prioritários – 1984 do Plano Global e Setorial do Governo de Íris Rezende. Contudo, consta como uma das estratégias globais deste governo a adoção de instrumentos de apoio através das políticas fiscal, financeira e de expansão industrial.

destacam-se: financiamento dos projetos aprovados; empréstimos de até 70% do ICMS que a empresa tivesse que recolher; venda de lotes e terrenos localizados em terrenos localizados nos distritos industriais do estado e a construção de infraestrutura básica.

Borges (2014) destaca que no período de vigência do Programa foram aprovados 1565 projetos, dos quais apenas 364 foram implantados. Apesar do número de projetos implantados parecer pequeno, após a implantação do FOMENTAR o estado de Goiás saiu do perfil predominantemente agropecuário e apresentou significativo crescimento no setor industrial como demonstrado na tabela 4, onde se pode perceber que em 1980 a indústria participa com 18,9% da composição do PIB goiano em 2000, essa participação havia passado para 32,5%, o que representa um aumento significativo. O que nos permite inferir que considerando o número de empreendimentos industriais instalados no período de vigência do referido programa e a mudança no perfil da economia goiana, que este logrou resultados positivos para a industrialização goiana.

Tabela 4 - Estrutura do Produto Interno Bruto. Goiás: 1950 - 2000

Ano	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
1950	59,1	5,6	35,3
1960	49,5	7,9	43,2
1970	31,8	17,9	50,3
1980	20,3	18,9	60,8
1985	22,9	17,7	59,4
1990	14,5	24,7	60,8
1995	18,1	26,1	55,9
2000	17,2	32,5	50,3

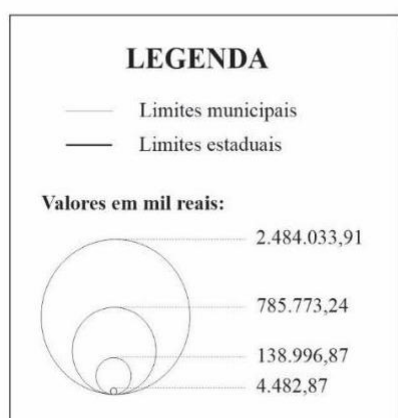
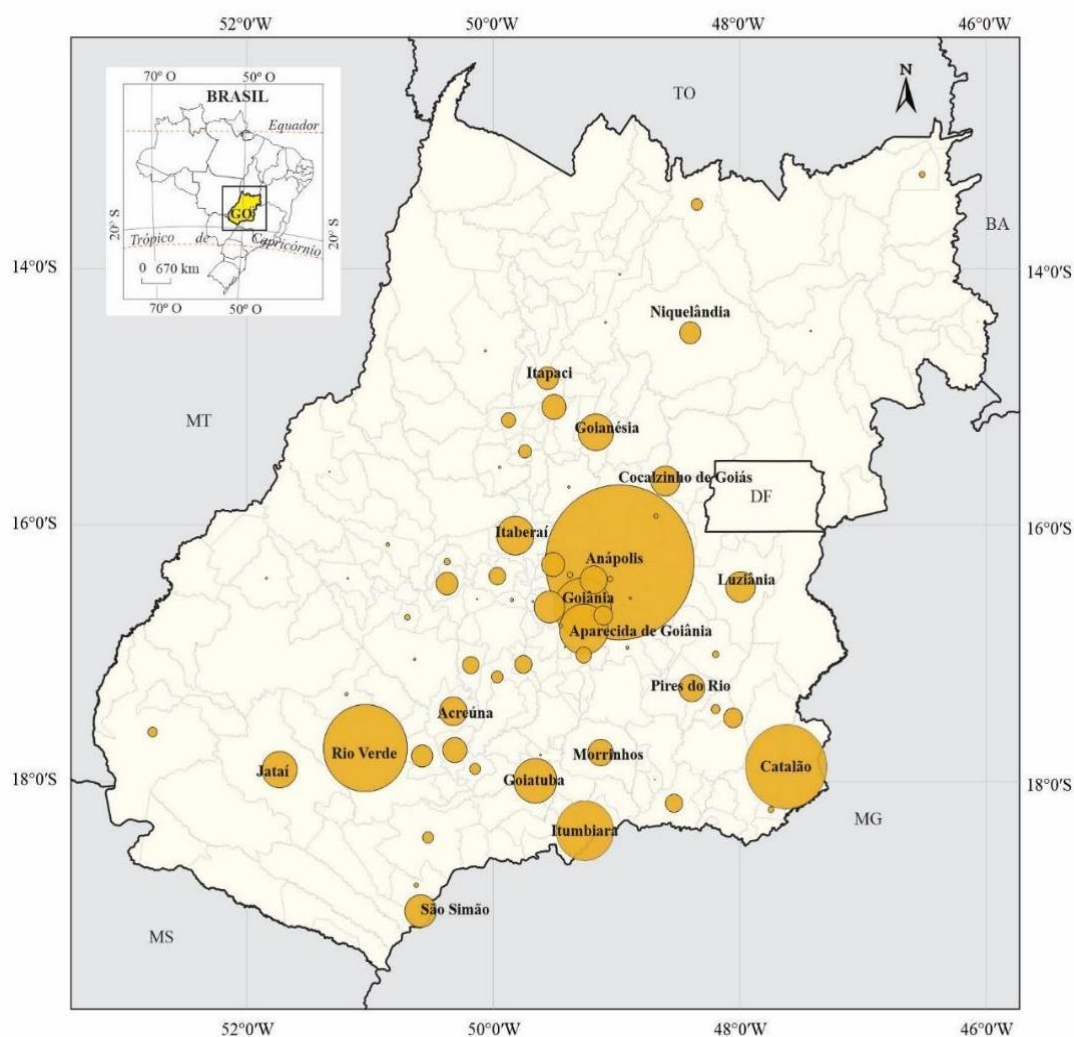
Fonte: Elaborado por CASTRO (2014) de SEPLAN-GO (GOIÁS. 1989; 1992; 1996; 2002). Adaptado pela autora.

Apesar dos resultados positivos serem inegáveis, autores como Paschoal (2001), Silva (2002), Borges (2014), Castro (2014) entre outros, destacam que este programa apresentou uma série de limitações e problemas. Dentre os principais Paschoal (2001) destaca que num primeiro momento o programa não beneficiou micros, pequenos e médios empreendimentos, que não promoveu a desconcentração industrial e que a geração de emprego foi pequena considerando os custos do Programa para o governo, além de não ter sido explicitada na lei de criação. O referido autor, ressalta ainda que dados os problemas enfrentados durante a vigência o FOMENTAR sofreu 33 modificações, através de 15 leis e 18 decretos visando corrigir os “descaminhos” do programa.

Apesar dos benefícios trazidos pelo FOMENTAR, ele não corrigiu as desigualdades regionais, conforme mostra a figura 11.

Figura 11 – Distribuição dos investimentos do Fomentar até 2016

**GOIÁS: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS FIXOS DOS
PROJETOS APROVADOS PELO FOMENTAR (ATÉ 2016)**



Fonte: IBGE (2019), Secretaria de Indústria e Comércio (2016).

Os recursos se concentraram na região do Centro Goiano, sobretudo em Anápolis, e região Metropolitana de Goiânia, que já eram as regiões mais dinâmicas do estado de Goiás. Enquanto, regiões que necessitavam de suporte do Estado para se industrializar não receberam nenhum fomento, é o caso da região Nordeste de Goiás e também do Noroeste e Oeste. Nas regiões denominadas Sul, Sudeste e Sudoeste de Goiás, houveram incentivos, mas muito aquém da região central do estado, ao passo que Norte e Leste também não foram substancialmente beneficiadas (lista dos municípios beneficiados pelo Fomentar, em anexo).

A disposição espacial das indústrias em Goiás em 2000, figura 12, reflete a concentração distribuição dos recursos do FOMENTAR, o que soa paradoxal e de fato o foi. A concentração dos recursos na região central do estado, que já era a região mais dinâmica, levou a manutenção da concentração industrial em Goiás.

Com o propósito de corrigir as falhas apresentadas pelo FOMENTAR em seu período de vigência (1984 a 2000) criou-se, pela lei 13.591 de 18 de janeiro de 2000, o Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás – PRODUZIR e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR, para ser o novo instrumento de execução da política industrial do estado³².

Segundo essa lei, em seu artigo primeiro, parágrafo único, o PRODUZIR “congregará e compatibilizará todas as ações do Governo de Goiás voltadas para o desenvolvimento da indústria goiana, observadas as diretrizes do planejamento governamental”. Tendo o objeto social definido no Artigo 2º:

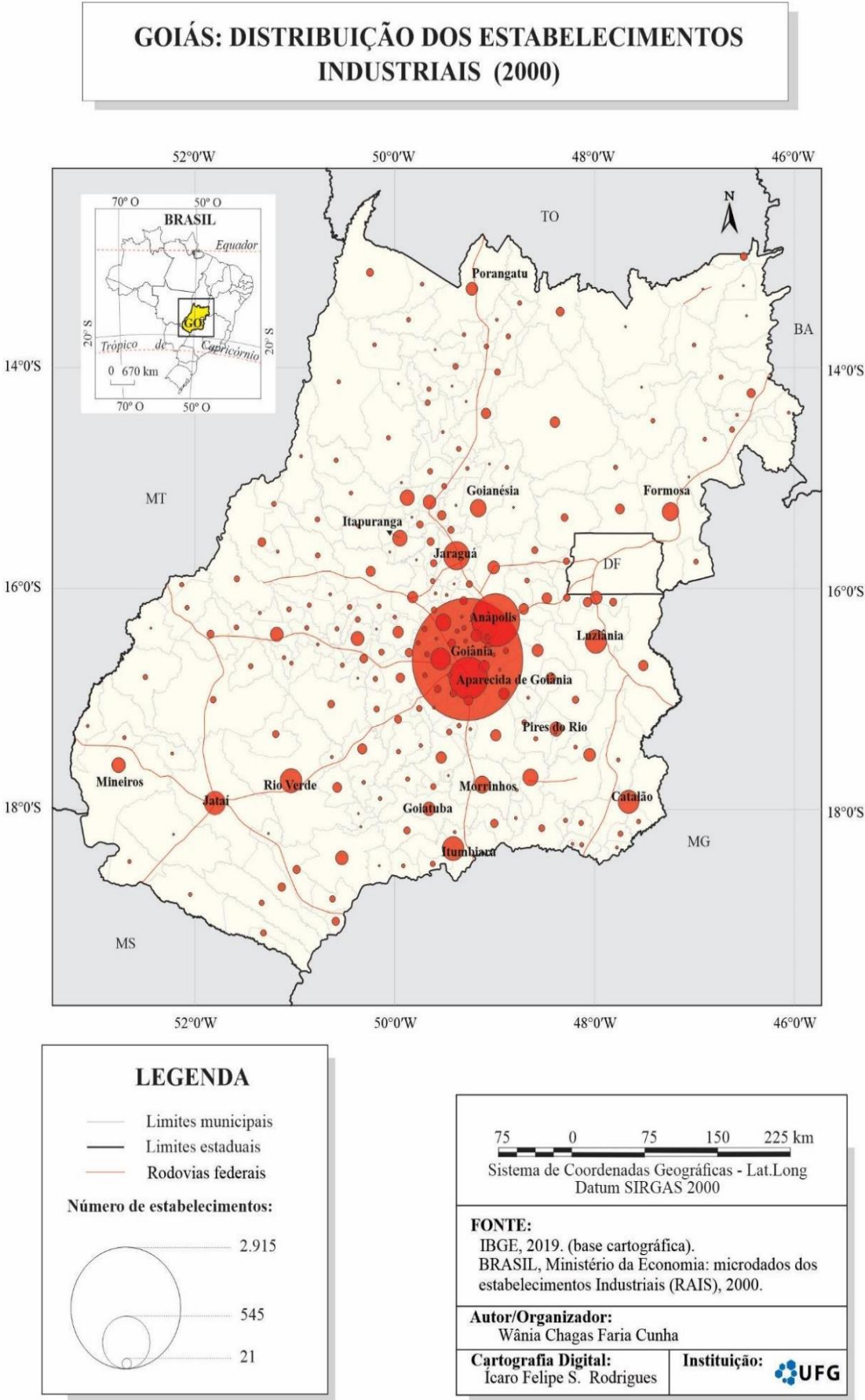
O PRODUZIR tem por objeto social contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

Dentre as prioridades deste programa também apresentadas na lei de criação merecem destaque as descritos nos parágrafos I, III, VI, IX e XI:

- I – integre setor industrial com reconhecida capacidade de crescimento e identidade com a vocação econômica regional**, com ênfase nas cadeias produtivas agroindustrial e mineral goianas;
- II - seja objeto de realocização, motivada por fatores estratégicos;**
- II – seja objeto de realocização, motivada por fatores ambientais e de infraestrutura e em decorrência de vantagens locacionais, previstas no planejamento governamental estadual;**
- III – contribua intensivamente para a geração de emprego;**
- IV – represente atividade industrial não existente em Goiás ou fabrique produto sem similar no Estado;**

³² A lei nº 16.285, de 30 de junho de 2008, possibilitou às empresas beneficiadas pelo FOMENTAR migrarem para o PRODUZIR, como também reformular seus projetos ora propostos no primeiro programa.

Figura 12 – Distribuição das indústrias em Goiás em 2000



Fonte: IBGE (2019), RAIS (2000)

V – seja considerado indústria geradora de novas indústrias;

VI – utilize matéria-prima estadual;

VII – promova o reflorestamento industrial;

VIII – seja destinado à geração de energia;

IX – seja fornecedor dos setores agroindustrial ou minero-metalúrgico ou beneficiador de subprodutos ou resíduos da agroindústria, bem como classificado como indústria de reciclagem;

X – levando em conta o seu porte, volume de investimento, geração de emprego e a agregação de valor à matéria prima, possa ser considerado estratégico para o desenvolvimento industrial;

XI – localize-se em município ou região considerada como prioritária no planejamento governamental;

XII – substitua importação de produto de outro Estado ou do exterior;

XIII – atue como incubador de outras indústrias; (Lei, 13.591, Seção IV, Artigo 6 – grifo nosso)

Merecem destaque porque suas proposições apresentaram importantes avanços em relação ao Fomentar, visto que, propunha verticalizar a atenção para agregar valor à produção primária de Goiás (I, IV e X), a reduzir a desigualdade regional (II e III), a gerar de emprego (III e X) e, sobretudo, por articular-se ao planejamento geral do governo, isto é, ao plano “Goiás Século XXI”. Vale aqui ressaltar uma simetria importante entre o PRODUZIR e o referido Plano de Governo (quadro 02), ambos apresentam a preocupação em articular o programa de incentivos fiscais com o desenvolvimento sustentável (IX), o que, até então, não recebia atenção nem por parte dos governos em seus planos de ação e nem nas proposições do Fomentar.

O FUNPRODZIR, por sua vez, de natureza contábil e orçamentária, foi criado para dar suporte financeiro ao Produzir. Este teria autonomia financeira e administrativa com o objetivo de financiar projetos e ações complementares consideradas de interesse para o desenvolvimento industrial de Goiás, visando atender, sobretudo, às micro, pequenas e médias empresas industriais. Reitera a preocupação com este segmento a instituição, por meio da mesma lei, do MICROPRODZIR, que se constituiu um diferencial importante em relação ao programa anterior, visto que, desde a criação já previa apoio aos pequenos empreendimentos industriais.

Além do MICROPRODZIR, criado logo no primeiro ano de existência do PRODZIR, diversos outros subprogramas também foram criados com o intuito de contemplar setores importantes da economia como a telecomunicação, comércio exterior, tecnologia e logística, para tanto foram criados os seguintes subprogramas CENTROPDZIR, TELEPRODZIR, COMEXPRODZIR, TECNOPDZIR, LOGPRODZIR e PROGREDIR.

Ao se analisar o escopo do PRODZIR, percebe-se que este avançou muito em relação ao programa anterior. Se constituiu num programa mais agressivo e sistematizado quanto à concessão de incentivos e benefícios fiscais do estado de Goiás, com vistas à atração

de empreendimentos industriais. Em pouco mais de uma década de criação já tinha contratado 650 projetos para implantação ou expansão industrial, dos quais a maior parte se vincula com a industrialização da matéria-prima goiana, a citar: o setor sucroalcooleiro, biocombustíveis, alimentos e bebidas, com destaque para os dois primeiros, conforme destacou Borges (2014).

Contudo, quando se considera a distribuição no território goiano dos projetos contratados pelo PRODUZIR (figura 13), observa-se que, apesar de ter avançado, ainda não conseguiu promover a redução da desigualdade regional, promovendo ao contrário uma concentração dos recursos do programa em regiões que já detinham maior força econômica, melhor infraestrutura, além do maior mercado consumidor e fornecedor de mão de obra (lista dos municípios pelo Produzir, em anexo).

Tais constatações nos fazem concordar com Borges (2014, p. 185)

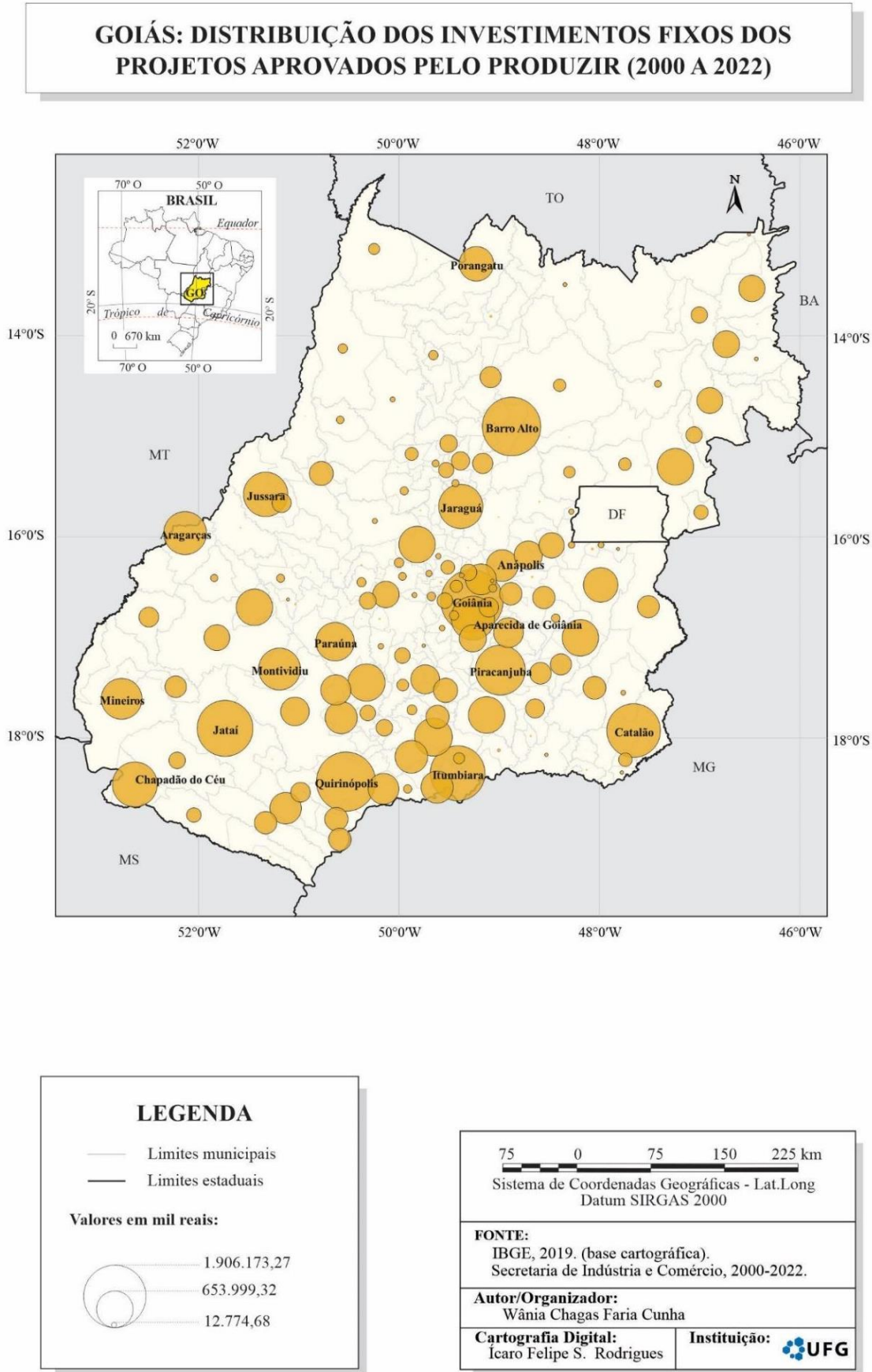
[...] sabemos que o dinamismo da economia local não depende apenas da concessão farta de incentivos fiscais, mas, também, da existência de uma infraestrutura básica adequada, como boas estradas, energia elétrica suficiente, nível de instrução elevado, mão de obra qualificada, localização estratégica, abundância de matérias-primas, tamanho do mercado consumidor e nível de renda da população.

Com relação a geração de empregos diversos estudos como Paschoal (2001), Castro (2014), Borges (2014), Laurias (2014) entre outros apontam que os resultados foram parcos. Borges (2014) por exemplo, apesar de apresentar o aumento no número de empregos gerados pelo setor industrial, destaca que na primeira década de vigência do programa foi gerado apenas 24,72% dos empregos previstos, ficando bem aquém dos 176.622 esperados. O referido autor ressalta, contudo, que a baixa porcentagem também pode ser explicado pela possibilidade de as empresas terem superdimensionado a geração de empregos, visto que, esse critério favorecia a aprovação dos projetos e implicava no montante de benefícios a serem concedidos³³.

Outra questão que merece atenção com relação à real efetividade dos benefícios trazidos pelo FOMENTAR e PRODUZIR diz respeito ao montante da renúncia fiscal realizada por estes programas. Diversos autores, tais como Paschoal (2001), Laurias (2009, 2014), Castro (2014) entre outros, destacam que apesar de toda renúncia fiscal realizada a receita de ICMS se mostra crescente.

³³ Para mais detalhes sobre a geração de empregos e outras variáveis após a implantação do PRODUZIR consultar BORGES, 2014.

Figura 13 – Distribuição dos investimentos do Produzir de 2000 a 2022.



Fonte: IBGE (2019), Secretaria de Indústria e Comércio (2016).

Nesse sentido, embora Borges (2014) reitere que a arrecadação total desse imposto não tenha diminuído, alerta que houve redução na arrecadação de ICMS da indústria, do agropecuário, do comércio e que a “[...] conta ficou para o setor de serviços, que teve a participação no ICMS aumentada de forma considerável” (BORGES, 2014, p. 207). Tal situação requer uma investigação cuidadosa dada a importância do setor de serviços na geração de empregos e riqueza e que, portanto, não pode pagar a conta e não pode ser penalizado com a desoneração fiscal dos outros setores da economia.

Contudo, apesar dos problemas enfrentados tanto pelo programa FOMENTAR, quanto pelo PRODUZIR ambos contribuíram para o aumento da participação da indústria na composição do PIB goiano, em 1985 a indústria participava com 17% na composição do PIB, isso um ano após o lançamento do FOMENTAR, já em 2000 essa participação era de 32,5%. No ano de 2020, essa participação é de 23,6%. Apesar das variações, a mudança do perfil da economia goiana, que antes dos programas era tipicamente agrícola, muda um perfil mais industrial, como já mostrava a tabela 1. O setor de serviço, por sua vez, tem a maior participação na composição do PIB desde 1970, quando superou o agropecuário.

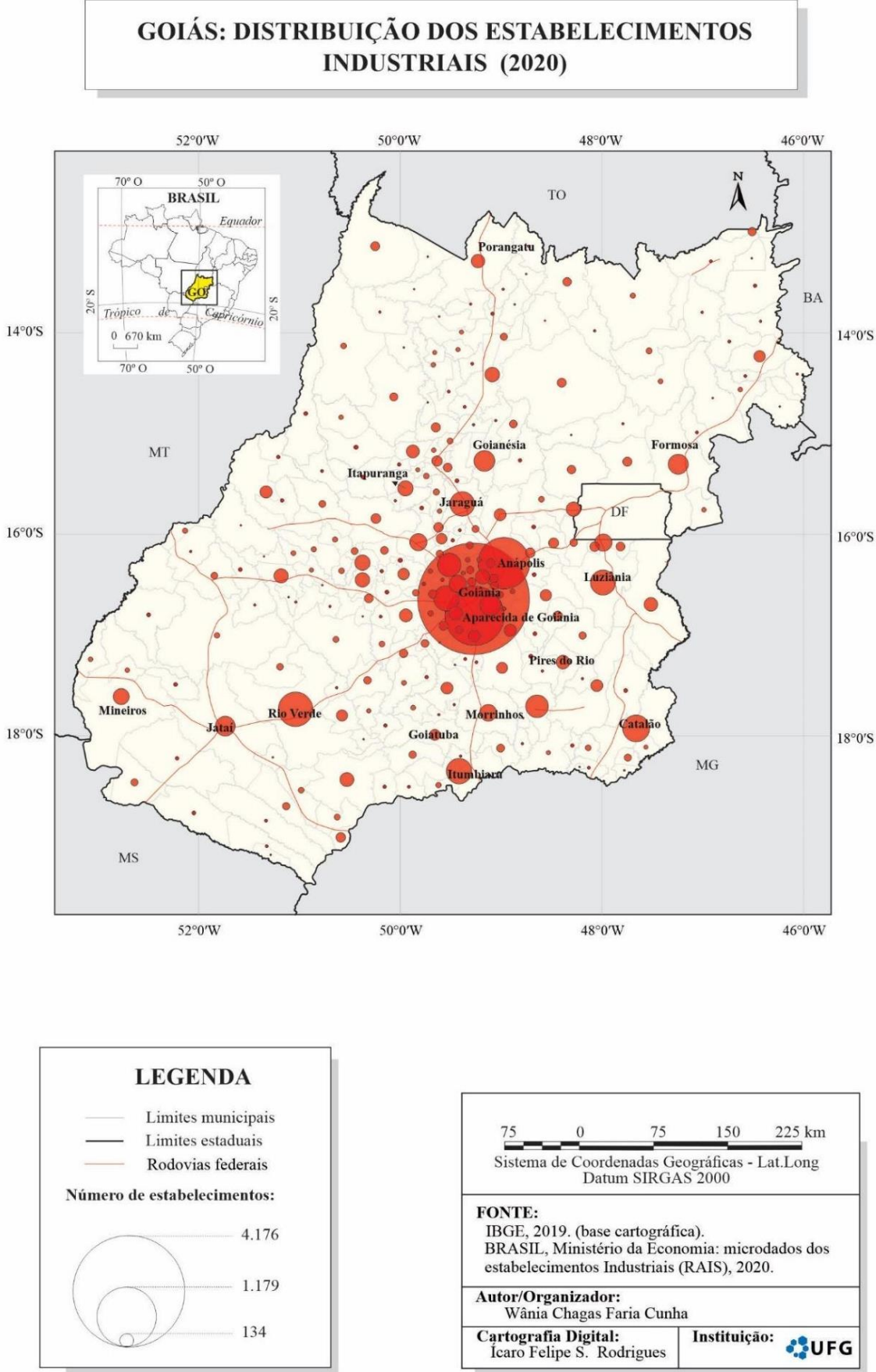
Em síntese, pode-se inferir que os dois programas vieram coroar os esforços dos governos goianos com a promoção da industrialização. Estes se constituíram em importantes políticas regionais se pautando, como vimos, na concessão de incentivos fiscais e financeiros iniciados na década de 1950 e, fortalecido, a partir da década de 1970 com a instituição da lei nº 7.700³⁴.

As políticas conseguiram êxito no sentido de ampliar a participação da indústria no PIB de Goiás, também conseguiu de certo modo pulverizar pontos ou focos de industrialização no território goiano. Contudo a configuração da distribuição das indústrias em Goiás se mantém desigual e concentrada, como se iniciou na década de 1940 e se confirmou ao longo dos anos.

O mapa de 2020 revela que Aparecida de Goiânia superou numericamente Anápolis, demonstra ainda que Goiânia segue sua hegemonia conquistada desde 1980 e mantida nos anos posteriores. Fora do eixo central se destacam os municípios de Rio Verde, Catalão, Formosa, Porangatu e Jataí. Cabe ressaltar, que quando se compara os mapas de 2000 e 2020, vê-se que são praticamente os mesmos municípios de concentração, e também de dispersão (figura 14). O que difere é a intensificação de processos, a densidade industrial, mesmo que essa seja sensível.

³⁴ Essa lei reitera as diversas ações dos governos praticadas desde a década de 1950 para a promoção da industrialização, a citar pela instituição das seguintes leis: lei nº 575/1951; lei nº 1447/1956; lei nº 2000/1958; lei nº 7531/1971.

Figura 14 – Distribuição das indústrias em Goiás em 2020



Fonte: IBGE (2019), RAIS (2020)

Dos dados apresentados pode-se perceber que Anápolis foi um dos municípios grandemente beneficiados pelos programas de incentivo à industrialização goiana que surgiram a partir de 1980, quando os governos goianos assumiram o protagonismo na promoção do desenvolvimento do estado. Tal situação pode ser explicada pelo fato deste município ser um importante centro econômico do estado desde meados do século XX. E, mais ainda, por já vir se constituindo num importante polo industrial desde meados da década de 1970.

Anápolis foi beneficiado pela política de industrialização, de cunho estadual, já em meados da década de 1970, quando este criou, por meio da lei nº 7.766 de 20 de novembro de 1973, a Companhia de Distritos Industriais de Goiás – GOIASINDUSTRIAL a qual estava em consonância com a política de desenvolvimento regional do governo federal à época, que visava a desconcentração industrial. Desde então, esse município vem se tornando um importante ícone do desenvolvimento industrial de Goiás. Contribuiu decisivamente para a mudança do perfil econômico goiano, como também, aumentar a participação do estado na composição da renda interna industrial, como destaca Cunha (2009).

Esse cenário nos impele a investigar o processo de industrialização anapolina, tornada possível dado o empenho do Estado, em suas três esferas de poder: municipal, estadual e federal. Destacar as convergências entre o processo de industrialização brasileira, goiana e seus rebatimentos em Anápolis. Apurar qual é a plataforma de industrialização contemporânea deste município. Qual é a perspectiva da concentração e dispersão desta indústria. E por fim, averiguar as conexões do setor industrial anapolino, sobretudo, com a economia local e regional. Estas indagações se constituem no desafio do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

PLATAFORMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE ANÁPOLIS: CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO

Os capítulos anteriores nos permitiram entender como se deu o processo de industrialização brasileiro e goiano. Nos possibilitou perceber também as convergências existentes entre esses processos na esfera nacional e estadual. Viu-se, de modo geral no primeiro capítulo, como se deu o desenvolvimento da industrialização considerando, sobretudo, seu contexto histórico, sua base, suas perspectivas e objetivos. Pode-se apreciar também que a indústria se constituiu e se constitui numa importante atividade econômica para a promoção do desenvolvimento econômico de um país.

Em Goiás não foi diferente. A atividade industrial foi de grande relevância para a geração de riqueza no estado. Observou-se, de acordo com os dados apresentados no capítulo 2, que a partir do desenvolvimento industrial Goiás ampliou a riqueza interna e aumentou sua participação na composição da renda nacional. De estado tipicamente agrícola na década de 1960 foi, aos poucos, se industrializando, sobretudo, a partir da década de 1970 quando o Estado assumiu a condição de promotor desse processo. Promoção que se deu pautada na concessão de incentivos e benefícios fiscais.

Os efeitos da industrialização para o país e para o estado de Goiás foram e são inegáveis apesar de se reconhecer suas limitações e inconsistências. Posto isto, propõe-se neste terceiro capítulo analisar o processo de industrialização ocorrido em Anápolis. Investigar a existência, ou não, de convergências entre a industrialização nacional, goiana e a ocorrida neste município. Mas, precipuamente, cotejar como estas reverberam na constituição de uma plataforma industrial, na concentração e dispersão industrial em Anápolis. Sem deixar, no entanto, de verificar as relações da indústria local com o perfil econômico do estado.

Metodologicamente, com o intuito de delimitar as atividades industriais que serão abordadas neste trabalho, será adotada a definição de indústria como sendo todas as atividades que envolvem a transformação da matéria-prima, conforme estabelecido pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)³⁵. Dessa forma, será dada ênfase à indústria de transformação, que se configura como o principal tipo de indústria presente em Anápolis, como será demonstrado mais adiante.

Assim sendo, passa-se a investigar a trajetória industrial de Anápolis ao longo do tempo. Cabe aqui trazer uma breve caracterização do município de Anápolis que nos ajudará a

³⁵ A Indústria de Transformação compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais. <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=C&tipo=cnae&view=secao>

nortear a compreensão de como essa cidade que de entreposto comercial evoluiu para uma cidade dita industrial:

O município de Anápolis está localizado no estado de Goiás - Brasil, distante 54 km da capital, Goiânia, e a 146 km da capital federal, Brasília. Anápolis possui uma área territorial de 933.156 km² e faz divisa com os seguintes municípios: Pirenópolis, Gameleira de Goiás, Abadiânia, Silvânia, Leopoldo de Bulhões, Terezópolis de Goiás, Goianópolis, Nerópolis, Campo Limpo de Goiás e Ouro Verde de Goiás, muitos deles desmembrados do território original do município (IBGE, 2016). O município de Anápolis é cortado pelas seguintes rodovias federais: BR-153, ligação tanto com o norte quanto com o sul do estado e do país, passando por Goiânia; BR-060 ligação com Brasília e a partir daí com o nordeste e sudeste do país, e BR-414, que liga diretamente a Corumbá de Goiás e ao norte goiano. Já as rodovias estaduais são as seguintes: GO-222, que liga Anápolis a Nerópolis e ao oeste do estado, GO-437 e GO-330, que ligam Anápolis às regiões leste e sudeste de Goiás. A cidade conta ainda com um ramal da Ferrovia Centro-Atlântica e um da Ferrovia Norte Sul, além de um aeroporto civil, que está sendo transformado em aeroporto de cargas (SANTOS, 2017, p.20).

De acordo com CUNHA (2009), Anápolis beneficia-se da localização estratégica no espaço regional goiano e nacional. No pretérito porque se encontrava entre as principais cidades do estado (Cidade de Goiás, Pirenópolis, Silvânia), numa época em que a população era rarefeita e hoje porque se constitui em ponto de passagem obrigatória para o interior e norte do país, além de se localizar entre os dois maiores centros populacionais do Centro-Oeste, Goiânia e Brasília, conforme se pode observar na figura 15 que apresenta a espacialização geográfica de Anápolis no cenário regional.

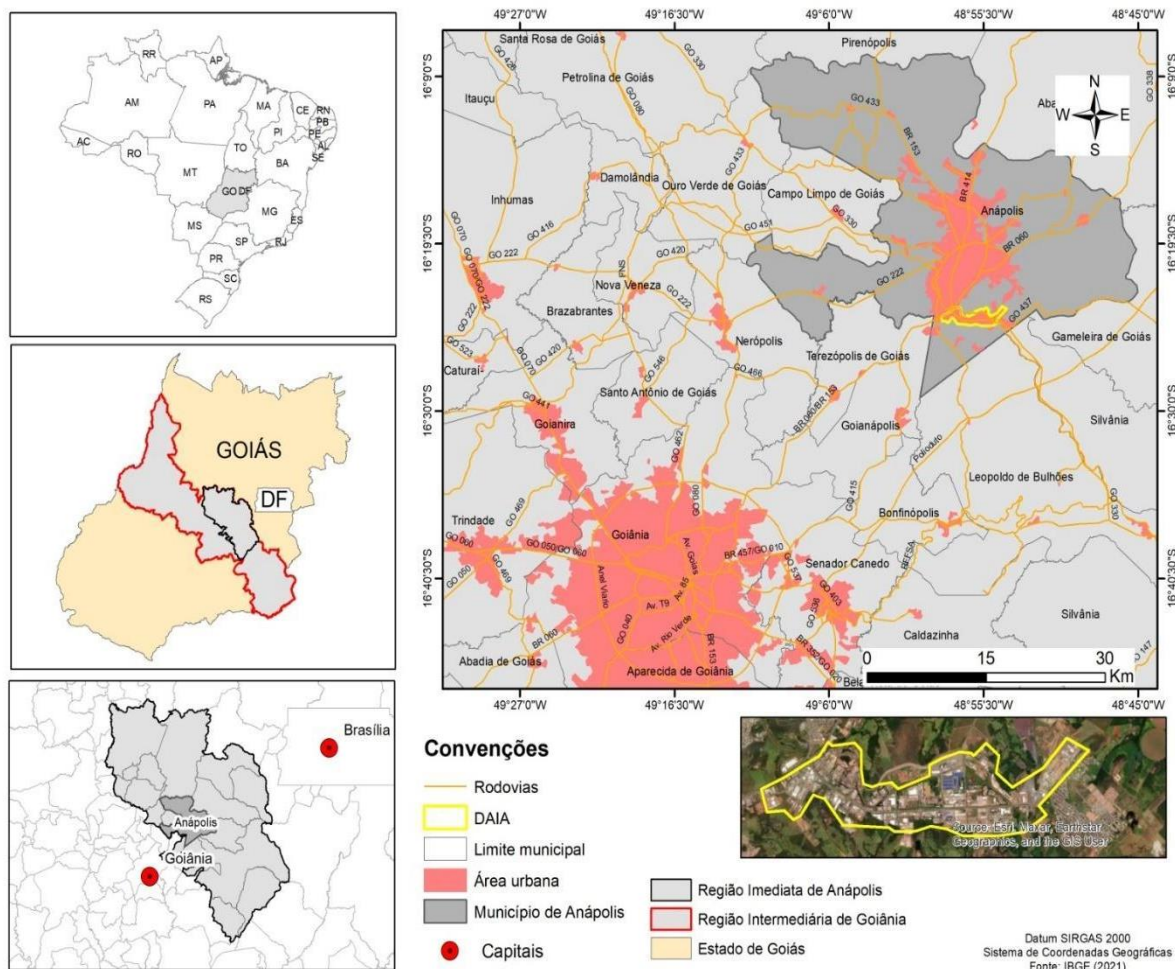
Fica evidente que a localização geográfica foi e é um fator determinante para Anápolis ter alcançado a importância que tem no cenário regional, e consequentemente o crescimento e as mudanças pelas quais passou e passa a sua economia. A análise do mapa, não deixa dúvidas do potencial logístico apresentado por esse município, o que gerou a confluência de diferentes modais de transportes com o passar dos anos, o que dá a essa cidade o título de “Trevo do Brasil” (IMB, 2016). Santos (2017) reafirma o que Cunha (2009) já tinha pontuado.

Dessa forma, vários fatores impulsionaram o crescimento econômico e demográfico de Anápolis, destaque para a localização estratégica da cidade que fez com que, ao longo da história, importantes obras voltadas para a integração nacional e regional fossem construídas ao seu redor: na primeira metade do século XX, a ferrovia Mogiana (que chegou até o Triângulo Mineiro) movimentou a economia goiana, depois a chegada da ferrovia Goiaz até Anápolis potencializou esse processo, a construção de Goiânia, a implantação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) e na segunda metade do século XX a construção de Brasília, a implantação do DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis), dentre outros (SANTOS, 2017, p.21).

Atualmente Anápolis se constitui num núcleo urbano conforme dados que o IBGE apresentou no último censo e em pesquisas anteriores. O município possui uma população estimada em 2022 de 398.817 habitantes, sendo que a maior parte dessa população ocupa a área

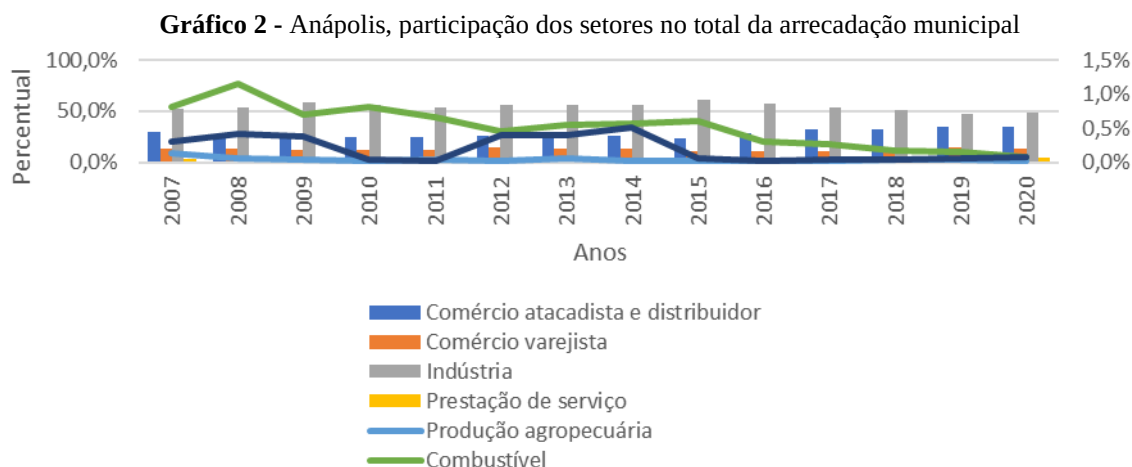
urbana, mais de 90% do total. Essa população se encontra distribuída numa área territorial de 936 km², o que produz uma considerável densidade demográfica, na casa de 426,24 hab./km² (IBGE, 2023).

Figura 15 – Anápolis no Cenário Regional



Fonte: Elaborado por José Carlos de Souza.

Do ponto de vista econômico Anápolis, em 2020, ocupava o segundo maior PIB do estado de Goiás (R\$ 15.286.792,21 a preços correntes) o que coloca faz desse município a principal economia depois de Goiânia e “consolida-se cada vez mais como o maior polo industrial do Estado” (IMB, 2016). A análise do Valor Adicionado dos setores econômicos de Anápolis (gráfico 2) fornece informações valiosas sobre a estrutura econômica local, visto que, quantifica a contribuição econômica dos setores de produção do município. Os dados demonstram que o setor econômico de maior peso na economia de Anápolis continua sendo referente ao setor de serviços. A indústria aparece em segundo lugar, com uma participação importante, mas não majoritária.



Fonte dos dados: IMB (2020)

Uma vez demonstrado qual é o panorama geral que a economia anapolina apresenta, vamos mergulhar no perfil e dinâmica da indústria em Anápolis, buscando consolidar a tese de que a indústria anapolina apresenta papel fundamental na economia anapolina, mesmo ocupando o segundo lugar no PIB da cidade, mas que o DAIA não agrega todo o potencial industrial de Anápolis.

Para isso, dividimos esse capítulo em alguns tópicos, o primeiro denominado “A industrialização pretérita em Anápolis”, que terá como marco temporal a origem da cidade, em meados do século XX, até 1970. Esse recorte se justifica, visto que, até 1970 a industrialização goiana, e consequentemente a anapolina, não contavam com políticas específicas de fomento, embora, como vimos, já existissem iniciativas nesse sentido desde a década de 1950. Nesta, procurar-se-á identificar como a industrialização anapolina se desenvolveu ao longo do tempo; em que base se assentou nos primórdios e se estabelece até 1970. Como se distribuiu pela cidade e contribuiu para o crescimento e desenvolvimento desta.

Nos demais tópicos, o foco será a indústria recente de Anápolis, aquela que passou a se desenvolver a partir de 1970. Dado que, a partir dessa década, o governo de Goiás assumiu a função de promotor da industrialização goiana e Anápolis foi grandemente beneficiada pelas políticas adotadas desde então. Buscar-se-á caracterizar e entender como se deu a evolução da atividade industrial anapolina. Propõe-se examinar o perfil da indústria concentrada no distrito industrial do município e, precipuamente, em que plataforma se assenta. Paralelamente, se fará o mesmo com indústrias dispersas pela cidade. Por fim, averiguar as conexões da indústria local com o perfil econômico do estado.

Tal procedimento se faz necessário, para identificarmos o embrião da indústria anapolina, como se estruturou ao longo do tempo e, sobretudo, como as políticas de industrialização repercutiram nesta atividade econômica no município de Anápolis. Para além

disso, verificar as conexões da indústria local com a economia regional e como tem reverberado no crescimento e desenvolvimento deste município.

3.1 A industrialização pretérita em Anápolis (1920 a 1970)

Incrustado no âmago do coração do Brasil, Anápolis surpreende-nos pela prosperidade reinante por todos os quadrantes de suas atividades. Por um lado admiramos as imensas possibilidades econômicas do município, considerando um dos maiores do Estado, sob todos os aspectos. Por outro, é-nos verdadeiramente animadora a invejável posição do município, que se nos apresenta em um dos melhores pontos do Estado.

Oeste, ano III, nº 18, jul 1944.

A epígrafe acima nos dá um bom indicativo da importância de Anápolis para Goiás. O texto destaca as potencialidades deste município observadas desde o surgimento. Primeiramente, sobressai-se a importância da localização privilegiada de Anápolis, ponto de conexão entre as principais cidades goianas em meados do século XX (Cidade de Goiás, Pirenópolis, Silvânia e Luziânia). Soma-se, a presença de terras férteis e abundantes, que propiciaram o crescimento populacional desde a construção da capela de Sant'Ana em 1871³⁶.

O adensamento populacional, por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento da economia agropastoril de subsistência, que posteriormente evoluiu para um modelo comercial já no final da primeira década do século XX, nos fins de 1910 a agricultura já se abria a exportação e passava a contribuir com maior volume de vendas e de arrecadação municipal (FRANÇA, 1974). Freitas (1995, p. 60) reitera o potencial agrícola de Anápolis nesse período ao ressaltar que “por volta de 1910, o município de Anápolis já era importante produtor ‘de café’ no estado”. Asmar (2011, p. 38) também realça que “Já no alvorecer do século XX, saíam da Vila de Antas gêneros destinados à exportação”.

A “invejável posição” e as “imensas possibilidades econômicas” associadas ao adensamento populacional promovido pelas questões supracitadas e, concomitantemente alimentada por elas, acabou por promover o aumento expressivo do comércio de mercadorias diversas na cidade fazendo com que Anápolis se tornasse um importante centro comercial de Goiás. Essa condição foi consolidada por dois eventos em particular, o primeiro quando foi inaugurada a rodovia Anápolis-Roncador, em 1920. O segundo, quando enfim foi inaugurada a estação ferroviária na cidade em 1935. Estes, fizeram com que “praticamente todo comércio do centro-norte do estado ‘passasse’ a ser feito através de Anápolis” (FREITAS, 1995).

³⁶ Anápolis se localiza na chamada região fisiográfica do Mato Grosso Goiano que se distingue pela grande fertilidade natural de suas terras que, juntamente, com as características do solo, clima e relevo se constituiu numa unidade geográfica distinta no interior de Goiás. Para mais detalhes consultar Cunha, 2009.

A condição de centro comercial, no que lhe concerne, fez com que ao longo do tempo, a cidade fosse atraindo cada vez mais pessoas, que foram se estabelecendo na região e arredores. Esse aumento populacional ocorria principalmente na grande área conhecida como Mato Grosso Goiano, que se destacava pelas terras férteis e favoráveis para a produção de cereais e criação de animais. Assim, o fluxo de pessoas para a cidade de Anápolis foi crescendo gradualmente, à medida que mais e mais pessoas se fixavam na região.

Segundo França (1974), a migração desempenhou grande importância na formação da população de Anápolis, sendo responsável por mais de 50% do crescimento populacional, sobretudo, na área municipal do referido período. A chegada do grande contingente de migrantes começou a partir da década de 1920. A tabela 5, a seguir, oferece informações sobre a contribuição dos migrantes para o crescimento populacional do município durante o período analisado.

Tabela 5 - Crescimento da população de Anápolis: 1900 - 1935

Períodos	Incremento do cresc. natural	%	Crescimento real	%	Incremento das imigrações	%
1900 - 1920	3 300	47,5	9 741	154,4	6 441	52,5
1921 - 1935	7 560	52,8	17 340	108,1	9 780	51,2

Fonte: França (1974, p.643)

A quantidade de habitantes na cidade aumentava constantemente e era composta por indivíduos originários de várias partes do país, principalmente de Minas Gerais, mas também de São Paulo, Bahia, Maranhão, Piauí e até mesmo de regiões goianas menos favorecidas. Destacou-se também nesse movimento migratório a chegada de diversos grupos de estrangeiros a citar: os árabes (sírios e libaneses), japoneses, italianos, alemães, austríacos, espanhóis e ingleses (ASMAR, 2011). O referido autor salienta:

Então, muitos vinham para a cidade para vender o que podiam vender, e também comprar o que necessitavam às suas vivências. E o resultado, a circulação de riquezas, atraía os inteligentes intermediários, que tanto lucravam como fazia o lugar progredir. [...] incentivando-se a compra e a venda dos produtos foi aumentando o interesse de muitos se ocuparem na intermediação, que lhes proporcionava atividade mais fácil e compensadora. [...] isso provocou algo inusitado, jamais imaginado no sertão. Começaram a chegar, na pequenina cidade, homens e famílias estranhas, falando línguas diversas, de aparências diferentes, vindos do além-mar, que aqui se fixaram e se integraram por completo a vivência e a sorte da comunidade (ASMAR, 2011, p. 59).

Polonial (1995) salienta que entre 1910 e 1935 Anápolis teve o maior crescimento populacional de sua história, como pode ser observado na tabela 6, crescimento que se deu tanto na população rural quanto na urbana. Esse crescimento, segundo o autor, deveu-se à migração

primeiramente dos italianos e japoneses, sobretudo, para o meio rural, os quais se dedicaram respectivamente ao cultivo do café e do arroz. E para o meio urbano, a chegada dos árabes que se dedicaram às atividades ligadas ao setor terciário. “Essa migração tanto favorecia o desenvolvimento das atividades mercantis, quanto o da agricultura, notadamente as culturas do café e arroz” (POLONIAL, 1995, 46).

Tabela 6- Crescimento da população rural, urbana e total de Anápolis entre 1910 a 1970

Ano	Rural	%	Urbana	%	Total	% de crescimento
1910	6.484	-	1.992	-	8.476	-
1935	25.816	298,15	7.559	279,46	33.375	293,75
1940	29.662	14,90	9.486	25,49	39.148	17,29
1950	31.988	7,84	18.350	93,44	50.338	28,58
1960	19.785	-38,15	48.947	166,74	68.732	36,54
1970	15.716	-20,56	89.405	82,65	105.121	52,94

Fonte: Censos do IBGE dos períodos. Percentuais trabalhados pela autora.

Assim sendo, o encadeamento das potencialidades de Anápolis – localização geográfica, terras férteis, adensamento populacional, evolução das atividades econômicas – propiciou a formação de organizações de classe, a primeira delas, a Sociedade Agrícola, em 1931, que graças a extraordinária fertilidade do solo de Anápolis já o fazia centro agrícola de goiás (I. G., XVI, dez. 1931). No mesmo ano, criou-se a União Síria, formada pelos migrantes que se dedicavam ao comércio para representar o interesse destes. Estas, a seu tempo exerceram importante papel para a cidade, visto que:

Essas organizações classistas apontavam para um nova composição social na cidade. A nascente burguesia comercial e industrial, assim como os produtores rurais ligados à economia de mercado buscavam garantir seus interesses, através de suas entidades representativas (POLONIAL, 1995, p.48)

Reitera a afirmação do autor, o fato de que dessas organizações surgiram, posteriormente, importantes associações como a ACA – Associação Comercial de Anápolis, fundada em 1936, e a AIA – Associação Industrial de Anápolis, fundada em 1958, ambas com o intuito de promoverem as atividades econômicas que representavam. Estas em 1971, se fundem dando origem a ACIA – Associação Comercial e Industrial de Anápolis, existente até hoje com o objetivo de promover o desenvolvimento das atividades econômicas da cidade.

Destaca-se que a criação da ACIA é um marco muito importante, pois os passos que a cidade dá rumo a industrialização daqui em diante e que levará a implantação do DAIA anos mais tarde são dados pelo caminho indicado pela ACIA em parceria com outros órgãos e com a sociedade em geral.

Ademais, o encadeamento das potencialidades de Anápolis ao permitir que esta

cidade se tornasse um importante produtor agrícola e centro comercial do estado possibilitou a este município consolidar uma estrutura econômica que se tornaria também a força motriz que propiciaria o desenvolvimento industrial da cidade. Nesse sentido, Castro (2004) destaca, sobretudo a importância do café, isto porque, durante as duas primeiras décadas do XX, o café foi o principal arrimo econômico que impulsionou a economia de Anápolis, permitindo a acumulação de capital que foi direcionado para o comércio, as finanças e, mais tarde, para a industrial. A indústria anapolina nesse período se baseava em atividades artesanais de transformação da matéria prima advindos da agricultura e pecuária local com destaque para a beneficiadora de café e arroz. Assim:

Desde meados dos anos vinte, quando se instalaram as primeiras máquinas de beneficiamento de arroz e café no Município, **que as atividades industriais de Anápolis se vincularam às atividades agrícolas**. A agro-indústria foi um processo lógico de investimento que muitos empresários estabelecidos na cidade fizeram, anteendo as possibilidades de rentabilidade de um mercado consumidor ainda pequeno (FREITAS, 1995, p. 62 – grifo nosso).

O grifo na citação anterior destaca informações importantes sobre uma indústria que nasce em Anápolis já no início do século XX, muito antes das políticas nacionais e estaduais de incentivo a industrialização impactarem Anápolis. Essa característica de cidade que se industrializa permeia toda a história dessa cidade. Muito dessa “vocação” industrial que Anápolis vai demonstrando ao longo de sua história tem relação direta com a migração s  rio libanesa.

Santos (2017) destaca que os s  rios chegaram por volta de 1911, fixaram-se como comerciantes e inauguraram lojas de maior porte, verdadeiros armazéns gerais. Segundo França (1974) a Colônia S  rio-Libanesa se inicia com a chegada de Miguel João em 1913, já Freitas (1995) acrescenta que ele se ficou nas imediações da entrada da cidade para quem vinha do sul do estado, onde instalou sua casa comercial e, anos mais tarde, máquinas de beneficiar arroz e café.

Hoje a rua em que ele iniciou suas atividades recebe o seu nome. Santos (2017, p.159) afirma, ainda, que

Sabe-se sem sombra de d  vida que essa colônia mudou definitivamente a história do comércio em Anápolis. Influenciados pela construção da estrada de ferro, diferente dos italianos e japoneses, os S  rios e Libaneses se instalaram na área urbana e se dedicaram às atividades comerciais e mais tarde incentivaram as atividades industriais.

Ainda sobre a colônia s  rio libanesa LUZ (2009) destaca que a evolução da colônia   rabe, composta por s  rios, libaneses e palestinos, ocorreu de forma gradativa, a partir do início

do século XX e se ampliou com a chegada da ferrovia em 1935. A mesma autora enfatiza ainda que a trajetória dessa colônia se confunde com a da cidade de Anápolis, na sociedade Anapolina se destacam na participação na vida econômica local.

Todos esses autores comungam da mesma opinião, a economia anapolina, tanto no viés comercial, quanto industrial, deve muito aos imigrantes sírios e libaneses. E é importante destacar que a ânsia pela industrialização e muito do que se debatia na ACIA durante o século XX é resultado do trabalho dessa comunidade.

Silva (2006) ao escrever sobre a economia anapolina nas décadas de vinte e trinta para o jornal O Centenário, reitera:

A reconstrução de um período singular da História de Anápolis, **a década de vinte, demonstra a existência de uma forte atividade econômica na cidade** que se constituía como um importante pólo desenvolvimentista, isso antes da Revolução de 1930, da chegada da estrada de ferro e das construções de Goiânia e Brasília, **permitindo uma acumulação de capitais que foram transferidos às primeiras indústrias locais: cerâmicas e máquinas de beneficiamento** (SILVA, 2006, p. 30).

No mesmo sentido, Castro (2004), ressalta que a partir de 1920 começaram a se construir casas de tijolos na cidade o que também favoreceu a atividade industrial³⁷:

Assim se iniciou uma nova fase na economia anapolina. **Surgiram as olarias em 1921** que na década de 30 se transformaram em cerâmicas, indústrias de tijolos, telhas e ladrilhos de propriedade de Sr. Jad Salomão e Sr. Agostinho de Pina (CASTRO, 2004, p. 18).

A rizicultura (cultivo de arroz) também teve importante papel na dinamização da economia anapolina nas primeiras décadas do século XX. França (1985) expõe que a exportação de arroz começou a crescer desde 1915. E que no período de 1920/1928 este grão figurava em segundo lugar nas exportações de Anápolis e que pouco a pouco este produto foi assumindo lugar de destaque na economia. Freitas (1995), realça ainda que a inauguração da estrada de ferro, as crises cíclicas da comercialização do café e o valor que o arroz alcançou nos mercados do sudeste tornaram o cultivo do arroz atrativo. Para além da diversificação dos produtos agrícolas voltados para a exportação, a rizicultura teve relevante papel para alavancar a indústria local. França (1985, p. 48) salienta que

Nos primeiros anos da década de 1920, o governo do Estado, com o intuito de

³⁷ A construção das primeiras casas de tijolos se deu em decorrência das inúmeras mudanças que vinham acontecendo em Anápolis resultantes do dinamismo econômico nas primeiras décadas do século XX, que suscitaram as primeiras iniciativas de urbanização. Para mais detalhes sobre esse aspecto consultar Polonial (1995), Castro (2004), Asmar (2011).

estimular o desenvolvimento local da indústria de beneficiamento de arroz, estipulou duas modalidades de taxas sobre a exportação. As taxas do produto em casca tornaram-se mais altas que as cobradas sobre as vendas do beneficiado. Desta forma, a exportação de arroz industrializado ganhou expressão crescente a partir de 1923. Em 1926, já haviam sido instaladas dezoito máquinas de benefício do cereal, enquanto que as vendas de arroz limpo ascenderam de 43,614 sacas, em 1934, para 114,991 em 1926 (grifo nosso).

Por conseguinte, Castro (2006, p. 31) reitera a importância do cultivo do arroz para a nascente indústria anapolina:

Entre 1930 e 1937, as máquinas de beneficiar o arroz também fizeram parte do ideário da pequena indústria anapolina. Os investimentos de empresários estabelecidos na cidade, antevidos as possibilidades de rentabilidade, se nortearam para a agroindústria. Assim, a indústria teve como base a transformação de matéria-prima de origem animal e vegetal. Por conta disso, a primeira charqueada de Anápolis foi fundada em 1935, por Carlos de Pina.

Por mais que a indústria anapolina fosse ainda incipiente no início do século XX, essa nascia e se fortalecia gradativamente pelo encadeamento de fatos e fatores locais de Anápolis e mais tarde seria um dos motivos que levaram Anápolis ser considerada considerada a cidade industrial de Goiás de cem anos depois.

O exposto acima por França (1985), Poloniz (1995), Freitas (1995), Castro (2004, 2006) e Silva (2006) nos permite inferir que houve um encadeamento das atividades econômicas praticadas desde os tempos pretéritos de Anápolis. A localização geográfica potencialmente estratégica, associada às terras abundantes e férteis propiciou o adensamento populacional. Estes, no que lhes diz respeito, desencadeou a atividade agrícola que inicialmente de subsistência evoluiu para comercial. E concomitantemente, suscitou desenvolvimento da atividade comercial. Ainda é preciso salientar o exposto por Cunha (2009, p. 62):

Sobre este período resta-nos ainda apresentar, mesmo que de forma sucinta, o contexto econômico nacional, que também se constituiu num dos elementos favoráveis para o desenvolvimento de Anápolis. O movimento migratório em direção ao centro do país já se fazia presente desde 1910, em vista da interiorização da lavoura cafeeira. As motivações para a expansão agrícola para o interior eram variadas e iam desde o esgotamento dos solos e as geadas ao encarecimento das terras paulistas e paranaenses. A industrialização que começava a se estruturar no sudeste constituía-se num mercado consumidor favorável tanto para os gêneros alimentícios quanto para a matéria-prima. Assim, a possibilidade de encontrar solos férteis e mais baratos impulsionou a expansão agrícola para o sul de Goiás. Nesse contexto, Anápolis, com a maior parte de suas terras na chamada região do Mato Grosso Goiano, dispunha das condições desejadas para a expansão agrícola.

Desse modo, apoiando-se em fatores internos e externos à região onde se insere, foi criada a base da industrialização de Anápolis, a qual se pautou basicamente na transformação

de matéria-prima de origem animal e vegetal. O acúmulo de capital proveniente da atividade agrícola e comercial proporcionaram recursos para investir nas atividades industriais. Freitas (1995) aponta que isso só foi possível graças ao dinamismo alcançado por Anápolis em Goiás que conferiu à cidade vantagens e permitiu que esta consolidasse uma estrutura econômica capaz de investir em atividades industriais já na década de 1920.

A partir da década de 1930 alguns eventos foram fundamentais para ratificar o potencial econômico alcançado por Anápolis até então e, sobretudo, estimular a incipiente industrialização do município, dentre eles cita-se a construção de Goiânia (1933), a chegada da ferrovia na cidade (1935), a Marcha para o Oeste (a partir de 1937) e como consequência dela a instalação da CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás (1941) e a construção de Brasília (1957).

A construção de Goiânia, conforme destacou Cunha (2009), transformou Anápolis num importante centro de abastecimento, tanto para atender às necessidades das obras de construção da capital quanto para o consumo básico da população. Segundo a autora, nesse período, as olarias experimentaram um crescimento excepcional. A chegada dos trilhos veio, parafraseando Polonial (1995), favorecer ainda mais a economia do município, uma vez que, a precária rede de transportes existente à época não comportava mais o dinamismo econômico das atividades econômicas, agricultura e pecuária, de Anápolis e região.

A Ferrovia favoreceu tanto a exportação dos produtos produzidos aqui, quanto a importação de bens do sudeste para o crescente mercado consumidor local. A chegada dos trilhos contribuía “[...] para fomentar em Anápolis novas melhorias urbanas, atrair mais imigrantes, estimular o surgimento de novos serviços e novas atividades comerciais, indústrias de beneficiamento entre outros” (CUNHA, 2009, p. 64).

Sem dúvida a ferrovia é um marco na economia anapolina como ressalta Santos (2017),

Era o fortalecimento de uma vocação comercial, o germe de uma futura industrialização e principalmente, esse período foi essencial para o nascimento de uma elite empresarial que modificaria os rumos da política em Anápolis. É importante ressaltar que a produção do espaço urbano de Anápolis não teria se desenhado da forma como foi se não houvesse uma abertura política local para as mudanças da dita modernidade (SANTOS, 2017, p. 161).

Seguindo na análise temporal da economia anapolina, e conseqüentemente de sua industrialização, destaca-se que a implantação da CANG em 1941, por seu turno, consolidou a posição de Anápolis como ponto de apoio para as novas áreas de expansão agrícola, além de

fortalecer seu papel como centro comercial do estado. A expansão agrícola em direção ao norte proporcionou a Anápolis o incipiente desenvolvimento do comércio atacadista que, se tornaria no futuro uma de suas maiores funções regionais. Faissol (1952) nos lembra que o suporte dado à CANG por Anápolis efetivou a condição de entreposto regional e de pioneirismo de ocupação da região do Mato Grosso Goiano. Comprovam essa liderança, o fato de em 1940, Anápolis concentrar 10,6% dos estabelecimentos comerciais atacadistas e 7% dos varejistas do estado (IBGE, 1952).

O comércio atacadista se estruturou em duas frentes. Uma pautada na distribuição das mercadorias vindas do sudeste para o comércio local, distritos e demais cidades da região. A outra especializava-se em armazenar os produtos agrícolas das diversas regiões produtoras de gêneros agrícolas para serem exportados pela ferrovia. Esta última, a seu tempo, contribuiu para o incremento de indústrias de beneficiamento que, por consequência, permitiu agregar valor aos produtos de Anápolis e região, além de reduzir o volume a exportar.

Aqui dois pontos são importantes de se ressaltar, o primeiro é que o comércio, tanto atacadista quanto varejista sempre foram destaque na economia anapolina, e segundo que esse beneficiamento dos produtos que chegavam da CANG e de outros locais para serem despachados via ferrovia, fortalecia a indústria primitiva de Anápolis.

Nesse ínterim, o comércio varejista já estava estabelecido tanto para os produtos manufaturados vindos do sudeste, quanto para os produtos da indústria local em crescimento. Essa tendência fortaleceu o papel de Anápolis como um importante polo comercial para atender à demanda regional, além de estimular a diversificação da indústria local (CUNHA, 2009). Segundo França (1974, p. 657), havia bons motivos para o desenvolvimento da indústria local acontecer:

A existência de matérias-primas a baixo custo, aliada a um mercado local potencialmente consumidor, favoreceu a instalação de um incipiente setor industrial de transformação, com produção de relativo alcance regional. Com maior importância destacam-se: selarias, sapatarias, ferrarias, fábricas de bebidas, etc.

De modo que em 1950, conforme aponta Cunha (2009), Anápolis tinha sua importância econômica em Goiás estabelecida. Sua função de conectar a região do Mato Grosso Goiano com as regiões dinâmicas do país, bem como, com o centro norte do estado e com todo o interior do país, estava bem definida. Além disso, o setor de armazenagem e beneficiamento de produtos agrícolas, especialmente café e arroz, estava assentado em bases sólidas. Assim, como também estava bem estruturada a atividade comercial. O setor industrial, que nesse

período, segundo Castro (2004, p.22):

[...] era constituído de pequenas empresas para o atendimento de necessidades mais prementes da população, na sua maioria operando nos ramos alimentícios e transformação mineral não metálica. Anápolis passa a ter 44 indústrias entre elas 6 marcenarias, 3 cerâmicas, 7 máquinas de beneficiar arroz e café, 1 para beneficiar algodão, 5 funilarias, 2 casas de torrefação de café, 10 ferrarias sendo 4 para galvanização de armas, 1 fábrica de bebidas, 3 tinturarias entre outras. [...]. Em 1950 foi inaugurada a primeira fábrica de refrigerante aqui em destaque pela qualidade da água do subsolo [...].

O fato é que apesar de Anápolis, em 1950, contar com importante atividade comercial e uma relativa atividade industrial, a agricultura, pecuária e silvicultura continuavam sendo as principais atividades econômicas da população do município. Mas, a indústria de transformação e prestação de serviços já vinham se destacando e ocupando o segundo e terceiro lugares respectivamente, conforme se pode verificar na tabela 7 que apresenta o número de pessoas presente nos respectivos ramos de atividade:

Tabela 7 - Anápolis, pessoal ocupado segundo o ramo de atividade - 1950

Ramo de atividade	Pessoas ocupadas (10 anos e mais)	%
Agricultura, pecuária e silvicultura	9 422	63
Indústrias extrativas	25	0,2
Indústrias de transformação	1 678	11
Comércio de mercadorias	934	6,2
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização	107	0,7
Prestação de serviços	1 498	10
Transportes, comunicações e armazenagem	794	5
Profissões liberais	122	0,8
Atividade sociais	308	2
Administração pública, legislativo e Justiça	140	1
Defesa Nacional e Segurança Pública	46	0,3
Total	15 074	100

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, jan. 1958 – adaptado pela autora.

Conforme se pode observar, do número total de pessoas ativas, 63%, se ocupavam no setor primário. O setor terciário (incluindo comércio, serviços e transportes), como era de se esperar, ocupava o segundo lugar empregando 21,9% da população. E o setor secundário empregando apenas 11,2%. Contudo, quando se observa os dados dos ramos de atividade de forma individualizada, a indústria de transformação, em 1950, já se destacava quanto ao número de pessoas ocupadas ficando em segundo lugar neste quesito com 11% dos empregos.

Segundo informações obtidas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada em janeiro de 1958 o número de pessoas ocupando-se nas atividades da indústria de

transformação só aumentava, isto porque, a atividade industrial predominante neste período em Anápolis era a indústria de transformação e beneficiamento de produtos agrícolas e a de transformação de produtos não metálicos e de construção civil. Esse documento também ressalta o destaque da indústria alimentícia para a atividade industrial de transformação anapolina desde a década de 1950:

Segundo os dados do Registro Industrial, referente a 1955, a maior percentagem dos vários sub-ramos da indústria de transformação **coube à indústria de alimentação, que contribuiu com 78% do total do valor da produção anapolina**, cabendo os 22% restantes a diversas outras espécies. Em 1956, o valor total somou 608 milhões, apresentando-se discriminadamente, para o qual a de **produtos alimentícios contribuiu com 492 milhões**, a de produtos químicos e farmacêuticos com 17 milhões, a de transformação de minerais não metálicos, com 13 milhões. (EMB 1958, p. 31. Grifo nosso)

Em síntese, concordamos com França (1974) quando destaca que a condição de entreposto comercial favoreceu o dinamismo dos setores comerciais varejista e atacadista e estes, no que lhes diz respeito, proporcionou a multiplicação dos estabelecimentos industriais de beneficiamento dos principais produtos da agricultura da região. As empresas atacadistas se ocupavam tanto de abastecer os estabelecimentos retalhistas locais quanto o comércio de outras cidades. As indústrias contribuíram para agregar maior valor aos produtos e redução do volume a exportar. O dinamismo de tais atividades podem ser observado na tabela 8, a seguir:

Tabela 8- Anápolis, unidades comerciais e de indústrias de beneficiamento de 1935-1948

Unidades comerciais	1935	1942	1948	% crescimento
Estabelecimentos varejista	53	110	339	539,6
Estabelecimento atacadista	3	6	49	1 533,3
Indústria de beneficiamento	8	18	25	212,5

Fonte: França, 1974. Percentual trabalhado pela autora.

Contudo, a partir da década de 1950, Anápolis passou a enfrentar importantes desafios no que se refere a sua função regional. Estes, inclusive, colocaram em xeque a importância regional alcançada pela cidade no contexto econômico goiano. Dentre estes, cita-se a construção da capital federal e a opção dada ao transporte rodoviário desde então. A construção de Brasília, conforme destacou Luz (2001), fez de Anápolis base de abastecimento e apoio para a população, técnicos e demais trabalhadores que erguiam a nova capital, o que estimulou todos os setores da economia anapolina, isto porque:

[...] na época da construção de Brasília, a principal via de transporte do centro-sul de Goiás era a ferrovia, por onde se transportavam as mercadorias e passageiros destinados à nova capital. Esse movimento refletiu positivamente em Anápolis, antes

mesmo de iniciarem as obras, pois novamente a cidade ia valer-se uma vez mais de sua condição de suporte para a construção de mais uma capital [...] (CUNHA, 2009, p. 73).

Entretanto, a construção da capital numa região de baixa densidade populacional e viária, exigiu a construção de um amplo sistema de transportes, que dada a conjuntura política mundial da época, forçou a opção pela modalidade rodoviária³⁸. O rodoviarismo foi de extrema importância para estreitar as relações econômicas das principais cidades goianas com o centro econômico do país e também para estimular a ampliação da rede de transporte da própria região. O transporte rodoviário, igualmente favoreceu o fortalecimento comercial de Goiânia que, na década de 1950, apresentou significativo crescimento no comércio varejista enquanto Anápolis apenas mantém o que já existia³⁹.

Essas situações trouxeram como consequência a perda de hegemonia de Anápolis, como principal centro econômico do estado, sobretudo, no que se refere ao comércio varejista. Em decorrência da concorrência com as duas capitais, Goiânia e Brasília, fez Anápolis buscar a modernização da atividade comercial, que resultou na especialização comercial de cunho atacadista o que conforme destacou Luz (2001), foi a saída para mitigar a concorrência com as mencionadas capitais. A autora aponta ainda que a medida que o comércio atacadista local buscava-se adequar a realidade pode-se perceber a constituição de dois ramos do comércio atacadista: tradicional e o moderno⁴⁰.

É preciso mencionar ainda outro impacto produzido pela construção de Brasília a Anápolis. Este diz respeito ao significativo incremento populacional e urbano experimentado pela cidade. Os dados demonstram que a população de Anápolis saiu de 50.338 habitantes em 1950 para 105.121 em 1970, o que representa um acréscimo de 108,83% em apenas 20 anos. Outro dado importante revelado pelos dados desse período é que a partir da década de 1960 houve a inversão quanto ao local de moradia da maioria da população anapolina. Dos 68,732 habitantes de Anápolis 48.947 deles moravam na cidade, isto é, 71,21% da população anapolina era urbana em 1970.

O incremento populacional, especialmente o urbano, além de ter promovido a

³⁸ Um dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial foi a transferência da hegemonia mundial da Inglaterra para os Estados Unidos da América. Um dos impactos desta para o Brasil foi a mudança na orientação dos meios de transporte no país. Isto porque, enquanto o sistema de transportes brasileiro estava orientado pelo capital inglês investiu-se nas ferrovias. A partir da mudança na hegemonia do capital mundial passou-se a priorizar o transporte rodoviário para atender as demandas dos capitais norte-americano, mesmo esta não sendo a melhor opção para o país.

³⁹ Para mais detalhes sobre o setor terciário no estado de Goiás consultar Salgado, 2017.

⁴⁰ Em linhas gerais os atacadistas tradicionais são aqueles que atendem predominantemente o comércio varejista local. E o atacadista moderno ou também chamados de distribuidores têm maior rol de clientes para além da cidade. Para mais detalhes consultar Luz, 2001).

expansão urbana de Anápolis forçou a implantação de importantes infraestruturas básicas na cidade como rede de água e esgoto, energia elétrica, pavimentação de vias e abertura das principais avenidas que cruzam a cidade de norte a sul como as avenidas Brasil, Universitária e avenida Presidente Kennedy. E de leste a oeste, como Jamel Cecílio, Ana Jacinta e a avenida Mato Grosso (CUNHA, 2009). Ademais a expansão da população urbana criava um potencial mercado consumidor e de mão de obra para as atividades econômicas tipicamente urbanas, isto é, do setor secundário e terciário.

Mesmo Anápolis enfrentando desafios quanto sua importância na economia regional goiana, a atividade industrial vinha se mostrando crescente. Aquela atividade que surge tímida e financiada pelo capital local vai ganhando destaque em número de estabelecimentos, pessoal empregado e valor da produção. Como se pode verificar no gráfico 4, nenhuma indústria foi recenseada em Anápolis censo industrial de 1920, mas a partir de então a quantidade de estabelecimentos industriais e o número de pessoal ocupado se mostram crescente (gráfico 4), anunciando o potencial industrial da cidade⁴¹.

Gráfico 3 - Anápolis, número de indústrias de 1920 a 1970

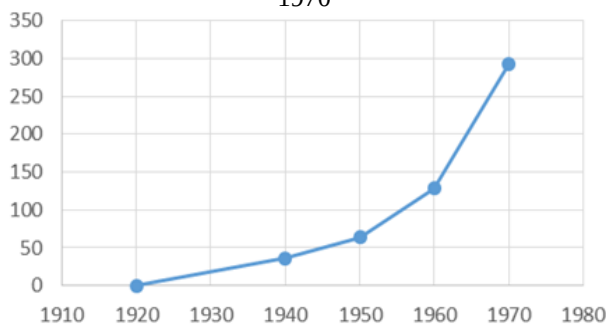
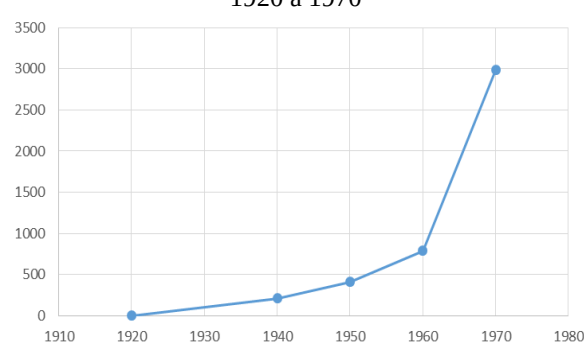


Gráfico 4 - Anápolis, pessoal ocupado na Indústria de 1920 a 1970



Fonte: censos IBGE (1920, 1940, 1950, 1960, 1970)

No censo industrial de 1940, gráfico 3, foram recenseados 36 estabelecimentos industriais em Anápolis, superando o número de estabelecimentos dos municípios de Catalão e Ipameri, que tinham o maior número de indústrias em 1920. Concorde-se com Arriel (2017) quando este afirma que a dinâmica espacial da indústria goiana está diretamente atrelada aos eventos se concentraram no centro goiano a partir de 1930 como a chegada dos trilhos, a construção das capitais, a implantação CANG e, sobretudo, da implantação de infraestrutura de transporte. É o que explica, segundo o referido autor, a concentração inicial das indústrias em

⁴¹ O censo industrial de 1940 e 1950 ainda não apresenta os dados dos estabelecimentos industriais por segmento industrial, classe e gênero desagregados por município, o que não permitiu delinear a tipologia industrial predominante em Anápolis nestas décadas.

Catalão e Ipameri por terem sido as primeiras cidades a receberem os trilhos. E posteriormente terem se deslocado para Anápolis.

O censo industrial de 1950 revela o destacado papel de Anápolis nesse contexto, ver tabela 9. Os dados do recenseamento demonstram que a cidade assumiu a liderança no valor da produção industrial do estado, representando 25,45% do total produzido pelo setor. Em termos de número de estabelecimentos industriais, foram contabilizados 64, posicionando Anápolis logo atrás de Goiânia. O mesmo padrão é observado em relação ao pessoal ocupado. A partir desse momento, Anápolis começou a se firmar como uma importante cidade industrial em Goiás.

Municípios	Estabelecimentos industriais	Pessoal ocupado	Valor da produção
Anápolis	64	409	126 036
Catalão	21	60	23 294
Goiânia	114	715	37 580
Ipameri	27	319	52 897
Pires do Rio	31	167	50 124
Rio Verde	22	99	3 606
Demais municípios	458	2 685	201 657
Estado	737	4 454	495 194

Tabela 9 - Municípios goianos com mais de vinte estabelecimentos industriais em 1950

Fonte: CENSO industrial 1950, IBGE.

A partir da década de 1950, uma característica marcante da indústria goiana começou a se evidenciar. Dos 77 municípios existentes em Goiás, apenas seis contavam com mais de vinte estabelecimentos industriais, concentrando 37,85% do total do estado (IBGE, 1950).

Desses municípios, Goiânia e Anápolis se destacavam, concentrando 61,59% das indústrias, além de possuírem o maior número de pessoal ocupado. Essa concentração industrial pode ser atribuída aos desdobramentos dos eventos ocorridos a partir da década de 1930, que se materializaram de forma notável na região central de Goiás.

Como exemplo desse processo destaca-se a fábrica da Companhia Goiana de Tecelagem e Fiação de Algodão, inaugurada em 1951, figura 16, que estava localizada na Vila Jaiara, extremo norte da cidade de Anápolis. Essa vila ficava localizada na entrada da cidade para quem chegava de Jaraguá, da CANG e de todo norte do estado de Goiás. Distante 6 km do centro, essa indústria promoveu uma urbanização descontínua para o norte da cidade, com desenvolvimento de comércio local.

Figura 16 - Antiga fábrica da Companhia Goiana de Tecelagem e Fiação de Algodão, em duas perspectivas, no princípio do processo histórico de efetivação da indústria têxtil no município (1951)



Fonte: Museu histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho”

Na década seguinte, Anápolis manteve sua posição de liderança em relação ao Valor da Produção Industrial (VPI) em Goiás. Em 1960, o município alcançou o valor de Cr\$ 1.136.364 na produção industrial, enquanto Goiânia, em segundo lugar, registrou Cr\$ 830.164. Esse dado é significativo, considerando que, apesar de Anápolis possuir um número menor de estabelecimentos industriais (128) e menos pessoas empregadas na indústria (790) em comparação com Goiânia (150 estabelecimentos e 1.110 pessoas empregadas), o VPI superior de Anápolis sugere que sua indústria já era de porte maior e apresentava boa produtividade.

O censo industrial de 1960, tabela 10, ao apresentar o número de estabelecimentos com suas respectivas classes e gêneros industriais por município permitiu traçar o perfil das indústrias em Anápolis, na referida década. Onde se percebe o predomínio da indústria alimentícia com 41,41 % das indústrias, seguida pela indústria de madeira e mobiliário que juntas 14,84% e de minerais não metálicos com 10,94%. É possível verificar também que havia simetria entre perfil industrial de Anápolis e o do estado como um todo, as indústrias goianas de maior número eram as mesmas das anapolinas, o que permite inferir a importância desse município para Goiás.

Arriel (2017) lembra, que nessa época tanto a indústria goiana quanto a anapolina produziam apenas o que não compensava produzir nas regiões mais industrializadas no país. Ademais, pode-se notar que a indústria anapolina vinha mantendo o perfil produtivo dos primeiros anos de seu desenvolvimento, isto é, vinculava-se essencialmente às atividades agrícolas do município e região em que se inseria e voltava-se ao atendimento do mercado consumidor local e regional.

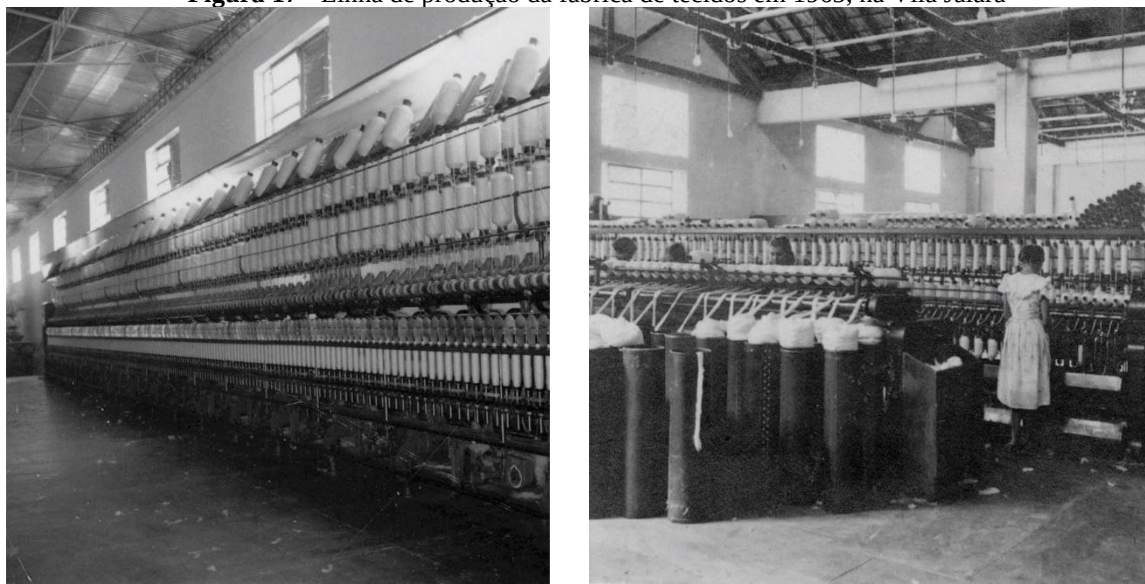
Tabela 10 – Estabelecimentos por classe e gênero de indústria - 1960

Classe e gênero de indústria	Goiás	%	Anápolis	%
Indústrias extrativas de produtos minerais	27	1,65	2	1,56
Indústrias de transformação	1 596	98,34	126	98,44
Minerais não metálicos	368	22,67	14	10,94
Metalúrgica	25	1,55	8	6,25
Mecânica	1	0,06	1	0,78
Material elétrico e de comunicação	1	0,05	1	0,78
Material de transporte	18	1,12	7	5,47
Madeira	176	10,85	4	5,12
Mobiliário	115	7,08	15	11,72
Papel e papelão	1	0,06	0	0
Borracha	0	0	0	0
Couro, peles e similares	53	3,26	5	3,91
Químicas	2	0,12	0	0
Produtos farmacêuticos e medicinais	0	0	0	0
Produtos de perfumaria, sabões e velas	5	0,31	0	0
Produtos de materiais plásticos	0	0	0	0
Têxtil	3	0,18	1	0,78
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	112	5,91	8	6,25
Produtos alimentares	660	40,66	53	41,41
Bebidas	23	1,42	3	2,34
Fumo	0	0	0	0
Editorial e gráfica	27	1,56	6	4,69
Diversas	6	0,37	0	0
Total	1 623	100	128	100

Fonte: Censo Industrial, 1960, IBGE.

A constatação acima permite concordar com Freiras (1995), quando este aponta que a agroindústria em Anápolis surgiu como uma estratégia de investimento adotada por diversos empresários locais, que identificaram as oportunidades de lucratividade em um mercado consumidor ainda em estágio inicial, especialmente numa época em que não havia por parte do governo goiano apoio sistematizado e específico ao setor. Como exemplo da agroindústria, pode-se observar como era realizado o trabalho no interior da fábrica, figura 17 a transformação de algodão produzido na região próxima a Anápolis.

Figura 17 - Linha de produção da fábrica de tecidos em 1965, na Vila Jaiara



Fonte: Museu histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho”

Nesse ínterim, a indústria anapolina seguiu se desenvolvendo fornecendo bens industrializados para a população local, para a população das capitais, Goiânia e Brasília, e para os canteiros de obras destas. E também, não menos importante, seguiu transformando os produtos agrícolas do norte goiano e, concomitantemente, fornecendo-lhes produtos manufaturados.

A respeito do fornecimento de materiais para as obras em Goiânia e Brasília, destaca-se o papel da Vila Fabril e as suas várias cerâmicas. Na figura 18a, é possível observar a fachada da Cerâmica Induspina, uma das mais importantes de Anápolis. Na figura 18b, vê-se a produção de tijolos no interior da fábrica. Produção essa que era enviada para as obras da cidade e das cidades no entorno, inclusive as capitais.

Figura 18a - Cerâmica Induspina, sem data



Figura 18b - Trabalhadores em uma cerâmica, sem data



Fonte: Museu histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho”

Os dados demonstram o crescimento da atividade industrial em Anápolis ao longo dos anos. E nesse percurso é importante reiterar a importância do encadeamento dos diversos fatores, mencionados anteriormente, que propiciaram tal feito. Importante também foi a atuação da classe dirigente local que desde os anos de 1930 procuravam unir os empresários locais em prol do desenvolvimento econômico do município. O que foi exitoso e pode ser ilustrado pela realização da primeira feira industrial de Anápolis em 1969, a FAIANA.

A primeira feira industrial em Anápolis, foi organizada pela então Associação Comercial de Anápolis e pela Associação Industrial de Anápolis, mais tarde ACIA, em parceria com outras entidades empresariais locais. O objetivo principal da feira era promover o desenvolvimento industrial e econômico da região, fornecendo um espaço para as empresas locais exibirem seus produtos e estabelecerem contatos comerciais. Além disso, a feira tinha como propósito atrair investidores e fomentar o comércio na cidade. Foi um evento importante para impulsionar o setor industrial em Anápolis e fortalecer a economia local (ASMAR, 2011).

Especialmente, a indústria anapolina encontrava-se dispersa, como dito anteriormente, e cada vez mais diversificada. Outro ramo de destaque foi a indústria de carnes. Na figura 19a, percebe-se que iniciou-se uma aglomeração urbana no entorno do Frigorífico Goiás, que mais tarde se tornaria a empresa denominada JBS⁴². Na figura 19b, é possível observar as primeiras instalações dessa indústria, localizada também na Vila Fabril, assim como as cerâmicas.

Figura 19a - Vista aérea da Vila Fabril com frigorífico no centro da imagem, sem data



Fonte: Arquivo Pessoal Júlia Bueno

Figura 19b - Instalações do frigorífico na Vila Fabril



Fonte: Museu histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho”

⁴² Para mais sobre a JBS, consultar Aurélio Neto (2018).

Em síntese, nota-se que na década de 1960, apesar do contínuo crescimento da atividade industrial, a economia anapolina, tanto quanto a goiana, continuava predominantemente dependente das atividades econômicas ligadas ao setor primário e terciário, conforme se pode observar nos dados da tabela 11. Em contrapartida, como vimos, foi a partir desse decênio que os governos de Goiás passaram a orientar suas ações por meio políticas de planejamento, quando o Plano de Desenvolvimento de Goiás – PDEG, ou simplesmente, Plano Mauro Borges – Plano MB, se tornou referência no que se refere a administração pública em Goiás.

Tabela 11 - GOIÁS: participação dos setores da economia na composição da renda interna em 1960

Setores econômicos	Composição da renda interna (%)
	Goiás
Primário	57,10
Secundário	5,3
Terciário	37,17

Fonte: IBGE, 1960

A partir desse plano que se tornou, nas palavras de Costa (1987), o marco da experiência goiana em planejamento articulado, os governos goianos “sensibilizaram-se para a valiosa relação entre desenvolvimento e planejamento” (COSTA, p. 20, 1987). Um dos principais objetivos do plano MB era desenvolver um plano econômico que possibilitasse um aumento da participação da economia goiana no cenário nacional nos anos seguintes. Para alcançar esse objetivo, era crucial integrar os planos econômicos regionais aos planos nacionais, e essa tarefa foi realizada com excelência por Mauro Borges, posto que, este foi concebido inspirado no Plano de Metas do governo JK (Cunha, 2009).

Com vistas a alcançar tais objetivos, o setor industrial de Goiás passou a receber maior atenção por parte dos governos. A industrialização tornou-se a atividade a ser impulsionada pelas estratégias de desenvolvimento, marcando uma mudança significativa em relação a períodos anteriores em que esse setor não recebia tamanha atenção por parte das políticas públicas e seu crescimento ocorria de forma “espontânea”. Tal mudança, vai incidir positivamente sobre a indústria de Anápolis, em virtude de ter sido escolhida para sediar o primeiro distrito industrial da política de industrialização goiana, conforme será explorado a seguir.

3.2 A industrialização recente em Anápolis de 1970 aos dias atuais

O processo de definição e de implementação do DAIA na cidade de Anápolis resultou de um conjunto de fatores dentre os quais destacamos o período político-econômico do país, o interesse do Governo de Goiás em promover a industrialização no estado e ainda o esforço da classe dirigente anapolina, somado às vantagens da localização geográfica e a importância econômica assumida pela cidade ao longo do tempo.
(CUNHA, 2009, p.126)

O processo de industrialização de Anápolis apresentou duas fases distintas, uma que se estendeu de meados do século XX até a década de 1970, marcada pela ausência de políticas governamentais específicas para o setor. E outra, que se iniciou a partir de 1970 e se estende até os dias atuais, assinalada pela presença marcante do Estado como promotor do setor.

Na primeira fase, vimos que o encadeamento de diversos fatores externos e internos à Anápolis, como os citados por Cunha (2009) na epígrafe acima, propiciaram o florescimento da atividade industrial nesta cidade, a qual era rudimentar e voltada para atender as necessidades da população local e para o beneficiar os produtos agrícolas dos municípios vizinhos que chegavam a Anápolis, para depois de beneficiados, serem exportados pela ferrovia. A indústria nascente respondia ao dinamismo da agropecuária, atividade econômica dominante nesse contexto.

Com o passar do tempo a indústria anapolina, que surge de forma tímida e financiada pelo capital local, foi alcançando destaque no cenário econômico do município e do estado, reforçando a importância regional desta cidade. O que pode ser comprovado pelos dados, apresentados anteriormente pelos censos industriais, do crescimento do número de estabelecimentos, de pessoal ocupado e do valor da produção no setor ao longo do tempo. O que fez com que Anápolis alcançasse na década de 1960 o primeiro lugar, com 20,28% do Valor da Transformação Industrial, no estado (IBGE, 1960).

A partir de 1970, não só a indústria anapolina como a de todo estado entra, no que podemos chamar, numa nova fase, em razão desse setor passar a contar com o incondicional apoio do Estado, reflexo das políticas do governo que passaram a se desenvolver, conforme visto no capítulo anterior. Nesse contexto, Anápolis dadas condições urbanas, políticas e, sobretudo, socioeconômicas foi grandemente favorecida, visto que, foi escolhida para sediar o primeiro distrito industrial do estado, o Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, que se tornou ícone da política de industrialização goiana, pautada na criação de polos agroindustriais.

A política de industrialização desenvolvida por Goiás, trouxe significativos ganhos econômicos para o estado, mudando inclusive, o perfil da economia do estado, que passou a contar com maior participação do setor secundário na economia e no PIB industrial do país conforme foi apresentado ainda neste capítulo. Para Anápolis, que ao sediar o primeiro distrito

industrial de Goiás e ao contar com o apoio irrestrito dos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, apresenta ganhos em termos gerais, que foram consideravelmente significativos (como veremos no tópico 3.2.1).

Contudo, nos desafia analisar a configuração industrial de Anápolis atualmente, tanto a sediada no Distrito Agroindustrial de Anápolis, quanto a dispersa pelo município. Caracterizar a tipologia industrial atual do distrito e das demais indústrias dispersas pela cidade a fim de traçar o perfil industrial do município como um todo.

Não menos importante se coloca o desafio de analisar o impacto da atuação do Estado, por meio das políticas de industrialização, para o desenvolvimento do setor industrial de Anápolis. Verificar em que medida as políticas de industrialização promoveram as indústrias concentradas no DAIA e as dispersas pelo município.

E por fim averiguar quais dessas indústrias possuem maior ou menor conexão com o perfil econômico do estado e que têm possibilidades de gerarem maiores encadeamentos econômicos. Para tanto, procedemos à caracterização da plataforma industrial do Distrito Agroindustrial de Anápolis e das demais indústrias dispersas pelo município.

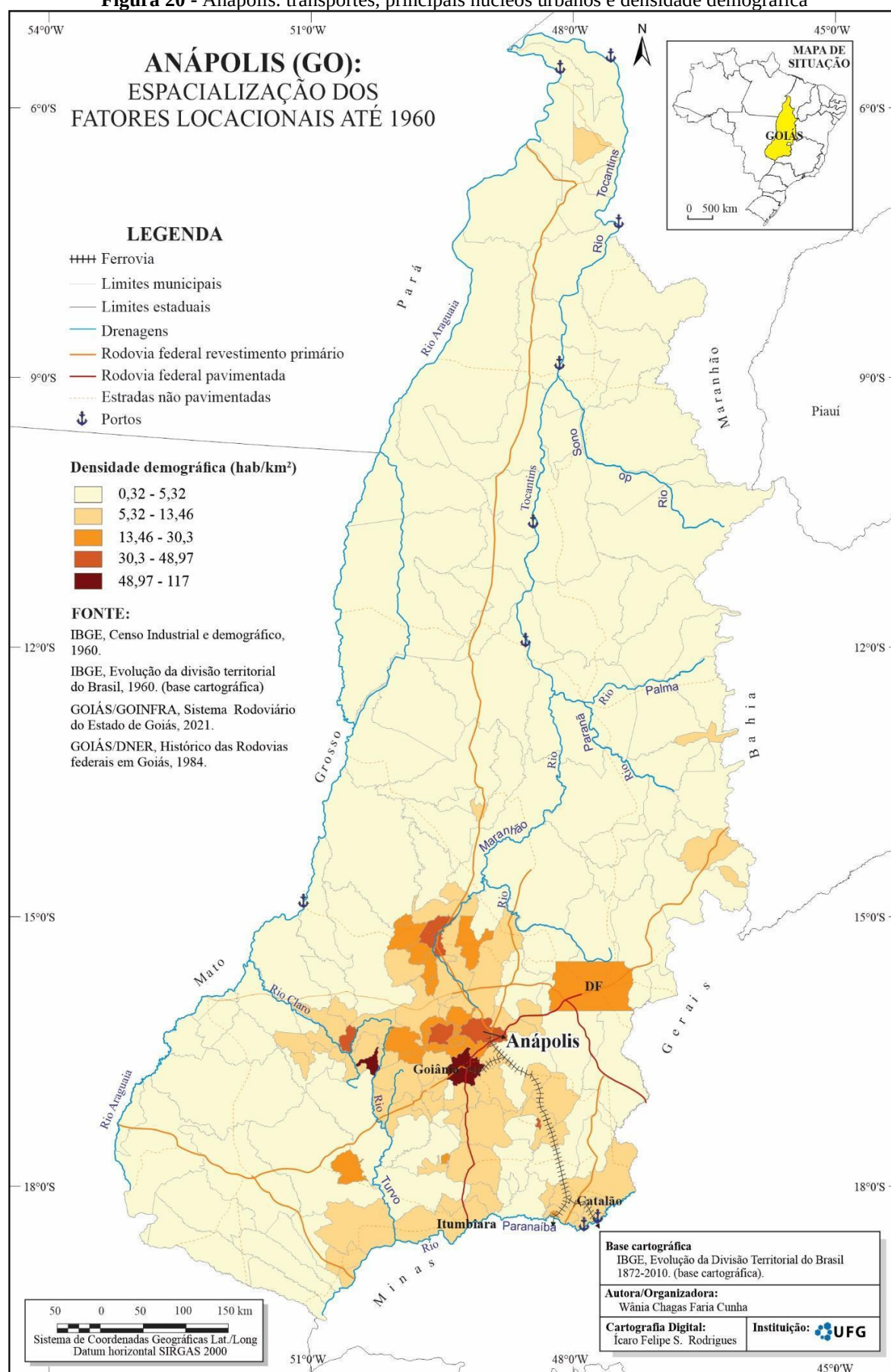
3.2.1 - Concentração e plataforma industrial do DAIA

Anápolis, como vimos, se destacou economicamente no cenário regional goiano desde os primórdios de sua constituição enquanto cidade. Foi favorecido por diversos eventos de caráter estadual e nacional (ferrovia, construção das capitais, Marcha para o Oeste). Contribuiu para isso o fato de Anápolis está localizado estrategicamente na região do Centro Goiano:

Esta região do estado foi ao longo do tempo acumulando as condições econômicas e urbanas necessárias para conduzir o processo de industrialização em Goiás, no qual a inauguração do DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis, em 1976, foi a maior expressão (CUNHA, 2009, p. 121)

Anápolis saiu na frente, porque além de ser historicamente, a cidade mais desenvolvida economicamente nesta região, encontra-se no entroncamento das principais vias de transporte rodoviário, dispõe do transporte ferroviário se localiza na zona de maior densidade urbana por estar desde o pretérito entre os principais núcleos urbanos de Goiás, (Cidade de Goiás, Pirenópolis, Silvânia e Luziânia) e a atualidade entre as capitais (Goiânia e Brasília) o que permite a constituição de um importante mercado consumidor e de mão de obra conforme ilustrado pela figura 20 (mapa localizando Anápolis: transportes, principais núcleos urbanos e densidade demográfica).

Figura 20 - Anápolis: transportes, principais núcleos urbanos e densidade demográfica



Fonte: IBGE, 2022.

Assim sintetiza Cunha (2009, p. 126):

Neste ínterim, Anápolis, ao longo do tempo, se constituiu numa das cidades mais desenvolvidas e importantes do estado, dadas as funções econômicas que assumiu desde as primeiras décadas do século XX no processo de desenvolvimento e incorporação de Goiás à economia nacional. Apostando nas particularidades locais – localização estratégica e na tradição econômica – Anápolis foi a cidade escolhida para dar início à política de industrialização do estado de Goiás, via distrito industrial.

Embora em Anápolis se encontrasse diversos atributos necessários para iniciar a política de industrialização pautada na implantação de distritos industriais, faltava algo mais (KOSSA, 2006). Mesmo que, em 1950, Anápolis já possuísse indústrias de grande importância que atendiam às necessidades da população local, (ver tabela 3, no tópico 3.1) nenhuma delas tinha força suficiente para, sozinhas, alavancar a criação de um distrito industrial em Anápolis ou se tornar a atividade representativa deste. Diante dessa constatação

O então governador do Estado de Goiás, Leonino Caiado [...] percebeu que só essas condições, digamos, “naturais”, não seria suficientes para a melhoria da economia do município e consequente progresso daquela importante região do Estado. Observando as políticas públicas adotadas em outros estados do País, ele começou a discutir com lideranças da área [...], até que foi alcançado um ponto de referência comum, que seria o esboço da Lei 7.700/73 (KOSSA, 2006, p.19).

Assim, no governo de Leonino Ramos de Caiado (1971-1975), dava-se início à política de industrialização de Goiás, uma vez que, a implementação da Lei 7.700/73 foi uma importante providência de caráter prático no sentido de impulsionar a atividade industrial goiana. A implementação da Lei 7.700/73 foi, sem dúvida, a medida mais significativa para a industrialização do estado e consequente criação do DAIA, trazendo consigo uma série de ações como isenções fiscais, concessão de benefícios (por mais de cinco anos) e o estabelecimento de infraestrutura e incentivos para atrair novos investimentos para o estado de Goiás. Além da criação da referida lei, Cunha (2009, p. 122), nos lembra de outra importante ação do Estado:

Em segundo lugar de importância veio a necessidade de criar a Superintendência de Distritos e Áreas Industriais, que mais tarde deu lugar à Companhia dos Distritos Industriais de Goiás, pela Lei 7.766, de 20/11/73, a atual – GOIASINDUSTRIAL – responsável por expandir as atividades agro-industriais. Esta instituição ficou responsável por mapear as diversas regiões do estado, observando as potencialidades econômicas e sociais de cada sub-região de Goiás, visando à implantação de distritos, o que representou uma nova fase para a industrialização goiana.

A autora destaca ainda que, com o objetivo de impulsionar a política de industrialização, a GOIASINDUSTRIAL deu início ao processo de seleção das cidades que abrigariam os primeiros distritos. A escolha das cidades foi criteriosa e estratégica pois a referida política tinha como objetivo a “estimular o desenvolvimento das potencialidades de cada região goiana e espalhar focos de industrialização e de infraestrutura por todo estado”

(CUNHA, 2009, p. 125). Dentre as cidades mais cotadas, para sediar os primeiros distritos, além de Anápolis, estavam: Catalão, Itumbiara e Gurupi.

O projeto de industrialização de Goiás foi ambicioso, inicialmente planejou-se a implantação de 42 distritos agroindustriais em várias regiões do estado⁴³. Este projeto encontrou respaldo nas diretrizes nacionais presentes no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que estimulava o desenvolvimento industrial no país como um todo. No caso de Anápolis, não menos importante foi o empenho da classe dirigente local, a qual tinha “tradição para os negócios” (KOSSA, 2006, p. 19). Comprovam essa premissa a fundação da Associação Comercial de Anápolis em 1936 e a Associação Industrial de Anápolis em 1958, as quais se fundiram em 1971 passando a se chamar ACIA – Associação Comercial e Industrial de Anápolis.

Assim, ainda no governo de Irapuan Costa Júnior (1975-1978), que tinha o plano de governo alinhado às políticas nacionais de desenvolvimento e valendo-se da proximidade pessoal com o então presidente da república, Ernesto Geisel (1974-1979), inaugurou-se o DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis – em 9 de novembro de 1976. No evento de inauguração do distrito, assim se pronunciou o então presidente da república:

Acima de tudo, o DAIA é uma consequência da integração existente entre o Governo Federal, as Diretrizes do Governo Estadual e a Goiasindustrial, que se superpõem corretamente, pois é “pela conjugação dessas três ordens do poder, pelo somatório dos seus planejamentos, que nós conseguimos realizar alguma coisa neste País anda de todo carente”, como sentenciou o Presidente GEISEL ao inaugurar o novo marco da industrialização de Goiás (Goiás Industrial, Goiânia, Ascom, Nov./Dez, 1976, p. 7)

Para ilustrar a citação acima cabe apresentar a figura 21, que mostra o descerramento da placa de inauguração do DAIA.

Figura 21 - Ernesto Geisel descerrando a placa de inauguração do DAIA



Fonte: Goiás Industrial, Goiânia, Ascom, Nov./Dez, 1976.

⁴³ Em Cunha 2009, encontra-se os 42 distritos agroindustriais especializados pelo território goiano.

Ao descerrar a placa inaugurando oficialmente a infra-estrutura da primeira etapa do Distrito Agro-Industrial de Anápolis-DAIA, no dia 9 de novembro do corrente ano, o Presidente da República, general Ernesto Geisel, foi enfático em sua fala: “Vim para inaugurar o Distrito Agroindustrial de Anápolis, que se erige nas vizinhanças de Anápolis e constitui um marco essencial, de relevante importância para o desenvolvimento não só da cidade, mas de toda a região e quiçá do Estado de Goiás” (Goiás Industrial, Goiânia, Ascom, Nov./Dez, 1976, p. 5).

Era notório a importância dada ao processo de industrialização de Goiás e o empenho dos poderes (federais, estaduais, municipais) e da classe econômica local em prol do DAIA. Em reportagem publicada pela Revista Goiás Industrial, em novembro de 1976, ressaltava-se que desde os estágios iniciais do planejamento e concepção do DAIA, a GOIASINDUSTRIAL, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás e a comunidade empresarial de Anápolis, representada pela Associação Comercial e Industrial local, estiveram presentes e comprometidas com a realização desse empreendimento.

O governador Irapuan Costa Júnior, que tinha a implantação do DAIA como prioridade dentro das Diretrizes Gerais e Setoriais de ação de seu governo, demonstrou compromisso absoluto com o projeto colocando toda a estrutura do estado a disposição para que se concretizasse o projeto industrializante de Goiás, a ser iniciado pelo referido distrito. Este, por sua vez, pode contar com firme apoio do governo federal por meio do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília com repasses via SUDECO, e com recursos financeiros do BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico⁴⁴.

Na inauguração, o então distrito, contava com toda infraestrutura básica implantada pela GOIASINDUSTRIAL, a citar: m 80 mil metros quadrados de vias asfaltadas; sistema de saneamento para águas pluviais; sistema de esgoto sanitários; sistema de abastecimento de água; linhas próprias de transmissão de energia elétrica, partindo diretamente da Subestação Anhanguera em Goiânia; sistema de telefonia, interligado ao sistema de Anápolis. Além de serviços de apoio como setor administrativo, corpo de bombeiros, posto de saúde, setor de carga e armazenamento, distritos de vigilância, setor de serviços entre outros (Goiás Industrial, Goiânia, Ascom, Nov./Dez, 1976, p. 6).

O próximo passo era promover a ocupação industrial do distrito. A lei 7.700/73 previa, em seu artigo 2º, parágrafo 3º, que a prioridade deveria ser dada às indústrias que apresentassem importância econômica para o desenvolvimento do estado e que consumissem volume considerável de matéria-prima regional, entre outros. Visava-se com isso, promover maior aproveitamento e agregar valor aos produtos exportados predominantemente *in natura*,

⁴⁴ Em Cunha (2009) encontra-se o detalhamento dos diversos outros incentivos e benefícios destinados à implantação do DAIA.

conforme exposto na reportagem da Revista Goiás Industrial:

Um dos motivos que levam o Estado ‘de Goiás’ a estimular a implantação de parques industriais é o elevado ônus da importação de outros Estados, das matérias-primas produzidas por ele, mas industrializadas pelos outros. Entre esses motivos vale ainda destacar o crescente mercado consumidor representado pela região e a facilidade de se atingir com custos mais baixos, a partir de Goiás, toda a vasta parcela representada pela norte e oeste do país (Goiás Industrial, Goiânia, Ascom, Nov./Dez, 1976, p. 8).

Ademais, conforme mencionado reportagem, outra finalidade do distrito era a necessidade de abastecer o mercado consumidor crescente, sobretudo, de Brasília, para onde também se pretendia conter os fluxos migratórios. Assim, criar o distrito industrial a meia distância da capital federal era de grande importância, o que ajuda a entender o empenho do governo federal na realização desse projeto. Sem contar que, na conjuntura nacional, a ideia de descentralização industrial era uma tendência. Tal pretensão de conter os fluxos é ratificada por Mello (2009) que afirma que

Deve ser destacado que a estagnação econômica no entorno do DF e a crescente expansão urbana em Brasília estiveram entre os temas discutidos no I PND, quando foi instituído um grupo de estudos com o intuito de elaborar um Programa de Desenvolvimento para esta região. Após dois anos de trabalho, foi apresentado um diagnóstico socioeconômico que ressaltava e delimitava 05 (cinco) áreas, sob a forma do Programa de maior potencialidade. Eram elas: I. Eixo Ceres-Anápolis, II. Área de influência da BR-040/050, III. Área de mineração (Niquelândia, Uruaçu, Barro Alto e Padre Bernardo), IV. Vale do Paranã e V. Área de Paracatu. Posteriormente, estas áreas foram contempladas pelo Programa da Região Geoeconômica de Brasília. (...) Temos aí o início de uma articulação entre o Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, sob o comando do Governo Federal, a partir da formação da Região Geoeconômica de Brasília. Como fator de destaque, a questão do uso do solo – que no interior do Distrito Federal já estava sob o controle do poder público – passou a ser mais debatida no que tange às áreas vizinhas ao Distrito Federal. Isto porque a especulação imobiliária e o grande crescimento demográfico fizeram com que a legislação que regulava o uso do solo nos municípios do entorno fosse objeto de apreciação. Vislumbrava-se um ordenamento territorial que regulasse as relações de interdependência centradas em Brasília para que a capital não atingisse uma dimensão metropolitana. Com certeza, o objetivo de impedir que a nova capital fosse tomada por um processo de metropolização não foi atingido (MELLO, 2009, p.144-145).

Assim, motivos não faltavam para justificar o empenho em prol do êxito industrial do DAIA. Para tanto as indústrias não tardaram a chegar: as primeiras indústrias a se instalarem no distrito foram: Precon (1976), Cemina (1978) e Centro de Gemologia de Goiás (1978), sendo que as duas últimas foram inauguradas pelo então governador do estado e pelo presidente da república, respectivamente, Irapuan e Ernesto Geisel⁴⁵. Depois de um ano de existência, Castro (2004) destaca que o distrito contava com 40 empresas em fase de negociação das quais 13 possuíam área escriturada e em fase de construção. Em 1980, o DAIA, contava com 9 nove

⁴⁵ <https://portalcontexto.com/anapolis-1970-a-2000-importantes-conquistas-na-marcha-ao-progresso/>

indústrias em funcionamento, 4 em construção, 2 com áreas escrituradas e outras 2 com área reservada, conforme a tabela 12.

Tabela 12 – Distrito Agroindustrial de Anápolis: projetos aprovados em 1980

Empresa	Área total m²	Mão-de-obra	Fase
01 - CEMINA - Cer. Min. Nacional LTDA	289 800,00	1 000	Funcionamento
02 - Ind. Goiana de Prod de Limp.	6 058,00	50	Funcionamento
03 -Eletro - Lumen Import. e com. LTDA	13 498,05	30	Funcionamento
04 - Jofran Ind. de madeiras LTDA	10 440,37	30	Funcionamento
05 - Vermont - Vime Ind. Com. de móveis	6 000,00	50	Funcionamento
06 - Ind. de Bolos Mônica LTDA	4 500,00	70	Funcionamento
07 - Precon - Goiás Industrial	246 600,00	560	Funcionamento
08- Instituto de Gemologia de Goiás	4 821,40	20	Funcionamento
09 - Doces Maracanã LTDA	4 500,00	20	Funcionamento
Soma 1	586 217,82	1 830	---
10 - Minex - Min. Ind. Com. LTDA	9 649,00	30	Construção
11 - Steckelberg & Irmãos LTDA	30 449,90	50	Construção
12 - Sotave - Ind. e Com. LTDA	112 871,43	120	Construção
13 - Sulfago - Sulfato de Goiás LTDA	17 498,38	20	Construção
Soma 2	170 468,71	220	---
14 - Itambé Coop. [...] R. de M.G. LTDA	267 323,82	400	Área escriturada
15 - Siderúrgica Goiana S.A.	148 750,89	400	Área escriturada
Soma 3	416 074,71	800	---
16 - Impertek - Imper. Técnica LTDA	3 184,89	30	Área reservada
17 - Iego - Ind. Elet. e eletron. Goiás	4 510,00	90	Área reservada
Soma 4	7 694,89	120	---
Soma geral	1 180 456,13	2 970	

Fonte: Plano de Governo de Ary Valadão 1980

Os dados da tabela nos permitem verificar que esse distrito vinha alcançando êxito e cumprindo importante função quanto a geração de empregos, visto que, a soma geral da mão de obra já era de 2.970 pessoas em menos de cinco anos de existência. Ary Valadão em seu plano de governo, para o período de 1979-1983, sinaliza a necessidade de ampliar a oferta de empregos e melhorar o aproveitamento dos gêneros agrícolas para promover o desenvolvimento da economia regional. Destaca que seu governo continuaria a estimular o desenvolvimento industrial com a implantação de novos distritos e prosseguiria com o propósito de promover a plena ocupação do DAIA, cujos recursos para tanto já constavam no orçamento plurianual de investimentos (PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO ARY VALADÃO 1980-1983).

Mesmo com todo empenho do governo supracitado e dos subsequentes nas décadas de 1980 e 1990 não foram anos fáceis para o avanço do DAIA, pela oscilação do número de empresas. O que pode ser atribuído em grande parte aos efeitos da “década perdida” e seus rebatimentos na economia do país como um todo. Ao longo desses anos verificou-se que a

ocupação industrial do DAIA foi muito irregular. Contudo, conforme salienta Santos (1999) houve um balanceamento positivo no número de empresas em funcionamento no distrito, pois enquanto algumas empresas iam desativando suas atividades outras iam se instalando.

Apesar dos desafios enfrentados nos anos de 1980, o DAIA chega a década de 1990, conforme ilustra Kossa (2006) com 72 indústrias o que, só foi possível devido a uma nova e importante intervenção do governo goiano. Iris Rezende (1983-1986), no primeiro mandato, propôs a criação do Fomentar (Lei 9.489, de 19 de julho de 1984), que criava um fundo de participação e incentivo à industrialização do estado de Goiás. O objetivo principal era impulsionar a implantação e expansão das atividades industriais do estado. Contudo, esse fundo levou dois anos para ser efetivamente implementado (por meio do decreto nº 2579 de 28/04/86), já durante o governo de Henrique Santillo, o que representou um novo impulso para o desenvolvimento do DAIA (CUNHA, 2009).

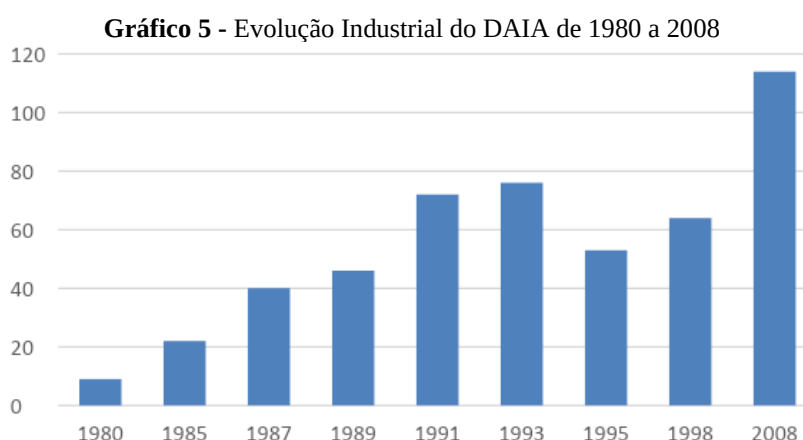
O Programa Fomentar, mesmo tendo sido de grande importância não conseguiu garantir a estabilidade no número de indústrias em funcionamento no DAIA. Kossa (2006) destaca que entre 1991 a 1994 em torno de 30% de empresas fecharam suas portas. O referido autor credita tal situação não só a crise inflacionária, mas também a concorrência de incentivos fiscais oferecidos pela SUDAM, SUFRAMA e SUDENE. Ainda assim, o DAIA chega ao final da década de 1990 com 67 indústrias em funcionamento, conforme relatório da GOIASINDUSTRIAL, apresentado por Silva (1995).

O fato é que desde a inauguração o DAIA veio se firmando como um importante distrito industrial, tanto no que se refere à concentração industrial, quanto no que agregou economicamente para Anápolis e para o estado de Goiás. Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás em 1990 da arrecadação total de ICMS de Anápolis, 50% era proveniente do setor industrial e que a partir desse decênio Anápolis assumiu o segundo lugar na arrecadação do mencionado imposto ficando atrás apenas de Goiânia⁴⁶. Segundo Cunha (2009, p. 140):

Assim, pode se afirmar que a partir da segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990 a atividade industrial assume o posto de liderança e sustentação da economia anapolina. Esta, por sua vez, proporcionou maior arrecadação de impostos para o município permitindo ao governo local mais recursos para investir nas necessidades locais. Outro aspecto que também devemos citar sobre a importância da DAIA para a cidade foi o aumento da oferta de trabalho tipicamente urbano que, por sua vez, contribuiu para fortalecer o mercado de consumo local e ainda, atendendo a uma das premissas do projeto original, maior utilização da matéria-prima local.

⁴⁶ Em 1990 a arrecadação total de ICMS de Anápolis foi de CR\$ 4.357.829.814,57 (Sefaz/1990).

No que se refere a concentração de indústrias, bem como, os ramos industriais instalados no DAIA percebe-se que houve considerável variação ao longo do tempo. E esta, pode-se dizer, que esteve diretamente ligada à maior ou menor intervenção do Estado na promoção desse setor econômico por meio da política de incentivos e benefícios fiscais. Os dados da evolução industrial (do número de indústrias instaladas) apresentados a seguir, no gráfico 5, correlacionados com algumas importantes intervenções do Estado permitem algumas conclusões.



Fonte: Dado de 1980 extraído do Plano de Ação do governo Ary Valadão 1980-1983; dados de 1985 a 1995 Silva (1995); dados de 1998 Santos (1999); dados de 2008 Cunha (2009).

É notável que o número de indústrias foi crescente desde a inauguração do distrito⁴⁷. Diante desse fato e observando a variação do número de indústrias pode-se inferir que a partir de algumas intervenções mais incisivas do Estado, houve maior instalação industrial no distrito de Anápolis. Nesse sentido, pode-se observar que a partir de 1987, houve considerável aumento no número de indústrias do distrito. O que pode ser creditado aos benefícios que as indústrias passaram a receber do governo do estado por meio do Fomentar. A partir de 1986, quando este programa saiu efetivamente do papel, em 5 anos foram instaladas no distrito 50 indústrias (KOSSA, 2006).

Paschoal (2001) ao apresentar os dados que ilustram a distribuição espacial dos investimentos realizados por meio do Fomentar reitera o quanto a industrialização de Anápolis foi beneficiada por este programa. O referido autor destaca que dos 59,6% dos investimentos se concentraram na região do Mato Grosso Goiano e destes 25,3% foram destinados à Anápolis, que ficou atrás apenas de Goiânia (com 28,9%) e bem à frente do terceiro lugar, Aparecida de Goiânia (5,4%). Segundo Silva (1995) com a ampliação dos incentivos advindos do Fomentar

⁴⁷ O decréscimo no número de indústrias no DAIA a partir de 1993 se deve, sobretudo, aos problemas conjunturais que o país vivia, como destaque para a implantação do Plano Real, na retração do consumo, as altas taxas de juros e a restrição de créditos.

e com as melhorias na infraestrutura ocorreu um acréscimo de 81,82% no número de indústrias entre 1985 e 1987.

A partir de 1998 começa-se a delinear um crescimento importante no número de indústrias do distrito. A esse crescimento, Cunha (2009) atribui três razões: Ridoval Chiarelloto a frente da Secretaria de Indústria e Comércio, a promulgação da Lei 9.787/99 conhecida como a “Lei dos Genéricos” e a criação do PRODUZIR. No primeiro governo de Marconi Perillo (1999 a 2002) Chiarelloto assumiu, sob indicação da ACIA, a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC). Este era um empresário dinâmico e de sucesso em Anápolis que apoiava a implantação do polo farmacêutico, projeto iniciado ainda no governo de Henrique Santillo quando esteve à frente do ministério da Saúde no governo de Itamar Franco (1992 a 1994).

Ademais, a promulgação da lei dos genéricos era o impulso que faltava. A partir desta importantes laboratórios se instalaram no DAIA a citar: Vitapan (1999), Geolab (2001), Pharma Nostra (2001), Brasmo (2002), Genoma (2003)⁴⁸. Outro importante impulso para a concentração industrial que, inclusive, também foi responsável pela ampliação do setor farmacêutico mencionado acima, foi a implantação do Produzir, a partir de 2000. O Produzir, considerado um programa mais agressivo e sistematizado, trouxe importantes benefícios para o aumento no número de indústrias no distrito. Comprovam essa afirmação o fato de em 2002, Anápolis ser a cidade que mais tinha recebido benefícios do Produzir até então, superando inclusive a capital goiana (PRODZIR, 2002).

Outro desdobramento das medidas anteriores é o número de indústrias instaladas no DAIA nos dois primeiros mandatos do Governo de Marconi Perillo (1999 a 2006). Nesse período, segundo dados da administração local do DAIA e trabalhados por Cunha (2009), foram instaladas 63 indústrias dos mais diversos ramos no distrito. Das quais 14, ou seja, 22,22%, estavam diretamente ligadas ao setor farmacêutico, como por exemplo: laboratórios farmacêuticos, fornecedoras e fracionadoras de insumos químicos e distribuidoras de produtos farmacêuticos. Em segundo e terceiro lugar com 8 e 7 empresas, respectivamente, vinham as indústrias ligadas à agropecuária e ao ramo alimentício.

Esses dados e os apresentados no quadro abaixo permitem inferir que a partir dos anos 2000 o Distrito Agroindustrial de Anápolis passou a apresentar uma certa especificidade industrial, visto que, o ramo farmacêutico vai assumindo liderança quanto ao maior número de indústrias presentes no distrito. Buscou-se caracterizar a tipologia industrial no DAIA desde sua fundação, contudo, a ausência de dados oficiais sistematizados dificultam essa tarefa. Para

⁴⁸ Dados fornecidos pela administração local do DAIA, lista completa em Cunha (2009).

tanto pautou-se em alguns documentos, revistas e alguns estudos sobre este distrito para traçar o perfil industrial do DAIA, como se pode verificar abaixo (quadro 3):

Quadro 3 - Ramos industriais no DAIA nos anos indicados

Revista Goiás Industrial em 1976 informava a presença de 3 indústrias no distrito, dessas:	66,66% indústrias da construção civil 33,33% indústria Lapidação de gemas
No Plano de Governo de Ary Valadão (1980) foram listadas 9 empresas em funcionamento, dessas:	22,22 % de indústrias da construção civil, de alimento e de Móveis; 11,11% de indústria de limpeza, de Lapidação de gemas e de importação
Silva (1995) apontou que em 1995 havia 53 empresas do distrito, dessas:	A autora não apresenta quais eram as empresas/indústrias instaladas, cita apenas as áreas de atuação destas, sendo um total de 24 aéreas de atuação (lista em anexo).
Santos (1999) destaca que em 1998 haviam 64 empresas em funcionamento no DAIA, dessas:	42% são indústrias da construção civil; 11% são indústrias alimentícias; 11 % são indústrias químicas e farmacêuticas. As demais envolvidas em atividades diversas (lista em anexo).
Cunha (2009) relata que existiam 114 empresas atuando no distrito, dessas:	14,05% de indústrias farmoquímicas ; 9,65% de indústrias de produtos agropecuários 9,65% empresas ligadas a prestação de serviços; 8,77% indústrias da construção civil; 7, 90% indústrias metalúrgicas; 6,14% indústrias alimentícias 6,14% indústrias de embalagens; 4,38% empresas de administração/suporte 4,38% indústrias de distribuição; 2,63% indústrias de mangueiras/tubos/conexões; 2,63% indústrias de insumos químicos; 1,75% de indústrias de benef. e emp. de cereais; de indústria de fios; de indústria têxtil; de tratam. de resíduos e reciclagem; e isolantes térmicos cada uma. 14,91% de outras (lista em anexo)

Fonte: Citada no próprio texto do quadro.

A partir dos dados acima, é justo considerar que até 1998 concentração industrial no DAIA vinha atendendo um dos objetivos precípuos da política de industrialização que era incrementar a implantação industrial, preferencialmente, as agroindústrias a fim de promover a transformação da matéria-prima local agregando-lhe mais valor. Ademais, a análise da tipologia industrial predominante até o fim desse decênio mantinha estreita conexão com o perfil econômico do estado, visto que, conforme pudemos observar, no capítulo 2, a tipologia industrial predominante no estado ligava-se às indústrias de transformação dos produtos da agropecuária.

Os dados apresentados por Cunha (2009), permitem destacar que a partir dos anos 2000, o distrito começa a apresentar uma especialização produtiva e, conforme destacou a

autora, a se aproximar da formulação teórica de ‘distrito industrial’ mas, a se distanciar do perfil agroindustrial. As indústrias farmacêuticas passam a predominar e a comandar a geração de empregos no distrito.

Em 2008, mais de 20% das indústrias estão diretamente ligadas ao setor farmacêutico (14,05% de indústrias farmoquímicas; 4,38% de distribuição ligadas ao setor; 2,63% indústrias de insumos químicos). Quanto aos empregos, Cunha (2009) aponta que esse setor era responsável pela geração de mais de cinco mil empregos diretos, enquanto nenhum outro ramos industrial alcançava a marca de 1000 empregos gerados.

Em pesquisa realizada no DAIA em meados de 2023 observa-se que a tendência iniciada nos anos 2000 se manteve. Houve crescimento no número geral de estabelecimentos industriais, mantendo assim, a tendência ascendente observada desde a inauguração do distrito. Verificou-se também a predominância do ramo industrial farmacêutico.

O maior número de empregos, como era de se esperar, continuou sendo desse setor, único que tem unidades industriais que empregam mais de mil funcionários, a citar o laboratório BrainFarma, Teuto e Geolab. Para além dessas, apenas a CAO A montadora de veículos equipara a esse número de empregos.

Segundo a Administração do DAIA, o distrito conta com 131 empresas atuando em diversos ramos e gera mais de vinte mil empregos diretos (anexo III). De posse da lista de empresas ativas e do número de funcionários destas, fornecida por esta instituição, procedemos à classificação das empresas segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE (anexo V), ressalta-se que na tabela 13, a seguir, se apresentam apenas as indústrias, já no anexo V estão todas as empresas do distrito. O objetivo dessa análise foi identificar a tipologia industrial predominante no DAIA e traçar o perfil predominante das indústrias concentradas no distrito, bem como, a geração de empregos destas, atualmente.

Tabela 13 - DAIA: tipologia industrial, 2023

Subgrupo atividade econômica	Nº de indústrias	Nº de funcionários
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	42	1 567
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	13	1 693
INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	15	9 931
INDÚSTRIA DE MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, CINE FOTO, SOM E REFRIGERAÇÃO	5	398
INDÚSTRIA DE VEÍCULOS E PEÇAS	3	1530
INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO	2	160
INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	11	1 698
INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP. PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	16	2 234
Total	107	19 211

Fonte: Administração do DAIA.

A análise dos dados acima requer uma observação importante que se refere a forma de classificar a tipologia industrial. Para o presente estudo fez-se uso da hierarquização proposta pela CNAE 2.0, seguindo o seguinte critério: Seção C: Indústria de Transformação e suas respectivas divisões num total de 24⁴⁹. Essa metodologia produz, à primeira vista, uma significativa diferença entre os dados apresentados por Cunha (2009) e os apresentados agora. Isso ocorre porque a classificação das indústrias em 2009 não seguiu um padrão específico ou oficial. As indústrias foram apenas agrupadas considerando o ramo de atuação, na qual se identificou 17 ramos de atividade conforme se pode observar no anexo 4.

Na classificação atual, as indústrias (de transformação) foram agrupadas segundo o subgrupo de atividade da CNAE 2.0 o que resultou em 8 divisões. Por aí já se percebe que a diferença está muito mais no plano da aparência imediata causada pelos números. Inicialmente, a impressão que se tem é que as indústrias ligadas à construção civil, mineração e máquinas superaram as do ramo farmacêutico. O que de fato, não ocorreu.

O quantitativo de 42 indústrias da construção civil, mineração e máquinas inclui uma gama variada de atividades apresentando desde a fabricação de artefatos de cimento (Ciplan), esquadrias de metal (Gravia), estruturas metálicas (Dobraço), artefatos de material plástico (Inaplá), fabricação de fios (Conducopper), luminárias (Lunel) até indústria de fabricação de embalagens metálicas à produção de armas de fogo (Delfire), anexo V.

Assim, o agrupamento em número menor de subgrupos acaba por produzir maiores generalizações, por exemplo, no subgrupo das indústrias da construção civil, mineração e máquinas apresentados na tabela 13 incluiu tanto as indústrias ligadas diretamente a construção civil, quanto às ligas às indústrias metalúrgicas, indústrias de mangueiras, tubos, conexões, indústria de fios, luminárias e isolantes térmicos, ambas agrupadas separadamente por Cunha (2009). Portanto, pode-se dizer que a indústria da construção civil não é a tipologia industrial que ocupa o primeiro lugar no ranking do maior número de indústrias no DAIA.

A análise dos dados referente às indústrias farmacêuticas demonstram que estas permaneceram em primeiro lugar tanto em número quanto em geração de emprego, além de terem esboçado ligeiro crescimento, nesse subgrupo se destacam indústrias como BrainFarma, Teuto, Geolab e Vitamedic (figura 22a, 22b, 22c, 22d). Este segmento além de apresentar 15

⁴⁹ Esta seção compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. As divisões na seção Indústrias de transformação, em número de 24, refletem em geral diferenças em processo de produção relativos a tipos de insumo, equipamentos da produção e especialidade/qualificação de mão-de-obra. <https://cnae.ibge.gov.br/?view=secao&tipo=cnae&versao=9&versao=7&secao=C>

indústrias diretamente ligadas à fabricação de medicamentos quando somadas a outras indiretamente ligadas ao setor, além de continuarem na liderança, apresentam crescimento.

Figura 22a - BrainFarma



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 22b - Teuto



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 22c - Geolab



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 22d - Vitamedic



Fonte: Autoria própria, 2023.

As indústrias indiretamente ligadas ao setor farmoquímico são aquelas que também estão ligadas ao processamento de produtos químicos e estão agrupadas por exemplo no subgrupo das indústrias do agronegócio como a Champion e Fersan, às indústrias de alimentos como Akron Pharma e Eri do Brasil e, sobretudo, as do subgrupo indústria produtos químicos, produtos de higiene e limpeza, papelaria, embalagens e outros como a Beraca Sabará, Genix (Qualicaps, figura 23a), JRD, YPÊ (figura 23b) e Sufago totalizam 24 indústrias do segmento farmacêuticos/químico.

Figura 23a – Qualicaps

Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 23b – YPÊ

Fonte: Autoria própria, 2023.

As indústrias do subgrupo alimento e agronegócio vem em terceiro lugar de importância. No primeiro grupo, se destaca o Café Rancheiro (figura 24a) por gerar 30% dos empregos deste subgrupo. Compõem os destaques, com 21,91% dos empregos gerados, o restaurante Porto e Pereira (figura 24b) que tem caráter industrial por se dedicar a servir refeições industriais também chamadas de refeições corporativas. Em terceiro lugar vem a indústria Línea (figura 24c e 24d) que gera 12,10% dos empregos no subgrupo da indústria de alimentos e a Roan Alimentos (figura 24d). No subgrupo do agronegócio o destaque quanto a geração de emprego são as indústrias Granol, Adubos Araguaia e Alisul que geram respectivamente 36,21%, 17,66% e 11,18% dos empregos do setor.

Figura 24a - Café Rancheiro

Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 24b - Porto e Pereira

Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 24c - Linea

Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 24d - Roan Alimentos

Fonte: Autoria própria, 2023.

Por fim tem-se as indústrias de móveis, eletroeletrônicos, cine foto, som e refrigeração, indústria de veículos e peças e indústria de vestuário que são tipologias pouco representativas no conjunto industrial do DAIA, visto que, juntas representam pouco mais de 11% do total de indústrias do Distrito Agroindustrial. A geração de empregos nesse setor também não é significativa, com exceção da CAO - Montadora de Veículos que sozinha gera 73,27% dos três subgrupos industriais supracitados. Faz-se importante observar que as outras 24 empresas que não se enquadram na seção C, isto é, como indústrias de transformação, da classificação da CNAE. Dentre estas estão postos de combustível, restaurantes, transportadoras, instituições de ensino, Inmetro, Porto Seco entre outras que podem ser encontradas na lista em anexo.

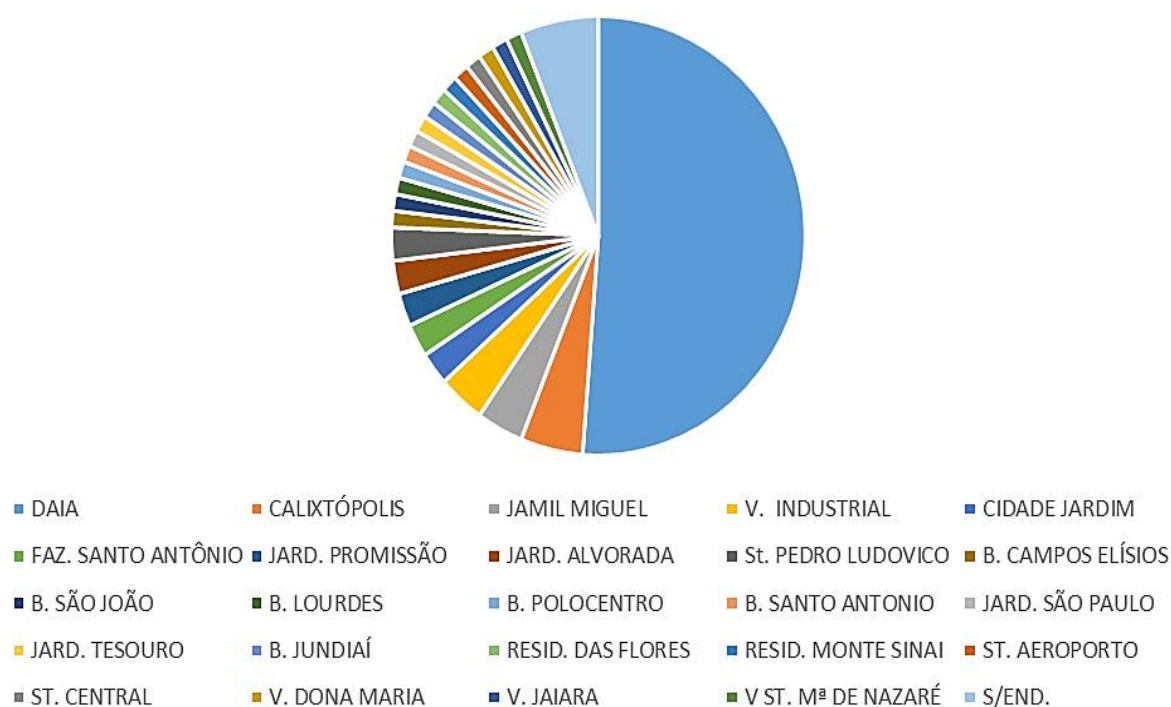
Figura 24e - CAO

Fonte: Autoria própria

Os dados expostos acima permitem atestar o crescimento do número de empresas no distrito e a ratificar que vem ocorrendo a especialização produtiva do distrito. A análise dos dados do programa Produzir demonstra como a atuação do Estado, por meio da política de industrialização pautada na concessão de incentivos e benefícios fiscais atuou (e atua)

decisivamente para a concentração industrial contemporânea no DAIA. A partir da relação das empresas de Anápolis que estão em fruição no programa Produzir, fornecida pela Gerência de Análise de Projetos da Superintendência dos Programas de Desenvolvimento do Governo de Goiás, é possível perceber uma considerável concentração dos benefícios desse programa no Distrito Agroindustrial de Anápolis, conforme se pode verificar na gráfico 6:

Gráfico 6 - Localização das indústrias beneficiadas pelo PRODUIR

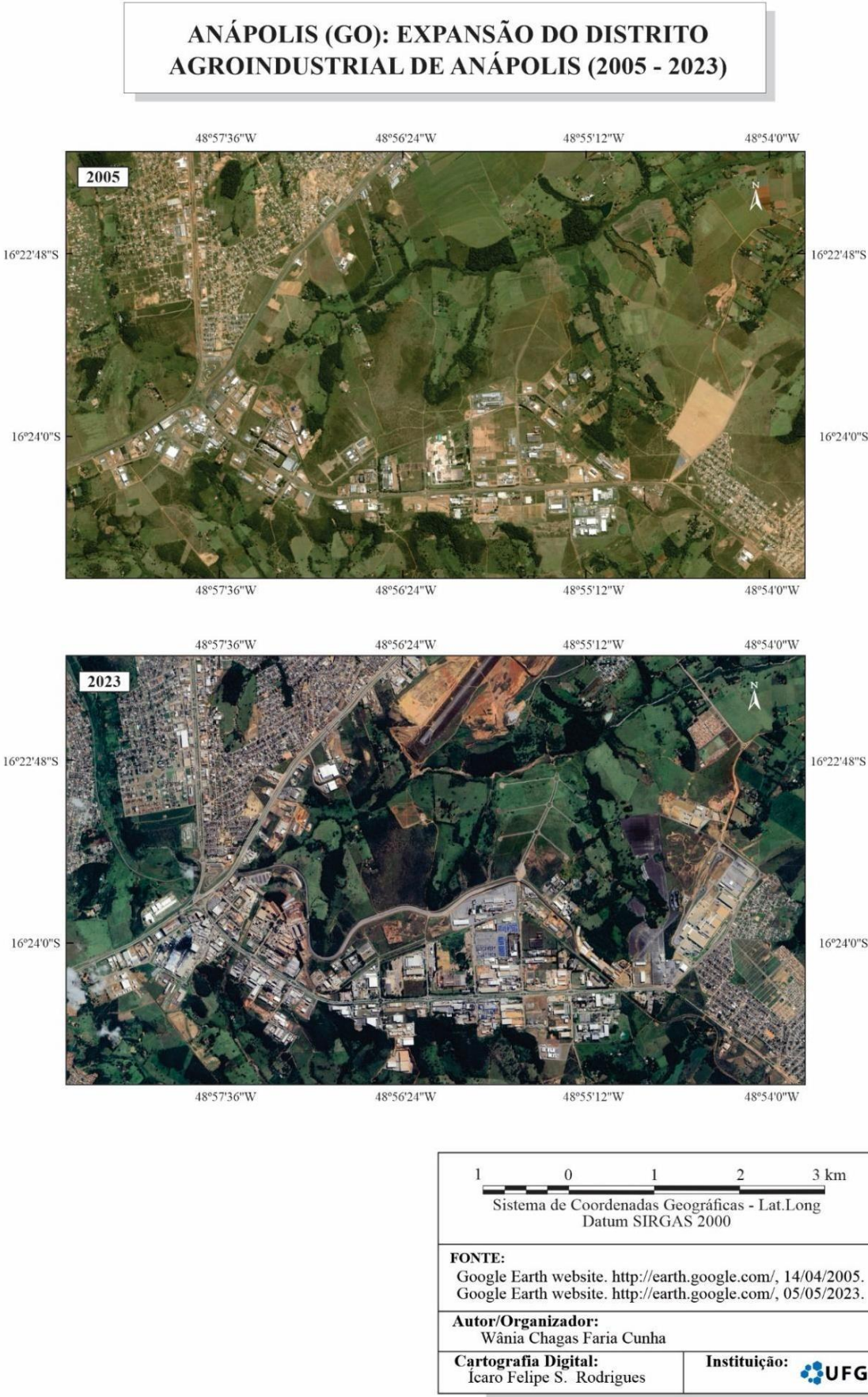


Fonte: Superintendência dos Programas de Desenvolvimento do Governo de Goiás, 2023.

A relação supracitada expõe a existência de 82 empresas que estão em fruição no Produzir. Destas 42, estão sediadas no DAIA, ou seja, 51, 21% do total. De imediato a distribuição dos benefícios do programa parecia equânime entre as indústrias do distrito e as indústrias dispersas pelo município.

Contudo, quando se considera que as indústrias sediadas no distrito representam pouco mais de 9% das indústrias do município, o que permite inferir que o DAIA concentra consideravelmente os benefícios do programa Produzir. Essa distribuição pode ser melhor observada na figura 25.

Figura 26 - Expansão do DAIA, 2005-2023



Fonte: Google Earth website. <http://earth.google.com/>. Data das imagens de satélite: 14/04/2005 e 05/05/2023.

Em síntese, é justo inferir que o Distrito Agroindustrial de Anápolis logrou ao longo dos anos um processo contínuo de concentração industrial que se deu a partir da constituição de uma plataforma industrial, neste estudo, entendida a articulação de diversas condições para impulsionar o crescimento industrial.

Vê-se atuar no DAIA a combinação de inúmeros fatores (e atores) que proporcionam um ambiente propício para a concentração de um conjunto de indústrias. Articulou-se desde a localização estratégica que proporciona facilidade de acessar diversos mercados, implantação de infraestrutura física, políticas públicas específicas, com destaque para Fomentar e Produzir, mão de obra numerosa e, de certa forma qualificada, rede de transporte multimodal, até a associação entre a classe empresarial e política local/estadual entre outros elementos. Tudo isso resultou numa maior ocupação do distrito e,consequentemente, na sua expansão territorial como pode ser observado na figura 26.

Uma vez demonstrada a importância do DAIA para Anápolis, passa-se a caracterização da indústria que está para além do distrito.

3.2.2 A dispersão industrial no município: localização e caracterização

Viu-se que a indústria anapolina surgiu de forma tímida e que foi se estruturando no decorrer dos anos de forma “espontânea”, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista espacial até meados da década de 1970. Dito espontâneo porque até esse decênio não havia uma política industrial oficial e contundente que promovesse a indústria local e nem mesmo a do estado, esta era bancada pelo próprio empreendedor. Do ponto de vista espacial não havia um zoneamento ou bairro específico para a instalação de indústrias no município. Desse modo, as indústrias foram se instalando de forma aleatória pelo espaço urbano e mesmo rural do município, posto que a experiência em Anápolis com planos diretores se deu a partir de 1969 (CASTRO E CASTRO, 2017).

A implantação do distrito industrial no município não fez com que as indústrias locais se transferissem para este, ver figura 27. Até porque, como citado anteriormente e detalhado por Kossa (2006) e Cunha (2009), especialmente a classe dirigente local se dedicou a atrair indústrias de “fora”, sobretudo, do Sudeste. Assim, percebe-se que o DAIA não foi criado para abrigar e promover as indústrias locais.

Destarte, ao deslocar-se por Anápolis é possível observar considerável número de indústrias espalhadas pelo espaço urbano e rural de Anápolis, como as ilustradas abaixo:

Figura 28a – Vista panorâmica da Ambev. A indústria se localiza fora da área urbana, na BR-060 saída para Brasília



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 28b – Ambev e rua lateral de Branápolis, bairro distante do núcleo urbano que surgiu a partir da instalação da indústria



Fonte: Autoria própria, 2023.

A Ambev, figuras 28a e 28b, é uma das indústrias localizadas fora do DAIA, conforme visto na imagem é uma indústria de grande porte. Não existe no DAIA nenhuma indústria de bebidas.

Figura 29a – Cerâmica desativada na Vila Fabril



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 29b - Cerâmica ativa na Vila Fabril



Fonte: Autoria própria, 2023.

Outro exemplo de indústria fora do distrito é a ceramista. A Vila Fabril ainda concentra esse tipo de indústria. Apesar da desativação de algumas, figura 29a, existem indústrias ativas nesse bairro, como a que pode ser observada na figura 29b.

Figura 30a - Agroindústria localizada no Jundiáí Industrial



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 30c - Indústria têxtil localizada no Jundiáí Industrial



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 30e - Uma das ruas do Jundiáí Industrial, aqui se localizam algumas transportadoras



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 30b - Placa do PRODUIR colocada na entrada da Agroindústria – Bairro Jundiáí Industrial



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 30d - Teares da indústria têxtil - Jundiáí Industrial



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 30f - Pequenas empresas próximas às indústrias no bairro Jundiáí Industrial



Fonte: Autoria própria, 2023.

A ilustração anterior, figura 30, é um importante exemplo das diversas indústrias localizadas pelo espaço urbano de Anápolis, são diversos tipos de indústrias localizadas no bairro denominado Jundiáí Industrial. Destaque para as figuras 30a e 30b que mostram uma grande indústria de moagem de grãos de soja, a Brejeiro. Empresa paulista que possui duas unidades em Anápolis, uma no DAIA e outra nesse bairro.

As figuras 30c e 30d mostram uma indústria têxtil, também no Jundiaí Industrial. Essa tipologia é bastante comum em Anápolis, inclusive historicamente como já foi demonstrado no início deste capítulo. Já as figuras 30e e 30f mostram a articulação com os transportadores que também instalam suas sedes próximo a essas indústrias. Outras articulações podem ser observadas como a de serviços especializados em dar suporte às indústrias.

Com o objetivo de identificar, localizar e caracterizar a indústria dispersa pelo município de Anápolis para, assim traçar o perfil desta da indústria anapolina, buscou-se realizar o levantamento das indústrias existentes neste município atualmente. Para tanto, após recorrer a diversos órgãos municipais, sem sucesso, recorreu-se à Secretaria de Economia do Estado de Goiás, à qual solicitou-se a listagem das indústrias ativas existentes em Anápolis/GO. De posse dos dados passou-se tratá-los com vista a alcançar o objetivo proposto, nesse sentido, a primeira ação foi excluir aquelas unidades industriais sediadas no distrito.

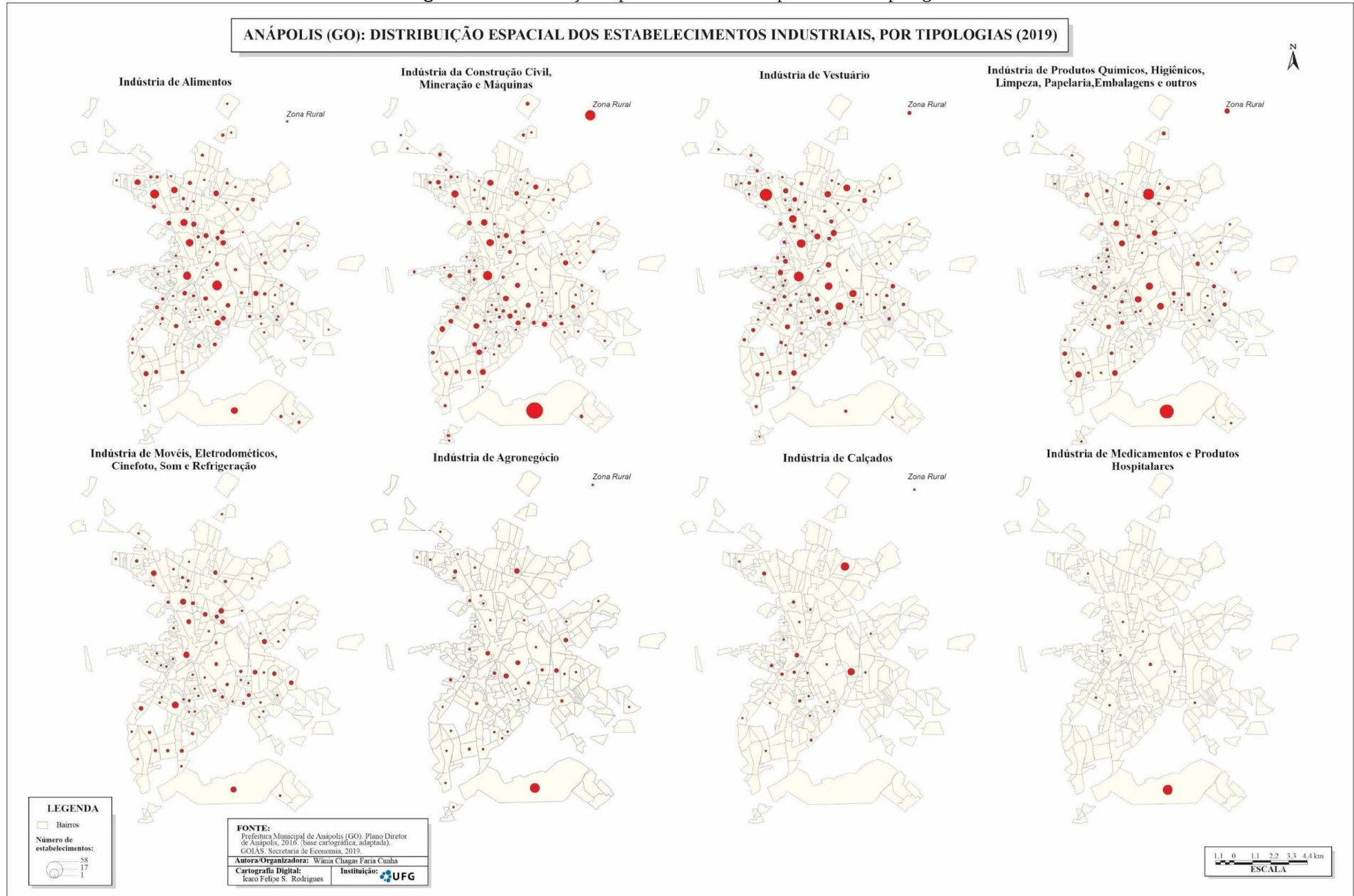
Os dados fornecidos pela Secretaria de Economia possibilitaram identificar e classificar as indústrias sediadas no município segundo a descrição da CNAE 2.0, a partir do respectivo subgrupo de atividade econômica. Identificou-se treze tipologias, conforme se pode observar na tabela 14 a seguir e depois na figura 31.

Tabela 14 - Tipologia das indústrias ativas em Anápolis - 2019

Tipo de indústria	Quantidade	% de cada tipo em Anápolis	DAI A	Outros bairros
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	387	22,0	58	329
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	278	17,9	10	268
INDÚSTRIA DE BEBIDAS	11	0,7	-	11
INDÚSTRIA DE CALÇADOS	38	2,5	-	38
INDÚSTRIA DE CARNES	13	0,9	-	13
INDÚSTRIA DE FUMO	2	0,1	-	2
INDÚSTRIA DE LÁCTEOS	8	0,5	-	8
INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	32	0,8	20	12
IND. DE MOVEIS, ELETRO ELETR., CINE FOTO, SOM E REFRIGERAÇÃO	173	11,1	7	166
INDÚSTRIA DE VEÍCULOS E PEÇAS	33	2,0	3	30
INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO	327	21,8	2	325
INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	99	5,4	19	80
IND. PROD. QUÍMICOS, PROD. HIG., LIMP., PAPELARIA, EMB. E OUTROS	254	14,3	42	212
Total Geral	1655	100	161	1 494

Fonte: Secretaria de Economia/2019. Dados trabalhados pela autora

Figura 31 – Distribuição espacial das indústrias por bairros e tipologias



Fonte: Secretaria de Economia, 2019

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria, em outubro de 2019, existiam em Anápolis 1655 indústrias ativas, incluindo as indústrias sediadas no DAIA, distribuídas pelo município de Anápolis conforme ilustrado na figura 32. Estas, pertencem à seção C da classificação da CNAE 2.0, isto é, indústria de transformação. Destas, excluiu-se 161 unidades, visto que, se localizava no Distrito Agroindustrial de Anápolis, restando portanto, 1494 unidades industriais se encontravam dispersas pelos diversos bairros do espaço urbano e também pela zona rural de Anápolis. Ainda de acordo com os dados da Secretaria, em Anápolis no ano de 2019 existiam 1.494 indústrias ativas dispersas pelo município, destas 22% eram do setor da construção civil mineração e máquinas; 21,8% de vestuário; 14,3% de produtos químicos, higiene, limpeza, embalagens e outros; 17,9% de alimentos e 11,1% de móveis, eletroeletrônicos, cinefoto, som e refrigeração. Estes cinco subgrupos de indústrias somam 87,1% do total de indústrias. Os números permitem verificar que a tipologia industrial predominante em Anápolis é aquela ligada aos setores tradicionais.

Percebe-se que os setores predominantes ainda são aqueles ligados às indústrias da construção civil, vestuário, alimentícia e moveleira. O número desses subgrupos industriais denotam importância destes para o município, tal qual aquelas existentes em tempos pretéritos. Contudo, sabe-se que essas indústrias geralmente dependem de métodos e técnicas tradicionais, manuais ou de baixa automatização, o que permite inferir que ainda prevalecem em Anápolis, indústrias com baixo nível de tecnologia em seus processos de produção e operação.

Os dados permitem constatar que há um grande número de unidades, assim como, considerável variedade de segmentos industriais dispersos pelo município de Anápolis, o que é confirmado ao se observar a distribuição dos estabelecimentos industriais, por tipologia, pelo município (figura 28). A espacialização permite inferir também que, não há concentração de nenhuma tipologia numa determinada região da cidade, não configurando assim um outro polo industrial na cidade.

Assim, apesar do DAIA ter se tornado o ícone da industrialização de Anápolis, e de Goiás, é preciso considerar a importância das demais unidades industriais presentes no município, visto que, tem-se 90,3% das indústrias fora do distrito, distribuídas por várias partes do município. Portanto, em termos de número de unidades e tipologia industriais estas se destacam. A tipologia menos expressiva distribuída pelo município é a indústria de calçados e a de medicamentos e produtos hospitalares, a primeira pelo fato de haver poucas unidades industriais no município e a segunda por se concentrarem no Distrito Agroindustrial. Esta última, é a única tipologia que tem menor número de unidades

dispersas no município em relação às demais.

3.3 O crescimento industrial anapolino em síntese

Efetivamente, nas condições atuais da divisão internacional do trabalho, a industrialização nem sempre é capaz de criar um “crescimento” com “desenvolvimento”, mas apenas um “pseudodesenvolvimento”, devido à ausência de articulação local das atividades e da redistribuição regressiva da renda.

Santos, 2008, p.31.

Em primeiro lugar, faz-se necessário abordar o que se concebe por desenvolvimento e crescimento industrial neste estudo sem, contudo, envolver-se na discussão polissêmica e controversa que esses termos envolvem, pois, tal discussão não se constitui o tema central do estudo em tela. No decorrer deste estudo nos debruçamos sobre a tarefa de entender como se deu o processo de desenvolvimento industrial do Brasil, como este reverberou em Goiás para assim, compreender os condicionantes da industrialização de Anápolis.

A indústria é, como vimos anteriormente, considerada como uma importante atividade econômica para alavancar a economia de um país, em suas várias escalas espaciais, visto que, possui a capacidade de encadear os outros setores econômicos e, por consequência, os diversos fatores necessários para fomentar o progresso econômico e também impulsionar o almejado desenvolvimento econômico que Bresser-Pereira (2008, p.1) define como “o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população”.

À vista disso, propôs-se investigar a indústria anapolina, bem como, seu progresso econômico. Em suma, neste estudo, se considera ‘desenvolvimento industrial’ a evolução dessa atividade, sobretudo, da indústria de transformação ao longo da história desse município (como também foi com a industrialização se desenvolveu em Goiás e no Brasil). Nesse ínterim, também se faz uso da expressão ‘crescimento industrial’ que aqui se considera o aspecto quantitativo e mensurável das unidades industriais existentes, das suas tipologias, bem como, o número de empregos gerados, aumento da participação do setor secundário na economia medido pelo Produto Interno Bruto (PIB).

Com vistas a compreender esse processo, analisamos a indústria sob duas perspectivas. Uma que se desenvolveu (e ainda se desenvolve) sem o apoio direto do Estado e que se encontra instalada por diversos bairros e vilas da cidade. E outra, que se desenvolveu a partir do incentivo direto e incisivo do Estado as quais se instalaram predominantemente no distrito industrial. Dessa classificação se delineou duas definições para analisar a indústria

anapolina: a dispersa e a concentrada, que respectivamente se referem às indústrias que encontram-se espalhadas pelo município e aquelas que se encontram concentradas no Distrito Agroindustrial de Anápolis. Por fim, estas últimas convergindo com a proposição de plataforma industrial, neste estudo é entendida como o conjunto de ações do Estado para promover a industrialização.

A indústria que denominamos dispersa começou a germinar em meados do século XX. Para tanto, a importância de Anápolis na dinâmica regional de Goiás foi o elemento fundamental. Foi a relevância no cenário regional que impulsionou crescimento econômico, populacional e urbano desse município. Seu dinamismo como centro comercial atraiu desde cedo um número crescente de pessoas que buscaram estabelecer-se no município e em seus arredores. Ademais suas conhecidas terras férteis propícias ao cultivo de cereais e à criação de animais, fez com que Anápolis prosperasse gradualmente.

Assim, ao longo do tempo foi se somando o encadeamento das potencialidades de Anápolis – potencial locacional, comumente chamado de logístico, agrícola e centro comercial do estado – o que, por sua vez, consolidou uma estrutura econômica que impulsionou o desenvolvimento industrial local. Nesse contexto, destaca-se especialmente a produção do café, pois nas duas primeiras décadas do século XX, o café foi a principal base econômica que possibilitou a acumulação de capital em Anápolis que, posteriormente, foi direcionado para o comércio, finanças e, mais adiante, para a indústria. Processo que, guardadas as devidas proporções, nos remete a concepção de “complexo econômico” concebido por Cano (1977).

A indústria que nasceu tímida em meados do século XX foi se fortalecendo no decorrer dos decênios. Os dados apresentados anteriormente, demonstram que o crescimento industrial de Anápolis foi contínuo. Enquanto no recenseamento de 1920 não se contabilizou nenhuma indústria em Anápolis, em 1940 já foram recenseados 36 estabelecimentos industriais. Na década seguinte foram contabilizados 64 estabelecimentos e em 1960 Anápolis possuía 128 estabelecimentos industriais e o maior valor da transformação industrial do estado o que indica que a indústria anapolina tinha porte considerável apresentava boa produtividade em relação aos demais municípios goianos.

O crescimento industrial de Anápolis foi, ao longo do tempo, se distribuindo de forma dispersa pelo espaço urbano e rural do município, tornando-se cada vez mais numerosa e diversificada, conforme apontado pelos os censos econômicos. Nesse processo, além dos fatores locacionais, a atuação política da classe dirigente local também desempenhou um papel significativo. Desde os anos de 1930, essa classe dirigente procurava unir os empresários da cidade para impulsionar o desenvolvimento econômico do município, apoiando o comércio e

fortalecendo o setor industrial, resultando no fortalecimento da economia local.

Como resultado desse processo, Anápolis reafirmou sua importância no contexto regional, que havia sido ofuscada pela construção das capitais. Além disso, conferiu ao município as condições necessárias para iniciar o processo de industrialização em Goiás mediada pelo Estado que, se deu através da instalação de distritos industriais pelo território goiano. Nesse processo o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) se tornaria o exemplo de sucesso da política de industrialização desencadeada pelo governo goiano e faria de Anápolis o principal polo industrial de Goiás.

Todavia, mesmo que Anápolis apresentasse considerável dinamismo econômico nos três setores econômicos e concentrasse diversos atributos necessários para impulsionar a atividade industrial, o governo de Goiás à época (Leonino Ramos) percebeu que era preciso intervir. Assim, observando as ações de outros estados começou a delinear a política de industrialização de Goiás. As primeiras medidas efetivas foram a implementação da Lei 7.700/73 e a criação da GOIASINDUSTRIAL no mesmo ano.

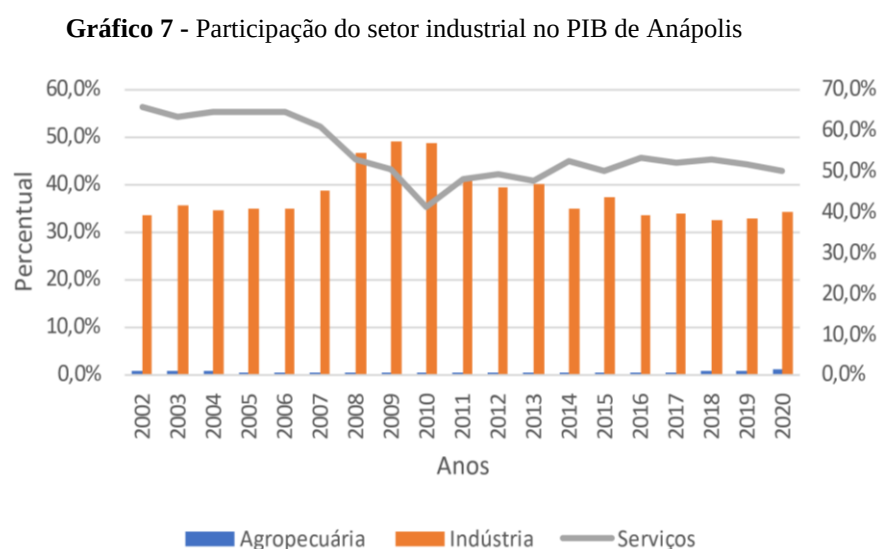
Com um projeto de industrialização ambicioso, que planejou implantar 42 distritos pelo estado, a GOIASINDUSTRIAL, responsável por identificar as potencialidades regionais, deu início a seleção das cidades para receberem os distritos industriais. Assim, graças a importância que Anápolis já havia alcançado no cenário regional foi escolhida para sediar a implantação do primeiro distrito agroindustrial de Goiás. Viu-se que a partir de então a atuação das três esferas do Estado, juntamente com a ACIA, não medirem esforços para que este tivesse sucesso.

Assistiu-se desde a inauguração que o número de indústrias presentes no distrito foi crescente, que embora tenha oscilado, não decresceu. Verificou-se também que a variação, sobretudo, no aumento do número de indústrias esteve diretamente ligada às intervenções mais incisivas do Estado, como por exemplo a partir da criação do Fomentar e do Produzir. Este último, associado a “lei dos genéricos”, propiciou a especialização industrial no DAIA, que atualmente concentra 62,5% das indústrias de medicamentos e produtos hospitalares do município, dentre as quais muitas são reconhecidas nacionalmente como o Laboratório Teuto, Brainfarma, Geolab entre outros.

Até o final dos anos de 1990 o DAIA vinha atendendo um dos objetivos centrais da política de industrialização com foco na implantação, preferencialmente, de agroindústrias a fim de promover a transformação da matéria-prima local agregando-lhe valor. Até então, o perfil industrial predominante deste mantinha estreita conexão com o perfil econômico do estado, visto que, predominavam indústrias ligadas à transformação dos produtos da

agropecuária. A partir dos anos 2000 o distrito começou a se especializar, foi quando o ramo farmacêutico passou a ter significativa representatividade em número de unidades industriais e em geração de empregos.

Desse modo, Anápolis chega ao século XXI, com considerável parque industrial, composto tanto pelas indústrias dispersas pelo município quanto pelas concentradas no DAIA. Os dados obtidos ao longo deste estudo permitem verificar que a atividade industrial avançou e se consolidou como importante setor da economia tanto na geração de empregos, sendo responsável por mais de 28 mil postos de empregos diretos em 2019 (IMB, 2019). Quanto na contribuição econômica desse setor para a produção total de riqueza do município, que embora esteja em segundo lugar nesse quesito tem peso considerável, conforme pode ser observado a seguir (gráfico 7):



Fonte: IMB, 2020.

Todavia, no decorrer da realização desse estudo, ao se ampliar a escala de análise, isto é, ao se aumentar o nível de detalhamento dos dados passou-se a perceber algumas particularidades a respeito da industrialização de Anápolis, tornando visíveis características peculiares e mais específicas desse processo. As quais passamos a apresentar a seguir. Uma das primeiras constatações se referem às diferenças do número de indústrias dispersas e concentradas no município. Das 1655 empresas existentes em Anápolis em 2019, segundo a Secretaria de Economia do Estado de Goiás, 1494, ou seja, 90,3%, encontram-se dispersas pela zona urbana e rural do município. Enquanto apenas 9,7% estão concentradas no Distrito Agroindustrial, conforme demonstrado abaixo (tabela 15):

Tabela 15 - Tipologia das indústrias ativa em Anápolis - 2019

Tipo de indústria	Quantidade	% de cada tipo em Anápolis	DAIA	Outros bairros
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	387	22,0	58	329
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	278	17,9	10	268
INDÚSTRIA DE BEBIDAS	11	0,7	-	11
INDÚSTRIA DE CALÇADOS	38	2,5	-	38
INDÚSTRIA DE CARNES	13	0,9	-	13
INDÚSTRIA DE FUMO	2	0,1	-	2
INDÚSTRIA DE LÁCTEOS	8	0,5	-	8
INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	32	0,8	20	12
IND. DE MOVEIS, ELETRO ELETR., CINE FOTO, SOM E REFRIGERAÇÃO	173	11,1	7	166
INDÚSTRIA DE VEÍCULOS E PEÇAS	33	2,0	3	30
INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO	327	21,8	2	325
INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	99	5,4	19	80
IND. PROD. QUÍMICOS, PROD. HIG., LIMP., PAPELARIA, EMB. E OUTROS	254	14,3	42	212
Total Geral	1 655	100	161	1 494

Fonte: Secretaria de Economia/2019.Dados trabalhados pela autora.

As indústrias dispersas se distribuem em 13 tipologias, onde apenas a produção de medicamentos e produtos hospitalares é a única tipologia que não se destaca em relação ao total de indústrias existentes no município, visto que, representa apenas 37,5% desse valor. As demais tipologias têm participação acima de 80%, o que permite inferir que ainda predominam em Anápolis as mesmas tipologias da indústria pretérita, como por exemplo indústria de carne, de vestuário e alimentícia. Estas, apesar de serem maioria em quantidade de unidades, não são as maiores geradoras de emprego no segmento indústria, como será demonstrado adiante.

As indústrias concentradas, sediadas no DAIA, por sua vez, correspondem a 9,7% do total de indústrias em Anápolis, ou seja, 161 em termos absolutos⁵⁰. Estas, por sua parte, se distribuem em 8 tipologias, onde a indústria de produtos de medicamento e produtos hospitalares é o destaque, porque é responsável por 62,5% das indústrias desse segmento no município. Estas, quando somadas à tipologia de produção de insumos químicos (16,5%), assumem a liderança nesse segmento no município, quase 80% dessa tipologia. Em terceiro e quarto lugar de importância vem as indústrias ligadas ao Agronegócio (19,2%) e a construção civil, mineração e máquinas (15%).

Os dados permitem inferir que as tipologias industriais predominantes no município

⁵⁰ Esses dados foram fornecidos pela Secretaria de Economia do Estado de Goiás são referentes ao ano de 2019 e estes indicam que haviam 161 indústrias no DAIA. Já os dados fornecidos pela Administração do DAIA são referentes ao ano 2023, onde consta a existência de 131 empresas sediadas no distrito. De ambos os dados não se conseguiu identificar a metodologia para se obter resultados, o que pode explicar o desencontro dos resultados além dos mesmos serem de anos distintos.

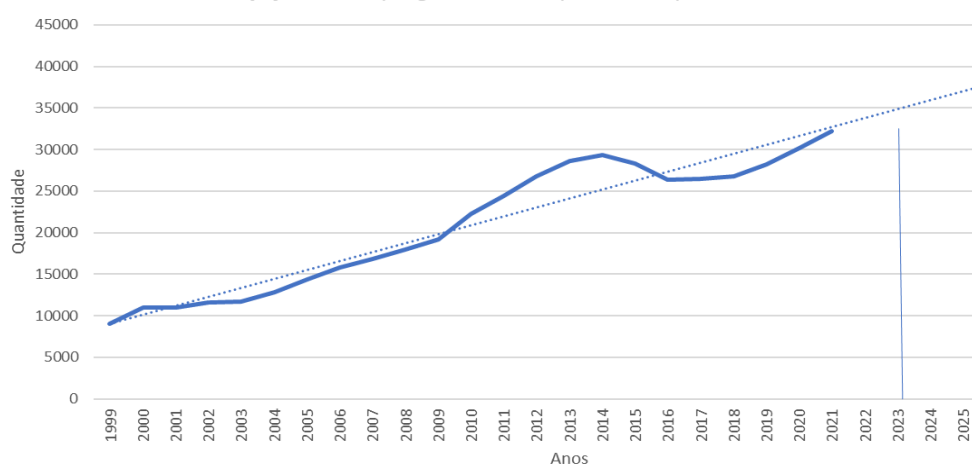
permanecem ligadas aos ramos tradicionais da economia. E que no DAIA ocorreu uma certa “modernização” da atividade industrial caracterizado pela presença considerável de indústrias do ramo farmoquímico. Essa constatação quando relacionada com os dados da distribuição dos recursos do Produzir no município permite deduzir ainda que a política de industrialização, desenvolvida pelo Estado, favoreceu especialmente as indústrias do Distrito.

Essa dedução se ratifica quando se amplia ainda mais a escala de análise, e se verifica que o maior número de benefícios concedidos foi para as indústrias sediadas no DAIA onde se concentra mais de 50% dos benefícios do Produzir (figura 22). E quando se verifica que o ramo farmoquímico foi o que mais recebeu esse benefício. Do total do Produzir em fruição em Anápolis 39,02% foram destinados às indústrias do ramo farmoquímico ou diretamente ligado a este, maioria do distrito (Anexo I).

Ao procurar analisar a geração de emprego pela indústria anapolina chegou-se a resultados instigantes. Tem-se, portanto, 90,3% das indústrias fora do distrito, distribuídas por várias partes do município e, por outro lado, no DAIA 9,7% do total de indústria do município (gráfico 8). Todavia, o distrito agrega em seu território empresas de médio e grande porte, como por exemplo, a Brainfarma, Teuto, Geolab e CAO A que empregam em um mesmo ponto grande número de pessoas.

Gráfico 8 - Projeção de empregos no município de Anápolis até 2025

Projeção de empregos no município de Anápolis até 2025.



Fonte: IMB, 2023.

Dada a dificuldade de ter acesso a microdados sobre emprego e as informações conseguidas, fornecidas pelo Instituto Mauro Borges, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Economia e a administração do DAIA terem datas diferentes, fez-se uma projeção linear com dados de empregos em Anápolis (gráfico 8) e se chegou à conclusão que ter-se-ia aproximadamente 35.000 pessoas regularmente empregadas no ano de 2023.

Considerando que a Administração do DAIA informou que em 2023 as empresas estão empregando 19.211 pessoas, infere-se que o distrito responde por 55% dos empregos totais do município.

Assim, enquanto os dados referentes a quantidade de empresas dispersas e concentradas levam, de imediato, a questionar a efetiva importância do Distrito Agroindustrial para a economia anapolina e, também, os resultados da política industrial, os dados sobre a geração de empregos exigem ponderação. Uma vez que, a geração de empregos denota a importância do DAIA, sobretudo, quando considerado o número de indústrias e de empregos oferecidos. Mesmo que em volume de indústrias seja baixa por somente atingir 9,7% das unidades fabris do município sua representação na geração de empregos é consideravelmente significativa.

Considerando dados de empregos da indústria de transformação de Anápolis em 2019, fornecidos pelo instituto IMB, o volume de empregos gerados, nesse ano, pelas indústrias química, produtos farmacêuticos, veterinário entre outras, foi de 13.149, correspondendo a 46,3% do total dos empregos em Anápolis no mesmo ano que foi de 28,418 (IMB/BDE). O peso destas indústrias é elevado uma vez que elas correspondem a 1,9% das indústrias no conjunto do município e empregam 46,3% da mão de obra local.

Atentando-se para os dados da tabela 10 que apresenta o número de empresas por subgrupo de atividade econômica e o respectivo número de funcionário destes, tem-se a confirmação da importância das indústrias do ramo farmoquímico. No Distrito, em 2019, elas representam 12,4% das indústrias instaladas e empregam mais de 63,32% da mão de obra, em termos absolutos correspondem a 12,165 funcionários.

No entanto, apesar dos dados de emprego evidenciarem a importância econômica do distrito, uma ponderação se faz importante: o custo deste. Isso porque, vimos que grande parte dos recursos do programa Produzir se localiza no DAIA, e sobretudo, que o ramo industrial que mais gera empregos é também aquele que concentra o maior volume de créditos recebidos.

Tal constatação resgata a discussão desenvolvida por Borges (2014) que aponta que o custo do emprego gerado é bastante elevado para o Estado, quando se considera o valor do crédito concedido com o número do emprego gerado. O autor alerta que esse custo é maior ainda “quando somamos os créditos concedidos aos investimentos realizados” (BORGES, 2014, 223). Essa situação é observada em Anápolis, conforme ilustra os dados na tabela 16.

Tabela 16 - PRODUIR - Custo do emprego dos projetos aprovados em Anápolis

Variáveis	No geral das indústrias	Na indústria farmacêutica (total delas)
Total investido (R\$):	2 252 184 931,84	343 679 129,98
Empregos gerados	17 067	3 961
Valor por emprego gerado (R\$)	131 961,38	86 765,75

Observação: os dados foram coletados dos projetos de investimentos aprovados, não necessariamente dos valores reais implementados.

Fonte: Secretaria de Economia/2019.Dados trabalhados pela autora.

Não obstante, quando se analisa a proporção de empregos gerados pelas categorias industriais (dispersas e concentradas) no município, esta obriga a reconhecer a relevância das indústrias para a economia anapolina, que mesmo não sendo o principal segmento na geração de empregos tem significativa importância. Importância maior, tem o Distrito Agroindustrial de Anápolis. Contudo, visto que neste se concentra o maior número de indústrias favorecidas pelos benefícios da política de industrialização, a importância dos empregos precisa ser relativizada. Ademais, Borges (2014) também chama a atenção sobre a isenção fiscal para a indústria ainda sobrecarregar os outros setores econômicos.

No decorrer do trabalho, foi-se verificando que a política de industrialização se mostrou positiva para a industrialização anapolina, expresso na promoção do Distrito Agroindustrial de Anápolis. Este, graças a essa política, se constituiu numa plataforma industrial importante, com apreciável concentração industrial e peso considerável na geração de empregos para a cidade.

Mas essa política de industrialização se torna controversa quando se examina a estrutura industrial de Anápolis, especialmente, das indústrias dispersas pelo município. Posto que, após 50 anos do início dessa política nas demais indústrias, houve pouca alteração na estrutura industrial do município. A maioria das indústrias dispersas pelo município não cresceram, considerando que a maioria permanece de pequeno porte e com baixa capacidade de gerar emprego. E ainda, que houve pouca diversificação industrial no município como um todo.

Ademais, é possível verificar que as empresas dispersas foram parcialmente beneficiadas pelo Produzir, que era o programa oficial de incentivo à industrialização do estado. A análise da distribuição do Produzir (figura 22) no município não deixa dúvidas que esse programa se concentrou no DAIA, favorecendo grandemente o desenvolvimento desse distrito e as indústrias ligadas ao ramo farmoquímico, mas deixando a desejar para com as demais dispersas pelo espaço da cidade e, principalmente, com as dos demais ramos industriais.

Por fim, arrisca-se a inferir que a política de industrialização não promoveu o desenvolvimento industrial, Castro (2014) inclusive chama atenção para o baixo investimento tecnológico promovido ao longo dos anos de vigência da política industrial no estado de modo geral. Ademais, quando se verifica que houve, sobretudo, a atração de indústria de fora para povoar o DAIA e que indústria local não se “desenvolveu” e também que não houve diversificação da estrutura industrial.

Por fim, sabe-se que as indústrias dispersas pelo município também podem ter acesso aos benefícios do Produzir, por exemplo. Mas, observa-se que o percentual de benefícios é maior para as indústrias sediadas no DAIA. Como por exemplo pode se citar o custo do terreno menor, subsídios ou isenções nos custos com água e energia, vantagens quanto a impostos municipais, as indústrias sediadas no distrito recebem uma pontuação maior para ganhar um percentual maior de benefícios, ou seja, volume de benefícios que foram centralizados para as indústrias que vão para o distrito realmente é desproporcional em relação às outras indústrias que vão se instalam fora dele. O benefício existe para as indústrias dispersas, mas ele é realmente bem pequeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este estudo com o objetivo de analisar o processo de industrialização ocorrido em Anápolis desde o surgimento dessa cidade até os dias atuais. Compreender, como a política de industrialização promovida pelo Estado repercutiu na promoção da indústria anapolina. E ainda verificar os desdobramentos econômicos e espaciais desse processo. A motivação para tal proposta de pesquisa surgiu de inquietações surgidas em outras pesquisas realizadas sobre o tema, especialmente, a que foi realizada por Cunha (2009) e também pelas observações empíricas acerca da industrialização de Anápolis. Apesar da motivação para realizar a pesquisa tinha-se a consciência de que seria um bom desafio.

O desenvolvimento da pesquisa reitera vários aspectos que conferiram a Anápolis importância no contexto regional e ratifica o pressuposto de que o atual desenvolvimento de Anápolis nada mais é do que resultado de sua função na divisão regional do trabalho fazendo concordar com Santos (2006, p. 248) ao dizer que os “lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social”. Anápolis, favorecida pela localização geográfica, antes mesmo de se tornar cidade, já se constituía como importante ponto de passagem para tropeiros que circulavam pela região, o que logo propiciou a aglutinação populacional e o desenvolvimento do comércio local.

Não obstante, as condições naturais propícias ao desenvolvimento agrícola também favoreceram o crescimento populacional e econômico, visto que Anápolis se situava na região de terras mais férteis do estado, a chamada zona do Mato Grosso Goiano, o que permitiu a esta cidade ser a principal de uma das mais importantes frentes de expansão agrícolas do país, isto é, Anápolis constituiu-se no ponto de conexão de Goiás com as regiões mais desenvolvidas do país sediadas no Sudeste.

As funções econômicas, populacional e urbana que Anápolis apresentou em cada um dos períodos, ilustram bem o pressuposto de o desenvolvimento da economia anapolina de dada mediante as demandas regionais e nacionais. O que pode ser observado quando Anápolis se constituiu entroncamento entre as principais cidades mineradoras; quando se constituiu na principal cidade da frente de expansão agrícola do Mato Grosso Goiano, dadas as condições populacionais, urbanas e econômicas que possuía; quando se tornou ponto final dos trilhos da ferrovia Centro-Atlântica, conferindo-lhe o título de centro comercial e articulador de Goiás; quando a partir da implantação da CANG e a concorrência com as capitais Goiânia e Brasília assumiu a liderança do comércio atacadista. E por fim, no terceiro quartel do século XX, quando o Estado passa a promover a industrialização, Anápolis assumiu uma nova e importante função

regional, a ser polo industrial do estado.

Essas constatações elucidam a convergência existente entre a industrialização brasileira, goiana e anapolina devido a tendência de união dos lugares na economia globalizada (SANTOS, 2006). Podemos identificar convergências entre a industrialização brasileira, goiana e anapolina semelhanças do processo histórico. A industrialização no Brasil se intensifica a partir do século XIX, especialmente, a datar as décadas de 1940 em diante. Processo que foi impulsionado pelo processo de substituição de importações e pela criação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento industrial.

Esse processo de industrialização também ocorreu em Goiás, especialmente a partir da década de 1970, quando o estado passou a destinar ~~receber~~ incentivos governamentais para a instalação de indústrias, com a criação a política de industrialização pautada na concessão de incentivos e benefícios fiscais da qual os Programas Fomentar e Produzir se tornaram exemplos emblemáticos. Esses programas tinham como objetivo estimular a produção industrial e diversificar a economia do estado, que até então era baseada principalmente na agropecuária.

Em Anápolis, a industrialização embora tenha se iniciado em meados do século XX, quando predominava a indústria de beneficiamento dos produtos da agropecuária para atender a população local e para exportar o excedente foi somente na década de 1970, que a indústria anapolina recebeu significativo impulso quando foi implantado o Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA fazendo com que a cidade se consolidasse como um importante polo industrial do estado, atraindo empresas de diversos setores e contribuindo para o desenvolvimento desse setor econômico.

Assim, podemos observar que há uma convergência entre a industrialização brasileira, goiana e anapolina. Ambas se iniciaram tardiamente respondendo à divisão territorial do trabalho. Ambas se ampliaram e foram impulsionadas por políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento industrial, pela diversificação da economia e pela busca por maior autonomia e independência em relação às importações.

Para Anápolis, o resultado desse processo industrial, foi que a partir da década de 1980, o setor secundário passou a liderar a arrecadação de ICMS e também passou a ser o setor que mais contribuía na composição do PIB do município. A implantação do DAIA também desencadeou a instalação e a concentração de um conjunto de atividades e serviços de suporte e infraestrutura voltados para atender as necessidades das indústrias do distrito, bem como de toda a região, tendo como exemplo emblemático a instalação do Porto Seco Centro-Oeste. O que reiterou a importância econômica de Anápolis no cenário regional, como polo industrial de Goiás.

Assim, um conjunto de forças convergentes resultou no sucesso do DAIA que, por consequência, passou a representar muito para a economia anapolina e goiana. Isto se deve, sobretudo, ao fato de que a partir de sua implantação o setor industrial de Anápolis assumiu a liderança nos setores da economia, o que por sua vez, refletiu positivamente na participação desse município na geração de renda em Goiás assim como também contribuiu para aumentar a participação da indústria na composição geral da renda interna do estado.

Atualmente, a realidade industrial do distrito evidencia que ocorreu de fato o distanciamento do distrito do caráter agroindustrial que permeou sua criação. A pesquisa realizada por Cunha (2009) destacou que o DAIA começava a passar por certa especialização de suas atividades dada as articulações para implantar o polo farmacêutico. Tal situação fica comprovada pelos dados colhidos na pesquisa atual, os quais demonstram que hoje o ramo industrial farmacêutico é o principal na geração de emprego, pois no Distrito, pois neste ano, elas representam 14% das empresas instaladas e empregam mais de 51% da mão de obra, em termos absolutos 9.931 pessoas.

Todavia, quando se analisa os impactos da política de industrialização para com o processo industrial anapolino no todo observa-se que esta não foi beneficiada na mesma proporção. Visto que, as indústrias dispersas, embora sejam a grande maioria em termos de unidades, não são responsáveis pela maior geração de empregos do setor na cidade. Ademais, ainda predominam indústrias ligadas a setores tradicionais, com destaque para indústria alimentícia, de vestuário e construção civil. O que nos permite inferir que continuam de pequeno porte e de baixa tecnologia.

Diante do exposto verificou-se que os incentivos fiscais das políticas de industrialização aplicados no município têm alcance limitado em promover a diversificação e fortalecimento da indústria anapolina, privilegiando indústrias de capital externo e localizadas no DAIA, em detrimento das indústrias de capital local, sediadas em outras regiões do município, essas menos intensivas em capitais e com maior capacidade de geração de emprego e consequentemente renda para a população.

Em termos de perspectivas para a industrialização anapolina não se poderia deixar de mencionar duas questões importantes, são elas: a criação do DAIA II e a Reforma Tributária. A primeira vem se desenrolando desde o ano de 2019, quando se começou a realização de inúmeras audiências públicas para discutir a criação de um segundo distrito industrial na cidade.

As primeiras audiências visavam “legalizar” a área municipal para instalar o DAIA municipal, uma vez que, a área pretendida para tal se encontra na zona rural saída norte (numa área de 16 alqueires localizada próxima ao novo Parque de Exposições Agropecuárias, na BR-

153). As mudanças nas respectivas legislações “visam [...] dar condições e segurança jurídica para a implantação do projeto do primeiro distrito industrial municipal” (JORNAL 7 MINUTOS, 14 de set/2019).

Num dos discursos proferidos pelo então prefeito Roberto Naves ele destaca que o DAIA Municipal, que também já foi denominado de DAIA II e atualmente é chamado de Politec, tem como objetivos centrais trazer mais empregos, tecnologia e inovação para a cidade e reitera: “Um novo ciclo de crescimento está sendo inaugurado na cidade [...] Aliamos preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, assim, as empresas do novo polo serão de base tecnológica, pois não produzem resíduos” (GOIÁS24HORAS, 24/10/2019). Espera-se que este projeto venha ao encontro das necessidades das indústrias locais para de fato impulsionar a industrialização de Anápolis como um todo, contudo, os discursos realizados acerca deste, levantam questionamentos e ceticismo quanto a isso.

Outro desafio que se delineia a industrialização anapolina é a tramitação da aprovação da Reforma Tributária, em especial a PEC 45 e a PEC 110. Questão ainda obscura e espinhosa que requer análise cuidadosa. Há os grupos que defendem e os que acusam com os mais variados argumentos. Contudo não se poderia deixar de trazê-la à luz nessas considerações justamente pelo aspecto nebuloso que esta traz à indústria e a economia anapolina e goiana.

Há aqueles que temem o resultado da Reforma e afirmam que a permanência dos incentivos é fundamental para garantir a sobrevivência e a permanência das grandes indústrias e empresas sediadas em Goiás. E que na ausência dos incentivos o estado pode perder muitas empresas. O próprio governador Caiado tem frisado que tal reforma vai causar grave impacto negativo na economia goiana. Contudo, há aqueles que avaliam que a retirada do benefício fiscal pode trazer uma situação ‘interessante’ porque iguala o pagamento de impostos para todos, e o diferencial tanto para o estado de Goiás quanto para a cidade de Anápolis seria conseguir produzir com custos atraentes.

Os benefícios fiscais como os concedidos pelo Produzir (e mais recentemente o Progoiás - Programa de Desenvolvimento Regional implementado pela Lei nº 20.787/20) são importantes, mas, necessariamente, não são os únicos responsáveis estímulo e desenvolvimento da indústria goiana e anapolina, como por exemplo, o caso das indústrias agronegócio. Essas, mesmo perdendo os benefícios, ainda é vantajoso continuar em Anápolis e em Goiás, o fato de estarem próximas tanto das matérias-primas quanto a um mercado consumidor potencial acaba por tornar a produção mais vantajosa.

Outros ramos industriais, porém, não vão ter os mesmos benefícios em função das especificidades produtivas para as quais a oferta de benefício é muito significativa. Mas ao se

considerar os avanços técnicos nas comunicações e transportes pode ser que a ausência de financiamentos seja minimizada. Ademais, não se pode desconsiderar, em especial no caso de Anápolis, a localização estratégica tanto do ponto de vista espacial, “entroncamento do Brasil” quanto do ponto de vista socioeconômico, visto que se encontra numa área densamente urbanizada e densamente povoada.

Enfim, foram as evidências empíricas que motivaram a investigação da industrialização de Anápolis de modo geral, e não só a existente no DAIA, visto que se entende que esta é apenas uma das faces desse processo. Algumas questões foram respondidas a contento, outras nem tanto. E as lacunas que ficaram e as novas perspectivas que se delineiam sobre o tema em tela darão, certamente, origem a futuras pesquisas.

Nos tranquiliza o entendimento que nenhuma pesquisa consegue findar com os questionamentos acerca de “seu” objeto. E essa pesquisa, como não poderia ser diferente, deixa inúmeras inquietações sobre o tema em aberto. O que é perfeitamente justificável pelo fato de que os objetos de pesquisa devem emergir da realidade que nos circunda na qual um conjunto das atividades que, “complementares ou não, tem uma lógica diversa da atividade dominante, provocam a partir do seu conflito de preocupações, um debate que acaba por interessar ao conjunto da sociedade local” (SANTOS, 2006, p.288).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **Plano Nacional de Desenvolvimento**. In: <http://cpdoc.fgv.br.>> Acesso em: 15/01/2020.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. Goiânia: E. Vieira, 2007.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás**. Mercator - Revista de Geografia da UFG, ano 06, n. 12, p. 25-36, 2007
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano – economia, urbanização e metropolização**. Goiânia: Editora da UFG, 2013.
- ARRIEL, Marcos Fernando. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da Indústria Goiana (1999-2007)**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.
- ARRIEL, Marcos Fernando. **A dinâmica produtiva e espacial da indústria goiana**. 2017. 207f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.
- ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. **A política de desenvolvimento produtivo**. São Paulo: IEDI, 33 p. 2008.
- ALMEIDA Junior et al. **Distribuição espacial dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste**. Revista de Economia, v. 33, n. 2 (ano 31), p. 115-137, jul./dez. Editora UFPR, 2007.
- ASMAR, João. **Anápolis e a Associação Comercial e Industrial de Anápolis – ACIA**. Goiânia: Kelps, 2011.
- AURÉLIO NETO, Onofre Pereira. **Estratégia espacial no mercado mundial de carne: a internacionalização do setor frigorífico brasileiro**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.
- BECKER, Bertha Koifmann. Cláudio Antônio Gonçalves Egler. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1994.
- BITTENCOURT, Paulo. Com Roberto Naves e novo distrito industrial, Anápolis inaugura um ciclo de crescimento. **Goiás24horas**, [S. l.], p. 1-1, 24 out. 2019. Disponível em: <https://goias24horas.com.br/132810-com-roberto-naves-e-novo-distrito-industrial-anapolis-inaugura-um-ciclo-de-crescimento/>. Acesso em: 31 jul. 2023.
- BORGES, Barsanufu Gomides. **O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro**

de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais:1909-1922. Goiânia, Cegraf, 1990.

BORGES, Eduardo Batista. **Incentivos fiscais e desenvolvimento socioeconômico de Goiás: análise de impactos dos Programas FOMENTAR e PRODUIR (1995-2011).** Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2014

BORGES, 2000, BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930- 1960.** Goiânia: Ed. UFG, 2000.

BORGES, Barsanufu Gomides. **O despertar dos dormentes - estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1902-1922.** Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79).** Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

BRASIL. **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.** Brasília: Casa Civil, 2003.

_____. **Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior-PITCE.** Brasília: MDICT, 2005.

_____. **Política de Desenvolvimento Produtivo-PDT.** Brasília: MDICT, 2008

_____. **Plano Brasil Maior 2011/2014: inovar para competir. Competir para crescer.** Brasília: MDIC, 2011.

_____. **Avaliação de desempenho de Brasil Mais Produtivo/CEPAL, IPEA.** Brasília: CEPAL, Ipea, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O modelo de desenvolvimento de Kaldor.** Revista Brasileira de Economia, n. 22, v. 2, p. 15-67, abr.-jun. Rio de Janeiro. 1975.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.** Versão de junho de 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Eli DINIZ. **Empresariado industrial, democracia e poder político.** Novos Estudos, vol. 84, pp.83-99, julho, 2009.

BRUM, Argemiro Jacob. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 4. ed. Campinas: Unicamp. IE, 1998.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005.** São Paulo: Editora\UNESPE, 2008.

_____. SILVA, Ana Lúcia Gonçalves. **Política industrial do governo Lula**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 181, julho 2010.

_____. **A desindustrialização no Brasil. Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, Número especial, p. 831-851, 2012.

_____. **(Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v.9, n 15, pp. 139-174, jul-dez, 2014.

_____. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3, pp. 444-460, julho-setembro, 2015.

CARDOSO, José Luís. **Política de crédito rural: retrospectiva e tendência de um novo padrão de financiamento**. Natal, RN: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 1997.

CASTILHOS, Clarice Chiappini. **Contradições e limites da política industrial do Governo Lula**. Revista Indicadores Econômicos da FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 55-74, junho. 2005.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CASTRO, Joana D’Arc Bardella. **Anápolis: desenvolvimento industrial e meio ambiente**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004.

CASTRO, Joana D’Arc Bardella. **O desenvolvimento industrial de Anápolis**. Revista O Centenário. Vol. 1 p. 31, 2006.

CASTRO, Mário Cesar Gomes de. **Industrialização em Goiás: política industrial e desenvolvimento, 1970 a 2010**. 2014. 187f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CASTRO, Sérgio Duarte de; ARRIEL, Marcos Fernando. **Indústria no Brasil Central: Transformações, desafios e oportunidades**. Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n. 36, jul. p. 21-40, 2016.

CASTRO, Mário Cesar Gomes de; CASTRO, Joana D'arc Bardella. **Incentivos à industrialização em Goiás: políticas industriais e seus impactos**. Revista de Economia da UEG. Vol. 16, N.º 1, jan/jun. 2020.

CASTRO, Joana D’arc Bardella; CASTRO, Mário Cesar Gomes de. **Planejamento urbano e a intervenção na paisagem: um estudo dos planos diretores de Anápolis/Goiás**. Revista de Economia da UEG. Vol. 13, N.º 1, jan/jun. 2017.

CASTRO, Mário Cesar Gomes; CONCEIÇÃO, Pedro Henrique Zuchi. **Política industrial em Goiás: uma revisão da literatura**. Revista de Economia da UEG. Vol. 14, N.º 2, jul/dez. 2018

CHAUL, Nars Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da Construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: ed. da UFG, 1997.

CHILIATTO, Marcos V.; Claudio, AMITRANO. **A política industrial recente no Brasil: uma avaliação**. Le Monde Diplomatique. Acervo Online/Brasil, 2018.

CORONEL, D. A. **Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

CORONEL, D. A. et al. **Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral computável**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 337-365, 2011.

CORONEL, Daniel Arruda. AZEVEDO, André Filipe Zago de. CAMPOS, Antônio Carvalho. **Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico**. Revista de Economia de Política, vol. 34, nº 1, pp. 103-119, janeiro-março/2014.

COUTINHO, Luciano G. FERRAZ, João Carlos. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: Unicamp-Papirus, 1994.

_____. **Desindustrialização escancarada**. Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 7 de julho de 1996. Disp: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/07/dinheiro/12.html>

COSTA, Célio. **A Economia Contemporânea de Goiás**. O Popular, Goiânia, 1987.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. **Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

DELGADO, G. C. **Política de preços mínimos: uma avaliação do sistema de garantia de preços da CFP**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990. (texto para discussão).

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Política de Desenvolvimento Produtivo: nova política industrial do governo**. São Paulo: Dieese (Nota Técnica, n. 67) 2008.

_____. **Considerações sobre o Plano Brasil Maior**. São Paulo: Dieese (Nota Técnica, n. 102), 2011.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. CEDEPLAR/FACE/UFGMG, (Texto para Discussão nº159), Belo Horizonte, 2001.

DINIZ, Elí. Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FAISSOL (1952) FAISSOL, Speridião. **O “Mato Grosso de Goiás”**. Rio de Janeiro: Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

FONSECA, Reinaldo. **A industrialização de Goiás: um caso de sucesso**. In: CAVALCANTI, Isabel Machado; LASTRES, Helena Maria Martins et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 296-349, 2014.

FRANÇA, Maria de Souza. **Terra, trabalho e história: a expansão agrícola no “Mato Grosso” de Goiás – 1930/55**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

FRANÇA, 1974 _____. **A Formação Histórica da cidade de Anápolis e sua área de influência regional**. São Paulo: ANPUH, 1974. p.635-664.

FREITAS 1995 FREITAS, Revalino A. **Anápolis passado e presente**. Anápolis: Voga, 1995

GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – 1961-1965**. v.1 e 2. Goiânia: Secretaria de Governo, 1961.

GOIÁS. **Diretrizes gerais e setoriais da ação do Governo de Irapuan Costa Junior**. Goiânia: Oriente, 1975.

GOIÁS. **Plano de Ação do Governo Ary Valadão 1980-1983**. Goiânia: Secretaria de Governo, 1980.

GOIÁS. **Plano Global de Trabalho do governo Iris Rezende Machado 1983 a 1986**. Goiânia: Secretaria de Governo. Novembro de 1984.

GOIÁS. **Plano Setorial de Trabalho. Plano Global de Trabalho do governo Iris Rezende Machado 1983 a 1986**. Goiânia: Secretaria de Governo. Novembro de 1984.

GOIÁS. **Programa de Governo - Henrique Antônio Santillo 1987 a 1991**.

GOIÁS. **Ações e metas de Governo - Iris Rezende Machado 1991 a 1994**.

GOIÁS. **Plano Progresso em dobro - Luís A. Maguito Vilela 1995 a 1998**.

GOIÁS. **Plano de Governo Construção do tempo novo - Marconi F. Perillo Júnior 1999 a 2002**.

GOIÁS. **Plano de Governo - Marconi F. Perillo Júnior 2003 a 2006**.

GOIÁS. **Plano Goiás Estado da Qualidade de Vida - Alcides R. Filho 2007 a 2010**.

GOIÁS. **Plano de Governo - Marconi F. Perillo Júnior 2011 a 2014**.

GOIÁS. **Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento - Marconi F. Perillo Júnior 2015 a 2018**.

GRAHAM, Douglas H. HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque. **Migrações internas no Brasil: 1872-1970**. São Paulo: IPE, USP, 1984.

GUERRA, Oswaldo. **Política Industrial e Competitividade:** de Collor a FHC. Revista Organizações e Sociedade, vol. 4 n. 8, p. 39-56, revista online, 1997.

ROSA, Guimarães. grande sertão: veredas. rio de janeiro: nova aguilar, 1994.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **A experiência Recente de Política Industrial no Brasil:** uma avaliação. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ (Texto para discussão, n. 326), 1995.

HADDAD, Marcos Bittar. **A expansão capitalista em Goiás:** da incipiente mineração ao século XX. BARU - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos. v. 2, n.1, p. 71-92, jan./jun., 2016.

HIRSCHMAN 1961 HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, Albert. O. **Desenvolvimento por efeitos em cadeia:** uma abordagem generalizada. In: SORJ, Bernard; CARDOSO, Fernando H.; FONT, Maurício (Orgs). Economia e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral do Brasil 1940:** Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Série Regional, v. XXI – Goiaz. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral do Brasil 1950:** Censos Econômicos. Série Regional, v. XXX – Estado de Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** V.36. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial 1960:** Mato Grosso e Goiás. VII Recenseamento geral do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial 1970:** Goiás. VIII Recenseamento geral do Brasil 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial 1980:** Goiás. IX Recenseamento geral do Brasil 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** Rio de Janeiro, 2017.

IBGE. **Censo Demográfico**. Resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2023

IMB. **Painéis Municipais** - Anápolis – 2016

KALDOR, Nicholas. **Ensayos sobre desarrollo económico**. México: Centro de Estudios Monetarios Latino americanos, 1961.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

KOSSA, 2006 KOSSA, Pablo. **Marco do novo Goiás: 30 anos do DAIA**. Goiânia: 2007.

LAURIAS, Natália Cordeiro. **O papel dos incentivos fiscais no processo de estruturação industrial em Goiás (1998-2006)**. Revista de Economia da UEG, Anápolis, v. 5, n. 1, jan./jun. 2009.

LAURIAS, Natália Cordeiro. **Políticas públicas de incentivos fiscais em Goiás: uma análise sobre a perspectiva da geração de empregos**. Revista de Economia da UEG, Anápolis, v. 15, n. 1, jan./jun. 2014.

LUZ, Gil Mendes. **Planejamento e intervencionismo estatal em Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

LUZ, Janes Socorro da. **Especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2001

MARSHALL 1996 MARSHALL, Alfred. **Princípio de economia: tratado introdutório**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Vol. 1. Coleção Os economistas)

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo. Pioneira, 1975.

MELLO, Marcelo de. **Brasília, Águas Lindas de Goiás e o (Des)Encontro da Racionalidade com a Irracionalidade**. Tese de doutorado. Instituto de Estudos Socioambientais, IESA, UFG, 2009.

MELLO, Marcelo de. SILVA, Genilder Gonçalves da. **A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura**. Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul./dez. 2013

OLIVEIRA, Guilherme Resende. ARRIEL, Marcos Fernando. SILVA, Everaldo Leite da. LIMA, Alex Felipe Rodrigues. **Análise espacial do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO): o caso de Goiás**. XVI ENANPUR. Espaço, Planejamento e Insurgências, Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, Guilherme Resende. RESENDE, Guilherme Mendes. OLIVEIRA, Felipe Resende. **Avaliação de (in)eficiência do programa empresarial do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste (FCO) em Goiás**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU). Vol. 11, n. 1, pp. 93-110, 2017

OLIVEIRA, Guilherme Resende. MENEZES, Rafael Terra. REZENDE, Guilherme Mendes.

Efeito dose resposta do fundo constitucional de financiamento do Centro-Oeste (FCO) no estado de Goiás. Nova Economia v.28 n.3 p.965-1000, 2018.

PALACÍN, Luís. MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás.** 6ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PASCHOAL, 2001 PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. **O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás (1984 – 1999).** 125f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

POCHMANN, Marcio. **Brasil sem industrialização:** a herança renunciada [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

POLONIAL (1995), POLONIAL, Juscelino. **Anápolis no tempo da ferrovia.** Anápolis, Associação Educativa Evangélica, 1995.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil.** 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PINHEIRO, Castelar Armando. OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysóstomo. **Privatização no Brasil:** passado, planos e perspectivas. IPEA, (Texto para Discussão nº 230), 1991.

RIBEIRO, Gildo. Audiência pública debaterá amplas mudanças no Plano Diretor de Anápolis. **7Minutos**, [S. l.], p. 1-1, 14 set. 2019. Disponível em: <https://7minutos.com.br/noticias/anapolis/audiencia-publica-debatera-amplas-mudancas-no-plano-diretor-de-anapolis/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SALERNO, Mário Sergio. **A política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal.** Parcerias Estratégicas, n. 19, dez, 2004.

_____; DAHER, Talita. **Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce):** balanço e perspectivas. Brasília: [s.n.], 2006

SALGADO, Tathiana Rodrigues. **Planejamento e Regionalização:** Análise dos Planos Plurianuais elaborados pelo Governo do Estado de Goiás entre 1999 a 2007. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SALGADO, Tathiana Rodrigues. **Setor de Serviços e Urbanização em Goiás.** 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SALLUM JR, Brasílio. **Governo Collor:** o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. Dados [online]. 2011, vol.54, n.2, pp.259-288.

SANTOS, Oyana R. dos. **A política de industrialização em Goiás com os distritos agroindustriais – DAIA (1970/90).** Dissertação de Mestrado. Goiânia: IESA/UFG, 1999

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço:** técnica e tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Kesia Rodrigues dos. **As relações entre o sítio natural e a urbanização na produção dos riscos ambientais:** as inundações na cidade de Anápolis (GO). 2017. 333 f. Tese de doutorado. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

SILVA, Carmem Cristina Borges da. **Daia – Implementação e Influência na Economia de Anápolis.** Trabalho Acadêmico. Anápolis: UNIANA, 1995.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **A Economia Goiana no Contexto Nacional:** 1970-2000. 2002. 198. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002

SILVA, Julia Bueno de Moraes. **A economia Anapolina nas décadas de vinte e trinta:** o desenvolvimento industrial de Anápolis. Revista O Centenário. Vol. 1 p. 30, 2006

SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo de. COSTA, Armando Dallas. **As características da estrutura financeira brasileira e a trajetória de industrialização.** Nova Economia, vol. 24, nº 2, pp. 243-264, maio-agosto, 2014.

STEIN, Guilherme de Queiroz. HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Política Industrial No Brasil:** Uma Análise das Estratégias Propostas na Experiência Recente (2003-2014). Planejamento e Políticas. Públicas, nº 47, Brasília, 2016.

SUZIGAN, Wilson. **Experiência histórica de política industrial no Brasil.** Revista de Economia Política, Vol. 16, nº 1, pp. 5-20, janeiro-março, 1996.

_____. **Industrialização brasileira em perspectiva histórica.** História econômica & História das empresas, Vol. 3, nº 2, pp. 7-25, 2000.

_____. **Instituições e políticas industriais e tecnológicas:** reflexões a partir da experiência brasileira. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 7-41, 2010.

_____. FURTADO, João. **Política industrial e desenvolvimento.** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, 2006

VILLA, Marco Antônio. **Collor presidente:** trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção. Rio de Janeiro: Record, pp. 341-42, 2016.

WAIBEL, Leo. **Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano IX, n. 3, p. 03-32. jul/set. 1947.

ANEXOS

Anexo I – Distribuição dos benefícios do PRODUIR pelos Municípios Goianos de 2000 a 2022

(continua)

Município	Empresas beneficiadas	Empregos diretos	Investimento fixo (R\$)	Benefício (R\$)
Abadia de Goiás	17	895	42.383.711,17	322.984.070,17
Abadiânia	23	23	393.131.293,02	1.992.094.393,12
Acreúna	12	3265	677.763.126,73	2.509.045.117,11
Adelândia	2	17	366.000,00	14.496.216,20
Águas Lindas	8	255	13.300.635,76	328.881.392,88
Alexânia	30	3136	315.082.191,46	3.094.653.014,96
Americano do Brasil	3	152	44.187.300,00	182.019.730,83
Amorinópolis	4	66	4.680.036,48	14.446.599,12
Anápolis	430	4381	490.504.747,33	13.924.197.757,19
Anicuns	3	217	29.367.500,00	137.672.565,69
Aparecida de Goiânia	368	8158	936.020.226,59	10.615.690.360,53
Aparecida do Rio Doce	1	10	509.724,15	4.614.325,47
Aporé	1	640	102.439.716,00	312.232.745,60
Araçu	1	56	19.410.000,00	68.524.778,64
Aragarças	2	4848	902.600.000,00	3.691.882.028,36
Aragoiânia	3	71	2.801.191,53	23.213.052,95
Aruanã	1	11	296.000,00	36.217.638,13
Aurilândia	1	14	350.000,00	47.649.460,98
Avelinópolis	1	5	88.000,00	4.180.440,80
Barro Alto	8	1120	1.679.931.635,88	891.134.392,99
Bela Vista de Goiás	24	1805	435.259.282,69	3.410.390.547,13
Bom Jesus de Goiás	2	2290	522.044.050,00	2.112.055.109,32
Bonfinópolis	4	116	1.652.000,00	15.604.905,37
Brazabrantes	3	169	11.586.220,00	103.875.083,67
Buriti Alegre	2	266	4.678.000,00	216.684.646,91
Cabeceiras	3	610	99.201.817,11	467.847.143,16
Cachoeira Alta	9	2064	190.104.256,60	2.113.820.670,21
Cachoeira Dourada	2	353	504.028.000,00	1.531.904.837,76
Caçu	4	2948	486.320.766,00	1.859.432.230,58
Caiapônia	1	733	326.467.063,15	1.328.921.365,61
Caldas Novas	6	1407	176.708.200,00	398.835.060,79
Caldazinha	3	13	725.489,65	4.061.553,36
Campo Alegre de Goiás	2	183	11.058.955,72	70.070.942,52
Campo Limpo de Goiás	3	77	988.030,89	120.505.771,60
Campo Belos	2	24	4.771.213,00	50.934.367,67

(continuação)				
Município	Empresas beneficiadas	Empregos diretos	Investimento fixo (R\$)	Benefício (R\$)
Carmo do Rio Verde	8	543	42.985.627,17	451.252.834,90
Catalão	48	6049	1.410.967.022,43	17.217.685.554,05
Caturaí	2	100	2.490.000,00	22.482.380,10
Ceres	7	160	24.295.434,80	142.492.469,44
Cezarina	4	211	5.879.587,76	120.325.172,25
Chapadão do céu	4	975	989.777.389,71	4.721.178.567,04
Cidade de Goiás	2	333	12.774.679,50	45.266.765,79
Cidade Ocidental	4	139	4.856.534,79	1.040.491.570,97
Cocalzinho de Goiás	2	57	1.634.658,49	164.601.525,38
Córrego do Ouro	1	3	717.266,00	7.138.170,91
Corumbáiba	3	440	5.787.353,79	12.135.616,66
Cristalina	11	1534	237.702.416,55	1.799.579.525,24
Crixás	1	209	12.200.000,00	64.543.811,51
Cumari	1	50	1.594.720,00	4.027.934,81
Damolândia	4	67	831.110,00	10.558.800,77
Doverlândia	1	624	191.300.000,00	774.227.572,23
Edealina	2	327	408.581.862,52	1.364.714.414,39
Edéia	4	117	67.280.164,22	435.323.163,74
Estrela do Norte	3	67	4.487.426,62	44.693.243,98
Firminópolis	10	1893	139.236.509,80	1.226.591.458,87
Flores de Goiás	2	810	326.945.600,00	1.389.159.113,36
Formosa	18	1343	653.999.320,10	3.618.903.449,05
Gameleira	3	83	2.408.485,08	8.436.817,97
Goianápolis	5	622	31.030.008,32	558.499.386,51
GoianDIRA	1	3	64.600,00	5.990.117,38
Goianésia	10	1247	201.165.956,71	3.585.792.903,41
Goiânia	465	24853	1.906.173.269,29	14.733.611.475,62
Goianira	45	2964	73.185.797,03	2.132.310.049,13
Goiatuba	17	4712	704.272.463,53	3.749.958.442,14
Gouvelândia	2	253	463.980.000,00	1.406.879.495,66
Guapó	6	340	15.296.740,00	89.892.759,21
Guarani de Goiás	1	55	1.014.785,00	34.935.121,54
Heitorá	2	20	1.164.493,22	15.913.139,38
Hidrolândia	23	1210	359.133.247,51	3.932.907.892,53
Iaciara	2	681	351.598.948,32	1.650.680.737,02
Inaciolândia	2	579	34.300.000,00	227.979.050,03
Indiara	5	477	117.840.599,90	354.547.166,12
Inhumas	29	4057	92.046.697,83	2.996.692.316,42
Ipameri	11	913	255.391.859,73	2.185.452.357,52
Iporá	13	656	31.970.000,00	898.605.718,61

(continuação)

Município	Empresas beneficiadas	Empregos diretos	Investimento fixo (R\$)	Benefício (R\$)
Israelândia	1	21	480.000,00	41.957.735,62
Itaberaí	11	2774	649.667.404,44	2.785.483.067,43
Itapuranga	5	499	32.752.730,00	350.211.316,72
Itarumã	2	1084	246.640.200,00	948.401.713,18
Itauçu	11	336	13.620.639,92	413.096.410,04
Itumbiara	70	9308	1.475.244.864,21	22.151.927.123,34
Ivolândia	2	34	2.293.429,80	7.642.704,09
Jandaia	1	17	15.000.000,00	37.245.329,45
Jaraguá	11	1876	955.633.647,03	3.883.711.583,16
Jataí	26	7611	1.532.061.447,76	5.285.882.104,92
Jupaci	1	10	400.000,00	1.652.900,77
Joviania	2	1420	262.580.437,45	1.206.955.624,35
Jussara	5	5472	963.398.916,29	2.258.556.513,25
Lagoa Santa	1	18	1.713.983,31	11.226.182,30
Leopoldo de Bulhões	4	773	247.016.951,79	3.252.819.100,04
Luziânia	42	5491	585.091.833,43	4.527.510.626,36
Mara Rosa	1	26	668.021,36	11.933.550,76
Marzagão	3	107	1.859.000,00	43.676.562,14
Matrinchã	4	517	283.194.982,20	1.247.565.058,77
Mimoso de Goiás	1	21	620.000,00	72.335.994,92
Minaçu	2	70	7.647.067,00	32.096.560,21
Mineiros	8	4580	815.124.186,40	3.278.360.555,05
Montes Claros	1	13	1.041.969,00	2.368.383,22
Montividiu	5	2972	856.395.290,00	3.052.968.680,38
Morrinhos	26	5289	652.035.100,40	3.534.969.193,76
Morro Agudo de Goiás	1	27	824.648,77	2.696.075,61
Mozarlândia	3	276	28.262.447,49	1.515.726.711,97
Nazário	4	426	12.050.172,80	286.483.068,38
Nerópolis	25	1319	467.383.804,20	1.734.868.973,57
Niquelândia	4	150	75.377.213,00	272.667.591,33
Nova Crixás	2	383	43.400.644,00	234.595.081,49
Nova Glória	1	135	150.000.000,00	2.078.019.763,68
Nova Veneza	5	1143	133.080.658,01	927.268.813,57
Novo Gama	4	85	4.390.513,89	143.329.133,69
Novo Planalto	1	122	1.030.000,00	21.008.534,56
Orizona	10	2406	650.974.867,85	2.861.403.069,13
Ouvidor	6	1511	90.834.527,65	23.521.670.916,01
Padre Bernardo	7	1035	65.131.595,33	375.917.694,93
Palmeiras de Goiás	17	4389	649.837.331,84	2.625.803.214,63
Palminópolis	3	41	1.871.000,00	15.452.078,15

(continuação)

Município	Empresas beneficiadas	Empregos diretos	Investimento fixo (R\$)	Benefício (R\$)
Panamá	1	450	60.000.000,00	99.526.218,11
Paranaiguara	3	1673	265.555.000,00	1.066.378.972,23
Paraúna	13	3500	724.335.482,13	4.274.599.522,22
Perolândia	1	1196	227.200.000,00	926.276.140,26
Petrolina de Goiás	1	30	720.000,00	97.286.597,83
Piracanjuba	11	5080	1.219.473.221,00	4.916.733.811,88
Piranhas	9	217	25.810.862,50	1.296.539.897,92
Pirenópolis	3	48	881.011,78	40.038.717,32
Pires do Rio	7	267	218.600.907,47	1.575.524.162,49
Planaltina	10	476	76.864.358,49	485.819.027,00
Pontalina	3	338	287.768.460,00	1.243.996.606,37
Porangatu	21	1399	584.067.418,83	2.875.911.114,19
Porteirão	3	1010	133.445.088,00	779.332.334,83
Portelândia	2	32	888.195,00	61.395.801,60
Posse	4	38	7.282.577,56	192.346.830,52
Quirinópolis	11	5186	1.713.723.572,66	8.254.291.295,74
Rialma	7	491	114.485.698,29	1.842.154.985,55
Rianópolis	5	1221	24.989.223,89	507.664.442,44
Rio Verde	55	569	400.521.175,41	9.147.942.596,68
Roma	1	596	130.150.000,00	523.494.547,00
Rubiataba	7	321	82.765.354,95	670.659.340,60
Sanclerlândia	3	111	1.906.290,00	112.185.580,05
Santa Bárbara de Goiás	9	336	37.018.318,51	480.590.132,80
Santa Cruz de Goiás	1	1247	229.100.000,00	942.706.158,56
Santa Fé de Goiás	4	2260	179.250.882,17	1.181.405.349,82
Santa Helena de Goiás	18	2118	504.355.732,23	4.300.586.707,80
Santa Isabel	1	1374	164.050.000,00	212.624.360,31
Santa Rita do Novo Destino	2	44	3.871.845,96	164.492.889,55
Santa Rosa de Goiás	1	50	177.920,00	568.361,52
Santo Antônio da Barra	3	1566	446.683.800,00	1.754.967.412,02
Santo Antônio de Goiás	2	6	R\$ 75.500,00	20.263.023,48
Santo Antônio do Descoberto	3	450	19.510.479,00	134.282.868,19
São Domingos de Goiás	1	703	339.176.305,00	1.399.742.170,66
São João d'Aliança	2	106	22.609.210,00	578.347.322,13

Município	Empresas beneficiadas	Empregos diretos	Investimento fixo (R\$)	(conclusão)
				Benefício (R\$)
São João da Paraúna	1	16	423.000,00	3.075.807,55
São Luiz dos Montes Belos	12	669	40.948.873,67	2.214.215.797,03
São Luiz do Norte	1	50	220.991,00	887.980,20
São Miguel do Araguaia	3	382	60.680.573,89	317.382.776,39
São Patrício	1	17	350.000,00	4.894.905,62
São Simão	4	1589	250.983.279,00	1.202.390.093,93
Senador Canedo	51	2998	189.407.974,89	3.819.959.689,12
Serranópolis	3	4356	134.433.633,65	1.036.599.424,52
Silvânia	4	730	245.452.451,79	771.162.997,11
Teresina de Goiás	1	8	-	-
Terezópolis de Goiás	6	431	6.069.700,00	120.913.007,58
Três Ranchos	1	207	6.219.713,00	44.072.636,85
Trindade	31	1391	118.146.895,04	1.370.271.199,13
Turvânia	5	2027	342.409.049,48	1.301.575.822,92
Turvelândia	1	104	118.102.850,00	500.764.943,86
Uruaçu	10	2270	218.016.892,32	896.338.568,12
Valparaíso de Goiás	3	170	16.106.465,99	154.518.247,73
Vianópolis	7	598	35.182.239,65	569.265.047,81
Vicentinópolis	2	174	48.000.000,00	460.987.172,17
Vila Boa	2	699	129.998.000,00	370.195.852,26
TOTAL	2489	217356	40.804.267.017,45	287.644.844.943,52

Fonte: Secretaria de Economia de Goiás.

Anexo II - Distribuição dos investimentos do Fomentar até 2016

Município	Investimento Fixo	Valores em milhões	(continua)
			Valores em mil
ANÁPOLIS	2.484.033.910,21	2484,034	2.484.033,91
RIO VERDE	785.773.242,44	785,773	785.773,24
CATALÃO	736.386.361,64	736,386	736.386,36
ITUMBIARA	369.017.136,72	369,017	369.017,14
GOIÂNIA	365.472.671,83	365,473	365.472,67
APARECIDA	263.841.026,44	263,841	263.841,03
GOIATUBA	205.350.034,00	205,35	205.350,03
ITABERAÍ	154.890.025,02	154,89	154.890,03
GOIANÉSIA	138.996.868,00	138,997	138.996,87
JATAÍ	137.210.689,00	137,211	137.210,69
SÃO SIMÃO	110.107.433,00	110,107	110.107,43
TRINDADE	103.572.170,91	103,572	103.572,17
LUZIÂNIA	97.278.782,00	97,279	97.278,78
COCALZINHO	92.782.766,00	92,783	92.782,77
ACREÚNA	84.921.384,00	84,921	84.921,38

(continuação)

Município	Investimento Fixo	Valores em milhões	Valores em mil
NERÓPOLIS	81.420.984,00	81,421	81.420,98
PIRES DO RIO	74.858.495,00	74,858	74.858,50
MORRINHOS	72.111.129,00	72,111	72.111,13
NOVA GLÓRIA	65.102.957,00	65,103	65.102,96
TURVELÂNDIA	64.399.615,00	64,4	64.399,62
INHUMAS	59.230.735,00	59,231	59.230,74
ITAPACI	53.291.338,00	53,291	53.291,34
S LUIZ M BELOS	52.607.992,00	52,608	52.607,99
SANTA HELENA	50.265.304,00	50,265	50.265,30
NIQUELÂNDIA	49.977.034,00	49,977	49.977,03
IPAMERI	39.681.308,00	39,681	39.681,31
SENADOR CANEDO	38.887.571,66	38,888	38.887,57
CORUMBAÍBA	33.653.300,00	33,653	33.653,30
CEZARINA	33.007.338,00	33,007	33.007,34
ANICUNS	30.948.201,00	30,948	30.948,20
JANDAIA	30.402.784,00	30,403	30.402,78
HIDROLÂNDIA	26.684.503,00	26,685	26.684,50
RUBIATABA	22.076.708,00	22,077	22.076,71
CARMO RIO VERDE	18.194.790,00	18,195	18.194,79
INDIARA	14.694.274,01	14,694	14.694,27
MINAÇU	14.506.966,00	14,507	14.506,97
QUIRINÓPOLIS	13.167.808,00	13,168	13.167,81
PORTEIRÃO	12.728.354,00	12,728	12.728,35
MINEIROS	9.578.385,00	9,578	9.578,39
URUTAÍ	8.574.361,00	8,574	8.574,36
ORIZONA	4.482.866,00	4,483	4.482,87
SANCLERLÂNDIA	4.235.175,00	4,235	4.235,18
OUVIDOR	3.699.255,00	3,699	3.699,26
DIVINÓPOLIS	3.677.846,00	3,678	3.677,85
BRAZABRANTES	3.376.336,36	3,376	3.376,34
CACHOEIRA DE GOIÁS	3.313.218,00	3,313	3.313,22
TEREZÓPOLIS	3.144.242,52	3,144	3.144,24
CORUMBÁ	2.073.260,00	2,073	2.073,26
PARANAIGUARA	1.976.931,00	1,977	1.976,93
ABADIA DE GOIÁS	1.373.858,00	1,374	1.373,86
FAZENDA NOVA	1.353.519,00	1,354	1.353,52
NAZÁRIO	1.203.769,00	1,204	1.203,77
BELA VISTA	1.088.197,00	1,088	1.088,20
MONTIVIDIU	1.058.636,00	1,059	1.058,64
ITAPURANGA	719.268,00	0,719	719,27
JARAGUÁ	705.808,00	0,706	705,81
PARAÚNA	665.658,00	0,666	665,66
LEOPOLDO DE BULHÕES	620.079,00	0,62	620,08
URUAÇU	532.140,00	0,532	532,14
CRIXÁS	451.198,00	0,451	451,20
CAMPINORTE	422.762,00	0,423	422,76
PIRANHAS	405.809,00	0,406	405,81
SANTA BÁRBARA	401.194,00	0,401	401,19
JUVIÂNIA	343.804,00	0,344	343,80
IPORÁ	254.238,00	0,254	254,24
ARAGOIÂNIA	223.018,00	0,223	223,02

(conclusão)

Município	Investimento Fixo	Valores em milhões	Valores em mil
JUSSARA	149.342,00	0,149	149,34
MARZAGÃO	142.365,00	0,142	142,37
TURVÂNIA	129.895,00	0,13	129,90
MAMBAÍ	12.243,00	0,012	12,24

Fonte: IBGE (2019), Secretaria de Indústria e Comércio (2016).

Anexo III - Empresas no DAIA em 2023

(continua)

Empresa	Empregos diretos
A & A FRIOS LTDA/ QUALITY-PÃO E ARTE	100
A ESTRUTURAL/ PONTES	74
ALISUL/ SUPRA	190
ADUBOS ARAGUAIA	300
AGROCRIA	100
AGROBOVI	27
ASC EMBALAGENS/ FLORAX	110
AKRON PHARMA	75
ALLBOX EMBALAGENS/ MACRO ETIQUETAS/ FABERPRINT	246
AUROBINDO-AB FARMOQUIMICO	60
BAGOLELE SORVETES	14
BERACA SABARÁ	33
BIO BRASIL- BIOTECNOLOGIA	12
BISNAGO	140
BRACIL BRANDÃO ARTEFATOS CIMENTO	12
BRG GERADORES	140
BR LAUNDRY	133
BVA REIS MADEIRA/ PALETES BRASIL	12
CAFÉ RANCHEIRO	506
CARITAS ESTRUTURAS METALICAS	4
CARTA GOIÁS	556
CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS	1490
CARTONAGEM ANAPOLINA	45
CECRISA	22
C D A – COMPANHIA DE DISTRIBUIÇÃO ARAGUAIA TIO JORGE	89
CENTRO DE GEMOLOGIA/ FECHADO	6
CENTROX/ KOLORE	30
CEPA - ITEGO	68
CHÃO GOIANO RESTAURANTE	15
CINCO CONFIANÇA	25
CHAMPION	80
CHURRASCARIA DO DAIA/ MA VIEIRA RESTAURANTE	10
CIA HERING	30
CLUSTER PROJEC/ TLENTES/ FARMA EXPRESS/ ZALTANA/ PERLEN PACKAGING/ SEKOYA/ FHARMA PET	0
CIPLAN	18
COET CENTRO OESTE / SAUBER	4
COIMMAR IND. MADEIRA	9
COMPETEC MAQUINAS/ COMPETEC INSTALAÇÃO	44
CONBLOCOS/ VIBRACOM/ PAFISA/ TUBOMAX/ CONTELHAS/ CONPOSTES	46
CONCRETO REDIMIX DO BRASIL/ FECHADA	1
CONDUCOPPER	52
CONEXÃO CATARINENSE	7
CONPOSTES PREMOLDADOS	12
CONTRAL/ FECHADA	PROLABORA
CONTELHAS	0
CONSTRUTORA RIOMAX	50
COPA LIMPA	130

(continuação)

Empresa	Empregos diretos
COPOCENTRO	2
DOCE VIDA	60
DHL DISTRIBUIDORA ROCHA	Email retornou
DELFI	10
EIM PRECON	4
EIC DO BRASIL/ LINEA SUCRALOSE	205
EMBALO EMBALAGENS / MEGAPLAST	248
ERI BRASIL- IND. QUÍMICA	3
FABRICA DIPARK	8
FAGRON	129
FACCHINI	38
F B M PHARMA	154
FERSAN/ FOSPAN	74
FERTILIZANTES CENTRO OESTE	29
FERTILIZANTES SOLOGRAN / SOLOTEC	14
F M B - MAQ.IMPLM LTDA FARMATRAC	2
FUNDAÇÃO ALMEIDA	11
GEMINI IND.INSUMOS FARMAC.	95
GENIX	350
GOIÁS PACK	21
GOLD PACK EMBALAGENS	20
GUABI	180
GRANOL	615
GRAVIA PORTAS E JANELAS ESQUALITY	160
GREENPHARMA	163
HBELUTE	6
HS MANUTENÇÕES	0
IDEAL FARMA	6
INAPLÁ	15
INDCON AMBIENTAL	75
INMETRO	10
ISOESTE	300
ISOESTE METALICA	96
J B S TANQUES	40
JRD IND. FARMACÊUTICA UNIPAR	45
LABORATÓRIO GEOLAB	1403
LABORATÓRIO BRAIN FARMA / NEOQUIMICA / LAB. HYPER PHARMA MARCAS SA / LAB. COSMED	3574
LABORATÓRIO TEUTO	3290
LABORATÓRIO VITAMEDIC	560
LINDERTEX TINTAS	33
LUNEL ELETRICIDADE	19
LSL TRANSPORTES (D H L)	14
MARMORARIA LIMAGRAN	7
MELCON IND.FARMACÊUTICA	125
METALGRÁFICA PAULISTA- CMP	102
METALÚRGICA DOBRAÇO	28
METALÚRGICA ESPERANÇA	19
METALÚRGICA IRMÃOS	23
METALURGICA SOUSA CRISPIN / DISK CONTAINERES	14
METALÚRGICA STECKELBERG	20
MEXICHEM (PLASTUBOS)	90
MOLDAR ENGENHARIA / DOCE VIDA	20
MÓVEIS GERMAN (MADENOBRE)	80
MÓVEIS-VIONÁRIO/ FORMA MOVEIS	10
MS MADEIRAS	27
ORGANIZE METALURGICA	19

Empresa	(conclusão)
	Empregos diretos
PAFISA	49
PIMENTA MENDES	
POLPAS DE FRUTAS TRIÂNGULO	33
PORTO SECO	8
PORTO E PEREIRA	371
POSTO ARAGUAIA QUALITY	7
POSTO DO DAIA / AUTO POSTO CERRADO DAIA	2
POSTO PRESIDENTE	25
POSTO PETROLEO TABOCÃO	40
PREMOLDADOS MELO	26
QUALICAPS	314
QUIMICA AMPARO - Y P Ê	400
RECIPEL IND. COM. DE INSUMOS RECICLADOS	64
RG LOGÍSTICA	234
RESTAURANTE BEIRA DA MATA	8
RESTAURANTE DO ISALTINO	3
RESTAURANTE SOL NASCENTE	
ROAN ALIMENTOS	144
SAINT-GOBAN QUARTZOLIT	60
SAUBER COET CENTRO EQUIPAMENTOS	4
SEKOYA	21
SILVEIRA E CANEDO - COIMMAR	10
SOTRIGO	113
SULFAGO	31
TETRAPET	47
TUBOLAR	64
TUBOMAX PRÉ-MOLDADOS	14
TRADE CONSTRUTORA	18
TRANS HENRY	65
TRANSPORTE GABARDO	210
USINA TERMoeLETRICA	80
VELLOMAX	11
VIGOR	
XISTOS TRANSPORTES (POSTO DO DAIA)	14
Total	20 282

Fonte: Administração do DAIA, 2023.

Anexo IV - Agrupamento das indústrias do DAIA por ramo de atividade em 2009**01 – INDÚSTRIAS FARMOQUÍMICA – total: 16 empresas.**

01 -	EMPRESA ATIVIDADE	CHAMPION FARMOQUÍMICO LTDA. MEDIC.. VETER. E PROD. FARMOQ.
02-	EMPRESA ATIVIDADE	EXTRA CAPS COM. LTDA (LEVIALE IND. COSMÉTICOS) INDÚSTRIA COSMÉTICA
03-	EMPRESA ATIVIDADE	FBM – INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA
04 -	EMPRESA ATIVIDADE	GREENFARMA QUÍMICA E FARM. LTDA MEDICAMENTOS
05-	EMPRESA ATIVIDADE	GENIX INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. MEDICAMENTOS
06-	EMPRESA ATIVIDADE	GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA MEDICAMENTOS
07-	EMPRESA ATIVIDADE	IND. FARMACÊUT MELCOM DO BRASIL S/A. INDÚSTRIA FARMACÊUTICA
08-	EMPRESA ATIVIDADE	JRD-INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA (UNIPHAR) INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DE COSMÉTICOS
09-	EMPRESA ATIVIDADE	LABORATÓRIO KINDER LTDA. PRODUTOS FARMACÊUTICOS
10-	EMPRESA ATIVIDADE	LAB. GENOMA IND. COM. EXP. E IMP. LTDA MEDICAMENTOS
11-	EMPRESA ATIVIDADE	LAB. NEOQUÍMICA IND. E COM. LTDA PRODUTOS FARMACÊUTICOS
12	EMPRESA ATIVIDADE	LABORATÓRIO DUCTO IND. FARM. LTDA. PRODUTOS FARMACÊUTICOS
13	EMPRESA ATIVIDADE	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A MEDICAMENTOS
14-	EMPRESA ATIVIDADE	LASA INDÚSTRIA FARMACEUTICA LTDA PRODUTOS FARMACEUTIC
15-	EMPRESA ATIVIDADE	PHARMA NOSTRA COMERCIAL LTDA INSUMOS FARMACÊUTICOS
16 -	EMPRESA ATIVIDADE	VITAPAN IND. FARMACÊUTICA LTDA PRODUTOS FARMACÊUTICOS

02 – PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – total: 11 empresas.

01-	EMPRESA ATIVIDADE	ADUBOS MOEMA IND. E COM. LTDA ADUBOS
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	ADUBOS ARAGUAIA IND. E COM. LTDA. ADUBOS
03 -	EMPRESA ATIVIDADE	AGROCRIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. PRODUÇÃO DE SAL MINERAL E PROTEINADO
04 -	EMPRESA ATIVIDADE	ALISUL ALIMENTOS S/A. RAÇÃO ANIMAL
05 -	EMPRESA ATIVIDADE	BUNGE FERTILIZANTES S/A. ADUBOS QUÍMICOS
06 -	EMPRESA ATIVIDADE	CENTRO OESTE RAÇÕES LTDA - GUABI IND. E COM. DE RAÇÕES BALANC. DE ANIMAIS
07 -	EMPRESA ATIVIDADE	FERTILIZANTES CENTRO OESTE LTDA. ADUBOS QUÍMICOS
08 -	EMPRESA	FERSAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (FLOSPAN)

	ATIVIDADE	FAB. E COM. DE SAIS MIN., RAÇÕES E PROTEÍNA
09 -	EMPRESA ATIVIDADE	FERTILIZANTE MITSUI S/A IND. E COMÉRCIO IND. E COM. DE ADUBOS
10 -	EMPRESA ATIVIDADE	KELDRIN IND.COM. PRODUTOS AGRICOLA LTDA PRODUTOS AGRICOLA
11 -	EMPRESA ATIVIDADE	SOLOGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ADUBOS
03 - INSUMOS PARA CONTRUÇÃO CIVIL - total: 10 empresas.		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	BRACIL - BRANDÃO ARTEF. DE CIMENTO LTDA. ARTEFATOS DE CIMENTO
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	CIPLAN - CIMENTO PLANALTO S/A. CONCRETO
03 -	EMPRESA ATIVIDADE	COLATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ARGAMASSA, CIMENTO BRANCO E REJUNTO.
04 -	EMPRESA ATIVIDADE	CONCRETO REDIMIX DO BRASIL S/A CENTRAL DOSADORA DE CONCRETO
05 -	EMPRESA ATIVIDADE	DACOPAR - IND. DE TUBOS DE CONCRETOS LTDA TUBOS E CONCRETOS
06 -	EMPRESA ATIVIDADE	LAFARGE-ROOFING BRASIL LTDA FÁBRICA DE TELHAS DE CONCRETO
07 -	EMPRESA ATIVIDADE	PAFISA PREM. IND.LTDA (LAJES VIBRACOM) UBIRATAN SILVA LOPES
08 -	EMPRESA ATIVIDADE	PRECON GOIÁS INDUSTRIAL LTDA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE FIBROCIMENTO.
09 -	EMPRESA ATIVIDADE	SAINT GOBAIN QUARTZOLIT LTDA FABRICAÇÃO ARGAMASSAS
10 -	EMPRESA ATIVIDADE	CONSTRUTORA RIOMAX IND. E COM. LTDA. PREMOLDADOS
04 - SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURA - total 11 empresas		
01 -	EMPRESA	CELG - CENTRAL ELÉTRICA DE GOIÁS
02 -	EMPRESA	ENGEBRA - TERMOELÉTRICA
03 -	EMPRESA	SANEAGO - SANEAMENTO DE GOIÁS (Reservatório)
04 -	EMPRESA	IMBRATEL
05 -	EMPRESA	POSTO DE GASOLINA
06 -	EMPRESA	RESTAURANTE
07 -	EMPRESA	ENGEBRA
08 -	EMPRESA	ESATÇÃO DE TRAT. DE AGUA - ETA
09 -	EMPRESA	ESTAÇÃO DE TRAT. DE ESGOTO - ETE
10 -	EMPRESA	SEGURANÇA: CORPO DE BOMB. E POLICIA MILITAR
11 -	EMPRESA	AGETOP/ SIMUS
05 - METALÚGICA E ESTRUTURAS METÁLICAS - total 09 empresas.		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	A ESTRUTURAL - PONTES IND. MET. LTDA ESTRUTURAS METÁLICAS
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	COMPANHIA METALGRÁFICA PAULISTA LTDA. EMBALAGENS METÁLICAS
03 -	EMPRESA	FACCHINI - RODONORTE EQUIP. RODOV. LTDA..

	ATIVIDADE	MONTAGEM DE CARROCERIAS METÁLICAS
04 -	EMPRESA ATIVIDADE	GRAVIA ESQUALITY IND. METALÚRGICA LTDA ESTRUTURAS METÁLICAS E ESQUADRIAS
05 -	EMPRESA ATIVIDADE	METALURGICA IRMÃOS LTDA METALURGICA
06 -	EMPRESA ATIVIDADE	METALÚRGICA ESPERANÇA LTDA ESQUADRIAS METÁLICAS E CARRINHOS DE MÃO
07 -	EMPRESA ATIVIDADE	METALÚRGICA DOBRAÇO EXTRUTURAS METAL. CORTE E DOBRA EM CHAPAS
08 -	EMPRESA ATIVIDADE	NOVA METALÚRGICA – GUTEMBERG B. ARANHA METALÚRGICA
09 -	EMPRESA ATIVIDADE	PARAFIX IND. E COM. FIXADORES METAIS LTDA HASTES E PARAFUSOS PARA TELHAS EM GERAL
06 – EMBALAGENS – total: 07 empresas.		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	CARTONAGEM E LITOGRAFIA ANAPOLINA LTDA. EMBALAGENS EM GERAL
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	GOIÁS PACK IND. E COMÉRCIO LTDA EMBALAGENS
03 -	EMPRESA ATIVIDADE	MEGAPLAST IND. DE PLÁSTICOS LTDA INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS
04 -	EMPRESA ATIVIDADE	POLAR PLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. IND. COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS
05 -	EMPRESA ATIVIDADE	TAPON CORONA FABRICA DE TAMPAS E LATARIAS
06 -	EMPRESA ATIVIDADE	TUBOLAR – IND. E COM. DE PLÁSTICOS LTDA EMBALAGENS PLÁSTICAS FLEXÍVEIS
07 -	EMPRESA ATIVIDADE	EMBALO EMBALAGENS LÓGICAS LTDA EMBALAGENS PLÁSTICA
07 – INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA – total: 07 empresas		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	COMPANHIA LECO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS UNIDADES DE MARGARINA E IOGURTE
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	DOCE VIDA IND. COM. P. DE AL. NATURAIS LTDA IND.COM. POLPAS DE FRUTA
03 -	EMPRESA ATIVIDADE	GRANOL IND. COM. E EXPORTAÇÃO S/A ESMAGAMENTO E REFINO DE ÓLEO DE SOJA
04 -	EMPRESA ATIVIDADE	HERI - IND. QUÍMICA E FARMACÊUT. LTDA SUPLEMENTO ALIMENTAR
05 -	EMPRESA ATIVIDADE	IND. COM. DE BEBIDAS STAR LTDA. REFRIGERANTES E BEBIDAS
06 -	EMPRESA ATIVIDADE:	MIDWAY INTERNATIONAL LABS. SUPLEMENTO ALIMENTAR
07 -	EMPRESA ATIVIDADE	ROAN ALIMENTOS LTDA ALIMENTOS DERIVADOS MILHO (EXCETO ÓLEO)
08 – EMPRESAS DE ADMINISTRAÇÃO E SUPORTE – total 05 empresas		
01 -	EMPRESA	ADMINISTRAÇÃO DO DAIA
02 -	EMPRESA	IGTF - INSTITUTO DE GESTÃO TECNOL. E FARMACÊUTICA
03 -	EMPRESA	INMETRO INST. MET. NORMAT DE QUAL. INDUST.

04 -	EMPRESA	PORTO SECO CENTRO-OESTE
05 -	EMPRESA	CEPA (CENTRO PROFICIONALIZANTE DE ANÁPOLIS)
09 – DISTRIBUIDOR – total: 05 empresas.		
01 -	EMPRESA: ATIVIDADE:	AB - FARMOQUÍMICA LTDA. DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	BRASMO IND. E COMÉRCIO LTDA. PRODUTOS QUÍMICOS
03 -	EMPRESA ATIVIDADE	DHL-DISTRIBUIDORA ROCHE DISTRIBUIÇÃO DE PROD. FARMACÊUTICOS
04 -	EMPRESA ATIVIDADE	GERBRÁS QUÍMICA FARMACEUTICA DISTRIB. E FRAS. DE INSUMOS FARMACEUTICOS
05 -	EMPRESA ATIVIDADE	IDEALFARMA DISTRIBUIDORA DE INSUMOS FARMOQUÍMICOS
10 – INSUMOS QUÍMICOS – total: 03 empresas.		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	BERACA SABARÁ QUÍM. E INGRED. LTDA. HIPOCLORITO DE SÓDIO
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	CENTROX – OX. DE FERRO DO CENTRO-OESTE DO BRASIL ÓXIDOS DE FERRO
03 -	EMPRESA ATIVIDADE	SULFAGO – SULFATOS DE GOIÁS SULFATOS EM GERAL
11 – INDÚSTRIA DE MANGUEIRAS, TUBOS E CONEXÕES – total: 3 empresas.		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	DVG-IND E COM. DE PLÁSTICOS LTDA-PLASTUBOS INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	ELKA IND. DE CONEXÕES HIDRÁULICAS LTDA. CONEXÕES
03 -	EMPRESA ATIVIDADE	INAPLÁ IND. ANAPOLINA DE PLÁSTICOS LTDA. MANG. E CONEX. DE POLIETILENO E SACOLAS
12 – BENEFICIAMENTO E EMPACOTAMENTO DE CEREAIS – total: 02 empresas		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	CEREALISTA LIMA EMPACOTAMENTO DE CEREAIS
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	CEREAL CEREAIS ARAGUAIA LTDA. BENEFICIAMENTO DE ARROZ
13 – INDÚSTRIA DE FIOS – total: 02 empresas.		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	INACEL IND. NAC. CONDUTORES ELÉTRICOS. FABRICAÇÃO DE FIOS CONDUTORES
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	METALS CHIMEX BRASIL IND.COM. IMP. E EXP.LT FIOS E CABOS P/ ELETRICIDADE
14 – INDÚSTRIA TÊXTIL – total: 02 empresas.		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	COPA LIMPA IND. TÊXTIL LTDA. INDÚSTRIA TÊXTIL.
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	HERING TÊXTIL S/A. CONFECÇÕES
15 – TRATAMENTO DE RESÍDUOS E RECICLAGEM – total: 02 empresas.		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	INDCON AMBIENTAL LTDA TRATAMENTO DE RESÍDUOS
02 -	EMPRESA ATIVIDADE	PLASTIX E COM.E DIST. DE PLÁSTICOS LTDA RECICLAGEM DE PLASTICOS
16 – ISOLANTES TÉRMICOS – total: 02 empresas.		
01 -	EMPRESA ATIVIDADE	ISOESTE IND. DE ISOLANTES TERM. LTDA TRANSF. DE POLIETILENO EXPANDIDO
02 -	EMPRESA	ISO FRIO - IDELFONSO PONCEANO

ATIVIDADE	MONTAGEM DE CÂMARA FRIA
17 – OUTRAS – total: 17 empresas.	
01 - EMPRESA ATIVIDADE	ADM DO BRASIL LTDA. ARMAZÉM
02 - EMPRESA ATIVIDADE	BABY MANIA FRALDAS FAB. FRALDAS DESCARTÁVEIS
03 - EMPRESA ENDEREÇO	CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS ATIV. MONTADORA DE CARROS
04 - EMPRESA ATIVIDADE	CARTA GOIÁS IND. E COM. DE PAPÉIS LTDA. PAPÉIS HIGIÊNICOS - CELULOSE
05 - EMPRESA ATIVIDADE	CENTRO DE GEMOLOGIA DE GOIÁS – METAGO LAPIDAÇÃO DE PEDRAS
06 - EMPRESA ATIVIDADE	CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S/A. PIZOS E AZULEJOS
07 - EMPRESA ATIVIDADE	CEL ENGENHARIA LTDA ENGENHARIA CIVIL
08 - EMPRESA ATIVIDADE	FUNDIÇÃO E TORN. ALMEIDA AZEVEDO LTDA FERRO FUNDIDO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
09 - EMPRESA ATIVIDADE	GOYAZES BIOTECNOLOGIA KIT'S PARA ANÁLISE CLÍNICAS
10 - EMPRESA ATIVIDADE	HEDESA TECNOLOGIA LTDA DESENVOL. DE BIOCOMBUSTÍVEL E CATALIZADOR
11 - EMPRESA ATIVIDADE	JBS – TANQUES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. TANQUES TRANSP. COMBUSTÍVEL E RECUPERAÇÃO
12 - EMPRESA ATIVIDADE	MARMORARIA RODRIMAR LTDA PEDRA DE MARMORES
13 - EMPRESA ATIVIDADE	MS IND. E COM. MADEIRAS LTDA UTILIDADES DOMÉSTICA EM MADEIRA
14 - EMPRESA ATIVIDADE	MICHIGAN CARDS TECHNOLOGY FABRICAÇÕES DE CARTÕES
15 - EMPRESA ATIVIDADE	SOTRIGO – SOCIEDADE TRITICULA GOIÁS LTDA INDÚSTRIA MOAJEIRO
16 - EMPRESA ATIVIDADE	TRANSPORTES GABARDO LTDA TRANSPORTADORA
17 - EMPRESA ATIVIDADE	MÓVEIS GERMAN IND. COM. HOTÉIS E TURISMO LTDA MÓVEIS DE MADEIRA

Fonte: CUNHA, 2009.

Anexo V – Classificação das indústrias do DAIA- empregos gerados por ramo de atividade, segundo a CNAE

(continua)

EMPRESAS DO DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS - DAIA - 2023	RAMO DE ATIVIDADE	EMPREGOS
CARITAS ESTRUTURAS METÁLICAS	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	4
A ESTRUTURAL/ PONTES	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	74
BISNAGO	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	140
BRACIL BRANDÃO ARTEFATOS CIMENTO	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	12
BVA REIS MADEIRA/ PALETES BRASIL	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	12
CENTROX/ KOLORE	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	30
CIPLAN	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	18
COET CENTRO OESTE / SAUBER	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	4
COIMMAR IND. MADEIRA	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	9
COMPETEC MÁQUINAS/ COMPETEC INSTALAÇÃO	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	44
CONBLOCOS/ VIBRACOM/ PAFISA/ TUBOMAX/ CONTELHAS/ CONPOSTES	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	46
CONCRETO REDIMIX DO BRASIL (fechada)	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	1
CONDOCOPPER	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	52
CONEXÃO CATARINENSE	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	7
CONPOSTES PREMOLDADOS	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	12
CONSTRUTORA RIOMAX	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	50
DELFI	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	10
EIM PRECON	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	4
FUNDIÇÃO ALMEIDA	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	11
GOIÁS PACK	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	21
HBELUTE	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	6
INAPLÁ	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	15
ISOESTE	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	300
ISOESTE METÁLICA	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MÁQUINAS	96
J B S TANQUES	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	40
LINDERTEX TINTAS	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	33
LUNEL ELETRICIDADE	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	19
MARMORARIA LIMAGRAN	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MÁQUINAS	7
METALGRÁFICA PAULISTA- CMP	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	102
METALÚRGICA DOBRAÇO	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	28
METALÚRGICA ESPERANÇA	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	19

(continuação)

EMPRESAS DO DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS - DAIA - 2023	RAMO DE ATIVIDADE	EMPREGOS
METALÚRGICA IRMÃOS	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	23
METALURGICA SOUSA CRISPIN / DISK CONTAINERES	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MÁQUINAS	14
METALÚRGICA STECKELBERG	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	20
MEXICHEM (PLASTUBOS)	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	90
CECRISA/CEMINA	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	22
ORGANIZE METALÚRGICA	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	19
PAFISA	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	49
PREMOLDADOS MELO	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	26
SAINT-GOBAN QUARTZOLIT	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MÁQUINAS	60
SAUBER COET CENTRO EQUIPAMENTOS	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MÁQUINAS	4
TUBOMAX PRÉ-MOLDADOS	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MINERAÇÃO E MAQUINAS	14
TOTAL	42	1567
A & A FRIOS LTDA/ QUALITY-PÃO E ARTE	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	100
AKRON PHARMA --- sede são paulo	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	75
BAGOLELE SORVETES	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	14
CAFÉ RANCHEIRO	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	506
EIC DO BRASIL/ LINEA SUCRALOSE	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	205
ERI BRASIL- IND. QUÍMICA	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	3
PIMENTA MENDES	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	49
POLPAS DE FRUTAS TRIÂNGULO	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	33
PORTO E PEREIRA	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	371
SOTRIGO	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	113
MOLDAR ENGENHARIA	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	20
DOCE VIDA	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	60
ROAN ALIMENTOS	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	144
TOTAL	13	1693
AUROBINDO-AB FARMOQUÍMICO	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	60
BIO BRASIL- BIOTECNOLOGIA	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	12
CINCO CONFIANÇA	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	25
F B M PHARMA	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	154
FAGRON	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	129
GEMINI IND.INSUMOS FARMAC.	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	95
GREENPHARMA	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	163
IDEAL FARMA	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	6
LABORATÓRIO BRAIN FARMA / NEOQUÍMICA / LAB. HYPER PHARMA MARCAS SA / LAB. COSMED	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	3574
LABORATÓRIO GEOLAB	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	1403
LABORATÓRIO TEUTO	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	3290
LABORATÓRIO VITAMEDIC	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	560
MELCON IND.FARMACÊUTICA	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	125

(continuação)

EMPRESAS DO DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS - DAIA - 2023	RAMO DE ATIVIDADE	EMPREGOS
SEKOYA	INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES	21
TOTAL	15	9931
BRG GERADORES	INDÚSTRIA DE MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, CINEFOTO, SOM E REFRIGERAÇÃO	140
FÁBRICA DIPARK	INDÚSTRIA DE MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, CINEFOTO, SOM E REFRIGERAÇÃO	8
GRAVIA PORTAS E JANELAS ESQUALITY	INDÚSTRIA DE MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, CINEFOTO, SOM E REFRIGERAÇÃO	160
MÓVEIS-VIONÁRIO/ FORMA MÓVEIS	INDÚSTRIA DE MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, CINEFOTO, SOM E REFRIGERAÇÃO	10
MÓVEIS GERMAN (MADENOBRE)	INDÚSTRIA DE MÓVEIS, ELETROELETRÔNICOS, CINEFOTO, SOM E REFRIGERAÇÃO	80
TOTAL	5	398
CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS	INDÚSTRIA DE VEÍCULOS E PEÇAS	1490
F M B – MAQ.IMPLEM LTDA FARMATRAC	INDÚSTRIA DE VEÍCULOS E PEÇAS	2
FACCHINI	INDÚSTRIA DE VEÍCULOS E PEÇAS	38
TOTAL	3	1530
CIA HERING	INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO	30
COPA LIMPA	INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO	130
TOTAL	2	160
ADUBOS ARAGUAIA	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	300
AGROBOVI	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	27
AGROCRIA	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	100
ALISUL/SUPRA	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	190
C D A – COMPANHIA DE DISTRIBUIÇÃO ARAGUAIA	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	89
TIO JORGE	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	80
CHAMPION	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	74
FERSAN/ FOSPAN	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	29
FERTILIZANTES CENTRO OESTE	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	14
FERTILIZANTES SOLOGRAN / SOLOTEC	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	615
GRANOL	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	180
GUABI	INDÚSTRIA DO AGRONEGÓCIO	
TOTAL	11	1698
ALLBOX EMBALAGENS/ MACRO ETIQUETAS/ FABERPRINT	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	246
ASC EMBALAGENS/ FLORAX	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	110
BERACA SABARÁ	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	33
CARTA GOIÁS	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	556
CARTONAGEM ANAPOLINA	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	45
COPOCENTRO	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	2
EMBALO EMBALAGENS / MEGAPLAST	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	248
GENIX	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	350

EMPRESAS DO DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS - DAIA - 2023		RAMO DE ATIVIDADE	EMPREGOS
JRD IND. FARMACÊUTICA UNIPHAR	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	45	
MS MADEIRAS	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	27	
QUIMICA AMPARO – Y P Ê	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	400	
SILVEIRA E CANEDO - COIMMAR	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	10	
SULFAGO	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	31	
TETRAPET	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	47	
TUBOLAR	INDÚSTRIA PRODUTOS QUÍMICOS, PROD. HIG. E LIMP., PAPELARIA, EMBALAGENS E OUTROS	64	
TOTAL	16	2234	
CENTRO DE GEMOLOGIA (fechada)	LAPIDAÇÃO DE GEMAS	6	
TOTAL	1	6	
CEPA/ITEGO	CENTRO DE FORMAÇÃO	68	
INMETRO	CERTIFICAÇÃO	10	
TRADE CONSTRUTORA	o CONSTRUTORA	18	
PORTO SECO	DESEMBARAÇO ALFANDEGÁRIO	8	
USINA TERMELETRICA	GERAÇÃO DE ENERGIA	80	
BR LAUNDRY	LAVANDERIA HOSPITALAR E INDUSTRIAL	133	
RECIPEL IND. COM. DE INSUMOS RECICLADOS	RECICLAGEM DE MATERIAL	64	
VELLOMAX	SERVIÇOS DE INTERNET	11	
INDCON AMBIENTAL	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS	75	
TOTAL	9	467	
POSTO ARAGUAIA QUALITY	POSTO	7	
POSTO DO DAIA / AUTO POSTO CERRADO DAIA	POSTO	2	
POSTO PETRÓLEO TABOCÃO	POSTO	40	
POSTO PRESIDENTE	POSTO	25	
TOTAL	4	74	
CHÃO GOIANO RESTAURANTE	RESTAURANTE	15	
CHURRASCARIA DO DAIA/ M.A VIEIRA	RESTAURANTE	10	
RESTAURANTE	RESTAURANTE	8	
RESTAURANTE BEIRA DA MATA	RESTAURANTE	3	
RESTAURANTE DO ISALTINO	RESTAURANTE	0	
RESTAURANTE SOL NASCENTE	RESTAURANTE	0	
TOTAL	5	36	
RG LOGÍSTICA	TRANSPORTADORA	234	
LSL TRANSPORTES (D H L)	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	14	
TRANSPORTE GABARDO	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	210	
XISTOS TRANSPORTES (POSTO DO DAIA)	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	14	
TRANS HENRY	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	65	
TOTAL	5	537	
TOTAL	131	2031	

Fonte: Administração do DAIA, 2023.

Anexo VI - Indústrias em Anápolis em fruição no PRODUIR

(continua)

Empresa de Anápolis que estão em fruição no PRODUIR	Localização
LABORATÓRIO ZOO FLORA NUTRIÇÃO E SAÚDE ANIMAL LTDA (ZOO FLORA NUTRIÇÃO ANIMAL)	B. DE LOURDES
PAIXÃO ALIMENTOS LTDA - EPP	B. CAMPOS ELÍSEOS
MUNDIPHARMA BRASIL PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA	CALIXTOPOLIS
BL INDÚSTRIA ÓTICA LTDA	CALIXTÓPOLIS
DANZAS LOGÍSTICA ARM. GERAIS (DHL LOGÍSTICA)	CALIXTÓPOLIS
UNITED MEDICAL LTDA.	CALIXTÓPOLIS
NOVA FARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	CIDADE JARDIM
NOVAFARMA INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	CIDADE JARDIM
AGROCRIA E COMERCIO INDUSTRIA LTDA	DAIA
ALISUL ALIMENTOS S/A	DAIA
AUROBINDO PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	DAIA
AUROBINDO PHARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LIMITADA	DAIA
BISNAGO INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA	DAIA
CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS LTDA	DAIA
CHAMPION FARMOQUIMICO LTDA	DAIA
CIA HERING	DAIA
CINCO CONFIANÇA IND COM LTDA.	DAIA
CINCO CONFIANÇA IND COM LTDA. I	DAIA
CMP – COMPANHIA METALGRAPHICA PAULISTA LTDA	DAIA
DELFIRE ARMS LTDA- EPP (DFA DEFENSE LTDA)	DAIA
EMBALAGENS ALLBOX LTDA.	DAIA
F.B.M. INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	DAIA
FORTLEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO	DAIA
GEMINI IND. INSUMOS FARMACÊUTICOS LTDA.	DAIA
GÊNIX INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	DAIA
GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A	DAIA
GIOVANNA DAMASCENO GODOY ME - VETOR LOG TRANSPORTES (GDG LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA)	DAIA
GLOBEX INDUSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PLASTICOS LTDA	DAIA
GOIASPACK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	DAIA
IMUNOTECH SIST. DIAGNÓSTICOS I. E. L IM(VYTTRA DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E baixada	DAIA
IND COM ALIMENTOS TRIÂNGULO L. (INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS TRIANGULO LTDA)	DAIA
INDÚSTRIA FARMACÊUTICA MELCON BRASIL LTDA	DAIA
ISOFRIO ISOLAM. TÉRMICOS LTDA.(ILDEFONSO PONCIANO)	DAIA
J.R.D. INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	DAIA
KELLDNRN IND E COM. DE PRODS. QUÍMICOS E AGRIC. (KELLDNRN INDUSTRIAL LTDA)	DAIA
MACRO ETIQUETAS E RÓTULOS ADESIVOS LTDA (INVOLV LABELS LTDA)	DAIA
MENDES ALIMENTOS LTDA	DAIA
METALÚRGICA ESPERANÇA LTDA	DAIA
PHARMA EXPRESS INDUSTRIA, COMERCIO E OPERADORA LOGISTICA LTDA	DAIA
PONTES INDUSTRIA METALURGICA LTDA	DAIA
PRODUTOS ALIMENTICIOS ORLANDIA S/A ANÁPOLIS	DAIA
QUÍMICA AMPARO LTDA	DAIA

(conclusão)

Empresa de Anápolis que estão em fruição no PRODUIR	Localização
RECIPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE INSUMOS RECICLADOS LTDA EPP	DAIA
ROAN INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA OV	DAIA
SADA TRANSPORTE CENTRO-OESTE LTDA	DAIA
SAFIA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DAIA
SEKOYA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (PERLEN PACKAGING ANÁPOLIS INDÚSTRIA E	DAIA
SM EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA (BENEFÍCIO TRANSFERIDO DE PHARMA	DAIA
TRANSPORTES GABARDO LTDA.	DAIA
TUBULAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	DAIA
PROD ROCHE QUÍMICOS E FARM L	FAZ. SANTO ANTÔNIO
TEVA FARMACÊUTICA LTDA.	FAZ. SANTO ANTÔNIO
AJ UNIFORMES LTDA	JAMIL MIGUEL
D.I.B.I MEDICAL DIST.DE PRODUTOS PARA SAUDE E MEDICAMENTOS LTDA - ME	JAMIL MIGUEL
TOP MED IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA	JAMIL MIGUEL
SOIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	JARD. ALVORADA
FIBER TELECOM LTDA	JARD. ALVORADA
BIO PAPER IND. E COM. DE EMBALAGENS EIRELI	JARD. PROMISSÃO
JG INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA	JARD. PROMISSÃO
NOVA INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS EIRELI	JARD. SÃO PAULO
EMPACOTADORA DE AÇUCAR MARAVILHA LTDA	JARD. TESOURO
UNIVERSAL AUTOPARTS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	B. JUNDIAÍ
BIO INSTINTO INDUSTRIA E COM DE COSMETICOS LTDA	RES. MONTE SINAI
CAPS IND. E COM. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME	B. SÃO JOÃO
ANAPOLIS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	B. POLO CENTRO
FRIGOIÁS IND.E COMÉRCIO DE CARNE LTDA	RESID. DAS FLORES
ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA - (desativada)	S/END.
AWE TRADING BUSINESS LTDA (em implantação)	S/END.
IND. QUÍM, E FARMACÊUTICA SCHERING-PLOUGH S/A	S/END.
INTERSMART COM. IMP./EXP.DE EQUIP. ELETR. (Baixada)	S/END.
NUTRALY ALIMENTOS LTDA	S/END.
FERRO E AÇO ELDORADO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	B. SANTO ANTÔNIO
INDÚSTRIA MISSIATO DE BEBIDAS LTDA - JAMEL	ST. AEROPORTO
IMPERIAL DISTRIBUIÇÃO LTDA	ST. CENTRAL
SOPROMAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA	ST. PEDRO LUDOVICO
PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA (PHARMA LIMIRIO INDÚSTRIA FARMACEUTICA LTDA-EPP)	ST. PEDRO LUDOVICO
INTERMEIOS DISTR. INSUMOS FARM. LTDA	V. DONA MARIA
CUSTOM POWER INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ENERGIA LTDA	V. INDUSTRIAL
MVM TRANSPORTES LTDA	V. INDUSTRIAL
NUTRIBEM INDUSTRIA E COMERCIO DE GRAOS E RAÇÕES LTDA	V. INDUSTRIAL
FRUITI BELO POLPAS COMERCIO, INDUSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI	V. JAIARA
RJD MEDICAL IMPORTS LTDA	V. ST. Mª DE NAZARETH

Fonte: Superintendência dos Programas de Desenvolvimento.

Anexo VII - Tipologia das indústrias por bairro em Anápolis, out./2019

(continua)

[illegible]

(continuação)

[illegible]

(continuação)

Bairro	Indústria da construção civil, mineração e máquinas	Indústria de alimentos	Indústria de bebidas	Indústria de calçados	Indústria de carnes	Indústria de fumo	Indústria de lácteos	Indústria de medicamentos e prod. Hospitalares	Indústria de móveis, eletroeletrônicos, cinefoto, som e refrigeração	Indústria de veículos e peças	Indústria de vestuário	Indústria do agronegócio	Indústria produtos químicos, produtos de higiene e limpeza, papelaria, embalagens e outros	Total por bairro
FREI EUSTÁQUIO	1	1									2		1	5
GRAN VILLE	1										1			2
GRANJAS SANTO ANTÔNIO	2													2
ITAMARATY	5	4							2		3	2	2	18
JAMIL MIGUEL													1	1
JARDIM ALEXANDRINA	8	10		2			1		7	1	11	1	7	48
JARDIM ALVORADA	3	1						1	1	2		2	1	11
JARDIM AMERICA	2	1							3		3	1		10
JARDIM ANA CLÁUDIA												1		1
JARDIM ANA PAULA	2	1							1					4
JARDIM ARCO VERDE		3									1			4
JARDIM BANDEIRANTE	1	1												2
JARDIM BELA VISTA											1			1
JARDIM BOM CLIMA	1								1					2
JARDIM CALIXTO	4													4
JARDIM DAS AMÉRICAS	4	7	1						4	1	8	6	3	34
JARDIM DAS NAÇÕES UNIDAS		1												1
JARDIM DAS OLIVEIRAS	1				1						1		1	4
JARDIM DAS SAMAMBAIAS		1									1			2
JARDIM DIANNA	1													1
JARDIM DOS IPÊS	1	2									1		1	5

(continuação)

[illegible]

(continuação)

Bairro	Indústria da construção civil, mineração e máquinas	Indústria de alimentos	Indústria de bebidas	Indústria de calçados	Indústria de carnes	Indústria de fumo	Indústria de lácteos	Indústria de medicamentos e prod. Hospitalares	Indústria de móveis, eletroeletrônicos, cinefoto, som e refrigeração	Indústria de veículos e peças	Indústria de vestuário	Indústria do agronegócio	Indústria produtos químicos, produtos de higiene e limpeza, papelaria, embalagens e outros	Total por bairro
JUNDIAÍ	5	20	1	1	2			2	3		11	5	10	60
LAS PALMAS	1	2									1	1		5
LOTEAMENTO GUANABARA	3								1		2	1	1	8
LOTEAMENTO NOVO JUNDIAÍ	1										1		1	3
LOTEAMENTO RESIDENCIAL AMERICA	1										1			2
LOTEAMENTO RESIDENCIAL VERONA		1									1			2
LOTEAMENTO RESIDENCIAL VICTOR BRAGA									1		1			2
LOURDES	1	5		1					4		1	4	3	19
MANOEL DOMINGUES											1			1
MARACANÃ	11	13		1				1	5		15	1	7	54
MARACANANZINHO	2	2												4
NOSSA SENHORA APARECIDA NOVA											1			1
ALEXANDRINA											2	1		3
NOVA VILA JAIARA											1			1
NOVO JUNDIAI.									1					1
NOVO PARAÍSO											1			1
PARAÍSO	7	1							4		3	1	1	17
PARQUE BRASÍLIA	5	2	1						5		1	4	4	22
PARQUE CALIXTOPOLIS	2	1									2	1		6
PARQUE DAS NAÇÕES	3	2									2	1		8

(continuação)

Bairro	Indústria da construção civil, mineração e máquinas	Indústria de alimentos	Indústria de bebidas	Indústria de calçados	Indústria de carnes	Indústria de fumo	Indústria de lácteos	Indústria de medicamentos e prod. Hospitalares	Indústria de móveis, eletroeletrônicos, cinefoto, som e refrigeração	Indústria de veículos e peças	Indústria de vestuário	Indústria do agronegócio	Indústria produtos químicos, produtos de higiene e limpeza, papelaria, embalagens e outros	Total por bairro
PARQUE DOS PIRINEUS	8	4							1	1	3		1	18
PARQUE IRACEMA		1									1		1	3
PARQUE NOVA CAPITAL		1												1
PARQUE RESIDENCIAL ANDER		1							1		1		1	4
PARQUE RESIDENCIAL DAS FLORES	2	3							1		5		1	12
PARQUE SÃO CONRADO		1											1	2
PARQUE SÃO JERÔNIMO	1	1		1					1				1	5
PARQUE SÃO JOÃO	7		1			1				1	2		3	15
POLOCENTRO	4								2	2	3	2	1	14
PARQUE DOS PIRINEUS	1													1
RECANTO DO SOL	5	1		1							9		3	19
RESIDENCIAL ALDEIA DOS SONHOS	1										1			2
RESIDENCIAL ALFREDO ABRAHÃO													1	1
RESIDENCIAL ALPHAVILLE				1										1
RESIDENCIAL ANA CAROLINE	1								1		2			4
RESIDENCIAL ARAGUAIA	1	1							2		1		2	7
RESIDENCIAL ARAUJOVILLE				1							1			2
RESIDENCIAL ARCO-ÍRIS	1								2		2	1		6

(continuação)

Bairro	Indústria da construção civil, mineração e máquinas	Indústria de alimentos	Indústria de bebidas	Indústria de calçados	Indústria de carnes	Indústria de fumo	Indústria de lácteos	Indústria de medicamentos e prod. Hospitalares	Indústria de móveis, eletroeletrônicos, cinefoto, som e refrigeração	Indústria de veículos e peças	Indústria de vestuário	Indústria do agronegócio	Indústria produtos químicos, produtos de higiene e limpeza, papelaria, embalagens e outros	Total por bairro
RESIDENCIAL COPACABANA	1												1	2
RESIDENCIAL DO TRABALHADOR												1		1
RESIDENCIAL DOM EMANOEL	1													1
RESIDENCIAL DOM FELIPE		1							1			1		3
RESIDENCIAL FLAMBOYANT	2	2									4		3	11
RESIDENCIAL FLOR DO CERRADO	1													1
RESIDENCIAL GEOVANNI BRAGA	1													1
RESIDENCIAL GRAN VILLE - II ETAPA												1		1
RESIDENCIAL IPANEMA	1												1	2
RESIDENCIAL ITATIAIA											2			2
RESIDENCIAL LEBLON	1													1
RESIDENCIAL MÔNICA BRAGA	1											1		2
RESIDENCIAL MONTE SINAI	1	1											3	5
RESIDENCIAL MORADA NOVA	1													1
RESIDENCIAL MORUMBI	3	3		1	1				2		1		1	12
RESIDENCIAL NOVA ALIANÇA		1												1
RESIDENCIAL PORTAL DO CERRADO	1										1			2

(continuação)

Bairro	Indústria da construção civil, mineração e máquinas	Indústria de alimentos	Indústria de bebidas	Indústria de calçados	Indústria de carnes	Indústria de fumo	Indústria de lácteos	Indústria de medicamentos e prod. Hospitalares	Indústria de móveis, eletroeletrônicos, cinéfoto, som e refrigeração	Indústria de veículos e peças	Indústria de vestuário	Indústria do agronegócio	Indústria produtos químicos, produtos de higiene e limpeza, papelaria, embalagens e outros	Total por bairro
RESIDENCIAL SAO CRISTOVAO		1												1
RESIDENCIAL SÃO VICENTE	1												1	2
RESIDENCIAL SHANGRILÁ	1													1
RESIDENCIAL TEREZINHA BRAGA		1												1
RESIDENCIAL VALE DO SOL		2									1			3
RESIDENCIAL VENEZA	1													1
RESIDENCIAL VILLA BELLA											2			2
REVERENDO ARCHIBALD	1	2							1		1			5
SANTA ISABEL					1									1
SANTO ANDRÉ	1	1		2					2		2		3	11
SANTO ANTÔNIO	1	2							4		2		3	12
SANTOS DUMONT	2								1					3
SÃO CARLOS	2	6		1					4			1	1	15
SÃO JOÃO	7	3							3	3	6	1	7	30
SÃO JOSÉ					1									1
SÃO LOURENÇO									1			1	2	4
SÃO SEBASTIÃO				1										1
SETOR AEROPORTO										1				1
SETOR BOUGAINVILLE											3		1	4
SETOR CENTRAL	17	14		4	1			1	8	1	19	4	23	92
SETOR ESCALA			1								1			2

(continuação)

Bairro	Indústria da construção civil, mineração e máquinas	Indústria de alimentos	Indústria de bebidas	Indústria de calçados	Indústria de carnes	Indústria de fumo	Indústria de lácteos	Indústria de medicamentos e prod. Hospitalares	Indústria de móveis, eletroeletrônicos, cinefoto, som e refrigeração	Indústria de veículos e peças	Indústria de vestuário	Indústria do agronegócio	Indústria produtos químicos, produtos de higiene e limpeza, papelaria, embalagens e outros	Total por bairro
SETOR INDUSTRIAL MUNIR CALIXTO	3	2							1	1	1		1	9
SETOR JAMIL MIGUEL	1													1
SETOR LAGO DOS BURITIS	2	2												4
SETOR RESIDENCIAL DAS ROSAS	1	1							1				1	4
SETOR RESIDENCIAL JANDAIA	2			1							1	1		5
SETOR RESIDENCIAL PEDRO LUDOVICO		2						1					1	4
SETOR SANTA CLARA										1		1		2
SETOR SCALA II													1	1
SETOR SUL	2	3											1	6
SETOR SUL JAMIL MIGUEL	7	4						1	9	1	5	2	4	33
SETOR SUMMERVILLE	1	1							4		2	1	1	10
SETOR TROPICAL	2	2							3		1			8
SÍTIO DE RECREIO JARDIM BOA VISTA											1			1
SÍTIOS DE RECREIO AMERICANO DO BRASIL		2												2
SÍTIOS DE RECREIO DENISE					1									1
SÍTIOS DE RECREIO VALE DAS LARANJEIRAS									1				1	2

(continuação)

Bairro	Indústria da construção civil, mineração e máquinas	Indústria de alimentos	Indústria de bebidas	Indústria de calçados	Indústria de carnes	Indústria de fumo	Indústria de lácteos	Indústria de medicamentos e prod. Hospitalares	Indústria de móveis, eletroeletrônicos, cinéfoto, som e refrigeração	Indústria de veículos e peças	Indústria de vestuário	Indústria do agronegócio	Indústria produtos químicos, produtos de higiene e limpeza, papelaria, embalagens e outros	Total por bairro
VILA CALIXTO ABRÃO		1							1				1	3
VILA DONA MARIA											1		2	3
VILA ESPERANCA	1								1		2			4
VILA FABRIL	2	1			1									4
VILA FORMOSA	5	8		1							4	1	2	21
VILA GOIÁS	1			1			1				2			5
VILA GOIS		4		2	1									7
VILA GOIS/N.S. CONCEICAO											1			1
VILA HARMONIA											1			1
VILA INDUSTRIAL	7	4				1			4		4	5	9	34
VILA JAIARA	10	16		3			1	1	6	1	30	3	5	76
VILA JARDIM SANTANA		1												1
VILA JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA	2			1					1		1			5
VILA JUNDIAÍ INDUSTRIAL									1					1
VILA JUSSARA													1	1
VILA MARIANA		2		1							2		1	6
VILA MIGUEL JORGE	1													1
VILA MILMAR													1	1
VILA NORTE	1										1			2
VILA NOSSA SENHORA CONCEICAO	1													1
VILA NOSSA SENHORA D'ABADIA		3									2			5

(conclusão)

Bairro	Indústria da construção civil, mineração e máquinas	Indústria de alimentos	Indústria de bebidas	Indústria de calçados	Indústria de carnes	Indústria de fumo	Indústria de lácteos	Indústria de medicamentos e prod. Hospitalares	Indústria de móveis, eletroeletrônicos, cinefoto, som e refrigeração	Indústria de veículos e peças	Indústria de vestuário	Indústria do agronegócio	Indústria produtos químicos, produtos de higiene e limpeza, papelaria, embalagens e outros	Total por bairro
VILA RESIDENCIAL PEDRO LUDOVICO	1								1					2
VILA RICA											2			2
VILA SANTA ISABEL	5	5							4	1	7		3	25
VILA SANTA MARIA	1	1											1	3
VILA SANTA MARIA DE NAZARETH	1	4							2		6			13
VILA SANTA TEREZINHA													1	1
VILA SANTANA	2	1												3
VILA SÃO JOÃO		1											1	2
VILA SÃO JOAQUIM	3	3									2			8
VILA SÃO JORGE	1			1							4		3	9
VILA SÃO JOSÉ	2												1	3
VILA SÃO VICENTE	2										1			3
VILA UNIÃO									1		1			2
VILA VERA CRUZ									1					1
VÍVIAM PARQUE	3	5					1				3	1	8	21
ZONA RURAL	21	1	6	1	2		1				3	1	6	42
ZONA URBANA				1							1			2
Total por bairro	387	278	11	38	13	2	8	32	173	33	327	99	254	1655

Fonte: Secretaria de Economia do Estado de Goiás, 2019.